



*Revista do*  
**INSTITUTO**  
**HISTÓRICO** *e*  
**GEOGRÁFICO**

**NÚMERO 152**

**DO RIO GRANDE DO SUL**

ISSN 1678-3484

REVISTA DO  
INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DO  
RIO GRANDE DO SUL

152

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, ano 97, n.152, 2017.**

## REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,  
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 152 (2017)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

213 p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/10/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

**Capa:** Priscila Pereira Pinto.

**Ilustração:** Aquarela de Hermann Rudolph Wendroth –  
nº 37, Cais do Rio Grande.

### **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: [ihgrgs@terra.com.br](mailto:ihgrgs@terra.com.br) / [ihgrgs.biblioteca@gmail.com](mailto:ihgrgs.biblioteca@gmail.com)

Site: [www.ihgrgs.org.br](http://www.ihgrgs.org.br)

Site da Revista: [seer.ufrgs.br/revistaihgrgs](http://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs)

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

## **DIRETORIA 2016-2018**

**Presidente:** Miguel Frederico do Espírito Santo  
**Diretor Administrativo:** Hilda Agnes Hubner Flores  
**Diretor Financeiro:** Sérgio Alves Teixeira  
**Diretor Operacional:** Euclides Pinto Torres

## **Conselho Fiscal**

Cesar Pires Machado, José Carlos Teixeira Giorgis, Moacyr Flores

## **Membros Efetivos**

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Ápio Cláudio Beltrão, Antonio Carlos Hohlfeldt, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Cesar Pires Machado, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Eduardo Cunha Müller, Earle Diniz Macarthy Moreira, Euripedes Falcão Vieira, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Raphael Copstein, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira e Vera Lucia Maciel Barroso.

## **Membros Correspondentes**

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Mário Gardelin, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda e Walter Rela.

## **Membros Pesquisadores**

Anelda Pereira de Oliveira, Gustavo Castagna Machado, Jefferson Teles Martins, Luciana Gransotto, Nádia Maria Weber Santos e Wagner Silveira Feloniuk.

### **Membros Honorários**

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Luis Alberto Cibils.

### **Membro Licenciado**

Cláudio Francisco Accurso

## **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **Editor-Chefe**

Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG)

### **Conselho Editorial**

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),  
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),  
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),  
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),  
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

### **Comissão da Revista**

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),  
Heinrich Hasenack (UFRGS)

### **Editores-Executivos**

Gustavo Castagna Machado (UFRGS), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE),  
Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS), Wagner Silveira Feloniuk (UFRGS)

### **Secretária**

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

### **Avaliadores**

Adriano Malikoski (UCS), Alan Dutra de Melo (UFPEL),  
Anderson Romário Pereira Corrêa (PUCRS), Antonio de Ruggiero (PUC),  
César Augusto Guazzelli (UFRGS), Demétrio Alves Paz (UFFS),  
Eduardo M. P. Madureira (UNIOESTE), Felipe Cittolin Abal (UPF),  
Filipe Reblin (UFPR), Gregorio Ferreira Gomes Filho (UFSM),  
Greicy Pinto Bellin (UFPR), Günther Richter Mros (UFSM),  
Helder Santos Rocha (UFPR), Henrique Aniceto Kujawa (IMED),  
Hermes Gilber Uberti (UNISINOS), José Messias Bastos (UFSC),  
Karine Simoni (UFSC), Maria Isabel da Silveira Bordini (UFPR),  
Mateus da Fonseca Capssa Lima (UNISINOS), Monica Rossato (UFSM),  
Pablo Rodrigues Dobke (UFSM), Renata Gonçalves Gomes (UFSC),  
Rodrigo Dilelio (UFRGS)

# PREFÁCIO

Com a publicação do número 149, em 2015, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico iniciou um importante processo de renovação e adoção de critérios modernos para avaliação de artigos. A partir desse momento, ela passou a ser digital, amplamente acessível e inserir números anteriores na internet. Passaram a haver editais públicos, amplamente divulgados a centenas de instituições de ensino, programas de pós-graduação, professores pesquisadores, outras revistas e institutos. Os artigos recebidos por meio deles foram tratados utilizando as normas do Ministério da Educação e considerações éticas reconhecidas internacionalmente. Foi implementada a dupla avaliação cega, a preocupação com não repetir os mesmos autores a cada número, a distribuição dos espaços de publicação entre instituições diferentes, a tradução de autores internacionais, a nacionalização por meio da publicação de autores de outros estados.

Todo esse processo foi iniciado de uma só vez, em um processo profundo que praticamente refundou os métodos enquanto manteve a secular revista funcionando e sem interrupções.

Agora, em 2017, a maior parte desse processo está vencida. Ajustes ainda são feitos, como o aumento do número de publicações para nove por número, mas a revista se encontra em um patamar diferente. No último edital, recebemos quase vinte artigos, mais do que o dobro dos editais de 2015. Para avaliá-los, mais de duas centenas de avaliadores se candidataram voluntariamente. É um número excepcional para um corpo que começou a ser formado há menos de dois anos, e todos eles possuem titulação acadêmica verificada. São pessoas de todo o Brasil, principalmente professores de história, ciência política, direito, letras, geografia, artes, que na maior parte atenderam a convites abertos para prestar esse serviço não remunerado, apresentaram seus currículos e foram aceitos nos quadros destinados à avaliação cega.

Assim, apresentar os nove artigos desse número é, também, apresentar uma consolidação. Todos os artigos foram recebidos pelo edital e são de mestres ou doutores. Foram aprovados ao longo das diversas fases de avaliação e escolhidos por seus méritos dentro de uma lista com outros bons trabalhos que foram igualmente considerados. Além disso, apesar de serem todos estudos envolvendo o Rio Grande do Sul, nessa lista de autores há pesquisadores da Paraíba, Rio de Janeiro, Santa Catarina, mostrando como a revista tem um alcance nacionalizado atualmente, assim como as pesquisas sobre o estado.

Os próximos passos serão buscar o aumento do estrato da revista

com a Qualis, demonstrando a aderência às normas estabelecidas nacionalmente e gerando interesse ainda maior de professores com pesquisas reconhecidas. Dessa forma será possível manter não apenas a regularidade e o trabalho feito, mas apresentar a revista e o instituto como veículos aptos a apresentar o melhor da pesquisa rio-grandense.

Os artigos cobrem aproximadamente 150 anos de desenvolvimento histórico e científico do Rio Grande do Sul e Brasil. O primeiro é sobre Artigas e a fronteira, em meados do século XIX. Dele segue a atuação do General Joca Tavares no final daquele século e, a partir da República, temos artigos sobre a visita de Olavo Bilac ao Rio Grande do Sul, sobre as imigrações do Oriente Médio e Itália, sobre efeitos da Segunda Guerra Mundial na imigração, história e literatura do estado. Os últimos três são mais específicos em suas temáticas, um sobre o Rodolpho von Ihering que não era jurista, mas um piscicultor gaúcho importante no nordeste brasileiro; sobre a escrita de si mesmo e o memorialismo na ficção de Erico Veríssimo e, por fim, um trabalho atual apresentado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas à revista, sobre o arquivo pessoal de Mário Osorio Magalhães.

Esperamos que o leitor pesquisador encontre proveito nessas pesquisas para ampliar ainda mais o conhecimento sobre o estado, e que todos os que lerem os trabalhos possam se aprimorar mais sobre a história, política e literatura do Rio Grande do Sul. Boa leitura!

Porto Alegre, 31 de julho de 2017.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

**Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

**Comissão da Revista**

Dr. Gustavo Castagna Machado

Bel<sup>a</sup>. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

**Comissão Executiva**

# SUMÁRIO

## ARTIGOS

- 11 **O “blandengue” Artigas e o regramento da fronteira**  
*The “blandengue” Artigas and the border regulation*  
Pedro Vicente Stefanello Medeiros
- 33 **A preservação da memória familiar sobre a atuação do general Joca Tavares durante a Revolução Federalista de 1893-1895**  
*The preservation of the family memory on the action of general Joca Tavares during the Federalist Revolution of 1893-1895*  
Gustavo Figueira Andrade
- 53 **A visita de Olavo Bilac ao Rio Grande do Sul e a implantação do programa nacionalista entre os intelectuais gaúchos**  
*The visit of Olavo Bilac to Rio Grande do Sul and the spreading of the nationalistic program amongst gauchos intellectuals*  
Jefferson Teles Martins
- 69 **Do Oriente Médio ao sul do Brasil: a imigração de sírios e libaneses no Rio Grande do Sul (1890-1949)**  
*From the Middle East to southern Brazil: syrian and lebanese immigration to Rio Grande do Sul (1890-1949)*  
Júlio César Bittencourt Francisco
- 97 **Imigração, história, literatura: a Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul**  
*Immigration, history, literature: Second World War in Rio Grande do Sul*  
René E. Gertz
- 115 **As comemorações do centenário da imigração italiana em Vale Veneto**  
*The commemorations of the centenary of the italian immigration in Vale Veneto*  
Juliana Maria Manfio
- 129 **Rodolpho Von Ihering e a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste: a descoberta da técnica da hipofisacção no açude Bodocongó em Campina Grande-PB (1934-1935)**  
*Rodolpho Von Ihering and the technical Commission of Pisciculture of the*

*Northeast: the discovery of the hypophysis technique in the Bodocongó reservoir in Campina Grande-PB (1934-1935)*

Erika Derquiane Cavalcante

Maria Ida Steinmuller

**157 Escrita de si e memorialismo na ficção de Erico Verissimo**

*Self-writing and memorialism in Erico Verissimo's fiction*

Bruno Brizotto

**175 Experiências de trabalho no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas: o arquivo pessoal de Mário Osorio Magalhães**

*Work experiences at the Pelotas Historical and Geographical Institute: Mario Osorio Magalhães' personal collection*

Chéli Nunes Meira

Liara Fagundes Echart

Ana Paula Barcelos

Maria Roselaine da Cunha Santos

**RESENHAS**

**197 Resenha de "The Definition of Anti-Semitism" de Kenneth L. Marcus**

Pedro Lima Marcheri

**DOCUMENTAÇÃO**

**203 Eduardo Duarte (1874-1962)**

# ARTIGOS



# O “BLANDENGUE” ARTIGAS E O REGRAMENTO DA FRONTEIRA

## THE “BLANDENGUE” ARTIGAS AND THE BORDER REGULATION

Pedro Vicente Stefanello Medeiros<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho objetiva discutir as experiências de regramento da fronteira de Montevideu com o território luso através da atuação de José Artigas enquanto oficial do “*Cuerpo de Blandengues*”. Este corpo militar foi uma polícia rural criada pela Coroa espanhola com o objetivo de fiscalizar o contrabando e frear os excessos cometidos por seus agentes. Tais desdobramentos se desenvolveram no bojo das políticas reformistas ibéricas elaboradas para solucionar os problemas relativos aos campos entre o Rio Grande e o Rio da Prata, no último quartel do século XVIII e começos do século XIX. Entre o escopo destas disposições, é possível evidenciar tentativas de melhoramento do aparato fiscal e afirmação das fronteiras, mediante propostas de racionalização da esfera produtiva agropecuária, a consolidação da propriedade individual, introdução de novas técnicas, reordenamento do trabalho e, portanto, o regramento dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Jose Artigas. Reformismos ibéricos. Fronteira

### ABSTRACT

*This paper aims to discuss the experiences of the Montevideo boarder regulation with the Portuguese territory through the actions of José Artigas as an officer of the “Corps de Blandengues”. This military corps was a rural police created by the Spanish Crown aiming at controlling the contraband and curbing the excesses committed by its agents. These developments have evolved in the wake of the Iberian reformist policies designed to resolve the problems relating to the fields between the Rio Grande and the Rio de La Plata, in the last quarter of the 18<sup>th</sup> century and early 19<sup>th</sup>. Among the scope of these provisions, it is possible to show attempts to improve the fiscal apparatus and assurance of borders with proposals of rationalization of the agricultural productive sphere, consolidation of individual property, introduction of new techniques, work reorganization and, therefore, regulations for workers.*

**Keywords:** Jose Artigas. Iberian reformisms. Border

## INTRODUÇÃO

Com a assunção do Rei Carlos III, em 1759, a Coroa espanhola passaria por uma verdadeira e profunda reforma política, administrativa, financeira e cultural, com grandes consequências em seus domínios coloniais.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense- UFF

De acordo com Fradkin e Garavaglia<sup>2</sup>, durante o século XVIII a monarquia espanhola introduziu modificações em seus domínios coloniais, tentando melhorar sua capacidade de controle administrativo, assegurar as defesas e fomentar o crescimento econômico, para aumentar sua arrecadação fiscal. Segundo os autores, estas políticas são conhecidas como as “*reformas borbónicas*”, já que foi realizada pela dinastia Bourbon, que havia assumido o trono no começo da centúria.

*Para mediados del siglo XVIII, las autoridades compartían de un diagnóstico: los dominios coloniales debían funcionar efectivamente como colônias. Para ello necesitaban modificar el modo en que se gobernaban y transformar el laxo regimen de consenso y negociaciones que había sostenido hasta entonces la fidelidade de las elites coloniales. Era preciso dotar al império de una burocracia más profesional desembarazada de compromissos con los grupos dominantes coloniales. Un objetivo de estas dimensiones implicaba un desafio que se demostraría desmesurado.*<sup>3</sup>

Neste sentido, é importante considerar o conjunto de referências intelectuais e o processo de circulação de ideias no interior das políticas desenvolvidas pelo Reformismo Bourbônico. Durante o reinado de Carlos III (1759-1788), observou-se na Espanha a construção de um programa político conhecido como “agrarismo ilustrado”. Chamamos este programa político de “ilustrado”, pois seus promotores, bem como as medidas por eles desenvolvidas, articulavam-se através do pensamento iluminista, consistindo em um processo de mudanças no campo das ideias, do imaginário, dos valores e comportamentos<sup>4</sup>. Assim, utilizava-se de uma lógica racional e científica para buscar modernizar e resolver os problemas do Reino.

Portugal também experimentaria um processo de renovação econômica e militar, onde o marquês de Pombal, ministro plenipotenciário do Rei José I, tentava estabelecer seus parâmetros de iluminismo.<sup>5</sup> Neste contexto, a questão agrária setecentista assume uma centralidade indiscutível, tanto pela importância de sua realidade, como pela representação que se fazia dessa realidade.<sup>6</sup> Segundo José Vicente Serrão, o memorialismo por-

2 FRADKIN, Raúl Osvaldo & GARAVAGLIA, Juan Carlos. La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, P. 177.

3 Idem, P. 178

4 GUERRA, Xavier. Modernidad e Independencias. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, P. 53.

5 CAMARGO, Fernando. Op.Cit, P. 68

6 SERRÃO, José Vicente. “A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?” In: Márcia Motta (org), Terras lusas: a questão agrária em Portugal, Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2007, pp. 31-70, P. 31.

tuguês, um movimento intelectual de sentido abertamente reformista ilustrado, mas de filiação doutrinal e ideológica bastante eclética, produziu, em fins do século XVIII e começos do século XIX, uma abundante literatura predominantemente agrarista.<sup>7</sup>

Portanto, constata-se que novas ideias começavam a circular e interferir na maneira pela qual os impérios ibéricos gerenciavam suas relações coloniais, refletindo diretamente nos conflitos geopolíticos travados entre ambos - como nos importa especificamente - nas querelas fronteiriças do cone-sul.

É preciso entender a fronteira entre Portugal e Espanha na América Meridional não como uma linha divisória e, sim, como um espaço cujas relações sociais mais integravam do que separavam. Conforme sinalizou Helen Osório, a fronteira era imprecisa, móvel, provisória e permeável, verificando-se vários tipos de trocas e circulação de pessoas:

Ainda que Portugal e Espanha pretendessem traçar uma linha ideal para dividir seus impérios na América meridional, “tropeçaram” sobre o terreno: não tinham denominado sequer seus rios, desconheciam aquelas terras e discutiam sua localização no momento de demarcar limites, como ocorreu após os tratados de 1750 e 1777. Tratava-se de uma fronteira política de difícil materialização, pois não havia diferenças marcantes naquelas terras recém-dominadas pelos dois impérios europeus, fosse em termos geográficos, demográficos ou de paisagem agrária.<sup>8</sup>

O tipo específico de relação entre os dois impérios e seus súditos, plasmados na dinâmica daquela fronteira, é fundamental para evidenciar um problema central para o escopo deste estudo: a complexidade existente entre os projetos reformistas imperiais e o jogo de forças locais.

Neste sentido, é importante salientar que este texto tem origem em um estudo mais amplo onde procuramos compreender as bases da política agrária artiguista expressada no “*Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el fomento de su campaña y seguridad de sus hacendados*” de 1815. Para tanto, nos debruçamos na análise das políticas reformistas ibéricas principalmente no que tangia às suas fronteiras entre o Rio Grande e o Rio da Prata em fins do século XVIII e começos do XIX.

Foi nesse contexto em que sentimos a necessidade de entender a

---

7 Idem, p. 32-33.

8 OSÓRIO, Helen. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, P. 58.

singularidade de José Artigas, que como Oficial da Coroa Espanhola, foi um agente bastante ativo naquela fronteira, se constituindo em uma ferramenta metodológica importante para compreender as complexidades da dinâmica interna daquele processo.

Desta forma, a nossa metodologia de trabalho consiste em contemplar as fontes no contexto em que elas foram produzidas. Para enriquecer nossa discussão, apreciaremos uma importante bibliografia de historiadores brasileiros, argentinos e uruguaios que já exploraram a temática. Assim, poderemos analisar como os documentos foram elaborados, buscando entender o lugar que seus autores ocupavam naquele processo, que referenciais utilizaram para legitimar seus discursos, bem como a que interesses queriam atender.

No caso do Blandengue Artigas, é preciso elucidar os expedientes que as Coroas ibéricas produziram sobre os problemas daquela fronteira cruzando com a documentação assinada pelo próprio José Artigas, dando conta de suas correrias pela campanha, tentando perceber como este agia na tensão entre seus interesses e suas possibilidades.

## 1 O estado da campanha; as origens dos excessos

Em abril de 1784, Francisco de Paula Sanz, Governador Intendente de Buenos Aires, havia solicitado junto ao Comandante de Resguardos dos campos de Montevideo, Francisco de Ortega y Monrroy, para que este indagasse e ventilasse acerca das origens dos excessos cometidos na campanha<sup>9</sup>: “(...)mereciendome Vuestra Merced el concepto de tan apreciables circunstancias le doi por esta la amplia comision, y facultades, para que ventile y indague por cuantos medios le dicte su sagacidad y prudencia el origen de tanto exceso.”

Em resposta ao Governador Intendente<sup>10</sup>, Ortega responde dizendo: “los mismos Hazendados que hasta ahora viven sin regla ni disciplina alguna siendo unos encubridores de Ladrones, Desertores y contravandistas”. Segundo ele, o mal estado dos campos era fruto dos abusos que os “hazendados de Montevideo” cometiam através das licenças que lhes eram concedidas para explorar o gado em suas terras.

O que possibilitava estes sujeitos acessarem estes rebanhos era a propriedade individual da terra. Mediante as “denúncias de terra”, conquis-

9 2-Dirigida Don Francisco de Ortega firmada Francisco de Paula Sanz. Buenos Aires, 10 de abril de 1784. Le otorga “amplia comisión y facultades para que ventile e indague por cuantos medios le diese su sagacidad y prudencia el origen de tanto exceso” Es copia.-AGNA - Sala IX, Interior, Legajo 24, Exp. 7.

10 3-Dirigida a Francisco de Paula Sanz, firmada Francisco de Ortega y Monrroy. Buenos Aires 27 de julio de 1784. Primer informe del comandante en respuesta. Es copia. AGNA - Sala IX, Interior, Legajo 24, Exp. 7.

tavam o direito de explorar o gado presente e seus campos, sendo necessário sujeitá-los a rodeio e adotar-lhes de uma marca que comprovasse sua propriedade. Contudo, não realizavam este procedimento, sendo a maioria dos animais coureados, desprovida de marca. Logo, os “*hacendados*”, com o pretexto que estavam percorrendo seus gados “*alzados*”, aqueles que haviam se desgarrado de seus limites, vaquejavam as manadas “*cimarronas*” sem marca.

Os animais silvestres daqueles campos, conhecidos também como “*cimarrones*” pertenciam aos povos missioneiros por um direito comunal de Conforme Secreto e Ferreras<sup>11</sup>, as terras comunais também eram entendidas como regalia, ou seja, privilégio régio, onde os povos originários continuaram a reproduzir seus modos de vida com mais ou menos constrangimentos externos. As terras comunais se dividam em resguardos, poteiros e de lavradio. Os resguardos, como terras do comum eram inalienáveis e proibidos de serem arrendados. Os resguardos foram delimitados em terras não aptas para as haciendas coloniais, e evidentemente, envolviam uma quantidade menor de terras que aquela que corresponderia originalmente a esses povos. De qualquer forma constituiu um direito que seria de grande valia para a sobrevivência das comunidades.

Para María Inés Moraes<sup>12</sup> esse processo se configurou como uma disputa de recursos e um conflito de direitos, onde os agentes de Montevideo, salvaguardados com uma prerrogativa individual de propriedade, assediavam os animais missioneiros balizados por um direito comunal de posse.

Estas contendas deram origem a vários expedientes<sup>13</sup> de “*arreglo de los campos*”<sup>14</sup>, esboçando esforços até 1805, onde foram elaborados vários documentos neste âmbito, revelando que a matéria não tinha solução definitiva. Neste decorrer, foram desenvolvidos diversos informes e projetos que postulavam o reordenamento produtivo do setor agropecuário, visando o

---

11 SECRETO, María Verónica, Os movimentos sociais na história da América Latina. In: SECRETO, M. V.; FERRERAS N. Os pobres e a Política História e Movimentos Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. p. 42-43.

12 MORAES, María Inés. Op.cit.

13 O Diccionario de Autoridades de 1732 define expediente como: *s. m. Dependencia o negócio que fácilmente y sin estrepito y ruido forense, se puede despachar en los Consejos o Tribunales. Latín. Negotium expeditum. ORDEN. DE CAST. Lib. 6. tit. 2. l. 2. Iten, que los dichos Contadores y Oficiales susodichos no libren cosa incierta a persona alguna, por ningun expediente.*

14 O Diccionario de Autoridades de la Real Academia Española (1726) define arreglar como: *Concertar, dár orden, forma y regla en alguna cosa, assentando el modo, à methodo con que se debe hacer para evitar dudas y embarázos. Es compuesto de la partícula A, y del nombre Regla. Dícese tambien Reglar, y en lo antiguo assi se usaba. Lat. Ordinare. Coordinare.*

aprimoramento da arrecadação fiscal.

Ao norte da Campanha de Montevideo, disputando muitas vezes os mesmos recursos, temos os súditos da Coroa de Portugal, que por seu turno, também esboçou preocupações com o problema da exploração daquelas riquezas. Conforme Helen Osorio<sup>15</sup>, o amansamento do gado e sua criação mais disciplinada foram preocupações constantes das autoridades portuguesas. Segundo a autora, este escopo se encontra explicitado, de forma dispersa, mas reiterada, na correspondência dos governadores com as autoridades militares e vice-reis, e de modo concentrado em duas propostas de regulamento enviadas ao Conselho Ultramarino em 1784, o “*Regulamento para a criação e conservação dos animais nas fazendas de Sua Majestade*” e o “*Regulamento para a conservação dos animais das fazendas e estâncias dos particulares*”.

A pauta central de ambos os conteúdos documentais consistia na preocupação com um dos principais recursos econômicos daqueles territórios, o gado, mais especificamente o *vacum*. De acordo com Helen Osorio<sup>16</sup>, a base de criação do gado *vacum* nas estâncias rio-grandenses foi o gado apesado dos rebanhos selvagens que vagavam pelos campos.

Em agosto de 1784<sup>17</sup> foi apresentado um projeto junto ao Rei espanhol, referente aos campos de Montevideo e aqueles que eram administrados pelos Jesuítas. Tal projeto discorria acerca do policiamento e segurança da campanha e fixava que todo indivíduo que fosse encontrado “*faenando cueros*” seria obrigado a mostrar sua permissão, sendo necessário provar, através das marcas, que aqueles animais lhe pertenciam. Os couros que não fossem seus, ou não possuíssem marca, seriam “*descomisados*”, ficando sobre os embargos do “*Intendente General de Real Hacienda*”.

Logo, todos os couros desprovidos de “marca”, bem como as graxas, sebos e charques procedentes, eram indiscutivelmente pertencentes à “Real Hacienda”. Já aqueles apreendidos com outras marcas, seriam entregues aos justos donos, que deveriam pagar um real por cada, em função da condução. Caso contrário, ficariam em favor do Rei. Ademais, aconselhava que todos os anos, em tempo oportuno, realizassem saídas de campo em nome do monarca.

É interessante reiterar também, que as autoridades dispuseram algumas “*ventajas, que sin contradicción son consiguientes a estes Proyecto*”. Acreditavam que em pouco tempo seria possível afugentar todos os ladrões, bem como extirpar os contrabandistas, tanto espanhóis quanto portugueses,

15 OSÓRIO, Helen. Op.Cit, P. 132.

16 Idem, P. 130.

17 AGNA - Sala IX, Interior, Legajo 24, Exp. 7.

que causavam gravíssimos danos aos cofres de Sua Majestade. Da mesma forma, pretendiam arrestar todos os soldados desertores e índios missioneiros que passavam para o lado luso.

Também almejavam que a partir de então, obrigariam os “*hacendados*” a marcar e sujeitar a rodeio todos seus animais. Assim, aumentariam os ingressos da “*Real Hacienda*”, ficando ao favor do Rei, muita courama, que beneficiada, renderia muito mais.

## 2 A atuação do “blandengue Artigas” e as tentativas de regramento

A partir das ações de Artigas na execução prática das referidas disposições é possível constatar que a execução do citado “projeto” não estava livre de “contradições”, como destacavam as autoridades. Paradoxalmente, boa parte dos indivíduos que compunham os corpos de policiamento da campanha eram os próprios contrabandistas, ou seja, os agentes causadores dos problemas que as autoridades buscavam solucionar. Em julho de 1790<sup>18</sup>, Cipriano de Melo assinalou o que os melhores sujeitos para perseguirem os caminhos do contrabando eram os mesmos contrabandistas. Estes eram excelentes “*baqueanos*”, os que conheciam profundamente aqueles campos e descaminhos.

Também acreditava que desta forma era viável cortar o mal pela raiz, submetendo os contraventores a ordem e disciplina. Reitera-se, portanto, o lugar que o disciplinamento moral ocupava no “*arreglo de los campos*”.

Em fevereiro de 1796, o Comandante da Guarda de Melo, Agustín de la Rosa, envia um ofício ao Vice-Rei, D. Pedro Melo de Portugal, informando acerca de notícias onde um tal “Pepe” Artigas estava realizando contrabando em conjunto com Manuel Antônio Português, vizinho do Rio Grande:

*(...) Tengo positibas noticias de que esta para salir de la Barra de Arape Grande, con Arape chico, en las inbernadas, Don Manuel Antonio Portuges, Vecino del Rio Grande, Arreando a cuatro mil Animales entre Cavallos mulas, potros y yeguas, y ban a salir por el potrero de Lunarejo. Por el otro lado del Batobí, grande ala Estancia de Pintos, que esta frente a la Guardia de batobi, y que igualmente lleva el mismo camino, otro llamado Pepe Artigas, contrabandista vecino de esta Ciudad, conduciendo tambien dos mil animales. Doy avm. Esta noticia por si poniendose de acuerdo con el Comandante de Santa Tecla, a quien com esta fecha doy igual abiso puede con-*

---

18 Ibidem.

*tribuir ala aprehension de aquellos contrabandistas(...).*<sup>19</sup>

Nota-se que um tal “Pepe” Artigas, vizinho de Montevidéu, é identificado realizando contrabando com os portugueses do Rio Grande. Assim, mobilizando a ação das tropas castelhanas, conforme as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de Sua Majestade Católica. Embora seja possível desenvolver a hipótese que se trate de José Gervásio Artigas, com apenas este documento isolado não podemos comprová-la. De todo modo, a fonte nos denota a dinâmica do contrabando na região evidenciando como tais práticas eram inerentes àquela realidade.

Em maio de 1797<sup>20</sup>, os “*Vecinos Hacendados de la Jurisdicción de Montevideo*” pedem para que se comissionasse D. José Gervasio Artigas, a fim de perseguir os ladrões e malfeitores da campanha. Desta forma, em julho do mesmo ano Artigas é nomeado:

*Por quanto son repetidos los robos & he venido en nombrar D. Jph Artigas, para que como de cuya conducta y desempeño tengo la mayor confianza para que como practico de la campaña y bien satisfecho, persuadido de su desempeño, lo acredite em la comisión de perseguir los malhechores y vagos que andan en esta campaña con la Partida de Blandengues que he puesto en su cargo, para darle el destino que convenga los Vecinos a quienes acuda.*<sup>21</sup>

A nomeação de Artigas para comandar uma Partida Volante no patrulhamento da campanha se enquadra nas diretrizes apontadas por Cipriano de Melo, onde os mais indicados para patrulhar a campanha eram os próprios contraventores, já que estes eram os que melhor conheciam aquele espaço. Mais especificamente, em fevereiro de 1797, Antonio Olaguer Feliú, naquele momento Governador de Montevideo, com a finalidade de engrossar as fileiras do “*Cuerpo de Blandengues*” destinado a resguardar as fronteiras daquela Banda, publicou um indulto a favor dos contrabandistas, desertores e demais malfeitores que andavam vagando pela campanha fugindo da justiça:

*Gozarán de este Indulto todos los Contrabandistas los desertores de cuerpos Militares, ó de Carceles y los que hayan cometido qualquiera delito exceptuado ele de homicidio, y el de haber hecho armas con la Justicia, y contra las Partidas de Campo. Será circunstancia precisa la de deverse presentar en los parajes, y a los sujetos que se*

19 Archivo Artigas: Tomo II. Montevideo: Monteverde, 1950. P. 3.

20 Idem, p. 18.

21 Ibidem, P. 18.

*diran, con el fin de tomar Partido en las Compañias de Blandengues que se han de formar para Resguardo dela Campaña y demás destinos en que sea conveniente emplearlos, con la obligación de servir en estas Compañias por el termino de ocho años y con seis Cavallos alo menos cada uno.*<sup>22</sup>

Como se observa, trata-se de uma questão bastante complexa e pautada por contradições, diferente do que sinalizaram as autoridades reais no projeto remitido por Galvez para organizar aqueles campos.

Um exemplo disto é o próprio Cipriano de Melo, que se manifestou em favor do indulto aos contrabandistas. Segundo Fabrício Prado<sup>23</sup>, desempenhou uma carreira “transimperial” entre Portugal e Espanha, tendo muitos interesses comerciais ancorados no porto de Montevideo. Ali possuía fortes alianças com comerciantes portugueses da Praça, oriundos de Sacramento, da mesma forma que com algumas figuras importantes da elite local. Um deles foi José Joaquín de Viana, que além de possuir fortes vínculos comerciais tinha interesses específicos na situação da campanha. Era casado com Doña Francisca de Alzaybar, a “*Mariscala*”, uma das primeiras e mais poderosas “*terratenientes*” da “Banda Oriental”.

Entende-se, que as preocupações de Cipriano frente o contrabando na fronteira estão relacionadas com seus interesses, já que era um importante agente comercial no porto montevideano. O mesmo Cipriano de Melo fora acusado de manter intensas redes ilegais de comércio de escravos com o Alto-Peru.

Isto nos revela uma tensão, e nos mostra a complexidade dos intentos de “*arreglar*” os campos e defender as fronteiras, não consistindo num programa coerente e uniforme, mas sim, que vai se desenvolvendo pautado por um múltiplo jogo de interesses. Por um lado as autoridades borbónicas buscavam reforçar seu controle perante as elites locais, que ao seu turno, representadas pelos “*hacendados*” de Montevideo, pleiteavam o aumento e a garantia do acesso aos recursos, alimentando o fluxo de suas relações comerciais, fossem estas, lícitas ou ilícitas.

Neste sentido, um dos motivos pelos quais o “*Cuerpo de Blandengues*” foi instituído na Banda Oriental consiste na pressão exercida pelo grupo de “*hacendados*”. Em 28 de maio de 1795<sup>24</sup>, os “*Vecinos Hacendados criadores de ganados de la jurisdicción de Montevideo*” elevam um ofício ao “*Cabildo de Justicia*

22 Idem, P. 11.

23 PRADO, Fabrício. A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no rio da Prata do século XVIII. Topoi, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 168-184. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

24 Archivo Artigas. Op.cit, p, 4.

y *Regimento*” solicitando que os protegessem contra os ladrões e assaltantes que rodeavam seus campos e cometiam atropelos sobre as propriedades realengas e individuais.

Os “*Vecinos Hacendados*” expressaram as causas de seus clamores evidenciando os mesmos problemas que vinham sendo compartilhados ao longo do expediente de “*arreglo de los campos*”, e que cada vez mais recrudesciam:

*Es cosa que causa assombro y espanto ver el crecido numero de hombres vagos que infestan estas campañas, Sin más ocupación ni outro destino que el de hacer faenas de cueros furtiva y clandestinamente: ellos destrozan con este motibo no solo los ganados alzados em términos que ni aun se hallan bacas en los Campos Realengos, pero ademas introducen continuamente em los Dominios de Portugal crecido numero de nuestras haciendas, robando diariamente las cavalladas de nuestras Estancias y conduciendolas tambien a Portugal.*<sup>25</sup>

Nota-se, que as reclamações refletem as mesmas mazelas que foram expostas pelas autoridades reais, os problemas fronteiriços com Portugal, o assédio desmedido aos rebanhos, o contrabando, a fuga de divisas, a vagabundagem e a indisciplina.

É importante também, observar como os solicitantes legitimam suas demandas

*Que sin embargo de que está pendiente de nuestras Haciendas de Campo la felicidad de esta Ciudad, Su florido comercio asi de corambres como de carnes saladas, la abundancia de las frescas y Superiores que àprecios los mas ínfimos disfruta el Pueblo con otras ventajas que se siguen a la Real Hacienda y aun al estado de nuestra útil aplicacion al multiplico y cria de ganados, creemos que apesar delos beneficios que de ella se Siguen há de venir la maior decadencia pues los excesos, atrocidades, y robos que experimentamos en la Campaña precisamente nos obligarán á abandonarla, por que los hombres criminosos se aumentarán considerablemente si V.S. con aquel ardiente y laudable celo que tiene tan acreditado en todas las ocasiones que trata del bien y felicidad de la Republica(...)*<sup>26</sup>

Entendemos que, a partir do vocabulário político usado, os “*Vecinos*

25 Ibidem.

26 Idem.

*Hacendados*” se legitimavam na autoridade de seu soberano, solicitando aos representantes de Sua Majestade naquele país, que lhes dessem amparo para enfrentar os problemas que comprometiam a felicidade da República. Ou seja, a produção de riqueza, sendo naquelas paragens o comércio de couro, sinalizado pelos mesmos como o responsável pelo florescimento comercial da cidade de Montevideo.

Aprecia-se, que o sentido da “busca pela felicidade pública”<sup>27</sup> situa-se no centro do argumento legitimador. Vinculado a isto, reforça-se a necessidade de disciplinamento do trabalho e regramento moral dos paisanos:

*Este crecido numero de hombres asi abandonados á sus vicios, sin temor á Dios, ni a la Justicia, Sin Religion en fin que así puede decirse, se van arrastrando insensiblemente con el mal ejemplo, y con la libertad de su vida relaxada á quase toda la demas gente de Campo de pocas ó nignas obligaciones. Asi Sucede que no se hallen las peonadas para las Estancias, y hay ocasiones que los que no tienen esclavos de que servirse ven perder sus haciendas con indecible dolor por no hallar gente que quiera asalariarse: y por esto solo habran perdido á veces crecidas cosechas de granos ya del todo sazoados despues de mil fatigas, pero que Sin embargo perecieron por no haber gente que recoja em tiempo de la siega: y por que la gente debia recogerlos por falta de castigo se hizo vaga y se abandono aun sin numero de excesos y delitos que haciendolos á ellos mismos infelizes, causan al mismo tiempo grandes males al comum delos hombres.*<sup>28</sup>

Evidenciamos neste trecho que os “*hacendados*” reclamam da falta da mão de obra, sendo esta causada pela dinâmica do contrabando, onde os homens estariam entregues aos vícios e a vida relaxada. Assim, a disciplina de trabalho é diretamente associada com a pobreza, ou seja, a infeli-

---

27 Segundo Fuentes, a “felicidade pública” no programa ilustrado foi um argumento primordial, sendo usado da mesma forma o termo “utilidade” que fora aplicado em particular às ciências exatas, físicas e naturais, entendidas como “ciências úteis”, juntamente a outros saberes como a agricultura, a economia e a metalurgia, que haveriam de proporcionar felizes resultados para o tão objetivado “progresso”. Também assinala que o termo “progresso” para os ilustrados apresentava matizes muito distintos dos conhecidos até aquele então. Tradicionalmente o progresso estava associado com práticas religiosas e à libertação do pecado a qual todos os mortais estavam submetidos. Com as “luzes”, é afirmada a natureza racional do homem o permitindo aventurar-se nos diversos campos do saber, aplicando seu conhecimento para o “progresso” das atividades mundanas, como a agricultura, a indústria e o comércio. In: FUENTES, Juan Francisco. *Luces y Sombras de la Ilustración española*. In: Revista de Educación. Madrid: MECD, Nº Extraordinario – “*La Educación en la Ilustración Española*”, 1988.

28 *Ibidem*, P. 5.

cidade, não só dos próprios sujeitos, mas como responsável pelo insucesso do bem comum.

Deste modo, com base nesta legitimidade, servindo aos interesses dos “*hacendados*” e seguindo as diretrizes estabelecidas pelas autoridades borbónicas, é que José Artigas vai se inserindo naquele processo de tentativa de “*arreglar*” aqueles campos.

Em 24 de outubro de 1803<sup>29</sup>, Artigas eleva uma petição às autoridades superiores, solicitando um retiro a Praça de Montevideo para cuidar de sua saúde que estava debilitada. Neste documento, ele tenta demonstrar seu esmero no Real serviço, descrevendo suas atividades desde quando começou a servir Sua Majestade enquanto *Blandengue*. Neste sentido, nos utilizaremos desta fonte, pois a mesma consiste em um testemunho valioso, feito pelo próprio Artigas, que nos possibilita acompanhar sua trajetória. Assim, concomitante acompanhamos seus passos, vamos abordando outras fontes que nos dão mais detalhes de suas ações como *blandengue*.

Artigas relata que serve ao Rei desde a criação do “*Cuerpo de Blandengues*”, começando como soldado, e tendo a honra que o Vice-Rei interino, Antonio Olaguer Felú o designasse para comandar uma partida volante. Foi destinado para as costas do arroio Chuy, próximo ao Forte de Santa Teresa, onde se encontrava uma partida de cem homens com a finalidade de vigiar os fronteiriços portugueses. Em seguida, ele descreve que foi deslocado daquela paragem para “*perseguir, armar y aprender á aquellos pertuvadores de los abitantes de la Campaña*”.

Este é o momento que já referenciamos, onde os “*hacendados*” solicitam seus serviços, e quando o mesmo é nomeado em julho de 1797. Deste modo, em 3 de agosto do mesmo ano<sup>30</sup>, Artigas se apresenta em Montevideo, acompanhado de vinte *blandengues*, que o acompanhavam em Santa Teresa. Em sua petição do ano 1803, José de Artigas diz ter atacado os índios infiéis, bem como apreendido muitos bandidos e cavalos, também “*descamisado*” aos contrabandistas muitas porções de tabaco e de cavalgaduras.

Neste ínterim, em 25 de setembro de 1797, desde a coxilha de Tacuarembó, José Artigas remete ao Vice-Rei um ofício informando sua atuação como Comandante de uma Partida Volante no zelo da campanha:

(...) *Encontré a um hombre que iba pa fuera a los parages donde se allaban gentes vagas trabagando en cueros de bacas que es una compasion en ver los destrozos que hacen en la Campaña por solamente el cuero matan las bacas lo qual lo que me sentieron andar*

29 Idem, p. 258.

30 Ibidem, P. 22.

*por el parague enpezaron a huir pero siempre algunos les descomi- se las cabaladas lo qual luego que los abanzaba los iba rayunando por no ser Marcas de los hacendados de Montevideo(...)*<sup>31</sup>

Podemos evidenciar que Artigas segue as diretrizes estabelecidas pelas autoridades borbônicas, perseguindo os “changadores”, “descomisando” as cavalhadas e “rayuando”, ou seja, colocando sob a tutela da “Real Hacienda” os animais e couros que não possuíssem as marcas acreditadas aos “hacendados de Montevideo”. De todo modo, suas ações práticas no patrulhamento da campanha nos mostram as dificuldades reais na tentativa de “arreglar” aqueles campos:

*(...) Estos yndios estan echos atropelar las partidas y tambien de las tropas com lizenzia de don Manuel del cerro y me hago el cargo que estas gentes biendose sin anparo de las tropas con lizenzia toda ella quedara en los campos acabando deystruir las haciendas porque atodo sean de aplicar estas gentes algunos o los mas han de querer esta primavera meter ganados para portugal por estar imediato a ellos y tan bien tengo noticias de las mesmas gentes que ya hay algunos trabagando en la costa de Santa Maria en cuero para los portugueses. Ya si seribira V.E.desde aqui em adelante dispensar mi demora por que los he de persiguir por todos lados quando no los [.....] ni a changadores ni a ladrones de la otra banda del Rio negro (...)*<sup>32</sup>

Os esforços de Artigas elucidam o quão difícil era obter as “ventajas sin contradicción”, no intento de afugentar os changadores, ladrões e índios que destroçavam os rebanhos alimentando o trato ilícito com Portugal. Contudo, seus empenhos foram reconhecidos pelos superiores sendo nomeado “Capitán de Milicias del Regimiento de Cavallería de Montevideo” em 27 de outubro de 1797:

*Expidase Despacho de Cap. de Milicias del Regtº. de Cavª. de Montev.º a favor de D. Jph Artigas atendendo á su mérito contraído en la campaña, á la utilidade que resultará al servicio de su conocimiento de ella. Por quanto en atención al mérito y circunstancias de D. Jph Artigas he venido en conferirle el empleo de Capitán del Reximt.º de Milicias de Cavall.ª de esta Plaza. Por tanto ordeno y mando se le reconozca haya y tenga para tal capitan de dicho cuerpo obedeciendo los individuos de inferior classe las ordenes que les confiera concernentes al Real Servicio. Por todo lo qual le hice*

31 Ibidem. P. 29.

32 Ibidem, P. 29.

*expedir este Despacho firmado de mi mano sellado &.*<sup>33</sup>

Em um documento datado de março de 1798<sup>34</sup>, José Artigas narra uma perseguição que realizou ao contrabandista José Ildefonso Chaves, surpreendido nas costas do arroio Hospital e tomado portando armas e doze rolos de tabaco negro. No interior da narrativa, Artigas revela ter encontrado outros contrabandistas os quais incorporou para sua tropa, agindo de acordo com as diretrizes expressas pelas autoridades superiores:

*[...] el día 25 del que guirá ál acampamento aziendome el cargo de que esta gente me siguiese y biesen donde estaba la partida parada y me biniesen azer algun alboroto ali al dia siguiente en procura de ellos al parague en donde estaban y tambien por enterarme si esta azienda era robada prendi á dos de ellos yme declararan que no que era comprada aquella azienda preguntoles que qui em era el dueño, yme dizen que era de un tal Galiano Paraguay, y que tambien yba ali, Y les pregunte para donde yban y me respondieron que yban para Portugal y que ellos eran peones, allandolos sin Culpa los àl-meti para Blandengues, (...)*<sup>35</sup>

Sua atuação enérgica no policiamento da campanha e seu caráter de “*hombre práctico*”, conhecedor afincado do território são novamente reconhecidas, sendo em janeiro de 1799, um ano após tornar-se Capitão de Milícias, nomeado “*Ayudante Mayor*” pela mão do Rei Carlos IV:

*Por quanto hallándose vacante el empleo de Ayudante Mayor del Cuerpo de Caballeria de Blandengues de la Frontera de Montevideo formando ultimamente en las Provincias del Río de la Plata; he nombrado á Don Josef Artigas, Capitán del Regimiento de Milicias de Caballeria de Montevideo. Por tanto mando al Virrey y Capitán General de las mismas Provincias de la orden conveniente para que el dicho don Josef Artigas se le ponga en posesion del referido empleo; y á los Oficiales y Soldados del expresado cuerpo que le reconozcan y respeten por tal Ayudante obedeciendo las órdenes que les diere de sus Superiores tocantes a mi servicio por escrito y de palabra, sin réplica ni dilación alguna y que asi ellos como los demas Cabos mayores y menores Oficiales y soldados de mis Exércitos le hayan y tengan por tal Ayudante, guardandole y haciendole guardar las preeminências y exenciones que le tocan y deben ser guardadas; que así es mi voluntad;*<sup>36</sup>

33 Idem. P. 68.

34 Ibidem. P. 39-40.

35 Ibidem, P. 40.

36 Ibidem. P. 73.

Conforme a petição do ano 1803, após a morte do Comandante Francisco Aldao, Artigas ocupou seu cargo interinamente de março de 1798 até maio de 1799, quando já era Ayudante Mayor e retirou-se para Maldonado.

Então, foi nomeado para zelar os campos da região de Santo Domingo Soriano e Víboras, perseguindo diversos vagos e desertores, bem como “descomisando” aos contrabandistas quarenta cavalos e vinte e três mulas. No decorrer de suas atividades, José Artigas é destinado para acompanhar Don Félix de Azara nas tentativas de povoamento da fronteira, momento que trataremos com mais vagar no decorrer do texto.

Em junho de 1804<sup>37</sup>, é remetido desde Aranjuez um documento onde o Rei nega o pedido de Artigas para cuidar de sua saúde. Assim, é obrigado a seguir pela campanha no cumprimento do Real Serviço.

Os momentos que antecedem e se seguem após a petição de Artigas pela saúde debilitada, consistem no acirramento das tensões com Portugal e na incapacidade espanhola em “arreglar” os campos. No entanto, é interessante apreciar, através das fontes que perpassam as ações do *Blandengue* Artigas, que as ideias agraristas continuam sendo usadas e legitimadas no intento de solucionar tais querelas.

Em função dos constantes avanços lusos sobre os territórios até então pertencentes ao Rei espanhol, os “*hacendados de Montevideo*” se levantaram na defesa de seus interesses, elevando seus “justos recursos”, junto ao trono. Pediram providências que lhes reparassem os danos causados pelas “usurpações” portuguesas:

*En este ahogo resolvimos elevar nuestros justos recursos al Trono, quexandonos del roboque hacian los Portugueses en los ganados, y de los demás desastres que notabamos en la campaña, como también de las pasivas providencias que nos protegía. Estando pendiente à la Soberana resolución, que aun aguardamos arrebató la muerte àquel Gefe, para que V.E por el pliego de providencia (que nosotros juzgamos del cielo providencia) tomas elas rendas de este Gobierno. Desde tal momento, momento feliz le llama el cuerpo de Hacendados, ya empezamos a respirar de la opresión, ya vemos girar activamente las disposiciones sobre el remedio de la campaña; y ya vemos al nuevo Gobierno fixar todas sus atenciones en conservar, arreglar, y asegurar un tan grandioso vinculo del Comercio y la Monarquia.<sup>38</sup>*

A representação dos “*hacendados*” perante as autoridades superio-

37 Idem. P. 265.

38 Ibidem. P. 429.

res consiste em uma reivindicação dos súditos perante o Rei, seu legítimo protetor. A falta de “providências” a qual se referem, significa a incapacidade de proteção do soberano aos seus vassallos. Nota-se que os “*hacendados*” legitimam seus interesses privados a partir de sua relação direta com o monarca, pois entendem que avanços e usurpações dos lusos à suas propriedades, no caso o gado que estava em suas terras, incidia na violação do patrimônio real. Portanto, a tomada de medidas mais enérgicas por parte dos superiores, era necessária para o “arreglo” da campanha, para que os particulares gozassem de seus direitos e acessassem aos recursos, consequentemente propiciando o bem estar de toda a província. Ou seja, propiciar a felicidade dos vassallos era defender os interesses do Rei:

*Que mucho es, Señor Exmo. Se atreban oí los Portugueses à nuestros Pastoreos, quando se atreben descaradamente a provocar aeste Soberano, que fue mirado siempre con tanto respeto por todas las Potencias del Orbe? Y toleraria V.E. este abusivo desprecio, y esta despótica ambición? No hemos crehido, pues son constantes a todo el vecindario de estas Provincias los desvelos de V.E. por los intereses del Rey, y las gigantes fatigas por la felicidad de sus vassallos.*<sup>39</sup>

Em outra solicitação, feita em 3 de outubro do mesmo ano, os “*hacendados*” reiteram essa relação de legitimidade na defesa de seus interesses:

*Este es un asunto, Exmo Señor, a la mayor consideración por él que consiste la seguridad de las posesiones de S.M.C, en él consiste la quietud de este vecindario, en él consiste la felicidad de la Provincia, y en el consiste el incremento del Tesoro Real à virtud de nuestro Comercio; ahora vea V.E si con tantos beneficios redundantes a nuestra Corona, al común general y a cada vecino particularmente se halla bien puestas nuestras agitaciones para no perder en un instante de tiempo en hacer conocer à S.M el peligro a que se bien expuestas estas Colonias de su augusta dominación siempre que no vuelvan a sus antiguos limites los Portugueses(...).*<sup>40</sup>

Mais uma vez, entende-se que o destino da felicidade da Província consistia na segurança ao acesso dos recursos, leia-se o gado. Disso dependia o comércio que incrementava o tesouro real, propiciando o bem-estar dos particulares, logo o de todo o comum. Assim, evidencia-se novamente, como o sentido de felicidade pública é usado como argumento legitimador.

39 Ibidem, P. 434.

40 Idem, P. 463.

Neste sentido é salutar compreender José Artigas no interior deste impasse, perguntando qual o papel que o mesmo ocupa neste processo:

*Al, mes, poco mas, de salida que anunciamos hizo el Ayudante Artigas, Comisionado por V.E. para reprimir a los Portugueses, y defender las cabaladas delas manos enemigas de esos Indios gentiles minuanes, aun sin alejarse mucho de nuestras Estancias, yquasi sobre la expedición encargada a Rocamora, sorprendió Artigas tres soldados voluntários portugueses, un vecino, que aunque Español depende de aquella dominación, y dos Indios tambien del mismo vasallage todos separados un dia o dos antes del grueso demas de ciento y veinte hombres que salieron dle Pueblo de San Nicolás, que oi está por el Gobierno Lusitano, à correr y llevar los ganados de nuestros campos por disposición, orden y mandato del Sargento maior Saldanha, comandante português en los siete Pueblos Guaranis que nos tomaron en la ultima guerra.<sup>41</sup>*

Artigas estava na linha de frente dos conflitos fronteiriços, suas ações eram uma prova real das dificuldades em organizar aquele panorama rural. Portanto, as testemunhas presas pelo *Ayudante Mayor* serviram, para o “*Gremio de Hacendados*”, como um argumento palpável e legítimo na disputa de seus interesses:

*Los Apoderados Generales del grêmio de Hacendados de esta Ciudad de San Felipe y Santiago de Montevideo ante V.S. como más aya lugar para proceder en derecho parecemos diciendo: que en la ultima representación documentada con el Sumario que a nuestra Solicitud se formó en Esta Ciudad à los seis individuos de la dominación Portuguesa que fueron arrestados em nuestros campos por el Ayudante Don José Artigas, pedimos a V.E se sirviera franquearnos un testimonio integro de las declaraciones que se hubiesen tomado a los Presos que arrestó uma partida de las d emando del Coronel Don Tomás de Rocamora, también procedentes de los domínios Portugueses, y V.E ejercitando su notória justificación fue servido constestarnos libreria sus mandatos para que se nos corriese el indicado testimonio al tiempo devido(...).<sup>42</sup>*

Os “*hacendados*” fazem referência a uma sumária realizada com os

41 Ibidem, P. 328-329.

42 Idem, P. 462.

portugueses e índios presos por Artigas. Nela os réus dão detalhes acerca das *faenas* e rotas de contrabando realizadas na campanha, constituindo uma prova do incessante assédio lusitano aos rebanhos castelhanos. Isto nos mostra as barreiras enfrentadas por José Artigas no policiamento da fronteira, bem como o quão impraticável se tornava “*arreglar*” aqueles campos:

*Entonces, pues, por que somos provocados con los despojos que sentimos y experimentamos a cada paso? Por que nos inquietan sembrando establecimientos y poblaciones en toda campaña, que es de nuestra propiedad, y sin mas derecho que el observarla aun inocuada a causa de la pendenciade aquel arreglo meditado tantos años por los Exmos. Virreyes de estas Provincias? Ello cierto que si no fuera este suceso no habrian encontrado un palmo de terreno vacante, quando las gentes de nuestras vecindad se miran tan sofocadas por falta de suelos em que dar extensión necesaria a sus pastoreos.*<sup>43</sup>

Este trecho nos revela duas coisas. Primeiro a ineficácia dos projetos borbónicos na execução do tão meditado “*arreglo de los campos*”. Em segundo, também elucida a incapacidade das autoridades superiores em controlar as elites locais. É necessário pensar estas duas esferas imbricadas, a ineficácia dos projetos consiste no resultado do diverso jogo de forças do contexto local. Se do ponto de vista demográfico aqueles campos pareciam um vazio, sob o aspecto social aquela campanha era um cenário convulsionado, onde os atores que compunham a peça (autoridades borbónicas, *hacendados*, patrulheiros, contrabandistas, vagos, índios, escravos e portugueses) agiam a partir da tensão entre seus interesses e suas possibilidades.

Esta querela se recrudesceria ainda mais no ano seguinte. Como já demonstramos em nosso segundo capítulo, em 4 de abril de 1805 o Vice-Rei Sobremonete promulgou um “*Acuerdo Real*”<sup>44</sup> elaborado pelos ouvidores da audiência de Buenos Aires. O conteúdo deste documento representava uma síntese das vários informes e discussões travadas ao longo do expediente de “*arreglo de los campos*”. Em linhas gerais, pretendiam executar outro programa de povoamento para a defesa e consolidação da fronteira, bem como para propiciar o crescimento econômico da região.

Fora definido que todos os terrenos localizados a doze léguas da fronteira se dividiriam em “*suertes de Estancia*”. A extensão dos mesmos não

43 Idem, P. 431.

44 AGNA - Sala IX, Tribunales, Leg 144, Exp. 9. op.cit.

deveria exceder uma légua de frente e uma e meia de fundo. Assim se distribuiriam os terrenos, a pleno domínio e sem demais agravos, a famílias pobres, ficando obrigadas no término de um ano edificar suas casas e definir os limites de cada sorte.

Neste prisma, para fomentar a criação e evitar o contrabando, indicam que os novos povoadores ficariam isentos, por dez anos, do pagamento de “alcabala” e de la “sisa de cueros” que extraíssem de seus próprios animais, com a finalidade de que não se introduzisse couros nos domínios portugueses. Todavia, estes privilégios seriam unicamente destinados aos fronteiriços, cujos animais deveriam estar corretamente marcados para que se realizasse a fiscalização.

Conforme a análise de Eduardo Palermo a última cláusula do Acordo Real consistia em legalizar os títulos de propriedade da terra no término de um ano. Para tanto, seria necessário o apoio financeiro dos “*hacendados*”. Contudo, essa condição não agradava os interesses de tais senhores: “*Esa compensación, en realidad un impuesto a la propiedad, debía ser mayor que la mitad del valor actualizado de sus tierras, lo cual implicaba para las grandes extensiones importantes sumas de dinero*”<sup>45</sup> Assim, o *Gremio de Hacendados* se opôs frontalmente àquelas disposições, não colaborando nem financiando o plano proposto por Sobremonte:

*Naufregaba así el intento de reordenar la propiedad y establecer el poblamineto de la campaña. El Gremio de Hacendados continuaría con sus reclamos ante las autoridades coloniales sin aportar economicamente para encontrar las soluciones reclamadas. Los hacendados salían fortalecidos: había prevalecido el poder económico y los intereses particulares frente al poder político. La campaña permaneció con los problemas consabidos y una vez más los grandes propietarios de la tierra consolidaron su poder.*<sup>46</sup>

---

45 PALERMO, Eduardo. *Tierra Esclavizada: El Norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo: Tierradentro, 2014.

46 Idem.

<sup>50</sup> Este documento é uma transcrição completa do Expediente Custodiado no Archivo General de la Nación Argentina. Sala IX, Interior, Legajo 24, Exp. 7. O mesmo nos foi disponibilizado pelo “Equipo de Investigación Pueblos y Números del Río de la Plata 1760 -1860 – Universidad de la República – Uruguay.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, ao analisar esse processo mediante a atuação do “*blan-dengue*” Artigas foi possível constatar as contradições internas que permeavam o contexto. Evidenciamos que os projetos reformistas da Coroa foram executados em constante conflito com o jogo de forças das elites locais. Da mesma forma que as autoridades reais elaboraram diversos projetos para submeter os “*Hacendados*” sob seu controle, estes se utilizaram de conteúdos inerentes aos mesmos projetos para justificar e legitimar suas pretensões.

No entanto, não se produziu um antagonismo entre os potentados locais e as autoridades do Rei, bem como em relação aos portugueses, da mesma forma que travavam sérios litígios, teciam determinadas negociações e, dependendo do contexto, cooperavam em algumas manobras. Portanto, como já sinalizamos no decorrer do texto, é possível concluir que os agentes envolvidos na trama agiam na tensão entre suas possibilidades e seus interesses, produzindo uma dinâmica bastante complexa onde o resultado, na maioria das vezes, era distinto dos objetivos premeditados nas políticas reformistas.

## REFERÊNCIAS

- ABASOLO, Ezequiel. *La militarización borbónica de las Indias como trasfondo de las experiencias políticas revolucionarias rioplatenses*. S/l. Rg16, 2010.
- ARCHIVO Artigas: Tomo II. Montevideo: Monteverde, 1950.
- ARCHIVO General de la Nación Argentina. Sala IX. Interior, Legajo 24, Expediente 7; Sala IX. Tribunales, Legajo 144, Expediente 9.
- CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801. A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001.
- FRADKIN, Raúl Osvaldo & GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- FUENTES, Juan Francisco. *Luces y Sombras de la Ilustración española*. In: Revista de Educación. Madrid: MECD, Nº Extraordinario – “*La Educación en la Ilustración Española*”, 1988.
- GUERRA, Xavier. *Modernidad e Independencias*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- MORAES, Maria Inés. *Las Economías Agrarias del Litoral Rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: Paisajes y Desempeño*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012.

- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PALERMO, Eduardo. *Tierra Esclavizada: El Norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo: Tierradentro, 2014.
- PRADO, Fabrício. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no rio da Prata do século XVIII*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 168-184. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- SECRETO, Maria Verónica, *Os movimentos sociais na história da América Latina*. In: SECRETO, M. V.; FERRERAS N. Os pobres e a Política História e Movimentos Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- SERRÃO, José Vicente. "A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?" In: Márcia Motta (org), *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2007, pp. 31-70, p.31.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de Autoridades*. Tomo I, 1726.
- \_\_\_\_\_. *Diccionario de Autoridades*. Tomo III, 1732.

Recebido em 20/02/2017

Aprovado em 23/06/2017



# A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA FAMILIAR SOBRE A ATUAÇÃO DO GENERAL JOCA TAVARES DURANTE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893-1895

## *THE PRESERVATION OF THE FAMILY MEMORY ON THE ACTION OF GENERAL JOCA TAVARES DURING THE FEDERALIST REVOLUTION OF 1893-1895*

Gustavo Figueira Andrade<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar e preservar por meio da entrevista de História oral com a senhora Yara Maria Botelho Vieira, tataraneta do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares, 1818 - 1906), Comandante em Chefe do Exército Libertador durante a Revolução Federalista de 1893, as memórias familiares guardadas ao longo do tempo sobre a participação de Joca Tavares durante este conflito. Para tal, nos utilizando-nos metodologicamente da História oral e do conceito de memória trabalhado por Joel Candau (2012), procuraremos também tratar sobre as transformações causadas pelas preocupações contemporâneas com a memória, sua organização e preservação, atentando principalmente para as ligações desta com a construção da identidade dos indivíduos e de grupos sociais do qual fazem parte. Nesse sentido procuramos apresentar neste trabalho diferentes momentos da vida do indivíduo que ajudam a compreender sua trajetória, antes ignorada pelas biografias tradicionais. A partir da perspectiva de descendentes de federalista que participaram do conflito, a narrativa apresenta elementos que ajudam a compreender a preservação da memória e sua transmissão no âmbito familiar, passados mais de 120 anos do término da Revolução, proporcionando entender o entorno do personagem e seu contexto, trazendo a luz a indivíduos antes deixados nas entrelinhas dos eventos. Dessa forma, a entrevista possibilitou também compreender participação das mulheres no conflito, a violência que este assumiu em meio a um conturbado período da história do Rio Grande do Sul. Este trabalho foi financiado com auxílio de Bolsa CAPES/DS.

**Palavras-chave:** História Oral. Memória. Joca Tavares. Revolução Federalista de 1893.

### ABSTRACT

*The purpose of this study is to address the oral history interview with Mrs. Yara Maria Botelho Vieira, great-grandson of General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares, 1818 - 1906), commander in chief of the Liberation Army during the Federalist Revolution of 1893*

---

1 Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestrado pela Universidade Federal de Santa Maria. Desenvolve pesquisas na área de Fronteira, Política e Sociedade. Trabalho com temas da História Política renovada e da Nova História Militar, trajetórias e biografias além de correspondências e escritas de si.

, *The family memories kept over time about the participation of Joca Tavares during this conflict. To that end, we will use methodologically from oral history and the concept of memory worked by Joel Candau (2012), also trying to deal with the transformations caused by contemporary preoccupations with memory, paying particular attention to the connections of this and the construction of the identity of individuals and Of social groups of which they are part. In this sense, we try to present in this work different moments in the life of the individual that help to understand its trajectory, previously ignored by the traditional biographies. From the perspective of descendants of federalists who participated in the conflict, the narrative presents elements that help to understand the preservation of memory and its transmission within the family, after more than 120 years of the end of the Revolution, providing an understanding of the surroundings of the character and his Context, bringing light to individuals once left behind between the lines of events. In this way, the interview also made it possible to understand women's participation in the conflict, the violence it assumed in the midst of a troubled period in the history of Rio Grande do Sul. This study was funded with scholarship from CAPES/DS.*

**Keywords:** Federalist Revolution of 1893. Memory. Joca Tavares. Oral History.

## INTRODUÇÃO

Pensar a realização deste trabalho a partir dos interesses que envolvem as pesquisas que concernem a dissertação de Mestrado, levaram-me a refletir sobre a necessidade de conhecer a existência das memórias familiares guardadas ao longo do tempo sobre a participação do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) durante Revolução Federalista de 1893.

Joca Tavares<sup>2</sup>(1818-1906), foi um importante chefe político do Partido Conservador durante o período imperial na cidade de Bagé. Sua família possuía diversas propriedades rurais, inclusive na República Oriental. No que diz respeito à sua trajetória militar, lutou ao lado de seu pai, João da Silva Tavares pelas forças imperiais durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Além disso, participou da Campanha contra Oribe e Rosas (1851-1852). No entanto, seu prestígio e reconhecimento devem-se, em parte, por ter integrado o piquete que capturou e matou Francisco Solano López em Aquidabã na fase final da Guerra do Paraguai, conhecida como Campanha das Cordilheiras (PORTO ALEGRE, 1917, p.82), vindo a receber em outubro de 1870 do Imperador Dom Pedro II diversas honrarias, dentre elas o título de Barão de Itaquí, de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro e nomeado Brigadeiro Honorário do Exército Brasileiro.

Foi por diversas vezes Comandante Superior da Guarda Nacional<sup>3</sup>

2 Andrade, G, 2017. F. *A Trajetória Política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): Família, Comunicação e Fronteira*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

3 Arquivo Histórico do Rio Grande Do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Lata 428, maço 3.

em Bagé e também Comandante Militar da Fronteira<sup>4</sup>, que abrangia as cidades de Bagé a Santana do Livramento em 1885 e 1886. Logo após a Proclamação da República, em 1889, por determinação do próprio Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado novamente<sup>5</sup> Comandante Militar da Fronteira, de 1890 a 1891. No âmbito político estadual, seguindo os passos políticos de seu pai, Joca foi membro do Partido Conservador por longo tempo, inclusive alcançando cargos a nível Provincial, como, por exemplo, em agosto de 1885<sup>6</sup>, quando foi nomeado por D. Pedro II o terceiro Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Com a Proclamação da República, veio a ser um dos fundadores do Partido Federalista, em 1892, juntamente com Gaspar Silveira Martins e outras lideranças oposicionistas à Júlio de Castilhos. Foi governador do Estado por um breve período, em Bagé, quando decidiu resistir ao golpe de Júlio de Castilhos. Com a Revolução Federalista (1893-1895), mesmo com idade avançada, foi nomeado General Comandante em Chefe do Exército Libertador e o principal nome a tratar da pacificação junto às forças legalistas em 1895.

Diante da relevância do personagem para compreensão de um período turbulento da história do Rio Grande do Sul, das possibilidades que essa entrevista resultaria na preservação da memória transmitida no âmbito familiar acerca deste personagem e seu contexto, cabe ressaltar que essa tarefa exigiu um trabalho de investigação sobre a existência de familiares vivos que tivessem a disponibilidade e o interesse de conversar e expor aquilo que ainda recordavam. Tal objetivo veio a se concretizar através do contato com sua tataraneta, a Sra. Yara Maria, que se dispôs a conceder seu tempo e atenção para que realizássemos este trabalho.

A partir do conceito de memória trabalhado por Joel Candau (2012), para o qual, “são uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo”” (p. 9), atentando principalmente para as ligações entre as memórias e a construção da identidade dos indivíduos e de grupos sociais, mesmo que a entrevistada não tenha pessoalmente vivenciado a revolução, ou convivido diretamente com Joca Tavares, o convívio familiar e as memórias transmitidas de geração a geração, par-

---

4 *Jornal A Federação*, Porto Alegre, 7 out. 1885, p. 2 ; *Jornal A Federação*, Porto Alegre, 20 mar. 1886, p. 2 Nessas datas, o Barão do Itaqui, General João Nunes da Silva Tavares é nomeado Comandante da Fronteira e Guarnição de Bagé.

5 *Jornal A Federação*, Porto Alegre, 16 nov. 1889, p.1 – é veiculada nessa data a nomeação de todos os chefes de fronteiras no Rio Grande do Sul.

6 *Jornal A Federação*, Porto Alegre, 31 ago. 1885, p. 2 – Data é veiculada a nomeação de João Nunes da Silva Tavares, então Barão do Itaqui, ao cargo de Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

tindo do entendimento trazido por Michel Pollak (1992) ao asseverar que:

[...] os acontecimentos constitutivos da memória individual ou coletiva são acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, são acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer (p. 2).

Entre as motivações que nos conduziram a escolha do tema e metodologia utilizada neste trabalho, está a necessidade de salvaguardar as memórias em risco de se perder, principalmente frente a idade avançada da entrevistada, mas também devido ao papel que desempenha de responsável por um museu na Estância do Limoeiro, no município de Bagé, pertencente à família Silva Tavares. Por outro lado, a necessidade enquanto historiador de lutar contra o esquecimento, buscando nas histórias familiares, na “memória herdada”, compreensões pessoais e a diversidade das versões muitas vezes diferentes da história oficial.

As memórias preservadas pela senhora Yara Maria, memórias além de representarem uma identidade da família criando uma “coesão que identifique cada um com o grupo” (ANSART, 2001, p. 22), rememoram o período de uma das guerras civis mais violentas ocorridas no Brasil e que teve na família Silva Tavares importantes representantes da contenda. Neste sentido, compreendendo o papel dos ressentimentos e sofrimentos para a construção da memória e seus efeitos sobre ela, Arlette Farge (2001) defende que “o sofrimento, dor e rupturas acabam sendo lugares prediletos dos historiadores, as quais estão representadas na obra histórica” (p.13), como pode ser compreendido o caso da Revolução Federalista de 1893, por entender ser “a guerra como o exemplo do sofrimento por excelência” (FARGE, 2001, p.18).

Neste sentido, as preocupações com a memória têm ocupado os debates atuais em diversos setores da sociedade e principalmente no âmbito acadêmico remetendo inicialmente a necessidade de realizar uma reflexão inicial apresentando alguns conceitos e problemas que buscam compreendê-la em sua multiplicidade e complexidade, bem como as transformações ocorridas no campo da memória e as preocupações que envolvem sua organização e preservação.

## **1 A MEMÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS**

As transformações ocorridas no campo da memória, mas formas como ela vem sendo tratada desde o término da Segunda Guerra Mundial e

a descoberta dos horrores do holocausto, mas principalmente nas últimas décadas, a partir dos anos 1990 com o término da Guerra Fria (WINTER, 2006, p. 73-74) e queda da União Soviética, a invenção da internet. O mundo passou por grandes transformações, principalmente no que concerne no plano internacional, “o dado cultural da multiplicidade de valores de pensamento. O fracasso das posturas monolíticas das verdades incontornáveis” (MARTINS, 2007, p. 56) mas também da modificação da compreensão do que se entende por cultura, passando a superar a existência do que seria uma diferença entre uma cultura popular e outra erudita, onde existiria segundo Bakhtin (1985), o que chama de uma “circularidade cultural”, ou seja, passaria a ocorrer um diálogo entre esses dois âmbitos de diversas maneiras. Desde então, pode-se afirmar frente a este contexto internacional de mudanças, o qual também envolve reivindicações pelos direitos humanos e por aquilo que Andreas Huyssen (2014) chama de “fluxos transnacionais da política da memória, expressando uma nova conjuntura o fortalecimento dos debates envolvendo memória tem dominado as ciências humanas e sociais” (p.195-196).

O desenvolvimento tecnológico e científico tem se dado em todos os aspectos, de modo que as distâncias são encurtadas pela internet, a revolução nos meios de comunicação, onde podemos ter acesso a informações de qualquer parte do mundo instantaneamente, as informações através das mídias transmitem notícias em tempo real, cartas e telégrafos deram lugar e mensagens eletrônicas que permitem se comunicar com rapidez, os aparelhos celulares e telefônicos possibilitam que se converse com as pessoas de distantes localidades, a qualquer momento. Neste sentido, a passagem de uma era analógica para a digital, que muitos de nós presenciamos nas últimas décadas somadas a globalização e as questões demográficas (WINTER, 2006, p. 78), onde tudo está de certa maneira conectado, diversas preocupações têm surgido.

Algumas destas preocupações dizem respeito àquilo que muitos se referem como um excesso de informação, passando a ideia de uma aceleração do tempo e gerando o desejo de preservar tudo. Diante disso, as preocupações com a memória e sua preservação (WINTER, 2006, p. 69), frente ao sentimento de uma aceleração e esvaecimento do tempo vêm causando o que este autor chama de “boom da memória” (WINTER, 2006, p. 68).

Estas constantes preocupações da qual a memória vem sendo objeto deve-se primordialmente por “não vivermos em tradições de memória vivas, sociais, orais, comunitárias, portanto é necessário inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança, como memoriais, colóquios, fotografias. Simultaneamente jogamos fora quilos de papéis” (GAGNEBIN, 2006, p. 97).

No nível pessoal e familiar, essas preocupações tem feito com que objetos e lugares ligados à memória ganhem maior atenção, como preservação de fotografias, cartas, telegramas, diários, ganhem especial atenção na memória destas famílias, muitas vezes constituindo acervos particulares onde estes objetos de memória muitas vezes transformam-se numa espécie de culto ao passado, tentativas de recuperar uma identidade que a vida contemporânea tenta subtrair do indivíduo, transformando-se em lugar de memória (NORA, 1993, p. 21).

Por outro lado, esse sentimento de esvaecimento do tempo, da fluidez das informações e rapidez com que acontece, as identidades pessoais e familiares estão em jogo. A globalização e as trocas culturais tem reforçado a necessidade de reforçar as identidades locais. Essa crise das identidades contrapondo aquilo que Estevão de Resende Martins (2007) chama de uma identidade étnica em contraposição a uma identidade de mercado. A identidade de mercado seria aquela que não “baseia-se em lugar nenhum em particular e a todos indistintamente, tanto no aspecto material como no cultural” (2007, p. 49). Esse conflito entre as identidades causadas pela globalização traz consequências no campo das ideias e cultural “na qual circulam informação, identidade, afirmação de si, negação do outro, de todo o mundo por todo o mundo” (MARTINS, 2007, p. 50).

A reação a essa busca pela preservação pelos indivíduos de suas identidades pessoais como maneira de preservar a si e suas comunidades por meio de narrativas sobre o passado, desafiando as generalizações da História (WINTER, 2006, p. 72), o que para Estevão Martins, pode ser entendido como forma de “se afirmar objetivamente o indivíduo, é a síntese subjetiva dos componentes particulares de sua história pessoal com os elementos históricos do grupo e da sociedade a que ele pertence, expressa pela afirmação de pertencimento a tal ou qual comunidade” (MARTINS, 2007 p. 54).

Essas afirmações de uma busca pela identidade esta intimamente ligada a questão da memória, através da existência de um conflito constante entre os campos da memória, “separados pelo espaço e pelo tempo que tentam deslocar ou suplantam uns aos outros a partir de uma situação de privilégio” (HUYSSSEN, 2014, p.183). A partir do momento em que as identidades criadas pelos Estados se enfraquecem nesse movimento de globalização, os conceitos de Maurice Halbwachs (1990) e Pierre Nora (1993), que asseveram a existência de uma memória coletiva, se fragmentam na medida em que se fortalecem os grupos de identidades específicas (NORA, 1993, p. 182-183).

Por outro lado, essa preocupação com o passado, com as identida-

des e com a busca pelo passado por um sentido que se perdeu no presente, de algo que está em risco, levando a uma vontade de verdade do passado (GAGNEBIN, 2006, p. 39).

O papel do historiador nesse sentido, buscando evitar que passado caia em esquecimento, se torna um “narrador sucateiro”, ou seja, preocupando-se com aquilo que foi deixado à margem do discurso histórico, mas ligado também aos ressurgimentos de um passado e preocupados com o agir no presente, lembrando e transmitindo aquilo que quer ser esquecido (GAGNEBIN, 2006, p. 54-55).

A busca por aquilo que Rejane Gagnebin (2006) define como sendo rastros do passado, não se detendo mais apenas na escrita como elemento capaz de registrar as marcas da humanidade, montando um enorme quebra-cabeça, eles não seriam intencionais de quem os produziu, pelo contrário, podem existir justamente em razão da própria vivência do indivíduo, sendo produzidos mesmo contra sua própria vontade, eles teriam sido esquecidos. A partir desta compreensão, a busca do passado pelo historiador como citamos acima, está associada “não somente a realização de um ritual de protesto, mas também cumprem a tarefa silenciosa e imprescindível do narrador autêntico” (GAGNEBIN, 2006, p. 114-115).

A partir destes rastros do passado, a busca por rememorar aquilo que naturalmente ou impositivamente seria esquecido, por meio das tentativas de se apagar vestígios do passado e impedir a sua rememoração (GAGNEBIN, 2006, p. 46). Esse esquecimento provocado do passado pode, segundo Pierre Nora (1993, p. 8-12), muitas vezes se dar pela busca da construção de uma memória oficial, que seria a uma história do que realmente teria acontecido, ignorando a multiplicidade da memória, cristalizando um passado para legitimar ou conferir sentido a um grupo ou sociedade por meio da organização de lugares de memória. Essa compreensão de lugares de memória, partem do princípio de que não existe uma memória espontânea, e sem a constante celebração destas memórias, “sem vigilância, a história rapidamente os varreria” (NORA, 1993, p. 13).

Neste sentido, as preocupações da sociedade de preservação de suas identidades, de passados traumáticos, daquilo que confere sentido à suas existências criando o sentimento de pertencimento a determinado grupo ou sociedade, cria o sentimento de um dever de memória, para que não se olvidem certos fatos e para que a transmissão da experiência evite que se repitam (GAGNEBIN, p. 50-51). No entanto, essa vontade por memória, esse desejo de tudo preservar causariam aquilo que Pierre Nora (1993) chamou de um inchaço da memória que surge principalmente frente ao desejo de atribuir significado ao presente e da incerteza quanto ao futuro (p. 14).

Esta preservação excessiva aconteceria muitas vezes sem que se soubesse até mesmo o que as memórias representariam, num deslocamento excessivo para o passado em detrimento do presente, leva aos abusos da memória, pois “sacralizar a memória é torna-la estéril” (GAGNEBIN, 2006, p. 56). Para Andreas Huyssen (2014), o passado teria se estabelecido como algo que temporalmente prendesse a cultura popular nas sociedades do ocidente, e a “cultura da memória triunfou sobre o presente e bloqueou qualquer imaginação de futuros alternativos” ( p. 177).

Diante desses elementos, o papel do historiador em adotar uma postura ética, consciente do papel político que a memória pode assumir, das suas diversas utilizações que ela pode receber, principalmente frente às rápidas modificações ocorrida na sociedade, cabendo-lhe o papel de compreender esse processo, impedindo o esquecimento e a manipulação do passado e procurar a verdade do passado, para tanto, deve, tantas vezes quantas forem necessárias “narrar o inenarrável” (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

A partir destas reflexões até agora desenvolvidas, a compreensão da necessidade de preservar a memória do esquecimento, do papel de guarda da memória que o historiador desempenha, da sua importância para a identidade dos grupos é que abordaremos a seguir, através da entrevista com a senhora Yara Maria, a importância da utilização da memória, sua preservação no tempo e criação da identidade de um grupo.

## **2 MEMÓRIAS DE UMA REVOLUÇÃO: A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA**

A partir da década de 1980 com a Nova História Cultural, frente à intensidade provocada pelos novos debates no campo historiográfico, os quais passariam a valorizar a ampliação do conceito de fontes e a proposição de novas metodologias, novos conceitos e abordagens, aliadas à interdisciplinaridade, possibilitaram a formulação de novas problemáticas metodológicas e um novo olhar sobre os objetos para a prática histórica.

Nesse sentido, a História Oral, após superar os impulsos de uma História oral que, até então, preocupava-se com ao aspecto da militância, também passou por críticas e modificações. Esta transformação, no âmbito internacional, ocorreu principalmente através da organização da revista norte-americana *Oral History Review* em 1966, tendo por escopo a normatização, o estabelecimento de padronizações para realizar tanto a coleta quanto o tratamento das entrevistas (ALBERTI, 2014, p.162), tornando-a uma metodologia mais adequada ao meio acadêmico. No Brasil, sua consolidação veio a ocorrer somente a partir da década de 1990, com a fundação da Associação Brasileira de História Oral.

Dessa forma, a História Oral pode ser entendida como uma metodologia que vem auxiliar na compreensão daquilo que muitas vezes não está presente no discurso oficial, dando voz a todos os indivíduos, e sua metodologia “consiste na realização de entrevistas com indivíduos que participam de, ou testemunham acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2014, p. 155).

A nossa escolha pela senhora Yara Maria deve-se ao fato de ser ela a responsável pelas cartas do General Joca Tavares, assim como uma das organizadoras e mantenedoras do museu privado da família na Estância do Limoeiro, local tradicional da cidade de Bagé, reúne importante acervo documental e de objetos utilizados pela família ao longo do século XIX e XX, incluindo a arquitetura, mobiliário do local e apetrechos do cotidiano da lida campeira, apresentando um panorama da vida rural na região da Campanha Sul-Rio-Grandense e que está entre as mais importantes estâncias localizadas na Região da Campanha Sul Rio-Grandense. Ao longo de sua história, o Limoeiro foi também palco de combates e reuniões entre políticos importantes do período, era um posto da Estância do Serro Alegre, a qual pertenceu ao Barão do Serro Alegre, João da Silva Tavares, pai de Joca Tavares. Posteriormente ao falecimento do Barão do Serro Alegre essa estância passou, através de herança, para posse do irmão mais novo de Joca, o coronel José Bonifácio da Silva Tavares.

Utilizando-nos da modalidade de entrevista temática, entendidas como sendo as que “versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2014, p.175). Nessa modalidade, as perguntas foram direcionadas no sentido de questionar sobre as participações da família Tavares na Revolução Federalista de 1893; se existiam memórias guardadas e transmitidas pela família sobre a participação nos conflitos, o que lhe marca dessas narrativas e o que isso tudo significava para ela e sua família. Conseguimos riquíssimos e importantes detalhes dos acontecimentos com a Sra. Yara, bem como realizar uma entrevista filmada com mais de 40 minutos de duração, abordando diversos aspectos que analisaremos a seguir.

Nossa preocupação inicial consistia na maneira de nos posicionarmos diante da entrevista, buscando a postura de respeito e de saber ouvir o entrevistado respeitando seus silêncios, suas opiniões. Para Alessandro Portelli (1997),

[...] o reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de a ciência nos transforma em depositários de verdades únicas e incontesteáveis. Por outro lado, a utópica busca da verdade, protege-

nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis, e em última análise, irrelevantes. (p.15)

Diante destes elementos citados acima por Portelli (1997), requereu-se também de nossa parte alguns cuidados, principalmente ao se trabalhar com uma pessoa idosa, portadora de uma larga história de vida e com uma função de guardião da memória em sua família, de maneira que estivéssemos atentos ao detalhes de cada narrativa. Para tal, além de alguns elementos deveriam observados pelo pesquisador ao entrevistar, tais como a ética, a boa educação e a arte de saber ouvir, pois, de acordo com Portelli (1997):

Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não recolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência (PORTELLI, 1997, p.17).

Esse conhecimento acerca dos personagens de sua família transmitido oralmente pela Sra. Yara, principalmente no que tange a Joca Tavares e a Revolução Federalista, foco de nossa entrevista, representou a transmissão de um conhecimento acumulado, de experiências bem ou mal sucedidas, que em plena sociedade hodierna, onde tudo acontece muito rápido, as frações de segundo fazem diferença na luta contra o esvaecimento da memória tanto familiar quanto de um grupo social do qual o General Tavares fazia parte.

Entrementes, ao falar sobre a família Silva Tavares no período da Revolução Federalista de 1893, narra que a guerra civil foi muito violenta, mas que para Joca Tavares e seus quatro irmãos, o conflito acabou assumindo um caráter pessoal, pois segundo ela,

[...] dos cinco irmãos foi o que sofreu maiores atrocidades e causou realmente grande angústia pros seus irmãos, porque ele morava em Porto Alegre, na Rua da Praia. Naquela época era uma rua de residências particulares e na madrugada a casa dele foi assaltada por mandantes da brigada militar que tinha como chefe o Júlio de Castilhos, e ali ele teve na frente dele e da mulher dele dois filhos mortos, dois jovens, dois adolescentes, de mais ou menos treze, quinze anos, e ao presenciar aquilo a mãe dos meninos perdeu o juízo, enlouqueceu vendo aquela atrocidade (VIEIRA, 2013).

A nitidez com que se percebe em seu discurso o trauma que representou para aquela família, o ressentimento que justificava a época a reação armada, vem de encontro a uma historiografia que aborda os federalistas como apenas motivados pelos interesses econômicos, interessados em recuperar o poder, sem ao menos considerar os aspectos da subjetividade das famílias envolvidas. A existência de um ressentimento ligada a figura de Júlio de Castilhos em sua narrativa, remete o que Pierre Ansart (2001) fala sobre o papel que os “provocadores de ressentimento” (p. 20) e o recurso a violência entendido dentro do que se entende como uma reação que influencia a ação dos indivíduos (ANSART, 2001, p. 21).

Ao rememorar os eventos que teria sido transcorridos há 120 anos do término da contenda, sua narrativa permite visualizar as angústias da família naqueles tempos, é claro que variando “no tempo e nas circunstâncias” (FARGE, 2011, p.11) o historiador deve procurar apreender e “saber interpretar a dor, a emoção” (FARGE, 2011, p. 22). Os detalhes que sobrevivem ao tempo ficam evidentes quando descreve a ação dos legalistas,

[...] quando o Limoeiro foi invadido aqui em 1895 pra 1896, mas era em 95 ainda, ele teve parte da sede incendiada pelas tropas do Coronel Pedroso. Coronel Pedroso pegou um porco, decepou a cabeça, decapitou, deixou o porco assim, encostado nessa cadeira que era do vovô Zeca Tavares e um quepe, de militar e escreveu algumas palavras com sangue assim na parede (VIEIRA, 2013).

Esse trecho transcrito de sua entrevista traz luz a Batalha do Rio Negro, embora a Sra. Yara possa ter se equivocado com as datas, pois em 1895 o coronel Manoel Pedroso já havia sido degolado na referida batalha, no entanto, durante o ano de 1893. Considerando o que Joel Candau (2012) se refere sobre a presença do esquecimento como um elemento da memória

[...] mesmo a narrativa mais atenta é trabalhada pelo esquecimento ao qual se teme, pelas omissões que se desejam e pelas amnésias que se ignoram, tanto quanto é estruturada pelas múltiplas pulsões que, na classificação de nosso passado, nos fazem dar sentido e coerência à nossa trajetória de vida (p. 76-77).

Mas o relevante a ser considerado é o relato que remete à barbárie do conflito, das violências e provocações que permitem compreender as degolas como práticas de vingança por ambos os lados. O nome do coronel

Pedroso justamente se destaca nesse sentido, pois segundo os jornais da época, *A Federação e Diário de Pelotas*<sup>7</sup> dos anos de 1893, assim como parte da historiografia oficial<sup>8</sup> não considera esses elementos guardados pela memória desses narradores, pois foi este coronel legalista que, juntamente com 300 homens seu comando, veio a ser degolado quando derrotado por Joca e seu irmão Zeca.

Importante destacar como os sistemas políticos, tanto no passado quanto no presente, “possam favorecer, em maior ou menor intensidade, os ressentimentos ou que conjunturas particulares, como guerras, levem a exacerbação do ódio e provoquem, segundo suas palavras, o desencadeamento da barbárie” (ANSART, 2001, p. 25). Na sequência de sua narrativa, permite a compreensão do envolvimento pessoal e das motivações que tornaram esquecidas com o tempo,

Não fez atrocidades com pessoas que estavam na casa, mas fez essa, essa afronta, essa provocação. E ele já tinha feito alguma maldade esse Coronel Pedroso lá pra zona de Caçapava quando ele encontrou com pai do Adão Latorre, e com a família do Adão Latorre e fez realmente atrocidades e maldades. Quando o Adão Latorre soube que ele tinha passado aqui pelo Limoeiro, o Adão Latorre procurou o vovô Zeca Tavares, que era o irmão mais moço da irmandade, filho do Visconde do Serro Alegre e soube que o vovô Zeca ia combater e pediu para se incorporar nessa tropa. E Vovô Zeca aceitou. E o Adão Latorre começou assim, despreparado, humilde, mas acabou como coronel. Foi pegando experiência, foi pegando lucidez, estratégias, aprendendo e quando se encontraram com as tropas do Coronel Pedroso, o vovô Zeca disse “Bom, toma que este homem é teu!” (VIEIRA, 2013).

A referência ao Coronel Adão Latorre, que faz parte das lendas sobre a revolução, e que nas diversas histórias orais a que tivemos a oportunidade de realizar, ele é lembrado, considerado famoso na historiografia por ter sido hábil degolador, mas sem considerar o que possa ter lhe levado a esse desfecho, a essas práticas. Para Joel Candau (2012) “um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais, sem que por isso compartilhem as

7 Os referidos jornais foram consultados na Biblioteca Pública de Pelotas, ainda quando cursava a graduação em História, e como bolsista de iniciação científica tive acesso a hemeroteca. Outro local que tivemos acesso aos jornais foi através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a qual contém inúmeros jornais do período referido para consulta.

8 Sobre Revolução Federalista ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: UFRGS, 1996; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. 92p.

mesmas representações do passado” (p. 35) podemos compreender que a complementação entre as memórias, ao mesmo tempo em que esses discursos fazem parte de vivências distintas, de modo que “dois indivíduos não compartilham jamais as mesmas experiências” (CANDAUI, 2012, p. 36). Certamente não justifica a prática da violência, mas no contexto do século XIX foi uma prática frequentemente relatada. Outro elemento que merece ser ressaltado, é que na sua narrativa a entrevistada se refere à Estância do Limoeiro, e que nela estariam apenas as mulheres e alguns empregados, ela destaca o papel da mulher nesses tempos aonde os homens iam para os combates e quem cuidava dos negócios eram muitas vezes as mulheres,

(...) o Zeca Tavares sabia que a mulher dele, Umbelina Tavares da Silva Tavares, estava aqui, com filhos, sobrinhos, agregados, e empregados, funcionários. Ele viu o incêndio, mas ele tinha ordem do irmão, que era seu chefe militar, do Joca, de tomar aquele posto e depois ir com seus soldados para Jaguarão (VIEIRA, 2013).

O fato de a entrevista ter sido realizada na referida estância do Limoeiro como havíamos citado acima, podendo esta ser considerada de acordo com Pierre Nora (1993), como um lugar de memória. Neste sentido, o local ideal para rememorar os acontecimentos e confere detalhes à narrativa uma maior riqueza de detalhes. A Sra. Yara, imbuída de um dever de memória quando assevera

[...] eu me sinto comprometida e compromissada a cuidar e preservar o acervo que aqui se encontra que é bastante variado, bastante rico em relação a documentos, mapas, armas, vestimentas, condecorações, (...) Lembrando todo o período cultural, econômico, religioso, em que o papel da mulher foi muito, muito importante, porque se a mulher não tivesse ficado na estância, cuidando, preservando quando os homens voltavam das revoluções, estaria tudo destruído (VIEIRA, 2013).

Esse comprometimento com o passado pode ser entendido como um dever de testemunhar a História pode ser entendido segundo Joel Candau (2012), para o autor, “a memória com frequência recusa-se a calar-se, imperativa, onipresente invasora excessiva, abusiva, é comum evocar que seu império se deve à inquietude dos indivíduos e dos grupos em busca de si mesmos” (p. 125), indo direto a perpetuação de sua memória no tempo e a construção da identidade do grupo que fez parte.

Pensar na interligação entre a memória e identidade para um determinado grupo é algo primordial segundo Candau (2012), pois a “memória é a identidade em ação” (p. 18) constituindo-se tanto de lembranças quanto esquecimentos, levando muitas vezes os indivíduos, “a incorporar certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais que dependem da representação que ele faz do próprio passado” (CANDAU, 2012, p. 18-19). É a partir desse entendimento que buscamos compreender o posicionamento e a narrativa da entrevistada, quando a Sra. Yara, quando, em determinado momento, declarou sua preocupação com os usos da memória e com seu papel de guardiã de uma memória familiar, afirmando que “eu falo em integridade porque correu muito na boca dos estudantes, e até dos professores né que havia muita maldade por parte dos Maragatos, que eram os degoladores e essa palavra degola machuca, ela machuca, ela fere” (VIEIRA, 2013), evidenciando uma preocupação com o que se reproduz ainda hoje sobre seus ancestrais.

Esse relato da entrevistada evidencia as idiossincrasias dos vencidos, daqueles que por muito tempo foram denegridos por motivos políticos, mas que tem sua percepção e versão dos eventos do passado, da importância que Joca Tavares e seus irmãos desempenharam na revolução e do papel que exercem na formação da identidade de um grupo familiar entorno destes agentes históricos.

Essa preocupação com o que por muito tempo foi dito sobre os maragatos, ferindo e machucando segundo ela, leva a pensar que esta está interligada ao entendimento de que sobre determinados assuntos existiriam pessoas autorizadas para falar sobre. Joel Candau (2012) vai falar sobre o fato de que “uma visão de mundo, de um princípio de ordem, de modos de inteligibilidade da vida social, supõe a existência de “produtores autorizados” da memória a transmitir” (p. 124). Por outro lado, pode ser entendida como uma disputa pela memória, a qual segundo Pierre Ansart (2001), geralmente é responsável pela “organização de processos confusos, onde as diferentes versões da história e as diferentes memórias pessoais e familiares puseram-se” (p. 32).

Muitas das informações trazidas pela Sra. Yara nos reportam importantes elementos sobre a trajetória de Joca Tavares, apresentando narrações que muito provavelmente vem a reforçar aquilo que contam as biografias tradicionais<sup>9</sup> até então produzidas tem apresentado, mas que pode

9 PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917. RHEINGANTZ, Carlos G. *Famílias primeiras de Bagé*. Bagé: EDIURCAMP, 1993. TABORDA, Tarcísio. Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé. In: Conferência realizada na Academia Rio-Grandense de Letras. Porto Alegre: Biblioteca Pública do Estado

evidenciar um pouco do caráter de Joca ao longo de sua trajetória,

Eu posso citar alguns casos assim, de honradez, de hombridade. O general Joca Tavares quando se encontrou em Aquidabã, em 1870, no combate, na guerra do Paraguai, com Solano Lopes, que era seu grande inimigo, ao se encontrar frente a frente com Solano Lopes, o Solano Lopes fez um gesto da maçonaria que significa perdão, clemência, misericórdia e o Joca Tavares em respeito a esse irmão da maçonaria, embora fosse seu inimigo, não agrediu, não feriu (VIEIRA, 2013).

O trecho narrado traz dois importantes relatos. O primeiro fala sobre a participação de Joca Tavares na Guerra do Paraguai, mostra um dos motivos pelos quais ele teria recebido o título de Barão do Itaqui pelo Imperador D. Pedro II após o término do conflito. Por outro lado proporciona uma visão sobre os diversos aspectos da vida do agente histórico, no caso seu pertencimento à Ordem da Maçonaria, o que permite estabelecer uma série de relações com importantes momentos de sua vida e o estabelecimento de relações sociais de poder a partir desse convívio proporcionado pelo pertencimento a este grupo.

Uma outra narrativa realizada por dona Yara, ao mesmo tempo em que apresenta uma exaltação do herói, típica das biografias históricas produzidas durante o século XIX, mas que diz muito sobre o papel que a biografia de Joca Tavares ocupa de centralidade na identidade da família Silva Tavares, e identificação, a apropriação que ela realiza dessa história como um modelo,

(...) Também mostra que era uma pessoa de caráter. Que sabia reconhecer seus limites. Quando ele estava lutando com 79 anos e alguns meses em cima de uma coxilha, do alto de uma coxilha, de madrugada, duas horas da manhã, ele encarangou (sic) de frio, encarangou (sic) uma palavra bem aqui do Rio Grande do Sul. Eu sou carioca mas eu falo como gaúcha. Ele encarangou (sic) e os soldados tiveram que retirar ele do lombo do cavalo, deitaram ele no chão, fizeram um fogo, um soldado se deitou por cima dele, assaram carne e deram carne para ele se alimentar. E duas horas depois,

---

do RS, 3 jun. 1993. BISCHOFF, Alvaro W. João Nunes da Silva Tavares. p. 9-11; In: CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz (orgs). TAVARES, João Nunes da Silva. *Diário da Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

o velho tava montado à cavalo de novo, comandando seus soldados, com quase oitenta anos (VIEIRA, 2013).

Importante ressaltar, a partir desse relato, que não constitui nosso interesse no presente trabalho apresentar uma biografia ou mesmo nos utilizarmos destes relatos para construir uma biografia histórica como as realizadas durante o século XIX, e ainda praticadas, de exaltação do indivíduo, tratando sua vida como a de um herói e como se a história fosse a mestra da vida. Muito pelo contrário, nosso objetivo consiste em compreender essas pequenas histórias rememoradas que sobrevivem a tentação do esquecimento, que em si consiste num apaziguamento dos “ódios de que foram vítimas estendem suas consequências para o presente” (ANSART, 2001, p. 31). O relevante é compreender a permanência da memória, as construções que dão sentido e coesão a um grupo, através da reprodução de sua visão de mundo na qual “a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade” (ANSART, 2001, p. 19).

A sobrevivência destas memórias ao longo do tempo na família da Sra. Yara Maria é possível de ser compreendida a partir do que Joel Candau (2012) define como sendo uma memória forte, ou seja, quanto menor for o grupo, mais forte é a memória, “compacta e profunda, que se impõe a uma grande memória dos membros de um grupo, qualquer que seja seu tamanho (...) é organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo” (2012, p. 44).

Neste âmbito, ao trabalhar com o conceito de memória forte, e nesse caso o autor admite a possibilidade de uma memória no sentido coletivo, é importante atentar para a importância de não incidir no que Candau (2012) chama de *retóricas holistas*, que consiste em não considerar uma singularidade, ou uma particularidade, como uma característica geral, não incidir em generalizações, crendo que todas as memórias que ainda resistem na tradição oral de algumas famílias sobre este período sejam as mesmas, ou que tenham os mesmos juízos de valor sobre a relevância dos acontecimentos (p. 29-30).

Compreender a memória não é algo simples, muito menos seria pretensão nossa restringi-la a esta interpretação que realizamos, segundo nosso entendimento e para o fim a que nos propusemos. Devemos levar em consideração para a análise do que expusemos acima, que “as entrevistas de História oral estão preocupadas em recolher as memórias que vem do passado. Essas entrevistas não são o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a seleção voluntária e organizada de uma memória perdida” (NORA, 1993, p.16), o esquecimento e a seleção do que falar ou não falar também esteve presente, o que derruba qualquer pretensão de

que seja uma verdade inquestionável.

Por outro lado, o trato com memórias, com a História oral quando pretende-se utilizar para construção de uma biografia, devemos estar atentos para não nos deixarmos fascinar pela riqueza dos detalhes como algo que reflita a verdade do passado. A ilusão biográfica, ou seja, para o fato de a “unidade do eu ser, na verdade, uma formidável abstração” (ALBERTI, 2014, p. 169) consistindo naquilo que Pierre Bourdieu essa ilusão “compreende a ideia de uma identidade coerente, de um todo com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos. Além disso, a ordem cronológica com que se organizam biografias imprime a vida numa lógica e prospectiva, preocupada em dar sentido à existência” (BOURDIEU, 1996, apud ALBERTI, 2014).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho buscaram compreender as transformações que os estudos sobre memória têm sofrido nas últimas décadas. As preocupações cada vez maiores pela preservação frente a produção massiva de informação e aos abusos que podem ser realizados ao distorcê-la ou olvidá-la. A necessidade de preservação das identidades locais, dos grupos de interesses, familiares, e mesmo pessoais levaram a nossa preocupação com a realização da entrevista que proporcionou a realização deste trabalho, procurando retardar o esquecimento e o esvaecimento da memória que por gerações fez parte da identidade de uma família e que traz por meio dos relatos, uma história que se permeia à da sociedade onde está inserida.

Nesse sentido, as memórias familiares apresentadas pela senhora Yara, partindo da perspectiva federalista, apresentam importantes relatos acerca de momentos da trajetória de Joca Tavares que escapam das biografias tradicionais que não davam conta de problematizar o indivíduo, trazendo elementos que remontam ao período da Guerra do Paraguai e proporcionando um entendimento de episódios antes desconhecidos sobre a trajetória desse personagem. Através desta entrevista procuramos entender o entorno do personagem e seu contexto, e dessa forma, acabamos por evidenciar a atuação das mulheres como protagonistas durante guerra civil de 1893-1895 ao lidar com a administração das propriedades, cuidar dos filhos e muitas vezes pegar em armas para defender suas famílias. Esses elementos apontam, juntamente com a narrativa da entrevistada, que o papel destas memórias como inspiração para o presente desta senhora e, portanto, para construção da identidade familiar. Desde a justificativa da escolha pelo Limoeiro por ter resistido ao tempo e aos conflitos dos quais

foi testemunha, mas também devido ao amplo acervo de objetos e documental que preserva, foi possível destacar a importância do local na política do final do século XIX e início do XX na política Sul-Rio-Grandense.

Procuramos também evidenciar por meio desta entrevista, a perspectiva do que foi passado de geração a geração sobre a brutalidade que caracterizou o conflito fratricida, apresentando um olhar diferente do construído pela historiografia, trazendo a luz alguns indícios da trajetória de indivíduos antes relatados apenas nas entrelinhas da Revolução.

Assim, dentro dos diversos aspectos que a nosso ver compreendem parte importante para o entendimento daquilo que a historiografia oficial não deu voz, a história dos vencidos, mas ao mesmo tempo, procuramos apresentar uma história que permite um olhar sobre uma época e sobre as múltiplas facetas que envolvem os agentes históricos e as sociedades à qual pertencem.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. – 3. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, p.155 – 202, 2014.
- ANDRADE, Gustavo Figueira. *A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira*. Dissertação (Mestrado História). Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em História, UFSM, 2017.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, p.15-36, 2001.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande Do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Lata 428, maço 3.
- Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 7 out., p. 2, 1885.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BISCHOFF, Alvaro W. João Nunes da Silva Tavares. p. 9-11; In: CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz (orgs). TAVARES, João Nunes da Silva. *Diário da Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro:

- Ed. FGV, 1996. *Apud* ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. – 3. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, p. 183-191, 2014.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade social*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FARGE, Arlette. Do sofrimento. In: *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, p.13-24, 2011.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 1993.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. Memória, história e testemunho; O que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: *Lembrar, escrever e esquecer*. São Paulo: Editora 34, p. 39-48; 49-58; 97-106; 107-118, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. – Tradução de Laurent Léon Schaffter – São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- HUYSSSEN, Andreas. Usos tradicionais do discurso sobre o holocausto e o colonialismo. In: *Culturas do Passado – presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 177-194, 2014.
- Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 31 ago., p. 2, 1885.
- Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20 mar.. p. 2, 1886.
- Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 16 nov., p. 1, 1889.
- MARTINS, Estevão de Resende. *Cultura e poder*. – 2ª ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2007.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo: Ed. PUC, n.10, dez, 1993.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, p. 01-15, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História oral. *Projeto História*. São Paulo, 15 abr./1997, p.13-49. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>>. Acesso em: 3 dez. 2015.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Famílias primeiras de Bagé*. Bagé: EDIURCAMP, 1993.

- TABORDA, Tarcísio. Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé. In: *Conferência realizada na Academia Rio-Grandense de Letras*. Porto Alegre: Biblioteca Pública do Estado do RS, 3 jun. 1993.
- VIEIRA, Y. M. B. *Joca Tavares e a Revolução Federalista de 1893-1895*. Bagé, NDH/ UFPel, 4 abr. 2013. Registro de Entrevista de História Oral parte do projeto “Rememorando combates: a Revolução Federalista de 1893 através de fontes textuais, visuais e orais no sul do Rio Grande do Sul”. Entrevista concedida a Gustavo Figueira Andrade e Aristeu Elisandro Machado Lopes.
- WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o boom da memória nos estudos contemporâneos de História. In: SELIGMAN, Márcio. *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, p. 67-90, 2006.

Recebido em 01/02/2017

Aprovado em 05/05/2017

# A VISITA DE OLAVO BILAC AO RIO GRANDE DO SUL E A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONALISTA ENTRE OS INTELLECTUAIS GAÚCHOS

## *THE VISIT OF OLAVO BILAC TO RIO GRANDE DO SUL AND THE SPREADING OF THE NATIONALISTIC PROGRAM AMONGST GAUCHOS INTELLECTUALS*

Jefferson Teles Martins<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar as transformações no sistema intelectual brasileiro no contexto da Primeira Guerra Mundial e o alinhamento da elite intelectual a uma agenda nacionalista. Para isto, primeiramente, narra a visita de Olavo Bilac ao Rio Grande do Sul em 1916 durante a sua Campanha Nacionalista com o propósito de defender a criação da *Liga de Defesa Nacional* e apresentar à elite intelectual local o programa nacionalista que deveria ser o núcleo das produções intelectuais com vistas à educação cívica e patriótica da população. Em seguida, mostra a eficácia e penetração daquelas ideias através de dois exemplos de intelectuais locais que se articularam ao programa nacionalista, a saber, Fernando Luís Osório e Jorge Salis Goulart.

**Palavras-chave:** Nacionalismo. Olavo Bilac. Intelectuais. Rio Grande do Sul.

### ABSTRACT

*This article aims to show the changes in the Brazilian intellectual field around the First World War and the alignment of intellectuals to the new nationalistic agenda. In order to do that, first, narres the visit of Olavo Bilac to Rio Grande do Sul in 1916 during his Nationalistic Campaign. The Olavo Bilac's purpose was to defend the foundation of a regional committee of the National Defense League and present to local intellectual elite the nationalistic program and ideas that should be the center of intellectual productions aiming the civic and patriotic education of population. Second, shows the efficiency and spreading of those ideas through the example of two intellectuals who at some point embraced the nationalistic program: Fernando Luís Osório and Jorge Salis Goulart.*

**Keywords:** Nationalism. Olavo Bilac. intellectuals. Rio Grande do Sul

A Primeira Guerra Mundial provocou profundas mudanças no pensamento intelectual brasileiro da época. A Europa era vista como o modelo de civilização a ser seguido, mas a partir daquele momento as sociedades europeias passaram a ser criticadas e avaliadas como sociedades velhas e ultrapassadas, o que abriu espaço para a valorização dos caracteres nacio-

---

1 Doutor em História pela PUCRS.

nais, vistos, a partir de então, como o novo e o futuro, cheios de possibilidades para um brilhante devir. No Brasil, o contexto externo de crise gerou a oportunidade para o advento do “novo nacionalismo”<sup>2</sup>, que teve como resultado concreto a criação da Liga de Defesa Nacional, cuja vanguarda foi assumida por intelectuais como Olavo Bilac e Coelho Neto (SKIDMORE, 1976).

Internamente, a crise de hegemonia por que passava o pacto oligárquico, que deu os primeiros sinais de fissura na Campanha Civilista (1910), também ajudou a criar as condições para que ocorresse a reconversão de intelectuais para questões políticas e sociais. Sabe-se que depois da entusiástica adesão dos intelectuais à campanha republicana seguiu-se uma rápida desilusão com o novo regime implantado. Os intelectuais, desgostosos com a experiência republicana, optaram por uma distância relativa da política<sup>3</sup>, vivenciando apenas a “república das letras” em cafés, salões e livrarias (VELLOSO, 1996; GOMES, 1999).

Em meio a este conjunto de transformações, externas e internas, os intelectuais se reinserem no mundo social dos homens de “carne e osso”, tomam posições e ocupam espaços no campo de poder, rompendo com o isolamento relativo que os caracterizou nas primeiras décadas republicanas. Mediante a redefinição do seu papel na sociedade, os intelectuais passaram a ocupar (ou reivindicar) a posição de porta-vozes e vanguarda dentro de um programa nacionalista que tinha como missão criar a Nação. Esse movimento teve efeitos estruturantes na esfera intelectual brasileira como a transformação no sentido e no papel dos intelectuais na sociedade (SKIDMORE, 1976; VELLOSO, 1993; PECAUT, 1990).

O movimento nacionalista do primeiro pós-guerra instaurou uma agenda intelectual a ser seguida por artistas e homens de letras em geral, na qual figurava como prioridade o estabelecimento de uma identidade nacional, mas também afetou os próprios critérios de reconhecimento e legitimação intelectual. As produções da literatura e da arte deveriam, a partir de então, ter uma função social e didática para serem aceitas como legítimas: ensinar ao cidadão o amor à pátria. Os intelectuais se auto investiram da condição de portadores da identidade nacional (PECAUT, 1990; VELLOSO, 1993).

---

2 Esta expressão “novo nacionalismo” não faz parte do vocabulário dos coetâneos, mas é empregada por Thomas Skidmore para designar o movimento nacionalista surgido no contexto da Primeira Guerra Mundial, que alterou a relação dos homens de letras no Brasil com a política e a sociedade e, também, o papel da intelectualidade na sociedade (SKIDMORE, 1976).

3 Este quadro deve ser matizado pela ideia de que os intelectuais, nesse período dos primeiros anos da República, continuaram atuando no campo político, mas de maneira subreptícia (SILVEIRA, 2015, p. 133, 134).

Segundo o diagnóstico de Olavo Bilac, o país passava por uma crise moral devido à falta de solidariedade nacional que podia ter como consequência o esfacelamento da nação. Como solução para este diagnóstico defendia dois caminhos: a educação cívica e o serviço militar obrigatório. Conforme Bilac:

Quero e sempre quis a instrução e a defesa do país pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel e o quartel dentro da escola. A segurança das pátrias depende da inteligência e da força: o estudo defendendo a civilização e a disciplina defendendo o estudo (Olavo Bilac apud RANQUETAT Jr., 2011, p. 11).

As bordas do sistema intelectual brasileiro não ficaram infensas a estas transformações tanto nos padrões de legitimação da esfera intelectual quanto no papel dos homens de letras. Para estabelecer um campo do pensável, ou seja, uma problemática legítima e uma nova agenda intelectual, em 1916, Olavo Bilac esteve durante mais de trinta dias no Rio Grande do Sul, dos quais 14 foram gastos em Porto Alegre. Desde a despedida no Rio, a visita de Bilac foi revestida de caráter oficial, contando com a presença do representante do presidente da República, o General José Caetano de Faria (Ministro da Guerra), também o deputado federal do Partido Republicano Rio-grandense Joaquim Osório e o presidente do Banco do Brasil, Homero Batista.<sup>4</sup>

Olavo Bilac chegou a Porto Alegre no domingo de 1º de outubro de 1916. Foi recebido com honras civis e militares. Sua chegada que já era aguardada com ansiedade e vasta divulgação pela imprensa local, causou verdadeiro *frenesi* na sociedade porto-alegrense. Durante os 14 dias que se seguiram cumpriu extensa agenda de visitas, desfiles, bailes, festivais, conferências e solenidades na capital sul-rio-grandense. O jornal *O Diário* estampou o editorial de boas-vindas ao poeta:

Porto Alegre tem a honra de hospedar Olavo Bilac, a mais pura glória das letras brasileiras, o mais nosso dentre os poetas nacionais. “O Diário” presta a sua homenagem ao grande poeta e ao brasileiro ilustre que depois de ter engrandecido a pátria com o seu estro, empreende, neste momento a mais bela e desinteressada campanha do nosso reerguimento moral como povo e como nacionalidade. A Êsquilo

---

4 Joaquim Osório e Homero Batista foram sócios correspondentes no quadro de fundadores do IHGRGS.

concedera a Grécia o prêmio de dirigir um exército como recompensa de haver magnificado com as suas tragédias. Que o Brasil, nessa jornada, se deixe guiar pelo maior dos seus poetas.<sup>5</sup>

Para encontrá-lo uma comissão central, formada por altas autoridades da capital<sup>6</sup> e acompanhada da banda de música do 2º Batalhão da Infantaria da Brigada Militar, foi ao seu encontro no rebocador Júlio de Castilhos. As homenagens começaram quando Olavo Bilac passou do Mercedes – embarcação que o trouxe do porto de Rio Grande pela Lagoa dos Patos – para bordo do Júlio de Castilhos. Foi apresentado a todos pelo colega da Academia Brasileira de Letras, Alcides Maia. Porto Alegre teve sua rotina alterada durante a estada do poeta. O trecho a seguir, que relata o desembarque de Olavo Bilac e sua locomoção ao Grande Hotel, onde hospedou-se, serve para ilustrar a concorrência das multidões para ver de perto o famoso poeta:

O festejado poeta desembarcou ladeado pelo dr. Zeferino Ribeiro<sup>7</sup>, representante do general Salvador Pinheiro Machado, vice-presidente do estado em exercício, e pelo dr. Montauray Leitão, intendente municipal.

Na plancha foi o ilustre hóspede recebido pelos generais Pinheiro de Bittencourt<sup>8</sup> e Ildefonso Pires de Moraes Castro, que lhe apresentaram as boas-vindas.

O povo abriu, depois em alas, e o excelso autor dos “Amores da Aranha” começou a andar por entre aquela multidão que o aclamava delirantemente, enquanto as bandas de música executavam a sinfonia do Guarany.

O percurso do Cais à praça Senador Florêncio foi feito em 15 minutos, em consequência da dificuldade que a grande massa opunha ao trânsito.

Bilac, acompanhado pelo mundo oficial, chegou ao Grande Hotel às 11 horas e 40 minutos.

Alguns instantes após, chegava à sacada do primeiro andar tendo à direita o general Pinheiro de Bittencourt e à esquer-

5 O *Diário*, Porto Alegre, 1 de outubro de 1916.

6 Coronel Marques Guimarães, drs. Aurélio Py, Fabio Barros, Franklin Pessoa, Germano Petersen Junior, Alcides Maia, Emilio Kemp, Monsenhor Mariano da Rocha, Zeferino Brasil, Benjamim Flores e outros. Mais as comissões das Escolas Superiores: Faculdade de Direito, Escola de Comércio, Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia (Jornal *O Diário*, 2 de outubro de 1916, Porto Alegre. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa).

7 Futuro membro do IHGRGS.

8 Comandante da região militar.

da Alcides Maia.<sup>9</sup>

No primeiro dia da estada de Bilac em Porto Alegre, um dos novos escritores que era considerado um de mais largo futuro entre os da sua geração no Rio Grande do Sul, Mansueto Bernardi, foi convidado a recitar, no Palácio Municipal, o poema *Exaltação* (1916) que mandara imprimir em edição especial comemorativa da visita de Olavo Bilac. O poeta da Liga de Defesa Nacional disse às autoridades sul-rio-grandenses reunidas na sua recepção na Intendência Municipal naquela primeira noite:

Rio-grandenses, mais do que nunca o Brasil precisa hoje de vós e confia em vós! Já sendo crentes, sede apóstolos! Já sendo soldados, sede instrutores! Heróis, filhos de netos de heróis, criai novas legiões de heróis! E continuai, aumentai, multiplicai infinitamente o vosso heroísmo, em favor da unidade, da força, da defesa, da paz e da glória do Brasil!<sup>10</sup>

Todos os passos de Olavo Bilac em Porto Alegre foram registrados nos jornais da época pelos jornalistas que o acompanhavam para onde quer que fosse. Em todos os eventos dos quais participou, o “eminente poeta” atraiu “multidões” e a “concorrência do que de mais fino em Porto Alegre”, e a cada discurso arrancava “verdadeiras ovações” de suas assistências.<sup>11</sup>

O objetivo de Olavo Bilac era falar da finalidade da Liga de Defesa Nacional e da necessidade da incorporação da ideia do nacionalismo pelos patricios do Rio Grande do Sul e, em especial, pelos intelectuais locais. Assim, em seu quarto dia na capital do estado, foi recepcionado solenemente pela Academia de Letras do Rio Grande do Sul, que era presidida pelo Monsenhor Mariano da Rocha, no Theatro São Pedro.<sup>12</sup> Em seu discurso, “perante uma assistência numerosíssima e seleta”, Olavo Bilac enalteceu o nacionalismo literário dos homens de letras do sul declarando: “não vim aqui pregar o patriotismo e o civismo, que já aprendestes em dois séculos de valor”. Seguiu:

---

9 O *Diário*, 3 de outubro de 1916, Porto Alegre, p. 4. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa.

10 O *Diário*, Porto Alegre, 2 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa.

11 O *Diário*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916, p. 5. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa.

12 Entre os membros da Academia de Letras do Rio Grande do Sul estavam Mariano da Rocha, Aquiles Porto Alegre, João Pinto da Silva, Alcides Maia, José Paulo Ribeiro, João Maia, Lindolfo Collor, Otávio de Faria, Tancredo Fernandes de Melo, Manuel Joaquim de Faria Correa, todos futuros fundadores do IHGRGS.

A literatura que aqui praticais é boa literatura. Todos os vossos livros que já li, trazem a luz e o aroma do vosso ar e dos vossos campos. A vossa história e os vossos costumes, a alma da vossa terra e da vossa gente, poesia da natureza e poesia do povo, vivem nas páginas que tendes imaginado e publicado. É o melhor louvor que vos posso dar. **Exalço e abençoo o vosso nacionalismo literário.** Não vos contaminei o vício da arte dissolvente, em que pontificam distribuidores de palavras ocas, professando que o talento pode reinar sem o patriotismo, como sem a moral. Homens de letras, sois os mesmos homens simples, amigos da vossa gente, e cidadãos na vida corriqueira e na vida da arte, cidadãos entre os vossos filhos e entre os vossos livros, nos lares que fundastes com vosso afeto e nas obras de ficção que aparelhastes com a vossa inteligência.

Se agradecendo as boas palavras de animação que me dirigistes, venho entreter-vos de assunto que não de pura técnica literária, é porque sei que **a vossa literatura é fruto e flor do vosso patriotismo.** E sei também que o vosso povo vos escuta com carinho e vos lê com confiança... **Dizei-lhe, senhores, que ele deve, como vós, persistir no seu culto regionalista, amando o seu torrão, e cada vez mais se integrando no culto nacionalista, na adoração da unidade da Pátria.** E dizei-lhe que, para os povos dignos, como para os homens nobres, a mais bela virtude é a do desinteresse. [...] A vossa literatura é uma força. Já a aproveitastes para a coesão e consciência dos rio-grandenses: coligindo e catalogando as lendas do povo, os contos singelos e as ingênuas trovas dos vossos campinos, e depois, com o vosso talento e a vossa cultura, estabelecendo em romances e poemas os vários aspectos do trabalho, das lutas, do amor, do entusiasmo de toda a vida da população – de certo modo criastes a existência moral da sociedade em que viveis, porque a fixastes em beleza artística. **Deveis agora aproveitar esta força para uma multiplicação de coesão e consciência – para o trabalho da unidade da Pátria. Professai e pregai, em todas as páginas que escreverdes, este princípio: a riqueza, o progresso, a ventura de cada um dos fatores da federação não devem ser unicamente inventados e aumentados para o engrandecimento próprio, mas para o engrandecimento do Brasil** (grifos meus).<sup>13</sup>

Esta longa transcrição de trechos do discurso de Olavo Bilac é

13 O *Diário*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916, p. 5.

elucidativa sobre como o programa nacionalista foi apresentado aos intelectuais locais. Na verdade Bilac estava estabelecendo a agenda a ser seguida pelos intelectuais sul-rio-grandenses que deveria ter o nacionalismo como núcleo e cumprir o dever patriótico.

Um importante desdobramento desse movimento foi o surgimento entre os intelectuais gaúchos, nos anos 1920, de um novo regionalismo que se expressava como missão política, cujo escopo era a integração regional ao quadro nacional e, também, a defesa da “autoridade moral” do Rio Grande para exercer a liderança política nacional.

Do ponto de vista historiográfico, foi fecunda a visita de Olavo Bilac. A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul se deu nesse contexto, quando ainda se ouviam os ecos da pregação nacionalista de Olavo Bilac. Os historiadores que criaram o IHGRGS tomaram para si a missão de reformular os atributos regionais através da disciplinarização da memória e da identidade regional para o Rio Grande do Sul, articulando-a com a identidade nacional. O regionalismo foi colocado a serviço do nacionalismo, associado à missão política de alçar o Rio Grande ao centro do poder nacional, pois, para que o Rio Grande estivesse apto a assumir a liderança nacional, não poderiam restar dúvidas sobre a brasilidade dos gaúchos. A relação entre região e nação, parte e todo como núcleo de reflexão dos historiadores rio-grandenses na produção historiográfica local, foi assumida para resolver as dificuldades de integração entre a parte e o todo. Entre os elementos da identidade regional que criavam dificuldades em harmonizar as identidades regional e nacional, estava a identificação demasiada com o Prata, que deveria ser neutralizada. Tratava-se, de um lado, de um processo de alinhamento da identidade regional à identidade nacional, para acomodar vários interesses em níveis não hierárquicos: o político, o cultural, o econômico; e, de outro, o desenvolvimento institucional e disciplinar da História no estado (GUTFREIND, 1998; NEDEL, 1999; CORADINI, 2003).

A única figura da capital que aparentemente permaneceu indiferente à presença do festejado poeta foi o presidente do estado, Borges de Medeiros. Nos 14 dias em que Bilac esteve em Porto Alegre, o “poeta da Liga” e o líder do Partido Republicano Rio-grandense não se encontraram. Em telegrama publicado no jornal *O Diário*, Bilac lamentou o encontro que não houve. Embora, tenha sido exitoso em sua missão de dar aos intelectuais rio-grandenses a diretriz do nacionalismo à produção intelectual local, quanto ao propósito de fazer propaganda da Liga de Defesa Nacional seu esforço não teve resultados imediatos, já que a seção sul-rio-grandense da Liga de Defesa Nacional só foi criada em São Leopoldo mais de um ano

depois da visita de Bilac, e somente depois da reprimenda do presidente da república ao presidente do estado (GERTZ, 2002, p. 93). Em parte, talvez essa aparente apatia do presidente do estado em relação ao tema deva-se ao fato de que este seguia uma tendência, até aquele momento, de manter certa distância da política nacional em nome da autonomia estadual. Com o tempo, esse posicionamento de Borges de Medeiros de distanciamento dos temas nacionais se altera.

Acompanhado e ciceroneado pelo colega de academia Alcides Maia<sup>14</sup>, depois do dia 14 de outubro, Bilac saiu em excursão pelo Rio Grande do Sul, passando pelas cidades de Cachoeira do Sul, Santa Maria, São Gabriel, Santana do Livramento, Bagé, Pelotas e Rio Grande. Pelo interior do estado, a recepção e as homenagens ao poeta continuaram efusivas. Em Santa Maria, por exemplo, a chegada de Bilac parou literalmente a cidade que “fechou o comércio” para recebê-lo. Em Pelotas, Bilac chegou em 1º de novembro para divulgar a pregação nacionalista, sendo recebido com “verdadeira apoteose”, permanecendo até o dia 6 daquele mês. As palavras do “egrégio legionário da Defesa Nacional” aos pelotenses reunidos no *Clube de Tiro 31*, foram lembradas com orgulho pelo historiador de Pelotas, Fernando Luís Osório<sup>15</sup>:

Senti cheios de fé os vossos corações, transbordando fervor patriótico, ressoando da música da saúde e da alegria; e admirei encantado, a vossa robustez e o vosso entusiasmo, a vossa bravura e o vosso desinteresse, o belo desempenho, a disciplina e exaltação cívica, congregados em torno do vosso presidente e do vosso instrutor. A simpatia com que me acolheis é a clara demonstração do vivo civismo e do intenso brasileiro que sempre viveram e arderam na fiel, a radiante Pelotas (Bilac apud OSÓRIO, 1918, p. 172).

Também serviu para animar o fervor nacionalista de Fernando Osório, o fato de Bilac, no *Clube de Tiro 31* de Pelotas, ter armado o primeiro

14 A certa altura da turnê, os escritores se separam. No dia 27 de outubro, Alcides Maia chegou a Uruguaiana, seguindo depois para Itaqui. Convidado para proferir conferências em Uruguaiana, no retorno de Itaqui, Maia foi recepcionado na “gare” e cumpriu um vasto programa de festas, bailes, banquetes e até uma “caçada a raposa” que foi promovida pelo Tenente Heitor Mendes Gonçalves e realizada na fazenda do Coronel Martins Carvalho, em homenagem ao “ilustre poeta patricio” (*O Diário*, Porto Alegre, 1 de novembro de 1916, p. 3).

15 Fernando Luís Osório Filho (1886-1939), sociólogo, ensaísta, romancista, conferencista, historiador, poeta e biógrafo. Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Professor na Faculdade de Direito de Pelotas e no Ginásio Pelotense. Irmão do Deputado Federal Joaquim Luís Osório e sobrinho do chefe republicano Pedro Luís Osório. Membro da Academia Rio-grandense de Letras e do IHGRS (Martins, 1978, p. 413).

escoteiro no dia 5 de novembro de 1916, e, segundo o historiador:

o poeta fez colocar na sala de honra da Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro, quadros de propaganda cívica compostos pela direção do Escotismo de Pelotas: significou ‘seu inteiro apoio oficial à patriótica iniciativa (OSÓRIO, 1918, p. 173).

Em 1918, na esteira do movimento nacionalista, foi publicado o livro *O espírito das armas brasileiras*, de autoria de Fernando Osório, no qual o autor dedica seu trabalho à juventude esperando que fosse um recurso útil para “o inocular da conduta cívica na caserna e na escola” (OSÓRIO, 1918, p. 3). No início do livro Osório explica como deveria ser entendida a História do Brasil, à luz do ele chama de “nacionalismo idealista”, inspirado por Sílvio Romero:

A história do Brasil consoante o nacionalismo idealista do eminente crítico (Sílvio Romero), deve ser interpretada no sentido apontado para nossa querida Pátria, que é a missão que tem cabido e caberá na luta pela glória, nos afãs pelo progresso em prol da humanidade – o nosso ideal de conagraçamento e de paz: sonhamos essa missão fulgurante para o Brasil, queremos formar aqui a mansão democrática do conagraçamento, não dos deserdados da Europa somente, mas dos deserdados de todo o mundo, e, pela reunião, pela igualdade de todos, formar o povo do porvir, o tipo novo, que não oriundo de exclusivismo europeu, ou africano, ou asiático, ou americano, o tipo novo que há de ser a mais perfeita encarnação do cosmopolitismo do futuro (OSÓRIO 1918, p. 10).

Para ele, essa orientação nacionalista contribuiria para, no futuro, definir a identidade nacional – o “novo tipo” – que distinguiria a gente brasileira entre outros povos como os primeiros a pôr em prática o “cosmopolitismo do futuro”: “livres dos preconceitos de castas, de raças, de seitas, de famílias, de grupos, de corrilhos”.<sup>16</sup> Todavia, Osório seguia a conhecida “fórmula das três raças” – atualizada pelo cientificismo positivista – ressaltando o caráter auspicioso desse amálgama de povos que ao fim e ao cabo manifestaria o destino do Brasil de constituir-se “num ideal distinto de Pátria”:

---

16 Idem.

prolongamento da civilização ibérica, dando um tipo novo pela incorporação progressiva aos brancos dos índios, dos negros e dos seus descendentes mestiços, segundo a fórmula inspirada no positivismo de Aníbal Falcão, ou produto sextiário (sic) da evolução, resultante de portugueses, africanos, selvagens, meio físico, ideias europeias, como quer o nacionalismo idealista de Silvio Romero, constituímos, já pelo condicionalismo de meio, já pelos agentes morais, uma unidade à parte no seio dos povos ocidentais. Europeus de alma, presos ao Velho Mundo pela religião e pela cultura moderna, devemos, todavia, acentuar de todos os modos um feitio original, costumes particulares, virtualidade de sentir e formas de pensar que se traduzam, dentro da civilização, num ideal distinto de Pátria (OSÓRIO, 1918, p. 11).

Nesse mesmo livro – *O espírito das armas brasileiras* – Fernando Osório não deixou de lembrar a campanha nacionalista de Olavo Bilac. Retomando o contexto histórico imediato explicou a união de três forças sociais sob a liderança do “poeta construtor de civismo” naquela cruzada:

Em 1915, porém, vibrou um alto chamamento, um toque de alarma a todas as energias adormecidas, um brado que irrompeu não da caserna, mas dos lábios de um iluminado pelo gênio bom da nossa raça, Olavo Bilac, o Poeta construtor de civismo. E, como nos momentos difíceis da nossa história, a Nação se reuniu em torno da gente armada – num grande e belo sonho, dentro do qual, a essa hora de esperança heroica, uniram energias os homens de letras, os militares e a mocidade – a inteligência, a força e o futuro! (OSÓRIO, 1918 p. 223).

Fernando Luís Osório firmou-se como um prestigiado intelectual em sua cidade natal, professor da Faculdade de Direito de Pelotas e, a partir de 1920, membro correspondente fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e integrava uma ampla e sólida rede de relações sociais, políticas e intelectuais em âmbito local, regional e nacional. Era irmão do deputado federal Joaquim Osório, que fora membro da Comissão de Redação dos Estatutos da Liga de Defesa Nacional e, como já mencionado, estivera presente no momento do embarque de Olavo Bilac do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul.

Foi nesse momento de propagação das ideias de nacionalismo e de reordenação da esfera intelectual a partir de novos critérios de legitimação alinhados com aquelas ideias que uma nova geração de poetas e aspirantes a escritores surgiu no Rio Grande do Sul com uma missão cultural com for-

te teor nacionalista e voltado para a tomada de ação política (CORADINI, 2003). No final da década de 1920, esses jovens escritores reunidos em torno da figura de Mansueto Bernardi e da Livraria do Globo tiveram participação destacada na Aliança Liberal e na Revolução de 1930. Fez, também, parte desse grupo Jorge Salis Goulart, um jovem poeta que começou sua trajetória intelectual naquele momento. Na ocasião da visita de Olavo Bilac a Pelotas em 1916, Jorge Salis Goulart tinha 17 anos e era aluno do Ginásio Pelotense. Esse educandário recebeu a visita do poeta do nacionalismo e rendeu-lhe homenagens do corpo docente e discente.<sup>17</sup>

A cidade de Pelotas, na região sul do Rio Grande do Sul, através dos seus escritores e intelectuais como Fernando Luís Osório e Jorge Salis Goulart dá-nos mostras do quanto estas ideias penetraram o pensamento da época. Cidade de forte tradição artística e intelectual, que já havia sido o núcleo da vida artística e cultural do estado, quando gozava da condição de principal polo econômico da província nos tempos do Império, mas que nunca perdera o interesse pelas atividades literárias e continuava a fornecer escritores e produções intelectuais e artísticas.

Jorge Salis Goulart era afilhado político e intelectual de Fernando Luís Osório. A tradicional família Osório de Pelotas fazia parte da rede de sociabilidades fundamental de Jorge Salis Goulart, a qual era acionada em muitos momentos pelo jovem escritor para conseguir favores no campo político e intelectual.<sup>18</sup>

Em 1922, Salis Goulart escreveu uma crítica sobre o novo livro de Fernando Osório chamado *A cidade de Pelotas: Corpo, Coração e Razão*, uma obra de visão organicista da sociedade, com laivos poéticos e repleta de apelos patrióticos. Em sua crítica Salis acerta na avaliação do “padrinho” pelotense, situando-o como produto do contexto nacionalista da época:

Filho do momento é ainda o Dr. Fernando Osório. Na verdade ele é um dos tantos que tem surgido dessa alevantada campanha do nacionalismo, que com sua seiva eficiente percorre o nosso organismo social de sul a norte.<sup>19</sup>

---

17 O *Diário*, Porto Alegre, 4 de novembro de 1916, p. 3. Artigo consultado no fundo Jorge Salis Goulart no IHGRGS.

18 Exemplos disso são a nomeação de Jorge Salis Goulart como jornalista correspondente de *A Federação*, órgão do partido republicano rio-grandense, a partir da indicação do chefe republicano Pedro Osório (Autor, 2011, p. 70); e, também, a indicação do nome de Salis Goulart para compor o quadro de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que foi feita pelos sócios fundadores Joaquim Osório e Fernando Luís Osório (MARTINS, 2015, p. 201-202).

19 Este artigo da revista *Ilustração Pelotense* se encontra no Arquivo Jorge Salis Goulart no RIHGRGS, Porto Alegre, n. 152, p. 53-68, julho de 2017.

O trecho acima revela que Salis Goulart conseguiu fazer uma análise do seu próprio contexto imediato e, portanto, estava consciente do papel e alcance da ideologia nacionalista no mundo das letras. Na sequência do texto, Salis deixa entrever que o sentido atribuído ao nacionalismo em 1922 era distinto daquele pregado por Olavo Bilac quando em sua visita a Pelotas, em 1916. Quando Bilac fez a sua campanha nacionalista, vivia-se o contexto da Grande Guerra, no qual a questão nacional estava diretamente ligada à postura do Brasil frente ao conflito bélico internacional, portanto o apelo às armas fazia todo sentido ao se falar em patriotismo. Em 1922, o contexto é outro. É um período de paz e comemorações cívicas pelo centenário da Independência do Brasil. Portanto, na sua leitura do nacionalismo Salis expressa críticas ao nacionalismo das armas:

[...] nacionalismo compreendido num sentido amplo e não somente no daqueles que pensam que ser nacionalista é pôr uma carabina no ombro ou dar um plantão à porta de uma companhia do quartel, [mas] abrangendo a regeneração dos nossos costumes, de nossa moralidade, combatendo o egoísmo, a hipocrisia, a deslealdade, tendo por norma a nossa probidade administrativa e a nossa instrução, que penetra no fundo das casernas a fim de que a mocidade brasileira ali encontre mais incentivos para amar a Pátria, mais equidade, mais ideais e menos rudeza, que afugentou das almas todos os estímulos elevados, penetrados por um sopro seco do deserto, pela brutalidade do materialismo absorvente [...].<sup>20</sup>

Numa perspectiva mais geral, no que diz respeito ao sentido e qualidade da obra, o critério utilizado por Salis na avaliação demonstra a permanência dos critérios de legitimação intelectual instituídos ao tempo da pregação nacionalista de Olavo Bilac. Salis ressalta a qualidade poética e o patriotismo de Fernando Osório expresso no texto para reconhecer o valor intelectual da obra. Em outras palavras, confirma que o livro de Osório corresponde ao padrão de legitimidade intelectual vigente na época:

E ainda é mais importante notar que o dr. Fernando conserva a mesma alma de *patriota entusiasta* e de idealista ardoroso, de verdadeiro *poeta da história*, que ele faz amar e admirar através da sua palavra incendiada e dos seu estilo fluente. [...] essa qualidade poética, longe de prejudicar

---

IHGRGS, livro n.1, p. 288.

20 Idem.

a perfeição da obra, é no entanto muito importante, sendo mesmo um *fator de utilidade social* (grifo meu).<sup>21</sup>

Salis termina o seu artigo na *Ilustração Pelotense* sugerindo que o livro *A cidade de Pelotas* “editado em menores proporções e redigido em estilo muito simples, fosse adaptado nos colégios de Pelotas a fim de que os futuros cidadãos se educassem no amor a terra natal [...]”. Isto ilustra mais uma vez o entendimento prevalente do papel pedagógico do intelectual cuja função era guiar a sociedade à consciência patriótica.

Dois anos depois, em 1924, Salis publica o seu *Colheitas de Ouro*, onde na introdução faz uma profissão de fé para o artista em que exalta os valores patrióticos e defende a vocação artística e intelectual como a obrigação de servir à Pátria e seu futuro:

O Brasil vive mais para o seu maravilhoso futuro do que para seu diminuto passado. [...] O artista, nesse movimento glorioso do nacionalismo pátrio, deve ir à frente, iluminando o caminho com o brandão aceso da sua inspiração privilegiada. [...] Idealizar essa terra fecunda, ensinar o brasileiro a amá-la, é o dever do verdadeiro artista patriota, não se compreendendo o patriotismo apenas na acepção restrita de quem passa um ano entocado à sombra da caserna. [...] Julgamos que, nesse ponto, o artista desempenharia uma nobre missão cantando a beleza da terra... é o que tentei fazer no livro ora lançado. Se não consegui realizar o meu intento, releve-se-me a ousadia, pelo muito amor votado por mim a esta grande Pátria (GOULART, 1924, p. 5,7,8).

Vê-se, assim, o alinhamento de Fernando Luís Osório e Jorge Salis Goulart ao ideário nacionalista e, também, a adoção dos parâmetros que definiam o que era a função do intelectual brasileiro na voga do nacionalismo pós-Primeira Guerra. Vale frisar a profundidade e o alcance da pregação de Olavo Bilac, pois estes dois intelectuais analisados – Osório e Salis Goulart – residiam no ponto mais extremo do sul do Brasil. Revelando (e para utilizar a linguagem de Salis Goulart) que a “seiva” do nacionalismo pregado por Bilac produziu seus frutos de norte a sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de (re)formulação de uma identidade para o Rio Grande do Sul, nos anos 1920, pode ser vinculado em um contexto ampliado, dentro

---

21 Idem.

do movimento intelectual que após a Primeira Guerra tornou-se marcadamente nacionalista à medida que as expectativas de um futuro melhor para o Brasil voltaram-se para a necessidade de construir a identidade nacional.

A visita de Olavo Bilac teve, nesse sentido, um importante papel, pois representou o momento de alinhamento do pensamento dos homens de letras do Rio Grande do Sul à agenda nacional. O culto regionalista é colocado ao serviço do programa nacionalista. Isto não significa dizer que antes de 1916 a produção intelectual local fosse antinacional, mas não tinha a preocupação de afirmar-se nacional. Praticava-se, até então, uma espécie de “federalismo literário” que permitia a preservação (e culto) ao tipo e às paisagens locais, e, mesmo sem ter veleidades separatistas, não se preocupava com a inclusão do sul-rio-grandense no quadro da nacionalidade.

No âmbito regional, o nacionalismo se desdobrou em um “novo regionalismo” que se apresentava como missão política. Como questão local, se colocou a busca de reconhecimento e espaços – políticos e intelectuais – para o Rio Grande do Sul nos centros de poder do país. Este reconhecimento implicava aos intelectuais gaúchos a integração ao sistema intelectual nacional rompendo com o “isolamento da província”, através da adoção da agenda intelectual ditada por agentes e instâncias centrais do universo intelectual brasileiro.

A análise parcial do itinerário intelectual de Fernando Luís Osório e Jorge Salis Goulart, naquele momento histórico, mostra como se deu a adesão (ou conversão) ao programa nacionalista entre os intelectuais locais, bem como o alinhamento aos critérios de legitimação da produção artística e intelectual então vigentes que colocavam como dever dos artistas e homens de letras o papel didático de ensinar ao povo o “amor à Pátria”.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CORADINI, O. L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144.
- GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GOULART, Jorge Salis Goulart. *Colheitas de Ouro*. Pelotas: Livraria Universal, 1924.

- \_\_\_\_\_. Impressões Literárias in: *Ilustração Pelotense* (1922) – Arquivo Jorge Salis Goulart, IHGRGS, livro I.
- GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998 [1989, tese original].
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/IEL, 1978.
- MARTINS, J. T., *O Pensamento Histórico e Social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo “campo” intelectual rio-grandense da década de 1920*. Dissertação de mestrado. PUCRS, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedades (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese de doutorado. PUCRS, 2015.
- NEDEL, Letícia. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1999.
- O *Diário*, Porto Alegre, 1 de outubro de 1916. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, Porto Alegre.
- O *Diário*, Porto Alegre, 2 de outubro de 1916. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, Porto Alegre.
- O *Diário*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, Porto Alegre.
- O *Diário*, Porto Alegre, 1 de novembro de 1916. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, Porto Alegre.
- O *Diário*, Porto Alegre, 4 de novembro de 1916. Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, Porto Alegre.
- OSÓRIO (Filho), Fernando Luís. *O espírito das armas brasileiras: livro da mocidade*. Pelotas (editora não identificada), 1918.
- \_\_\_\_\_. *A Cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Porto Alegre: Tip. Diário Popular, 1922.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo Ática, 1990.
- RANQUETAT JR., César Alberto. A campanha cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga de Defesa Nacional. In: *Humanit. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, 19 (1): 9-17, jan/jun. 2011.
- SILVEIRA, Cássia D. Macedo da. Dom Chimango e a torre de marfim: a literatura de Homero Prates e a política oligárquica da Primeira República

(1890-1927). In: HEINZ, Flavio (org.). *Dos intelectuais na política à política dos intelectuais: pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VELLOSO, Monica. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, vol. 6, n. 11, 1993.

\_\_\_\_\_. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Recebido em 15/05/2017

Aprovado em 06/07/2017

DO ORIENTE MÉDIO AO SUL DO BRASIL:  
A IMIGRAÇÃO DE SÍRIOS E LIBANESES NO  
RIO GRANDE DO SUL (1890-1949)

*FROM THE MIDDLE EAST TO SOUTHERN BRAZIL:  
SYRIAN AND LEBANESE IMMIGRATION TO  
RIO GRANDE DO SUL (1890-1949)*

Júlio César Bittencourt Francisco<sup>1</sup>

**RESUMO**

O artigo trata da história e da memória da imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, procurando situar este imigrante nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais do estado, correspondentes ao fim do século XIX e início do século XX. O período que estudamos, ambienta o leitor nos locais em que se inseriram os imigrantes médio-orientais, ou seja, em áreas distintas do Rio Grande do Sul, por exemplo: colônias, novas colônias, regiões sul, central e norte, litoral, capital e fronteiras. Recorremos a diversas fontes entre pesquisa em arquivos históricos e entrevistas com descendentes de sírios e libaneses. Ainda veremos um inventário bibliográfico destacando a presença árabe no Rio Grande do Sul, produzidas pela literatura gaúcha.

**Palavras-chave:** Imigração. Sírios e libaneses. Rio Grande do Sul. Literatura Gaúcha. Geografia humana. História do Rio Grande do Sul. Memória Social.

**ABSTRACT**

*The paper deals with the memory and history of the Syrian-Lebanese immigration to Rio Grande do Sul State/Brazil, seeking to situate the middle-eastern immigrants into the political, economic and social dynamics of the state, during the late nineteenth and early twentieth centuries. The period studied illustrates to the reader the places where these immigrants were placed, that is, in distinct areas of Rio Grande do Sul, for example: settlements and new settlements areas, southern border, central and northern regions, coastal, capital and western border of the state. We have done extensive research in historical archives but also interviewing community members. The text also provides an inventory over the literature produced locally about the Syrian and Lebanese immigration and the Arab presence in the southernmost State of Brazil.*

**Keywords:** Immigration. Syrian and Lebanese. Rio Grande do Sul. Regional Literature. Human Geography. Brazilian History. Social Memory.

---

<sup>1</sup> Professor da FABICO/UFRGS. Mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO/RJ, Especialista em História do Direito no Brasil pela UNESA/RJ e Doutorando em História da América Latina PUCRS.

## INTRODUÇÃO

Foi na última década do século XIX que os sírios e libaneses chegaram ao Rio Grande do Sul em números mais consistentes, no entanto, de acordo com Manoelito d'Ornellas, (1956) autor de *Gaúchos e beduínos*, a origem, senão parte da herança cultural do gaúcho é árabe. Segundo o autor, tal influência semita foi trazida ao sul do continente americano pelos 'maragatos'<sup>2</sup>, colonizadores no vizinho Uruguai via ocupação castelhana. O autor sugere que depois da derrocada final do último califado árabe na Península Ibérica, um considerável número de islamitas<sup>3</sup> se estabeleceram numa província espanhola conhecida como o lar dos maragatos, sendo que, de lá, embarcaram para o sul da América do Sul. Assim, os maragatos teriam, conforme explica o autor, ascendência moura, e trazido sua cultura, através da Espanha às terras Argentinas, Uruguaias e sul-rio-grandenses. Para d'Ornellas (1956) os árabes são partes do fundo sociográfico do gaúcho platino e rio-grandense. Esse árabe viveu durante séculos no intercuro das rotas comerciais em contato com o povo que habitava a Península Ibérica, o próprio elemento 'cavalo' chegará a ser do convívio do lusitano e do espanhol devido o contato com o povo berbere, que possuíam uma cavalaria invejável e uma destreza fenomenal. Manoelito analisa também a adaptação do português e do espanhol que nos pampas terão um novo perfil, onde o meio e o clima eram diferentes da Península Ibérica, promovendo uma adaptabilidade aos costumes e hábitos trazidos do velho continente.

Um outro clássico da literatura sulina que evoca certa identidade árabe aos gaúchos está na obra de João Simões Lopes Neto, especialmente em *Lendas do Sul*, publicação organizada pela editora da livraria do Globo, em 1949, com o decisivo apoio de Érico Veríssimo. Em um de seus contos, o autor faz menção a uma princesa moura que se abriga em uma furna do Cerro de Jarau<sup>4</sup>. De acordo com a história descrita por Simões Lopes Neto,

---

2 O termo Maragato, segundo o dicionário, (talvez do latino 'moro feito' ou 'morohablante') refere-se aos moradores da província de León, Espanha, que deu seu nome à região de Maragateria. Um grupo de maragatos imigrou para a Banda Oriental, fundando a cidade de San José de Mayo (Departamento de San José), no atual território do Uruguai. Por esta razão os habitantes de San José de Mayo e arredores, recebem o gentílico de "maragatos". De San José de Mayo, muitos maragatos europeus, se transformaram em gaúchos, colonizando outras áreas do território da Banda Oriental, incluindo territórios do atual Rio Grande do Sul, isso explica por que a Revolução Federalista de 1893 foi chamada, no Brasil, de "Revolução dos Maragatos".

3 Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala*, se refere aos maometanos espanhóis como "moçárabes" cristãos convertidos ao Islã, depois de séculos de domínio mouro na Península Ibérica.

4 O cerro do Jarau é formado por uma cadeia de morros com aproximadamente de 200 metros de altura. A elevação destaca-se no pampa gaúcho devido à sua altitude fora dos

a princesa, conhecida como Teiniaguá, veio fugida de Espanha transfigurada em uma velha; para que não fosse reconhecida e aprisionada, quando caiu o último reduto árabe da Península Ibérica. Teria vindo em uma urna desde Salamanca, na Espanha, e acabou indo morar em uma caverna no Cerro do Jarau. Ela se transformava em um lagarto encantado com uma pedra preciosa de brilho ofuscante incrustada na cabeça, até que um dia um sacristão jesuíta se apaixonou pela moura, que vive com o religioso um forte e intenso amor.

Mitos a parte, é notória, porém, as semelhanças entre o Prata e o Rio Grande do Sul, especialmente no que tange a geografia, a cultura e a formação étnica de seus habitantes.

### **1 Sírios e Libaneses e as estatísticas nacionais da 1ª metade do século XX**

As estatísticas da Imigração Brasileira de 1880 a 1969 mostram que, enquanto portugueses representavam 31% das migrações, italianos 30%, espanhóis 14%, japoneses 5%, alemães 4%, os imigrantes do Oriente Médio totalizavam somente 3% e iniciaram sua entrada no centro sul do país a partir de 1890<sup>5</sup> (LESSER, 1999, p.9).

Os dados numéricos sobre a entrada no Brasil dessa corrente imigratória são muito imprecisos, sobretudo porque até 1892 todos eles (sírios, libaneses, palestinos e mesmo turcos) foram classificados como turcos. Foi apenas a partir deste ano que os sírios passaram a ser registrados separadamente. Como até 1920 – depois, portanto, do término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e início do mandato francês na Síria e no Líbano – o Líbano foi considerado parte da Síria, por isso todos os libaneses foram incluídos entre os classificados como sírios. Todavia, “tanto antes como depois de 1892 a imensa maioria dos imigrantes registrados como turcos eram, de fato, sírios e libaneses” (PIMENTEL, 1986, p. 121). Ernesto Capello (2002) afirma basicamente o mesmo, mas fornece outras datas. Segundo ele, as duas nacionalidades – síria e libanesa – “foram incluídas numa única categoria pelas autoridades de imigração brasileiras até 1926, ano em que o Líbano se separou da Síria”. Na verdade, complementa o autor, até

---

padrões locais. Localiza-se no município de Quaraí, no oeste do Rio Grande do Sul, onde o Brasil faz fronteira com o Uruguai (FAGUNDES, 1996).

5 Na década anterior sírios, libaneses e palestinos, à exemplo do que fizeram muitos judeus marroquinos e outros do Norte da África, acompanhando o clico da borracha e de outras riquezas do extrativismo amazônico, exploraram aquela região como ‘regatões’, ou espécie de ambulantes que vendiam mercadorias aos ribeirinhos de suas pequenas embarcações repletas de mercadorias. (Ver LESSER, 1999)

1908 todos os imigrantes do Império Otomano eram classificados no Brasil como ‘turco-árabes’. Por conseguinte, diz ele, “é totalmente impossível ter à disposição dados estatísticos confiáveis acerca do número de imigrantes especificamente sírios ou libaneses” (CAPELLO, 2002, p. 34).

Contudo, é certo que nos períodos de 1895 a 1914, nos anos 1920 e no pós 1945 registraram-se as entradas mais expressivas desses imigrantes no país. Durante as duas grandes guerras, o fluxo se reduziu de modo significativo ou praticamente cessou. No conjunto, os dados disponíveis contabilizam o ingresso de 57.020 pessoas entre 1895 e 1914, de somente 2.693 entre 1914 a 1919 (no contexto da Primeira Guerra Mundial) e de 42.210 de 1920 a 1930, totalizando 101.923 imigrantes (ALMEIDA, 2000, p. 14). Nesse último período os ingressos anuais dos sírios e libaneses variaram entre mil e cinco mil imigrantes, atingindo um pico de 7.308, em 1926 (NUNES, 1986, p. 60).

O ano de 1930 marca o início das restrições imigratórias. Pelo Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930, o novo governo brasileiro (Getúlio Vargas havia assumido o poder pouco antes, através da vitória da Revolução de 1930), limitava a imigração aos estrangeiros já domiciliados no Brasil, aqueles cuja entrada fosse solicitada pelo Ministério do Trabalho e, sob certas condições, aos trabalhadores especializados (PIMENTEL, 1986, p. 47). A subsequente adoção do sistema de cotas, somada à depressão econômica, provocou uma redução substancial do fluxo imigratório em geral. No caso específico dos sírios e libaneses, entre 1930 e 1940 a média de entradas no Brasil ficou entre cem e quinhentos por ano. Com a Segunda Guerra Mundial, esses números foram drasticamente reduzidos<sup>6</sup> (NUNES, 1986, p. 89).

No demonstrativo abaixo procuramos situar o leitor, de acordo com os sentidos oficiais brasileiros sobre a distribuição da população de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul e nos principais estados do Brasil.

---

6 Cabe informar que o termo ‘imigrante’ foi redefinido pelo Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934. Desse modo, imigrante passou a ser aquele que vinha ao Brasil para exercer um ofício ou profissão por mais de 30 dias; o não imigrante, por sua vez, era quem permanecia no país por até 30 dias. Essa definição foi considerada insatisfatória, e por conta disso, quatro anos depois a legislação foi novamente alterada, pelos decretos nº 406, de 4 de maio de 1938, e nº 2.010, de 20 de agosto de 1938, incluindo agora as categorias ‘permanente’ e ‘temporário’. Os classificados como temporários eram os turistas, viajantes em trânsito; os permanentes os que constituíam lar definitivo no país (KNOWLTON, 1960, p. 35, SIQUEIRA, 2000, p. 26-27).

Estado	1920	1940
São Paulo	19.285	23.948
D.F. e Rio de Janeiro	9.321	6.510
Minas Gerais	8.684	5.902
Rio Grande do Sul	2.565	1.903
Paraná	1.625	1.576
Pará	1460	848
Mato Grosso	1232	1.066
Bahia	1206	947

Quadro 1 – quadro montado pelo autor. Fonte: IBGE Recenseamento do Brasil, 1947, p. 123.

Ainda de acordo com o Censo de 1940, o número de sírios e libaneses do sexo masculino chegava a 27.689, enquanto as mulheres somavam 18.097. Os homens também superavam em muito às mulheres em relação à naturalização: 4.163 contra 1.284. Todavia, no que concerne aos descendentes de segunda geração, registrava-se um grande equilíbrio: 53.769 homens contra 53.307 mulheres (CORTES, 1958, p. 72).

## 2 Sírios e Libaneses no Rio Grande do Sul

Sandra Pesavento (1989, p.138) identifica dois complexos econômicos distintos de acumulação no Rio Grande do Sul do último quartel do século XIX. O primeiro, e mais antigo, corresponde ao da pecuária tradicional, compreendendo as regiões da campanha, missões e litoral marítimo lagunar, e incluía as cidades de Pelotas, Rio Grande e Bagé. Ali praticamente não havia colônias de imigrantes. O outro era o colonial imigrante, abrangendo as áreas de imigração alemã e italiana (vale do rio dos Sinos, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, encostas da Serra), incluindo Porto Alegre.

Seyferth (2000, p.19) destaca que nelas, desenvolveu-se uma espécie de ‘sociedade camponesa’ (...) baseada na pequena propriedade (...) [e] os núcleos coloniais mais antigos se transformaram em cidades pequenas e médias, onde a atividade econômica mais importante é a indústria. A autora acredita que a importância do meio urbano foi fundamental para a diversificação econômica, já que entre os imigrantes europeus que se dirigiram para o Sul do Brasil havia muitos artesãos, refugiados políticos, professores, profissionais liberais (1990, p.59). Algumas cidades do Rio Grande

do Sul contavam com números expressivos de imigrantes que preferiam se estabelecer em núcleos urbanos, como: espanhóis<sup>7</sup>, italianos<sup>8</sup>, portugueses<sup>9</sup> e judeus além dos sírios e libaneses, que veremos a seguir.

Foi, porém, na última década do século XIX que os árabes chegaram ao Rio Grande do Sul em números mais consistentes. Neste contexto a influência do Prata, no sul do Brasil se sustenta pela proximidade do Porto de Rio Grande à Montevideo e Buenos Aires, mas também pelas ligações fluviais e ferroviárias dessas capitais com Pelotas e Uruguaiana, ou então pela facilidade de travessia através da fronteira seca, como são os casos de diversas cidades do sul do estado entre elas Bagé, Santana do Livramento e Quaraí. Assim, em termos de imigração árabe, o Estado do Rio Grande do Sul foi impactado pelas capitais do Prata de forma indireta, recebendo também os primeiros imigrantes que saíram do Oriente Médio nas últimas décadas do século XIX. A proximidade com os países do Rio da Prata modificou sutilmente, em território nacional, a imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul.

### 3 Os Sírios na fronteira

Existem diversas evidências<sup>10</sup> mostrando que os sírios e libaneses estiveram presentes na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina no final do século XIX. Naquele momento um contingente razoável de mascates árabes circulava por Bagé, Alegrete, São Gabriel, Herval, Lavras do Sul, Jaguarão, Arroio Grande, Quaraí, Santa Vitória do Palmar e Santana do Livramento/Rivera. A movimentação na fronteira entre o norte do Uruguai e a região de Bagé e Jaguarão era especialmente intensa, e muito frequentada por eles, haja vista o número de pequenos municípios da região com pelo menos uma família árabe. O envolvimento dos sírios e libaneses radicados no sul do estado com os entreveros entre os partidários de diferentes oligarquias gaúchas foi inevitável. A Revolução Federalista

---

7 De acordo com Martínez (1999, p. 250), de 1890 a 1914, "(...) no Rio Grande do Sul existiam vários núcleos de imigrantes espanhóis: Porto Alegre, Pelotas, Uruguaiana, Bagé e Santana do Livramento, com aproximadamente 10 mil residentes no total, a maioria galegos".

8 Núncia Constantino (2008, p. 56) contabilizou cerca de 13 mil italianos nas cidades gaúchas no fim do século XIX: cerca de seis mil em Porto Alegre, 4.600 em Pelotas, mil em Bagé e em Santo Antônio da Patrulha, 600 em Livramento, 500 em Uruguaiana e 300 em Itaquí.

9 Examinando a presença dos portugueses no Rio Grande do Sul, Dante Laytano (1958) informa que, em 1940, havia 6.127 lusitanos no estado, a maioria residindo em Porto Alegre, Pelotas e Bagé.

10 Anuário do RS (1924); Beckers (1958); Fersan (2002); Rosa (2005).

eclodiu em 1893<sup>11</sup>, quando os chamados maragatos ou federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, chefe do Partido Federalista Riograndense, se rebelaram contra o Partido Republicano do Rio Grande do Sul que dominava o cenário político através de seu líder, Júlio de Castilhos, desde 1891. Ele próprio havia escrito e aprovado, junto aos seus pares, a Constituição estadual, garantindo-lhe as condições para, praticamente, se perpetuar no poder (LOVE, 1971).

No sul do estado seu maior representante era Luís Gonçalves das Chagas (1815-1894), o Barão de Candiota, cujas terras se estendiam “das colinas de Santa Maria à cidade de Bagé sem cruzar por outros campos que não fossem os de sua exclusiva propriedade” (CALLAGE, 1929, p.29). Nessa época, centenas de mascates árabes percorriam vastas áreas do sul do Rio Grande do Sul, especialmente as sedes das grandes estâncias, e não seria improvável que, devido à sua intensa mobilidade, eles acabassem assumindo o papel de mensageiros e arautos dos acontecimentos, dentro e fora das terras dos estancieiros. Isso poderia lhes valer de moeda de troca, garantindo, por exemplo, proteção nas estradas pelos peões das estâncias, ou a autorização para fazer comércio naquelas terras, junto aos seus empregados, peões e senhoras dos agregados. Bustani (1946) refere-se à amizade dos imigrantes com o barão de Candiota: “Quando ao findar do século XIX, o inesquecível pai do autor deste livro mascateava pelo interior do estado sulino, teve o amparo do inolvidável gaúcho Barão de Candiota, um dos veteranos heroicos da grandeza sul-rio-grandense” (p. 129).

Ela diferencia-se pela convivência desses árabes com outros grupos de imigrantes, especialmente alemães e italianos, mas também com o gaúcho dos limites da nação. Mascateando por toda a faixa de fronteira, pelos campos do sul, eles conviveram durante algumas décadas com o gaúcho peão de estância, participando das carreiras e aprendendo a montar a moda dos peões da fronteira, usando bombachas e esporas, cavalgando por cima de um pelego. Aproveitando-se do momento econômico muitos montaram ‘bolichos’<sup>12</sup>, no meio do pampa para vender aos gaúchos. Nossas pesquisas revelam que o período que corresponde ao da I Guerra Mundial (1914-1918), havia um importante contingente de libaneses, palestinos e sírios circulando entre Argentina, Uruguai e Brasil, na mascateação e com suas lojas e bolichos. Circulavam pelo interior desses países e entre Pelotas,

---

11 Enquanto os republicanos se estabeleciam com força política sediada em Porto Alegre e especializada no uso da máquina administrativa em seu favor, a oposição federalista, os maragatos mantinham suas bases rurais de sustentação na região da fronteira, dando continuidade à tradição caudilhista e rebelde do Rio Grande (LOVE, 1971).

12 Pequeno estabelecimento comercial em área rural ou à beira de estradas onde o viajante encontra de tudo, especialmente secos e molhados, fumo, sal, banha etc.

Rio Grande e Bagé, até Montevideo e Buenos Aires. Impedidos de retornar ao Oriente Médio por via marítima por causa da guerra, esses árabes, com ajuda dos representantes da República Francesa<sup>13</sup>, fundaram em Pelotas, em 1917, uma agremiação que, de certa forma, guarda até hoje a memória daquele período (ROSA, 2005).

A consolidação das oligarquias em torno do vitorioso Partido Republicano, no poder desde a última revolução, precipitou outra revolta em 1923, pela união das oposições em torno da figura de Assis Brasil, representante dos fazendeiros do sul do estado não satisfeitos com as fraudes observadas nas últimas eleições, ganhas novamente por Borges de Medeiros que contava com apoio da Capital da República. Sob o sul do Rio Grande do Sul, se abateu pesadamente a Revolução e insegurança social, justamente em um momento de crise econômica e recessão mundial, em um contexto pós I Grande Guerra, quando estancieiros e criadores haviam contraído empréstimos para investir em suas propriedades agropastoris, esperando o fim da demanda reprimida, para iniciar período de prosperidade, por isso investiram em melhorar suas instalações e a qualidade dos rebanhos (FLORES, 2013, p.167).

Os revoltosos e suas tropas de cavalaria eram ligeiros nas ações e costumavam, depois de assaltar as posições legalistas no Brasil, “se bandear pros lados do Uruguai” através da fronteira seca. Era justamente ali, no Passo do Salso, na “campanha bruta” de Bagé, que estava radicado, numa pequena estância, no meio do Pampa, Francisco Karan, imigrante e comerciante libanês. Seu filho, Antônio Karan, com pouco menos de dez anos de idade, na época, presenciou a revolução de 1923:

Eu nasci em 1915, no Passo do Salso, na campanha bruta, numa casa de torrão e chão batido. Aí, com 32 anos, minha mãe morreu de convulsão cerebral deixando meu pai com uma penca de filhos. (...). Meu irmão Luiz ainda mamava. Mas a vida prosseguiu. No Passo do Salso meu pai tinha um comércio forte, a luz de vela e querosene.

(...)

Em 1923 a revolução era mais fraca, mas era perigosa também<sup>14</sup> Estávamos lá no Salso e passou o pessoal do governo,

13 De acordo com Eliana Fersan (2002), a República Francesa como protetora dos libaneses maronitas do Monte Líbano, exercia sua influência também na diáspora através de seus consulados. Seu interesse nos levantinos ia desde a propaganda política pró-francesa, marcando uma posição contra a influência alemã e inglesa, mas também no recrutamento de imigrantes para a formação de um ‘batalhão sírio.’

14 O entrevistado deve estar fazendo uma alusão à “outra” revolução, a de 1893, que foi mais

que eram os chimangos e levaram todos os nossos cavalos, nós ficamos a pé. Pouco tempo depois passaram os maragatos, cujo chefe foi muito generoso, muito simpático e respeitoso. Aí aconselharam ao papai que fosse para o Uruguai e levasse a família. E um dia fomos todos de carroça para ao Passo Santa Maria Isabel, no Uruguai. No final de 1924<sup>15</sup> já estávamos voltando para Pelotas, onde tirei o ginásio no Gonzaga (Entrevista com Antônio Karan).

Pelo que vimos acima, a fronteira – área de ocupação antiga, mas em termos demográficos relativamente despovoada, devido à natureza da sua principal atividade econômica (a pecuária extensiva) – merece destaque. Becker (1958, p.315) faz uma digressão interessante sobre as andanças desses “comerciantes-viajantes” pela região. Segundo o autor, eles desempenharam o papel de regulador de preços, comprando mercadorias diretamente em São Paulo e vendendo-as mais barato que os comerciantes já estabelecidos, que eram em pequeno número e, talvez por causa disso, exploravam a clientela. Foi nessa ocasião que os ambulantes sírios e libaneses chegaram à região, alcançando até mesmo os locais mais remotos, vendendo os tecidos e miudezas em geral a preços mais baixos.

A frequente referência a Bagé nas diferentes fontes consultadas revela sua importância no contexto da imigração síria e libanesa para as terras gaúchas. Em Bagé, segundo informa Becker (1958, p.316) havia “forte posição econômica dos árabes e seus descendentes”. Segundo informações de um certo Antônio Mansur, todos os sírios de Bagé eram provenientes da cidade de Homs, inclusive “Fellipe Hallabe que lá chegou em 1898 e os irmãos Miguel e Jorge Nicolau, que chegaram em 1901 e 1902, respectivamente”. Entre os libaneses, encontravam-se “Jacob Fenianos e José Nicolau Schehim como os mais antigos, chegados em 1890”. Outra informação reveladora consta do *Anuário do Rio Grande do Sul*, de 1924, ao mencionar a Associação Beneficente Sírio-Libanesa de Bagé, que contava com 65 membros em 1923 (1924, p. 308).

Jardim (2000), sugere que o apreço do imigrante árabe pela fronteira “se devia a um forte apelo pela busca de oportunidades e consideraram como locais de expansão, com certa distância das rotinas estatais de fiscalização”. Outras vias estratégicas nas quais a presença de patrícios era significativa conectava Jaguarão a Pelotas, com núcleos em Arroio Grande,

---

violenta.

15 Em dezembro de 1923, a revolução chegou ao fim. Pelo acordo, o chamado Pacto de Pedras Altas, Borges pôde permanecer até o final do mandato em 1928, mas a Constituição gaúcha de 1891 foi reformada, impedindo nova reeleição.

Herval, Pedro Osório e Cerrito e, a que, pelo litoral, fazia a ligação entre Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, com núcleos na Quinta e em Bolacha. No litoral lagunar, no caminho entre Rio Grande e Osório, com núcleos em São José do Norte, Palmares e Bacupari. Foi ali, no final da década de 1920, que Natálio Charbel Paulo<sup>16</sup>, pai do entrevistado Salim Cecim Paulo, partindo de São José do Norte, mascateava até Osório, passando por povoados como Palmares do Sul. Neste local conheceu a futura esposa e o futuro sogro<sup>17</sup>, dono de uma venda isolada no areal, onde era abundante uma frutinha chamada bacupari. “O Bacupari ficou conhecido atraindo outros moradores até se tornar um distrito de Palmares do Sul” (entrevista com Salim Cecim Paulo).

#### 4 Sírios e Libaneses nas colônias

Quando o regime republicano foi implantado no Brasil, no final de 1889, as melhores áreas de terras colonizáveis no Rio Grande do Sul já estavam saturadas de imigrantes. No final do século XIX, quando restavam apenas minguadas faixas de terras para ocupar, correntes migratórias de outras nacionalidades chegaram ao Rio Grande do Sul. Além dos pioneiros alemães, cujo ingresso foi praticamente ininterrupto em boa parte daquele século, vieram italianos que ocuparam as áreas montanhosas do estado e mais austríacos, russos, ucranianos, lituânios e poloneses, que ocuparam glebas na fronteira noroeste do estado e em outras áreas esparsas remanescentes no centro e norte do estado.

O ingresso dos sírio-libaneses na lavoura não era comum e nem todos foram exitosos no comércio, na medida em que dentro da própria etnia haviam indivíduos com diversos graus de acumulação, mas também de capacidade de trabalho. Mesmo assim, verifica-se que a maioria dos que chegaram jovens até 1914, ainda que tenham vindo sem qualquer estudo ou capital, dificilmente encontraram muitos entraves ou problemas para ascender socialmente no médio prazo. Isso porque, naquela época, o imigrante aparece como lídimo agente do trabalho livre e assalariado, ao mesmo tempo que monopoliza praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e de ascensão social, abertas pela desagregação do

16 Nascido em 25/12/1909, na Síria, estava radicado em 1939 na Chácara das Bananeiras, distrito de São José do Norte. Chegou ao Brasil em 1927, casou-se em 1933 (Fonte: ANRJ).

17 Antônio Gil, nascido na Síria em 1896 (filho de Antônio Moysés e Sofia G.) chegou em 1913 aos 17 anos. Em 1939, residia em Conceição do Arroio, distrito de Osório, e era casado com Jovem Sessin (nascida em 1911, na Síria) e que chegou ao Brasil com três anos, na companhia dos pais. O irmão de Miguel Antônio era Simão Antônio Gil (nascido em 1900, na Síria), chegou ao Brasil aos 14 anos. Em 1939, estava radicado com comércio em Palmares do Sul, 5º distrito de Osório.

trabalho servil e pela constituição de uma sociedade de classes (MARTINS, 1973, p. 178).

Em Passo Fundo os sírios e libaneses ocuparam com seu comércio uma parte central da Avenida Brasil “entre a 7 de Setembro e a rua Fagundes dos Reis, bem como as ruas General Netto e Osório, e ainda a parte central da Rua Moron” (TEDESCO e VANIN, 2017 p. 270). Na Serra Gaúcha, algumas famílias que estavam em Veranópolis e Nova Prata, espalharam-se por outros municípios da serra como Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves. O Senador Pedro Simon, que entrevistamos, disse que sua família chegou do Norte do Líbano diretamente à Caxias do Sul no início da década de 1920, e que as famílias de seus primos: os Davi e os Sehba, já lá estavam.

O ingresso desses ‘patrícios’ no setor agrário não era comum, contudo, com a mecanização da lavoura, e um maior incremento na cultura do arroz, tem-se notícia de que algumas famílias investiram algum capital nessa atividade, como é o caso dos irmãos Selaimen<sup>18</sup>, em Cachoeira do Sul. Da mesma forma de Antônio Sessin Gil, em Mostardas e Capivari do Sul, Litoral, e da família Curi<sup>19</sup>, em Pelotas. Porém, não há notícia da formação de grandes capitais por parte de imigrantes e descendentes de sírios e libaneses, através da agropecuária, mas sim do comércio e da indústria.

A presença dos sírios e libaneses em grande parte do Rio Grande do Sul, segue o padrão de distribuição desses imigrantes em escala nacional, ou seja, presença distribuída através das tradicionais rotas de transporte, as estradas já existentes, mas também as recém-construídas ferrovias. Os caminhos abertos foram, em suma, de grande importância para distribuição desses imigrantes pelo Brasil<sup>20</sup> e também no Rio Grande do Sul, cuja malha ferroviária já era importante em 1898, antes de ser conectada ao resto do país. Uma característica que podemos observar é a presença de imigrantes árabes em fronteiras agrícolas emergentes na época, mas também em zonas de rápida urbanização no início do século XX. É importante lembrar a mobilidade dos sírios e libaneses através de grande parte do estado, nas rotas das principais artérias de transporte que ligam as diversas regiões do interior do Rio Grande do Sul à capital.

---

18 Consta no ANRJ em 1940, Felipe Selaimen Chemale, chegou ao Brasil aos 15 anos em 1905. Nascido no Líbano em 1890, era morador de Porto Alegre, Bairro São João, e declarou que era agricultor no Vale do Taquari- Região de Lajeado.

19 Até os dias de hoje a família Curi é proprietária de uma ‘arrozeira’ em Pelotas, à Av. Salgado Filho.

20 Apesar de não se incluírem entre os principais grupos imigrantes, os sírios e libaneses são aqueles que se apresentam mais espalhados pelo território brasileiro (LAMARÃO, 2004).

Em cada chegada era um alvoroço, as pessoas o recebiam de cara alegre e olhos curiosos para saber as novas do mascate, levavam consigo corte de tecido, roupas e diversos outros produtos para aqueles fundões de pampa. Na época da safra agrícola trocava-se por sacos de cereais as mercadorias era comum também trocar por gado e até campo [terras] entravam na negociação (PEREIRA, 2008, p.30).

A rede ferroviária gaúcha, por exemplo, serviu como fundamental ferramenta para este fim, sendo que, desde o início do movimento migratório sírio-libanês, esses imigrantes acompanharam o crescimento da rede ferroviária, utilizando-a para espalhar seus representantes nos diversos municípios, mas também transportar mercadorias. Isso explica como, eventualmente, é possível encontrar uma família síria isolada, com vendinha ou armazém em pequeno rincão, sobretudo nas décadas iniciais do início de século XX. Observamos, contudo, que as áreas no norte e no-roeste do estado, especialmente próximo ao Rio Uruguai, entre Erechim, Frederico Westphalen, Palmares das Missões até Santa Rosa, mais a oeste, são as regiões que nos mostram menor número de famílias sírio-libanesas instaladas, o que talvez se explique pelo fato dessas últimas áreas de terras devolutas do estado terem sido colonizadas tardiamente e também mais rigorosamente controladas por seus administradores, como foi o caso de Erechim, por exemplo, que iniciou sua exploração seguindo cartilhas positivistas, orientados pela realidade da época, o que pode ter afastado esses sírios.



Mapa 1: Malha férrea do Rio Grande do Sul m 1898.

No meio rural, Manara Maihub (1995, p.95) diz em seu texto que pelo menos duas famílias sírio-libanesas foram pioneiras “no que era o primeiro povoado que originou Gramado.” A visão feminina de uma autora gaúcha sobre a imigração árabe em terras de ocupação europeia conta que “a inserção social não foi absolutamente fácil”. A autora lembra que os imigrantes árabes são “de uma cultura completamente diferente daquela em que vieram se instalar”, e que por isso, “esses tempos foram difíceis”. A autora ainda lembra que esses árabes “foram boicotados por alguns e acolhido por outros contemporâneos”, lembrando que o “panorama mundial” do início do século XX estava contaminado por teorias de raças superiores, e que o sistema político local era dominado pelas elites positivistas, o que só piorava o quadro para esses imigrantes de origem médio oriental.

## 5 Distribuição geográfica dos árabes no Rio Grande do Sul

Através de nossas pesquisas percebemos que a maior parte desses árabes se fixou nos principais centros urbanos, e, de acordo com o levantamento dos arquivos, cerca de 20% do total espalharam-se pelo interior do estado, desses, a maioria nas cidades médias e pequenas, poucos no meio rural. A inserção desses imigrantes procedentes do Oriente Médio deu-se tanto em áreas povoadas previamente por população de origem europeia (alemães, italianos, portugueses e poloneses etc.), – porção do território gaúcho mais desenvolvida economicamente e então com maior contingente demográfico, como também àquelas no sul do Estado e Fronteira Oeste, com povoamento mais antigo e sem a marca migratória.

Nossa pesquisa no Arquivo Nacional<sup>21</sup>, confirmou que 436 das 753 pessoas identificadas nas fichas do arquivo de cadastramento de estrangeiros entre 1939 e 1949, encontraram-se instaladas em Porto Alegre, há registros da fixação, com efetivos bem menores, de sírios e libaneses em outros importantes centros urbanos gaúchos – Pelotas (84 registros), Rio Grande (53), Santa Maria (33), Alegrete (18), Uruguaiana (16), Bagé (13) e Ca-

---

21 Entre os dias 25 de maio e 18 de junho de 2015, trabalhamos com as fontes do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro referentes ao cadastro de estrangeiros radicados no estado do Rio Grande do Sul. Examinando a documentação do arquivo de estrangeiros, aberto pela Polícia Federal em 1939, selecionamos manualmente, entre as cerca de 20 mil fichas do arquivo, aquelas com sobrenomes árabes entre as demais etnias que se fixaram no estado. Depois de refinada a seleção, transcrevemos 753 nomes que representam um retrato coletivo, mas também individual, dos imigrantes sírios e/ou libaneses no estado, entre 1939 e 1949, época do cadastramento. Esta seleção de nomes e trajetórias contém diversas informações sobre cada imigrante, como local e data de nascimento, data de chegada ao país, profissão e endereços domiciliares e profissionais nas cidades de residência, além de estado civil e filiação de cada árabe que se cadastrou no estado naquela época.

noas (oito), e em centros menores: São Sepé (12) e São José do Norte (sete).

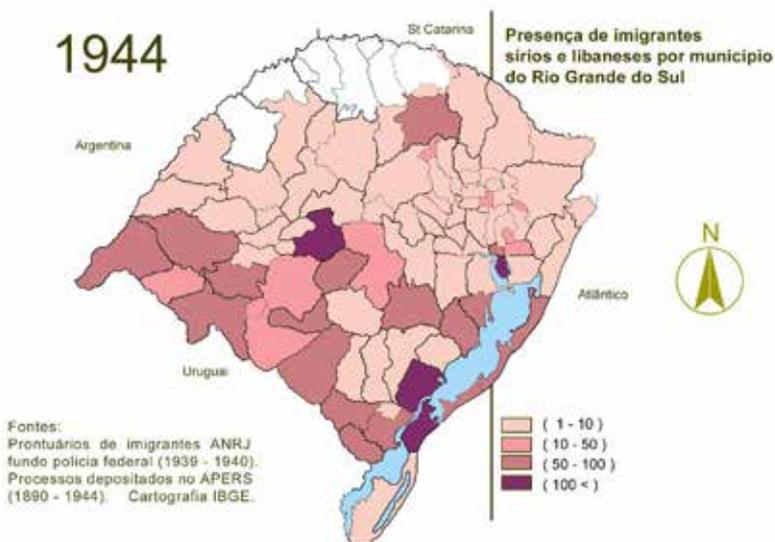
Outros municípios encontram-se igualmente presentes<sup>22</sup>, mas com números menos expressivos: Osório (distrito de Bacupari), Cachoeira do Sul (Restinga Seca), Gravataí, Jaguarão, São Gabriel, Santa Vitória do Palmar, todos com três nomes: Canguçu, São Jerônimo, Viamão, Novo Hamburgo, Encantado, Arroio Grande, Itaqui, São Francisco de Paula, Encruzilhada do Sul, Tapes e Jaguarão, todos com dois nomes; e, por fim, com um nome cada, os municípios de Guaporé, São Lourenço do Sul, Dom Pedrito, Santa Cruz do Sul, Camaquã, Passo Fundo, Livramento, Lavras do Sul, Bom Jesus, Rosário do Sul, Estrela, Lajeado, Santo Antônio da Patrulha, Quaraí, Herval, Montenegro e Vacaria.

Já as áreas da faixa central saindo de São Borja se estendendo até Santa Rosa, ao norte, fechando o triângulo em São Pedro do Sul, passando por Santiago e Cacequi, também apresentam fraco índice de registros de imigrantes sírios, fato que pode estar ligado ao pequeno número de municípios e cidades maiores naquela região, o que se reflete na rede ferroviária, que também é mais escassa. Por outro lado, a capilaridade dessa corrente migratória em solo gaúcho é destacada, de forma grandiloquente, por um filho de imigrante árabe estabelecido em Uruguaiana, Jorge Tanus Bastani: “Esse território, tradicional pelo seu heroísmo, foi revolvido de norte a sul, desde Marcelino Ramos até o Chuy, desde a praia de Torres até o colossal Rio Uruguai, pelos indômitos filhos do Líbano” (BASTANI, 1946, p. 105).

Esses números indicam a nítida preferência desta corrente migratória, pelos maiores centros urbanos do estado, os mais populosos e desenvolvidos comercialmente, para ali se fixarem e iniciarem suas atividades profissionais. Os dados do Arquivo Nacional com que trabalhamos mostram que Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria formam um quadrilátero comercial e logístico, que reunia à época (1939-1949) pouco mais de 80% do total de sírios e libaneses residentes no estado. O restante espalhava-se pelos demais municípios listados. De fato, um instantâneo de meio de século aponta para números os quais indicam que a imigração de árabes no Rio Grande do Sul foi um fenômeno concentrado principalmente em áreas urbanas do estado: na capital e nos municípios de Pelotas, Rio Grande e Santa Maria. Assim, de acordo com nosso microcosmo, as porcentagens configuram-se: Porto Alegre 58%; Pelotas 11%; Rio Grande 7%; Santa Maria 4,5%; e, espalhados por outras cidades do interior, os restantes 19,5%.

---

22 Deve-se levar em conta que a partir do início do período estudado, 1890, diversos distritos de grandes municípios foram desmembrados e se tornaram sedes municipais, por exemplo: Nova Prata de Alfredo Chaves, Ijuí de Cruz Alta, Vacaria de Santo Antônio da Patrulha, entre muitos outros casos semelhantes.



Mapa 2: Municípios gaúchos em 1944.

Uma das marcas mais importantes foi a mobilidade inicial que apresentaram os patrícios no estado. Fica claro, através de vários relatos, que os imigrantes estavam inseridos em redes de cooperação desde o início, antes até da chegada ao Brasil. Contudo, há de se levar em conta alguns fatores preponderantes os quais influenciam o demonstrativo que apresentamos. Em primeiro lugar, não devemos esquecer que, graças à rápida industrialização, nas primeiras décadas do século XX, Porto Alegre se firmou economicamente. No decorrer do século, outras cidades ao norte e a oeste atraíam mais oportunidades comerciais. Mesmo porque, ao sul do estado, é necessário levar em conta, além da crise do capitalismo de 1929, o declínio das atividades da indústria do charque e o consequente fechamento dos bancos Popular e Pelotense, em fins dos anos de 1920 e início da década de 1930 fechou muitos postos de trabalho. Da mesma forma, um pouco mais adiante, o declínio das fábricas frigoríficas localizadas no sul do estado fez muitos imigrantes radicados em Pelotas e Rio Grande se deslocarem para outros pontos do estado em busca de oportunidades, principalmente para Santa Maria, Porto Alegre e seu entorno; como conta Salim Cecim: “Em 1955, percorri todo o interior do estado colhendo assinatura de descendentes para referendar um novo Consul do Líbano em Porto Alegre.

Me lembro que, em Santa Maria, havia mais libaneses e descendentes do que em Pelotas e Rio Grande”. (Entrevista com Salim Cecim). Em nossa pesquisa no Arquivo Nacional verificamos a importância estratégica das cidades de Santa Maria, Cachoeira do Sul e São Sepé para esses imigrantes árabes na primeira metade do século XX, muito provavelmente

pelo desenvolvimento da região gerado pela mecanização da lavoura, mas também pela localização central no estado.

## 6 Inventário bibliográfico da imigração árabe no Rio Grande do Sul

Os primeiros textos dedicados especificamente à imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul constam de um capítulo do volume V da Enciclopédia Rio-Grandense (1958). A seção correspondente aos levantinos é dividida em duas partes: imigração libanesa e imigração síria-árabe, cada uma escrita separadamente. O organizador da obra, Klaus Becker, escreve: *Os sírios e outros imigrantes árabes* (p.311-321), e o cônsul honorário do Líbano em Porto Alegre, Abdalla Adalberto Creidy, *Os libaneses e sua história* (p.303-310).

A peculiaridade deste último texto é que o autor vincula os libaneses diretamente aos fenícios e aos cruzados, colocando o Líbano em uma espécie de isolamento regional, renegando as raízes árabes também presentes naquele território. Curioso é perceber que Becker, quando escreve sobre os sírios e os árabes, não deixa de falar dos libaneses enquanto um povo árabe também.

A pesquisa bibliográfica, como no caso acima, localizou literatura memorialista ou genealógica produzida em diversos municípios do interior do estado. Essa literatura serviu para fechar as lacunas deixadas por outras fontes e se tornaram imprescindíveis quando nosso objetivo é conhecer o maior número possível de manifestações e referências sobre a imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, uma vez que as fontes disponíveis se mostraram incompletas ao pesquisador.

Assim são os casos do padre Fidelis Dalcin Barbosa (1981), que escreveu *História do Município de Lagoa Vermelha*, cidade ao norte do Rio Grande do Sul. A publicação indica a presença de imigrantes sírio-libaneses no município como mostra a seguinte passagem (da página 208) “na década de 1920 trabalhava aqui o médico José Gabriel Nicolau Merib, tronco da numerosa família Merib”. No livro verificamos também o nome de Miguel Jacob Nácul que “emigrou da Síria em 1880, estabelecendo-se [em Lagoa Vermelha] com casa de comercio” e seu irmão, José Jacob Nácul (p.61) “nascido em 1870, que aqui chegou em 1890, estabelecendo-se com forte casa comercial, tornando-se ainda pecuarista”. Barbosa (1981, p.61), ainda menciona dois membros da família Tigre, “João Moisés e seu filho Gabriel Moisés Tigre, nascido em Vacaria em 1896”. Relata que Gabriel foi vice intendente e prefeito de Lagoa Vermelha nas primeiras décadas do século XX, assim verificamos uma primeira geração de filhos de imigrantes árabes (ben-árabe)

nascida no Brasil ainda no século XIX.

Em *Lembrança de Vacaria* de Abreu, Giron e Giroto, (2013) encontramos a presença da família de Nicolau Chedid, (p.121) que também foi lembrado por um caso, que levantou polêmica na Vacaria do início do século XX. De acordo com Dalva Soledade<sup>23</sup>, que é quem relata, (p.121) “o Seu Nicolau Chedid tinha uma filha - se eu não me engano o nome da filha dele era Jamila, nome de árabe”. Acometida de mal grave foi salva por uma promessa do pai, que, conforme havia dito a todos, colocaria a imagem de Nossa Senhora na torre da igreja. “Então, não sei quem é que deixou botarem lá em cima muitos gostaram, mas a maioria não gostou!”. Outros autores, da mesma publicação, reafirmam a presença da família Chedid. Na página 12 quando diz que “na década de 1930 viviam em Vacaria pessoas de origem árabe entre eles os Chedid”, e na página 26, quando se recorda o “mercadinho de Nicolau Chedid na rua do Vinagre, em Vacaria”.

Romeu Beltrão, fez o mesmo em relação a Santa Maria com a publicação *Cronologia histórica de Santa Maria* e do extinto município de São Martinho: 1787 – 1930 (1979). Também é válido citar Clemente e Ungaretti, em *História de Garibaldi 1870-1993*. Na página 30 diz o seguinte: “Os sírios, chegados nas primeiras décadas de 1900, desenvolveram um papel importante na vida comercial e social de Garibaldi, as famílias mais notáveis foram as de: Moysés Mereb, André Koff, Antônio Koff, Nehme e Lahude. Hoje, segundo verificamos, todos os membros das famílias acima citadas exercem alguma profissão liberal em Porto Alegre.

Os membros destas famílias eram pedreiros, seleiros, sapateiros, ferreiros que viviam o tempo entre a agricultura e a modesta profissão, quase todos da região de Tartus. Moysés Mereb veio para o Brasil em 1900, em companhia dos primos André e Antônio Koff. Os primeiros anos levaram a vida de mascate percorrendo toda a região, com baú as costas, depois, no dorso de jumento, depois numa carreta até se fixarem com casa de comércio (CLEMENTE & UNGARETTI, 1993, p.30)

Ademar Campos Bindé, jornalista e autor de *Os árabes*, publicado em 2008 pela Universidade de Ijuí naquela cidade. Trata-se de uma coleção dedicada às diversas etnias que chegaram a cidade de Ijuí, região Noroeste Colonial. No livro há uma referências à duas famílias sírio-libanesas radicadas lá no início da cidade<sup>24</sup>. Ele conta a história de dois mascates; um

23 Cronista da cidade.

24 <http://www.ijui.com/blog-do-ademar-binde/25525-dois-mascates-e-uma-uniao-que->

libanês – Habib João Craidy e outro sírio, Jorge Athanásio Joaquim Queruz –, “que abriram uma loja em sociedade, em 1912, que teria grande projeção na vida econômica de Ijuí”. Bindé (2009, p.38) tem o histórico completo do árabe: “Habib João Craidy. Segundo o autor, ele nasceu no dia 8 de setembro de 1877 na localidade de *Bait Craidy*, no Líbano, veio para o Brasil no ano de 1895, com a idade de 18 anos” e continua: “Primeiro, ele se fixou no município de Cruz Alta, Região do Alto Jacuí. Em 1912 mudou-se para Ijuí onde fundou a ‘Casa Confiança’. Passou a dividir suas atividades entre o atendimento na sua loja e as funções de mascate”. Bindé (2009, p.33) ainda descreve como ganhava a vida. “Se utilizava de uma pequena carrocinha na qual andava à caça de clientes em toda a parte, batendo de porta em porta. A Casa Confiança, de Habib João Craidy, apresentava algumas características que a diferenciavam de outras lojas comerciais da época na cidade”:

“Era muito bem sortida. Além de tecidos, chapéus e calçados, possuía uma apreciável variedade de perfumes franceses e artigos finos, que a tornavam ponto obrigatório dos noivos daqueles tempos” (BINDÉ, 2009 p. 33).

Ainda do interior do estado, Luiz Felipe Pereira, professor universitário, publicou, em 2008, pela Universidade da Região da Campanha, a *Revista do Imigrante*, contendo alguns nomes de comerciantes sírio-libaneses radicados em Alegrete desde o início do século XX. O mesmo foi feito na cidade de Gramado por Vera Lúcia Maciel Barroso e Marília Daros, organizadoras do livro *Raízes de Gramado* (1995), em Vacaria, novamente por Fidelis Barbosa, autor de *Vacaria dos Pinhais* (1978), e José Carlos L. Silva, autor do livro *Povoamento do Município de São João Batista de Camaquã: aspectos da história, genealogia e biografias* (2005). Nessas publicações há relatos de famílias de imigrantes sírio-libaneses estabelecidas, em geral, no comércio.

Luiz Salim Kalil, ex-prefeito de Bagé, publicou o livro intitulado *Salim faz preço freguês, Samuel também faz senhor...* (2007). O livro de Kalil é um romance histórico, talvez inspirado na saga de sua própria família, ambientado na fictícia cidade de São Sebastião, localizada na fronteira sul do estado do Rio Grande do Sul. O autor conta a história de uma família libanesa e outra de imigrantes judeus poloneses, que chegaram ao sul do estado no início do século XX, e que foram parceiros nos negócios, tendo passado juntos por todas as conjunturas políticas e sociais que afligiram o sul do estado, o país e o mundo na primeira metade do século XX. O primeiro personagem é o comerciante cristão libanês Salim, e o segundo o judeu Samuel, industrial.

Ele que não dispunha de muito dinheiro para abrir um comércio estabelecido, portanto a alternativa que sobrava para o início da vida era a de mascate. Comprou um cavalo, uma mula, recebeu em consignação uma boa quantidade de mercadorias e saiu pelo pampa afora, vendendo suas quinilharias nas estâncias, e à medida que ia conhecendo mais caminhos e pessoas, familiarizando-se com seus gostos, mais e melhores mercadorias colocava no lombo de suas montarias; as economias iam se acumulando. (KALIL, 2017, p.10)

Kalil conta que Samuel, receoso pelas perseguições sofridas em sua terra natal preferiu se refugiar no sul do estado por ficar mais perto da Argentina e do Uruguai. “A qualquer contratempo, as alternativas seriam muitas. Samuel era um judeu teórico, bastante afastado das Sinagogas que, aliás, pouco frequentava”. (KALIL, 2013, p.12) Ambos ficam bem de vida e terminaram por casar seus filhos em pleno 11 de setembro de 2001, quando termina a história.

Na literatura romancista, como em alguns contos avulsos do escritor gaúcho Érico Veríssimo, reconhecido por retratar muito da maneira de ser, pensar e sentir do povo sul-rio-grandense, menciona, de forma repetida, o elemento ‘turco’ entre seus personagens. No conto *A escolha*, da década de 1940, a protagonista Zizinha Moreira, donzela casamenteira de 20 anos de idade, da fictícia cidade gaúcha de Jacareacanga, falando com sua mãe, que diz “estar na hora de ela arrumar um pretendente”, refere-se assim à beleza das moças rivais da cidade, de forma debochada: - “A Ismênia, do ‘turco’ ali da esquina... parece uma mulata...”. Carlos Nejar, outro premiado escritor gaúcho, este de ascendência sírio-libanesa, além de poeta também é ficcionista, crítico, tradutor e membro da Academia Brasileira de Letras. O autor tem um poema no livro *Os viventes* (1979), que guarda clara conexão com a mobilidade do ofício do viajante árabe pelo Rio Grande do Sul.

“Abadil, o viajante. Não era um, era muitos confluindo no seu corpo e o fatigando.

Abadil, mais que Abadil, a infância dele, o rebelde, suas letras de colégio,

o anterior e o sequente, a baldeação de Abadil, o seu arrabalde, o sítio.

E fora dele, a tronqueira, o funcho, o mundo encantado.

Notícias e coragens sobraçavam-lhe o jaleco.

Imprevistos: as botas não os calçam nem consertam.

Viajava. De Porto Alegre a São Borja.

Ou melhor, desviava nas horas de nossas partes ou mortes”.

Outra fonte recorrida foi a de ‘*blog’s*’ de descendentes de árabes na rede de computadores. Um de nossos entrevistados, Aloyzio Achutti, mantém uma página na rede mundial de computadores com o nome de “*Histórias que meu pai contava*”. O médico aposentado de 83 anos diz o seguinte em relação ao avô, imigrante libanês: “Ele [o pai Bortolo Achutti] dizia que meu avô, Antônio Mansur, havia nascido em 18 de janeiro de 1869, na cidade de Beirute, junto à baía de *Junin*, no Líbano”. Achutti, que mesmo tendo o avô e o pai desposado descendentes de italianos e alemães, respectivamente, continua a lembrar do pai que falava sobre seu avô; “ele teria vindo para o Brasil no século XIX, mais ou menos no fim da década de 80 ou no início dos anos 90. Era solteiro, e consta que tinha 17 anos, e se assim foi, deveria ter por aqui chegado em 1887, antes da Proclamação da República”. Ele não veio sozinho, mas “acompanhando seu irmão mais velho José, que já era casado e deixara temporariamente mulher e filhos em sua terra natal”.

Meu avô tinha mais dois irmãos, Maron e Maria, que chegaram ao Brasil mais tarde, na década de 90. Segundo meu pai, eles teriam vindo, a mando da mãe, para buscar de volta os dois que chegaram primeiro e que teriam vindo somente para “fazer a América”, juntar algum dinheiro e retornar para casa. Meu avô, durante toda a vida se culpava por não ter voltado para rever a mãe que morreu sozinha no Líbano, pois os filhos optaram por ficar no Brasil (ACHUTTI, Blog na WEB<sup>25</sup> em 12.10.2015).

Nessas memórias do avô, o imigrante libanês Antônio Mansur, Achutti, lembrando o que ouviu de seu pai, Bortolo, conta que Antônio “chegou em Montevideo, onde desembarcaram e, em contato com patrícios, conseguiram caixas de mascate cheias de mercadoria, prosseguindo a pé em direção a Porto Alegre, pelo meio dos campos”. A História de Mansur é idêntica de muitos outros imigrantes árabes que entraram no Rio Grande do Sul vindos do Uruguai, muitos a pé, e prossegue: “Vendiam seus produtos nas sedes de fazendas e vilarejos, até terminar a mercadoria”. De acordo com Achutti, seu avô e o irmão dele, José, depois de um tempo em Porto Alegre, foram para Santo Ângelo, (Missões) onde abriram um comércio, mas por causa da Revolução de 1893, tiveram que abandonar a região às pressas.

25 <http://amicorextension.blogspot.com.br/2012/10/bortolo-achutti-1898-1977.html>.

Vieram de volta de carroça; José se radicou em São Pedro do Sul, enquanto Antônio em Santa Maria, (Região Central) onde nasceu Bortolo.

É interessante que, pelo que eu entendi, eles aqui chegaram sem saber falar português e sem saber escrever com nossos caracteres, o que não os impediu de negociar e ir aprendendo a língua, enquanto iam juntando dinheiro para sobreviver, e depois se tornarem comerciantes até abastados (ACHUTTI, Blog na WEB em 12.10.2015).

Curioso foi ler nas memórias do neto, que, de acordo com o que foi transmitido pelo pai, o avô incorporou o nome de Achutti depois que, ainda muito jovem, desceu as montanhas do Líbano, vindos da região de *Achout*, para tentar a vida em Beirute, de onde depois de algum tempo, embarcou para a América. Embora essas histórias de imigrantes se pareçam umas com as outras, o que também pode estar por detrás, é um discurso unificador de trajetórias que confere um sentimento de unidade aos imigrantes e seus descendentes.

Através de trabalhos menos memorialistas, três autoras aparecem nas abordagens e enfoques dos estudos da imigração árabe no estado gaúcho. A primeira é Cecília Kemel, filha de sírios de Cachoeira do Sul, autora de *Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*, de 2000. Sua obra é um estudo antropológico sobre a imigração árabe no Rio Grande do Sul. O trabalho se destaca pela análise do lugar e do papel da mulher no processo migratório, tema raramente abordado na literatura da imigração. A obra de Cecília Kemel, embora concisa e não propriamente um trabalho acadêmico, coteja diversos aspectos da cultura árabe no estado que não foram abordados nos demais estudos a que tivemos acesso.

A segunda autora é Liane Chipollino Asséf. Historiadora, natural de Santana do Livramento, ela escreveu alguns artigos sobre os aspectos da imigração palestina e sírio-libanesa na fronteira. Na obra *Um olhar sobre a presença árabe na fronteira* (2014)<sup>26</sup>, a autora disserta sobre diversas características da identidade árabe no ambiente fronteiriço gaúcho, o que nos serviu para conhecer melhor esta realidade além do nome de algumas famílias pioneiras.

Por derradeiro, a única obra que trata de imigração árabe em Porto Alegre de uma forma mais detalhada e abrangente, especialmente no período que também trabalhamos, é o livro comemorativo aos 70 anos da

---

26 Disponível em: < <http://jogodamemoria.blogspot.com.br/2013/03/um-olhar-sobre-presenca-arabe-na.html>>.

Sociedade Libanesa de Porto Alegre, assinado pela pesquisadora Suzana Schilling. Em *Uma história a ser lembrada: Sociedade libanesa de Porto Alegre* (2007), a autora elabora um apanhado histórico da comunidade maronita de Porto Alegre, além de outras informações expressas nas sociabilidades da Sociedade Libanesa de Porto Alegre. Através de entrevistas com os ex-presidentes, toda a história do clube é contada. Há também uma análise de algumas atas das reuniões da diretoria do Clube, desde a sua fundação, na década de 1930. Com o trabalho de Schilling, foi recuperada uma importante parte da história da comunidade árabe de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.

Assim, mesmo tirando vantagem das informações que contêm, verificamos que as diversas formas de obras literárias sobre imigração árabe no estado, quer sejam memorialistas, ficcionais ou romantizadas, assim como literatura oficial encomendada por grupos étnicos, mas também as obras que se pretendem isentas e os estudos acadêmicos sobre a imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, são relativamente escassas e, a maioria das fontes, antigas, no entanto, aproveitamos todas neste artigo, uma vez que trazem informações sobre os estabelecimentos comerciais dos imigrantes, assim como as primeiras famílias sírio-libanesas a povoar os municípios gaúchos onde as obras são ambientadas.

Embora seja verdade que os movimentos migratórios mais relevantes para o Rio Grande do Sul, como o de alemães, portugueses, italianos e poloneses, sejam sempre mais volumosos e têm mais divulgação de sua memória do que o dos sírio-libaneses, e apesar da imigração europeia projetar uma sombra espessa sobre a acanhada presença árabe no Rio Grande do Sul, o presente artigo contribui um pouco para mitigar esta realidade, relatando a memória desses imigrantes do Oriente Médio, presentes em todas as áreas e bem inseridos na sociedade gaúcha. Assim lançamos um fecho de luz sobre a real contribuição desses imigrantes no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, mas também para sua diversidade humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante distinguir sociologicamente entre imigrantes que chegaram jovens, e que puderam aventurar-se justamente por não estarem muito envolvidos em uma ordem social e nem possuírem “interesses adquiridos de ordem econômica ou espiritual” e aqueles já inseridos em uma estrutura familiar, que norteou os seus passos iniciais (WEBER, 2010 p.103). Nesses dois conjuntos de imigrantes – os grupos familiares e os jovens independentes – são observáveis dois pontos em comum: (a) a atividade comercial inserida em uma cadeia relacional, caracterizada por uma rede

de patrícios que procurava a sustentabilidade econômica e, se possível, marcar um nicho comercial de produtos para afastar a concorrência; (b) o papel importante que tiveram outros árabes – seja consignando-lhe mercadorias para que pudesse vender em regime de acerto posterior, mas também como companhia de aventuras em busca de riquezas, seja no auxílio para a inserção profissional mais estável, mais vantajosa, ou simplesmente mais “familiar”, no sentido de “comunidades de descendência e cultura” (FENTON, 2003, p. 13). Neste sentido, de acordo com os estudos de Soutelo Vásques (1998, p. 103) o “capital relacional” facilitou a integração sócio-profissional do imigrante sírio-libanês na sociedade receptora.

A característica inicial dessa imigração foi a mobilidade, seja se deslocando para solo gaúcho através da fronteira seca com o Uruguai, seja regressando ao Oriente Médio e tornando a voltar ao sul do Brasil, atraídos pelos lucros das charqueadas, seja ocupando os mercados de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, ou ainda, em menor número, acompanhando as colônias no centro e na metade norte do estado, onde se estabeleciam com pequenos entrepostos para atender aos imigrantes europeus. Como mascates eles foram seduzidos a permanecer no país durante o início do século XX, usaram o lucro obtido para ampliar seu comércio, estabelecidos, participaram da emergente sociedade gaúcha, primordialmente no comércio, e com isso, lograram educar seus filhos que foram, em grande escala, inseridos no mercado de trabalho brasileiro em formação durante o fim da primeira metade do século passado.

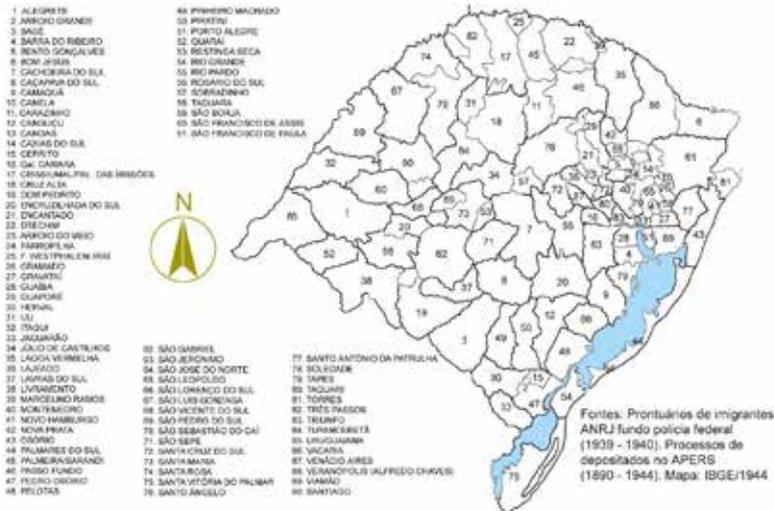
Em solo gaúcho os libaneses não só escaparam do preconceito do ‘turco’ como também souberam tirar vantagem do prestígio da imagem do imigrante ideal, associando-se a ela, ainda que agregando características próprias de destemido e desbravador. Como estrangeiro branco e cristão, proprietário e empreendedor, eles ainda souberam ativar suas fronteiras étnicas mantendo seus clubes e igrejas que abriram, onde junto com brasileiros e descendentes de outros imigrantes festejam a diversidade, ouvindo a missa em português rezada por padre árabe, saboreando no clube libanês um bom quibe com tabule e ouvindo música regional gaúcha.

Por fim, é curioso verificar que ocorreu no Rio Grande do Sul, ainda no período de inserção desses imigrantes árabes um processo de diferenciação. Os libaneses apostaram na diferenciação deles em relação aos outros imigrantes de fala e cultura árabe de forma muito semelhante ao que estava acontecendo no Líbano, quando patrocinado pela França, na época que se seguiu ao fim da I Grande Guerra, o Líbano cristão foi separado da Síria muçulmana, ambas sob Mandato Francês, para fazer do Líbano um confiável aliado do Ocidente. O Líbano se diferenciou dos sírios e dos ou-

tros árabes, ora evocando raízes fenícias, ora vinculando suas identidades a instituições pré-islâmicas como a Igreja Maronita libanesa, aliada dos invasores (ou libertadores) cruzados europeus dos séculos XI e XII.

Em Porto Alegre, o Clube Sociedade Libanesa e a Igreja Maronita têm como características mais marcantes o acesso universal e a regularidade com que funcionam. Essas instituições sempre foram espaços de ininterrupta oportunidade de aproximação de elementos da cultura libanesa, mas também árabe à brasileiros e outros imigrantes e seus descendentes. Observamos assim, um processo histórico de “libanização” da figura do imigrante árabe no Rio Grande do Sul. Isso se explica pela imagem que os libaneses elaboraram de si mesmos como imigrantes cristãos, brancos e respeitáveis comerciantes, inseridos e assimilados pela sociedade, valores que não foram idealizados pelas elites nacionais do século XIX para imigrantes não europeus, mas que foi pensado e elaborado por esses imigrantes. Ser de origem libanesa significa, no Rio Grande do Sul, escapar do estigma de ‘turco’, ao mesmo tempo pertencer a uma prestigiosa ‘classe’ que desfruta de vantagens sociais *a priori*, uma vez que responde positivamente a pressão da sociedade local que vincula a pessoa ‘imigrante, ou de origem’ ao êxito da emigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, essas em maior número e muito presentes na sociedade gaúcha.

Divisão territorial do Estado do Rio do Grande do Sul. ( 1944 )



Mapa 3: índice. Municípios gaúchos em 1944.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Arlene Medeiros; GIRON Loraine Slomp; GIROTTO Magali Giuseppina Paim (Org's) *Lembranças de Vacaria*. Vacaria/RS: Secretaria Municipal de Educação, 2013.
- ACHUTTY, Aloysio. *Histórias que meu pai contava*. Disponível em: <<http://amicore-book.blogspot.com.br/2016/02/historias-que-meu-pai-contava-3.html?view=magazine>>. Acesso em: 11/03/2017.
- ALMEIDA, Ludmila Savri. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios. In: Célia Maria Borges (org.). *Solidariedades e conflitos. Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Anno 1923. Repartição de Estatística. Oficinas Graphicas d'a Federação: Porto Alegre, 1924.
- ASEFF, Liane Chipollino Um olhar sobre a presença árabe na fronteira. Texto apresentado no IV Festival Sul Americano da Cultura Árabe, Unipampa, 2014. Disponível em: <<http://jogosdamemoria.blogspot.com.br/2013/03/um-olhar-sobre-presenca-arabe-na.html>>. Acesso em: 22/11/2016.
- BARBOSA, Fidelis D. *Vacaria do Pinhais*. Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: Est Editores, 1981.
- BARROSO, Vera Lúcia M. e DAROS, Marília (ORG) *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 1975 1ª edição.
- BASTANI, Tanus Jorge A emigração libanesa para o Brasil. In: JORGE, Salomão. *Álbun da colônia sírio-libanesa no Brasil*. São Paulo: Soc. Imp. Brasileira, 1946.
- BECKER, Klaus. *Sírios e outros imigrantes árabes*. In: Enciclopédia Rio-Grandense, V. 5º Imigração. Canoas/RS: Editora Regional Ltda, 1958.
- BELTRÃO, Romeu *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787 – 1930*. 3. ed. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM. 1979. 776 p.
- BINDÉ, Ademar. *Os árabes*. Ijuí: volume 9. Col. As etnias de Ijuí. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- CALLAGE, Roque. *No fogão do gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1929.
- CAPELLO, Ernesto. *Carrying the past: the Syrio-Lebanese Emigration to Brazil*. Journal, nº IV, Disponível em: <<http://www.la.utexas.edu/research/paisano/EECText.html>>. Acesso em: 22/11/2016.

- CLEMENTE, Elvo & UNGARETTI, Maura. *A história de Garibaldi*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- CONSTANTINO, Núncia. *O Italiano da Esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense* Porto Alegre: Est Edições, 2008.
- CORTES, Geraldo Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Coleção Documentos Brasileiros, n. 95, 1958.
- D'ORNELLAS, Manuelito. *Gaúchos e Beduínos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. *Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul*. Martins Livreiro Editor, 1996.
- FENTON, S. *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- FLORES, Moacyr. *A história do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2013.
- JARDIM, Denise Fagundes. *Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos de produção da etnicidade*. Chuí/RS. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Antropologia, UFRGS, 2000.
- KALIL, Luiz. *Salim faz preço, freguês! Samuel também faz, senhor...* Porto Alegre Evangraf Ltda./Bagé: Praça da Matriz Editora, 2007.
- KEMEL, Cecília L.A. *Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- KNOWLTON, Clark *Sírios e libaneses em São Paulo: ascensão social e mobilidade espacial*. São Paulo: Anhembi, 1960.
- LAMARÃO, Sergio Sérgio Tadeu de Niemeyer. Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento brasileiro, 1945 -1998 In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). *Guerras e imigrações*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.
- LAYTANO, Dante de. Os portugueses. In: Becker et al. *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Regional, 1958. (v.5 imigração).
- LESSER, Jeffrey. *Negotiating the national identity. Immigrations, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil*. Durham, Duke Uni. Press, 1999.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- MANARA, Soraya Maihub Contribuições de Famílias Sírio-libanesas à Colonização de Gramado IN: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lúcia M. (Orgs) *Raízes de Gramado: 40 anos*. Porto Alegre: EST, 1995.

- MARTINEZ, Elda Evangelina G. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis IN: FAUSTO, Bóris (ORG) *Fazer a América: A Imigração em Massa para América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Biblioteca Pioneira na Ciências Sociais e Sociologia, 1973.
- NEJAR, Carlos *Os vivos*. Ed. Nova Fronteira, 1979
- NUNES, H. *A imigração árabe em Goiás: 1880 - 1970*. Dissertação de Mestrado (Instituto de História) Universidade de São Paulo: USP, 1986.
- PEREIRA, Luiz Felipe A Saga da Imigração Árabe-Libanesa em Alegrete IN: COSTA, Ely Tributo ao Imigrante Alegrete: 2ª ed., *Revista do Imigrante*, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.
- PIMENTEL, Valdevez Cavalcante. *A aculturação do imigrante sírio no Piauí* (estudo de caso). Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.
- ROSA, Carla Rosane Silveira. *Os primeiros imigrantes sírios e libaneses na cidade de Pelotas: final do século XIX, início do século XX* UFPEL Especialização em História, Pelotas, 2005.
- SCHILLING, Suzana *Sociedade Libanesa de Porto Alegre: Uma história a ser lembrada*. Porto Alegre: Sociedade Libanesa de Porto Alegre, 2007.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Ed. Ulbra, 2000.
- SILVA, José Carlos L. *Povoamento do Município de São João Batista de Camaquã: aspectos da história, genealogia e biografias*. Florianópolis: Editora Secco, 2005.
- SIQUEIRA, Márcia. *Da Imigração à Fundação do Clube Sírio-libanês do Paraná*. Curitiba: Edição do Coordenador, 2002.
- SOUTELO VÁZQUEZ, R. Memória oral e identidade étnica da inmigración española a latinoamérica no século XX: os galegos em Brasil, 1880-1970. *Estudios Migratorios*, n. 6, p. 97-124, 1998.
- TEDESCO, João e VANIN, Alex Sírios e libaneses em Passo Fundo: final do século XIX, início do século XX In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane (ORG's). *A formação étnica de Paso Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: Allprint Varela, 2017.

WEBER R. Galegos no sul do Brasil: alternativas na América. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 83-109, jul. 2010.

Recebido em 18/05/2017  
Aprovado em 06/07/2017

# IMIGRAÇÃO, HISTÓRIA, LITERATURA: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO GRANDE DO SUL

## *IMMIGRATION, HISTORY, LITERATURE: SECOND WORLD WAR IN RIO GRANDE DO SUL*

René E. Gertz<sup>1</sup>

### RESUMO

Entre muitas outras consequências para o Brasil, a Segunda Guerra Mundial foi responsável pela ocorrência de conflitos de caráter étnico, e mesmo religioso, em várias regiões do país. Uma delas foi o Rio Grande do Sul. Entremontes, a pesquisa histórica avançou de forma significativa no estudo desse tema. Aqui se faz uma tentativa de questionar se os resultados até agora obtidos com base em fontes históricas tradicionais poderiam ser complementados, melhorados ou até modificados com a inclusão da produção literária, supostamente ficcional, sobre esse tema. Destaca-se que se trata muito mais de uma tentativa de pesquisa que da obtenção de um resultado definitivo.

**Palavras-chave:** História e Literatura. Segunda Guerra Mundial. Rio Grande do Sul.

### ABSTRACT

*Among many consequences to Brazil, the Second World War was responsible for ethnic, and even religious, conflicts in several regions of the country. One of those was the state of Rio Grande do Sul. In the meantime, historical research about the issue has developed considerably. Here an attempt is made to question whether the outcomes reached so far based in traditional historical sources could be complemented, improved or even modified by including the literary production, allegedly fictional. It must be highlighted that it is more a matter of a research attempt than of the achievement of a definitive result.*

**Keywords:** History and Literature. Second World War. Rio Grande do Sul.

## 1 ADVERTÊNCIAS PRELIMINARES

Este texto deve começar com três advertências incisivas.<sup>2</sup> Em primei-

---

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Professor aposentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. E-mail: gertz@cpovo.net.

2 O tema se insere num projeto mais amplo intitulado “O rescaldo da Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul”, apoiado pelo CNPq, mediante bolsa de produtividade. Este texto serviu de base para uma comunicação no I Congresso Internacional de Estudos Históricos Latino-Americanos, promovido pela UNISINOS, São Leopoldo, em 5 de novembro de 2015.

ro lugar, o tema específico aqui abordado (o recurso à literatura) não reflete uma longa tradição de pesquisa por parte do autor; em segundo lugar, ele é historiador, e não crítico literário; terceiro, ele está convicto de que existe uma grande diferença entre ficção e realidade histórica, tendo manifestado – em reiteradas oportunidades, ao longo dos anos – sua inconformidade absoluta com a ideia de que se deva desistir da tentativa de buscar “verdades históricas”, motivo pelo qual a única coisa que, supostamente, poderíamos apresentar a respeito do passado seriam versões – ficções – sobre ele; ainda que, obviamente, não ignore a influência que ideias, crenças, mentalidades, portanto produções humanas não necessariamente derivadas de “verdades objetivas”, difundidas verbalmente ou por escrito – na forma de literatura, por exemplo –, podem exercer sobre o processo histórico.<sup>3</sup>

De forma concreta, essas três advertências significam que o autor tem plena consciência dos limites desta sua investida ocasional, experimental num campo novo, a literatura, ainda que a temática como tal se enquadre, perfeitamente, no campo de suas pesquisas históricas mais gerais, desenvolvidas há muitos anos – como logo se verá. De qualquer forma, isso quer dizer que, ao invés da pretensão de apresentar resultados conclusivos, trata-se, aqui, muito mais, de uma tentativa conscientemente modesta, limitada, de exploração de fontes alternativas, no caso, fontes literárias.

Para prevenir possíveis restrições de críticos literários ou de historiadores da literatura, também é imprescindível destacar, de forma enfática, que nas fontes exploradas não se aplicaram critérios de qualidade literária, levando-se em conta, exclusivamente, a suposta ou efetiva contribuição do conteúdo encontrado em algumas obras para uma tentativa de aproximação ao maior grau de “verdade” possível sobre a situação histórica aqui abordada.<sup>4</sup>

Apesar da insistência na necessidade de uma distinção rigorosa entre ficção e realidade, não há como negar possíveis contribuições da primeira, não só para a divulgação, mas até para o desenrolar de processos históricos. Naquilo que tange à divulgação entre um público maior, na opinião pública, obras de ficção, em geral, têm muito maior importância para a configuração do “conhecimento” histórico, para a constituição de uma “cultura historiográfica”, por parte de amplos setores populacionais sobre

---

3 Inversamente, também sabe, desde o primeiro semestre do curso de História, que os historiadores não possuem a chave de acesso “à verdade histórica como tal”, mas insiste que um historiador não pode abrir mão da *tentativa* de aproximar-se da “verdade”, que as fontes possuem o “direito de veto”, contra simples versões etc.

4 Na tradição da escrita da história, é comum recorrer a memórias, como fonte. A ficção pode ser vista como uma fonte semelhante.

determinados fatos ou temas do passado que obras escritas por historiadores profissionais. Esse “conhecimento” (mesmo quando deturpado ou claramente falso) pode influenciar o comportamento humano, e, assim, o próprio processo histórico. Também a escrita ficcional sobre acontecimentos e realidades do passado, com frequência, baseia-se em algum tipo de fontes, que não podem ser desprezadas. Por fim, um ficcionista pode ser um bom formulador de hipóteses, as quais, depois, podem ser testadas pelos historiadores, para serem refutadas ou confirmadas.

Mesmo que essas poucas considerações não possam ser vistas como uma grande elaboração teórico-metodológica, foram esses os pressupostos que nortearam a pequena investida empírica que aqui será relatada.

## 2 O TEMA

Minhas pesquisas históricas têm como um de seus focos o processo de imigração e colonização no Rio Grande do Sul, em especial com alemães e descendentes. Há duas questões envolvendo a relação desse processo com a literatura: a presença de personagens imigrantes e descendentes na ficção regional, e a qualidade da literatura produzida por alguns deles. Sobre o primeiro aspecto, um estudioso constatou, 35 anos atrás, “a ausência do imigrante na galeria dos heróis literários gaúchos, seu relativo ‘esquecimento’ pela literatura aqui produzida – ‘esquecimento’ que se estende por mais de um século, ao se considerar o advento do imigrante ao RS, o início das atividades literárias aqui desenvolvidas, que datam já do princípio do século passado [XIX]” (WEBER, 1980, p. 257).

Quanto à qualidade da assim chamada literatura teuto-brasileira, incluindo, naturalmente, a teuto-gaúcha, lê-se em livro clássico de Emílio Willems:

O romance, a novela, a poesia e o teatro criados por imigrantes alemães e descendentes próximos encontram a reprovação estética quase unânime dos poucos críticos alemães que tomaram conhecimento desse ramo americano de literatura germânica. É uma literatura, sobretudo, de almanaque e jornal, escrita por diletantes, e destinada ao “consumo” de leitores cuja maioria apenas alfabetizada não é capaz de elevar-se acima do nível mais rudimentar (WILLEMS, 1946, p. 545).

Por falta de conhecimento mais consistente, esses dois temas não podem ser aprofundados aqui, e muito menos pode ser feita uma avaliação crítica das afirmações dos dois autores citados. É possível que essas

opiniões não sejam compartilhadas por outros estudiosos, mas também é possível que a situação tenha mudado nas últimas três ou quatro décadas – pesquisadores que escreveram em datas mais recentes sugerem que, hoje, a situação não é mais a mesma.<sup>5</sup> Mesmo que a literatura escrita em língua alemã por alemães e descendentes não tenha recebido destaque, há autores de sobrenome alemão cujas obras em língua portuguesa, sobre aspectos do processo de imigração e colonização, estão consagradas pela crítica literária. Mas – repita-se – esta é apenas a impressão de um leigo em literatura gaúcha.

Dentro da temática imigração/colonização com alemães e descendentes, um dos principais focos de meus interesses são os acontecimentos da década de 1930, que se agudizaram durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se da atuação do partido nazista no Brasil – até sua proibição em 1938 –, da atuação da Ação Integralista Brasileira, com relativo sucesso nas regiões de colonização alemã no sul do país, do reavivamento da ideologia “germanista”, da existência das assim chamadas “escolas étnicas”. Tudo isso fez com que o medo do “perigo alemão”, isto é, de supostas pretensões imperialistas alemãs em relação ao Brasil, novamente fosse propagado na opinião pública brasileira (como acontecera nos cerca de 25 anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial) (GERTZ, 1991). Essa situação, por sua vez, desencadeou uma política oficial de “nacionalização”, a qual acabou desembocando em formas de repressão de vários tipos, seja por parte de agentes de Estado, seja por parte de pessoas físicas. E é com esse contexto que se tenta lidar aqui, visando a verificar em que medida a produção literária a respeito pode contribuir (ou não) para ajudar a compreender e evidenciar a realidade histórica daquele momento.

### 3 IMIGRAÇÃO ALEMÃ E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA LITERATURA GAÚCHA

Encontrei três estudos de origem acadêmica que tratam – de forma direta, específica – da presença de imigrantes alemães e descendentes na literatura gaúcha (SCHREINER, 1996; AQUINO, 2007; MOMBACH, 2008).<sup>6</sup> Em nenhum deles, porém, foram analisadas obras que se concentrassem,

5 “O imigrante na condição de personagem já aparece na literatura regionalista de início do século [XX], mas numa posição inferiorizada e diminuída”. “Todavia, apenas na ficção e poesia dos anos [19]70 a imigração torna-se assunto predominante, sendo trabalhada de modo singular por cada escritor” (ZILBERMAN, 1985, p. 50).

6 Apesar de tratarem de imigração/colonização alemã e literatura, não estão arroladas a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Imgart Grützmann [Bonow], porque esses trabalhos se dedicam a uma produção literária específica – à poesia, no primeiro caso, e à canção, no segundo (BONOW, 1991; GRÜTZMANN, 1999).

exclusivamente, no período da referida guerra, ainda que em duas delas haja rápidas referências ao tratamento que foi dado a esse tema em **O tempo e o vento** de Érico Veríssimo. Claro, “o texto concede a estes grupos [de imigrantes] apenas um papel colateral no transcurso do relato”, no conjunto da obra (ZILBERMAN, 1980, p. 92), e o período da guerra, por sua vez, constitui somente um pequeno espaço cronológico de sua limitada presença em cena, dentro do livro.

Mesmo assim, Renate Schreiner enfatizou que o personagem Rodrigo encarna a crítica ao nazismo e aos imigrantes, enquanto Rubim mostra-se mais compreensivo, condescendente, mas como o primeiro constituiria uma figura muito mais proeminente e representativa da sociedade gaúcha e brasileira envolvente que o segundo, sua opinião se sobressairia como dominante. A partir desse dado, a autora concluiu por uma avaliação final geral pouco favorável sobre alemães e descendentes, na obra de Veríssimo: “Terminada a guerra, nas últimas cem páginas do terceiro volume de **O arquipélago** não há mais menção aos imigrantes alemães. Sua presença na obra termina com o repúdio público ao imigrante, expresso pelo quebra-quebra por ocasião da entrada do Brasil na guerra” (SCHREINER, 1996, p. 56).

No trabalho de Ivânia Aquino – ao analisar o contato de alemães e descendentes com o mundo circundante, na mesma obra –, a Segunda Guerra foi considerada o momento de maior intensidade de conflitos, em toda a história de sua presença no “relato” do romancista. Entre os fatos elencados pela autora, há alguns que sugerem a possibilidade de desenvolver exercícios interessantes sobre as relações entre literatura e história gaúchas (AQUINO, 2007, p. 254 e segs.).

Nesse sentido, não deixa de ser significativo o fato de que Érico Veríssimo parece assumir como verdadeira a única fonte até hoje conhecida que dizia que Hitler alimentou ideias de anexar o sul do Brasil (AQUINO, 2007, p. 255) – trata-se do livro **O que Hitler me disse**, de Hermann Rauschning (1940), que na década de 1980 foi acusado de ser uma fraude. Na mesma passagem, também não deixa de chamar atenção uma referência a Rudolf Batke, integrante de uma pequena associação de jovens brasileiros de origem alemã que, na década de 1930, estudaram na Alemanha, onde realizaram dois ou três encontros para discutir sobre a realidade brasileira, a partir de uma perspectiva “germanista”, sem que se conheça qualquer atividade ilegal ou “subversiva” propriamente dita – desconhecem-se fontes que apontem para uma atuação no Brasil, tanto por parte de Batke quanto da associação, e sua existência, provavelmente, só se tornou conhecida, por aqui, por causa das referências muito críticas que os textos apresentados

por alguns deles, nos citados encontros, receberam em duas publicações de Gilberto Freyre (1940; 1942).<sup>7</sup>

Ainda que se possa argumentar, com alguma razão, que, neste caso, o escritor Érico Veríssimo poderia estar apenas referindo opiniões e comentários que, na época, circulavam na opinião pública – aqui, entre seus personagens –, há outra passagem que permite levantar uma discussão sobre potenciais problemas decorrentes de um desencontro irreconciliável entre ficção e realidade histórica, pois nela não se trata da reprodução de opiniões ou de comentários correntes entre personagens, mas da referência a um “fato efetivamente acontecido”. Na trama relatada por Érico Veríssimo, judeus foram espancados, “primeiro o Arão Stein e, depois, o mascate bastante conhecido dos moradores de Santa Fé, atacado à luz do dia ‘por três rapazotes alourados que tinham o aspecto iniludível de membros da Juventude Hitlerista’” (AQUINO, 2007, p. 255).<sup>8</sup>

Anos atrás, numa minissérie da Rede Globo, apareceu uma cena em que uma moça judia foi atacada fisicamente, na rua, por integralistas. Um grupo de historiadores acadêmicos dedicados ao estudo do integralismo (GEINT), todos eles pesquisadores muito sérios e críticos, discutiu longamente sobre essa cena, mas nenhum deles soube citar um episódio desse tipo efetivamente registrado em fontes históricas.

Da mesma forma, naquilo que tange especificamente ao Rio Grande do Sul, o memorialista Moysés Eizirik (1984, p. 77; 1986, p. 41) cita um confronto entre integralistas e judeus, no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, mas a iniciativa do enfrentamento teria partido dos próprios judeus, que teriam batido os outros.<sup>9</sup> Não cabe discutir, neste ponto, se integralistas e nazistas eram a mesma coisa, mas destacar que, no mínimo, Eizirik não refere que tenham sido alemães ou descendentes. E é justo pressupor que, se tivesse havido ataques físicos de integralistas e/ou nazistas a judeus, o

7 Trata-se do *Deutsch-Brasilianischer Arbeitskreis* – Círculo Teuto-Brasileiro de Trabalho.

8 Trata-se da “Juventude Teuto-Brasileira”, cuja ação “dissolvente” da nacionalidade brasileira foi denunciada pelo então secretário de educação do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Souza (1941, p. 39-43), mas sem lhe atribuir atos de violência física. Nos dois extensos volumes sobre supostas ou efetivas atividades nazistas no Rio Grande do Sul publicados pelo então chefe de polícia do estado, Aurélio da Silva Py, há amplas referências à mesma “juventude” (PY, 1942, p. 239-283; PY, sem indicações, p. 303-466), mas também ali não são referidas violências físicas contra judeus.

9 “Falando em integralismo, houve um núcleo integralista no Bom-Fim, e seus participantes, vestidos com camisa verde e passo de ganço, com a saudação *Anauê*, passaram a fazer desfiles no Bom-Fim. Os jovens associados do Círculo e do G. E. Israelita resolveram fazer um basta, e num determinado dia, após grossa pancadaria, dissolveram a passeata, e a partir daí não houve mais desfiles no Bom-Fim” (EIZIRIK, 1984, p. 77). Eizirik nasceu em 1919, e, portanto, vivenciou esse período e esses fatos como adulto.

autor certamente teria referido o fato, neste contexto – já que o episódio da investida contra os integralistas foi relatado em *dois* livros.

Na tese de doutorado de Cristine Fortes Lia (2003), intitulada **Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)**, não há referências a agressões físicas contra judeus perpetradas por nazistas; e em recente tese de doutorado sobre o nazismo no Rio Grande do Sul, lê-se que, “apesar da defesa da superioridade racial e do ódio aos judeus, não foram encontrados registros de enfrentamentos ou manifestações públicas de antissemitismo” (LUCAS, 2011, p. 204).

Essas referências permitem arriscar a hipótese de que não é de todo descabido imaginar que Érico Veríssimo tenha exercido sua “liberdade ficcional” para “carregar nas cores”, ao menos em relação a este ponto específico, e, portanto, tenha incorrido em uma “falsificação” histórica, involuntária ou não – ao menos de acordo com aquilo que o atual estado da pesquisa histórica sugere. Neste caso, estaríamos diante de uma relação problemática entre literatura e história, já que **O tempo e o vento** de Érico Veríssimo foi, e continua sendo, uma fonte muito importante para a configuração da “cultura historiográfica” sobre o Rio Grande do Sul, no imaginário de amplos setores populacionais.

Mas também cabe aventar a possibilidade (hipotética?) de que essa “informação”, contida num texto ficcional de ninguém menos que de Érico Veríssimo, deveria servir de motivação para novas pesquisas, por parte de historiadores, a fim de reforçar ou desmentir aquilo que, até o momento, está vigorando como “verdade histórica” sobre o assunto.

A rigor, cronologicamente, a primeira obra de ficção dedicada especificamente ao nosso tema foi **Um rio imita o Reno** de Clodomir Vianna Moog (1939), mesmo que tenha sido publicada no ano em que a guerra estava apenas começando na Europa, e ela aqui ainda só aparecesse como uma realidade ou ameaça distante. Mas o livro reflete, de forma clara, o clima que esteve por trás dos acontecimentos registrados nos anos posteriores. Abstraindo da possível participação do próprio Érico Veríssimo em sua configuração final, essa obra pode ser classificada como um caso de ficção que “fez” história, pelo impacto que teve na opinião pública e entre autoridades, à época de sua publicação.

Além do sucesso entre o público em geral, com a primeira edição esgotada em poucos dias, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul adquiriu exemplares para distribuição às bibliotecas escolares, de forma que ela exerceu um papel “histórico” no processo de “nacionalização” (GERTZ, 2005, p. 116). Considerando, porém, que a bibliografia produzida por historiadores a respeito já é bastante extensa (AGUIAR, 2013; CARVALHO, 2009;

DREHER, 2008; GRÜTZMANN, 2008; HENRIQSON, 1982; MARSON, 2009; SANTOS, 2014), não é possível fazer, aqui, uma avaliação de tudo aquilo que já foi dito, para, eventualmente, tentar avançar no tema, motivo pelo qual se deixa de considerar esse caso. E como **Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog** de Bayard de Toledo Mércio (1940), foi um livro escrito em reação ao de Vianna Moog, também ele deixa de ser analisado.

Outro livro diretamente relacionado com o assunto é **Cogumelos de outono** de Gladstone Osório Mársico (1972). O autor nasceu em 5 de abril de 1927, de forma que, ao final da guerra, tinha 18 anos de idade. Apesar de nascido em Erechim, cenário da “fictícia” cidade de Boa Vista, no vale do “rio Dourado”, não se sabe, porém, se o relato deriva de vivências pessoais ou de informações colhidas na tradição oral, pois consta que com 11 anos (em 1938) estudava no Colégio Catarinense, em Florianópolis, tendo frequentado, posteriormente, o Rosário, em Porto Alegre (SASS, 1994, p. 15).

Apesar de a trama envolver italianos e ao menos uma família japonesa – interessantemente, não aparecem poloneses –, não há dúvida de que os “alemães” constituem destaque, pois, no romance, são “os sigmas, suásticas, audições dos discursos de Hitler e Goebbels, a fazerem vibrar a colônia germânica, que espera pela vinda do *Führer* ao Vale do Rio Dourado” (WEBER, 1980, p. 266).

Como se trata de uma sátira debochada, onde a guerra constitui antes uma moldura dentro da qual os acontecimentos locais são narrados do que o tema em si, isso faz com que, em tese, as informações “históricas objetivas” que podem ser derivadas sobre ela, do livro, são restritas. Ainda assim, há algumas passagens que merecem ser referidas.

Eu mesmo participei da discussão sobre as relações entre nazismo, integralismo e fascismo (GERTZ, 1987, p. 118-138) – eram “tudo a mesma coisa”, ou formavam grupos claramente diferenciados entre si? No livro, os três aparecem diferenciados, mas, em função de “afinidades eletivas” entre si, fizeram um pacto de respeito mútuo e de convivência respeitosa. Além disso, sobre vários outros aspectos da história do período há acontecimentos correspondentes na trama do livro. Lá estão: a histeria sobre uma possível invasão do Brasil pela Argentina, naturalmente com a ajuda de Hitler; o recolhimento dos rádios, para que os “colonos” não pudessem mais sintonizar a Rádio de Berlim, por meio da qual, supostamente, recebiam instruções sobre as tarefas que deveriam cumprir dentro do processo de invasão; e os ensaios com *blackouts* contra possíveis ataques aéreos alemães ou italianos a cidades localizadas no profundo interior do Rio Grande do Sul, por exemplo.

Interessante é também a referência a episódios que denotam uma

observação acurada, sugerindo que de fato aconteceram – e não constituem apenas invenção (ficção) do autor, ou de seus informantes. Assim como em outras fontes, há relatos sobre a repressão violenta contra o uso de línguas estrangeiras, quando aparecem cenas nas quais o próprio latim utilizado por padres em atos litúrgicos foi reprimido. Outro detalhe revelador é a reação do coronel do exército que apareceu em Boa Vista para supervisionar o ensaio de um *blackout* – independente de se referir a fascistas, integralistas, nazistas, ou a seus opositores, para ele, toda a sociedade local pareceu-lhe totalmente estranha, exótica. Essa situação lembra um relato, corrente na tradição oral, referente a Caxias do Sul, onde o comandante da guarnição militar federal teria acabado com uma festa patriótica elegante, quando constatou que no cardápio não constava nenhuma comida “tipicamente brasileira”, só sopa de *capeletti*, massas, e outros alimentos exóticos do mesmo tipo.

De fato, esse tipo de estranhamento por parte de integrantes das forças armadas estacionadas nessas regiões existiu, como se pode verificar em livros escritos por alguns oficiais que foram deslocados para a “colônia alemã”, durante o período (BETHLEM, 1939; NOGUEIRA, 1947). O papel do exército como instância no mínimo interveniente no processo de “nacionalização” está, aqui, referido numa obra de ficção.<sup>10</sup>

Em contrapartida, chama atenção o fato de que não há qualquer referência sobre a constituição da Força Expedicionária Brasileira, e seu deslocamento para a Itália – talvez esse tema não se prestasse muito para uma sátira. De qualquer forma, mesmo com possibilidades de aproveitamento restrito para uma tentativa de rever a “verdade histórica” sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial na “colônia alemã”, a leitura do romance de Mársico não é de todo inútil para historiadores.

#### 4 OUTRAS FONTES LITERÁRIAS SOBRE O TEMA

Tanto o livro de Vianna Moog quanto o de Mársico tiveram repercussão significativa na época de sua publicação, e, hoje, integram o cânone da literatura gaúcha. Mas para um possível avanço no conhecimento histórico com a colaboração da literatura, certamente também podem servir textos de ficção que tiveram menor repercussão, e, talvez, possuam menor qualidade literária. Passo a referir dois casos. Trata-se de um livro de Henrique Todt Junior (1980) intitulado **Fräulein: o drama de uma brasileira loura**, e de **O homem sem nome**, de Edgar Welzel (1993).

Todt Junior nasceu em Pelotas, a 8 de dezembro de 1909, e morreu

---

<sup>10</sup> Sobre o papel efetivo das forças armadas nesse processo, cf. PAULA, 2006.

em Indaiatuba, São Paulo, a 11 de maio de 1989. Não foi possível descobrir muitos dados biográficos, além daqueles constantes no próprio livro: era bacharel em Filosofia e Teologia, foi deão da catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre, reitor do Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, em São Paulo (1961-1966) – portanto, de confissão religiosa episcopal-anglicana –, formado em jornalismo pela PUCRS, diplomado em Ciências Políticas e Sociais pela mesma universidade, atuou em diversos jornais gaúchos.

A trama central envolve o comerciante local Marcos Louzada, de origem estrangeira, vindo de um país “vizinho”, interessado numa aventura amorosa com a filha Hildegard (Garda) do carpinteiro Frederico Rueger, alemão, com cuja família vinha mantendo boas relações. Para atingir seu objetivo, Louzada denunciou, de forma secreta, o pai Rueger como “quinta-coluna”, isto é, nazista traidor do Brasil, conseguindo sua prisão e seu internamento na “Colônia Coronel Demócrito”, que constitui uma referência óbvia à Colônia Penal Daltro Filho, em Charqueadas, um dos diversos campos de internamento de “súditos do Eixo” que existiram do Pará até o Rio Grande do Sul, conforme mostrou Priscila Perazzo (2009). Depois, ainda conseguiu induzir o irmão da moça a alistar-se como voluntário na Força Expedicionária Brasileira, fato que resultou em sua morte, na Itália. Com as dificuldades decorrentes dessa situação, a moça viu-se forçada a aceitar um emprego no escritório do comerciante, e a história terminou em tragédia – além do filho morto no *front* de guerra, o pai não voltou da prisão, e a filha também acabou morrendo.

Ainda que a cidade em que transcorre a narrativa não seja nominalmente identificada, e localidades do interior tivessem nomes fictícios, tudo indica que se trata de Pelotas, já que o autor nasceu ali. Esse município constitui o maior centro de uma região de significativa imigração e colonização – em especial alemã, ainda que pouco conhecida como tal pela opinião pública do restante do estado e do país –, fato que o transformou em cenário de conflitos sangrentos, durante a Segunda Guerra Mundial, como mostrou um estudo de José Plínio Fachel (2002).<sup>11</sup> Caso tenha permanecido na cidade até a idade adulta, pode ter assistido aos fatos por ele narrados (tinha, então, pouco mais de 30 anos).

O enredo lembra muitos aspectos e fatos amplamente conhecidos sobre os efeitos da guerra nas regiões de colonização alemã: dificuldades de pastores para exercer sua atividade nas comunidades religiosas protestantes, denúncias contra inocentes, dificuldades econômicas e problemas

---

11 Fachel não arrola Todt Junior, em sua bibliografia.

de abastecimento, a divulgação de notícias de que “alemães” estariam planejando o envenenamento da água potável da cidade, a existência efetiva de nazistas (o “velho Kurz” ia regularmente à banca de jornais, para verificar os anúncios fúnebres de judeus publicados na imprensa da Capital, anotando os nomes dos falecidos – na expectativa do desaparecimento da “raça”).

Numa leitura atenta do texto, o historiador, porém, descobre alguns aspectos que sugerem a necessidade de retomar a pesquisa, para uma eventual complementação ou até correção daquilo que se estabeleceu até agora como “verdade histórica” sobre o tema. Citem-se alguns poucos exemplos.

O referido “velho Kurz” trabalhava numa empresa norte-americana, e foi despedido, não sob o argumento de ter cometido algum crime, deslize funcional, ou mesmo por ser nazista, mas pelo simples fato de ser “súdito do Eixo”. Apesar de, até recentemente, pouco exploradas pela pesquisa histórica, situações desse tipo efetivamente ocorreram, como mostram os trabalhos de Tamires Xavier Soares (2016) sobre Pelotas.

Além desse, são relatados alguns episódios cuja existência real mereceria ser verificada por meio de investigações detalhadas, pois soam pouco verossímeis. Enquadram-se nessa categoria o assassinato de uma menina “alemã” por parte de um francês, cuja motivação teria sido a agressão alemã à França; o episódio em que um médico alemão colocou uma placa na porta do seu consultório informando que não se falava alemão, situação que levou à morte de uma criança, cujos pais colonos não falavam português, e o médico simplesmente não os atendeu.

Além disso, em muitos anos de pesquisa, topei com apenas uma referência verbal à emigração de “alemães” do Rio Grande do Sul para a Argentina e o Uruguai, em função das perseguições durante a guerra – no livro, há referência a isso, motivo pelo qual também caberia aprofundar a investigação a respeito.

Não de todo desimportante é, ainda, a relação entre o pastor luterano local Renk e o reverendo anglicano Freitas – caberia verificar em que medida também protestantes não luteranos nem “alemães” eventualmente foram afetados pelo clima de desconfiança durante a guerra, por causa do caráter “estrangeiro”, “exótico” de sua confissão religiosa.<sup>12</sup>

Esse questionamento em relação ao contexto religioso tem sua razão de ser, pois mesmo que não se encontrem muitas referências sobre o

---

12 Ocorre também uma interferência benigna de um padre jesuíta (p. 82) – o autor teria pensado no padre Balduino Rambo?

tema nas fontes, em alguns momentos ele transparece nas falas de autoridades. A partir de 1939, foram trazidos “coloninhos” para Porto Alegre, durante a Semana da Pátria, para serem “abrasileirados”. Estão preservados discursos de autoridades, nessas ocasiões. Num desses discursos, do oficial do exército brasileiro De Paranhos Antunes, lê-se que esses meninos, descendentes de “alienígenas”, “virão dos grotões das colônias, das serranias distantes, dos confins do Rio Grande, para a feéirie e o deslumbramento da Cidade Sorriso”, e o objetivo desse deslocamento seria o de “arrancar os filhos do colono e do caboclo do indiferentismo e à ignorância”, para “levar-lhes, com a cartilha do ABC, o *catecismo da nossa religião* e o breviário de nosso civismo” (LENZI, 1940, p. 24). Não pode haver qualquer dúvida de que com a expressão “nossa religião” o oficial quisesse referir-se ao catolicismo – e isso, sem estar expressamente dito, obviamente significava que ele o considerava como *a religião nacional*, enquanto as demais confissões, no mínimo, não seriam plenamente nacionais, ainda que o caráter “estrangeiro”, “exótico” certamente obedecia a gradações, dependendo de que igreja “protestante” estivesse em pauta.

Por outro lado, há referências que permitem fazer algumas deduções sobre a situação cultural-religiosa no interior do estado, naquela época, justamente no sentido da existência de um pluralismo religioso. Nesse sentido, os leitores, por exemplo, recebem informações de que grandes figuras do protestantismo internacional, do luteranismo, eram conhecidas e referidas, numa cidade do interior gaúcho – em três passagens diferentes, foram citados os nomes de Albert Schweitzer, Martin Niemöller e Dietrich Bonhoeffer.<sup>13</sup>

Contrariando o imperativo da precisão de dados, exigida de um historiador, o livro registra ao menos um pequeno erro factual – o sargento Max Wolf, tombado na Itália, como “pracinha” da FEB, não era mineiro, mas sim paranaense (p. 192).

Quanto a Edgar Welzel – autor de **O homem sem nome** –, nasceu em 3 de abril de 1938, e passou sua infância no centro-norte do Rio Grande do Sul, na região de Não-Me-Toque, depois estudou na Escola Normal Evangélica, em São Leopoldo, onde se formou em 1957. Diferentemente de Todt Junior, teria apenas 7 anos quando a guerra terminou, de forma que seu relato, com certeza, deriva mais de “ouvir falar” que de vivência própria. Mesmo assim, trata-se, claramente, de uma narrativa “autobiográfica” – mesmo que declaradamente ficcional –, tendo no pai, professor, um dos personagens centrais (e, provavelmente, a mais importante de suas fontes),

---

13 O primeiro, conhecido por sua atuação na África, os dois outros por seu confronto com o nazismo.

aparecendo com o nome de batismo real (ainda que o sobrenome seja fictício). Grosso modo, também aqui vários dos episódios narrados fazem parte do “folclore” sobre aquele contexto histórico, como no livro de Todt Junior.

Se neste aparecem pastores em apuros, Welzel dá maior destaque aos problemas enfrentados pelos professores. Mas aparece também a vigilância policial das casas, para surpreender pessoas falando alemão. Se em **Fräulein** há referências à aproximação entre luteranos e anglicanos diante das adversidades, aqui essa aproximação se dá entre pastores luteranos e padres católicos, e também entre cidadãos comuns “alemães” e “italianos”. Uma lembrança significativa se manifesta no personagem Karl-Heinz Burger, um representante típico daquilo que ficou conhecido como “renegado étnico” – um indivíduo que odeia suas origens alemãs, a ponto de tornar-se delator, e modificar seu nome para Carlos Henrique Borges (p. 125).

A repetição de referências em lugares tão distantes entre si quanto Pelotas (Todt Junior) e Não-Me-Toque (Welzel) a efeitos que a guerra teve sobre populações de origem alemã reforça sua plausibilidade, e, portanto, a probabilidade de sua efetiva ocorrência.<sup>14</sup>

## 5 RESULTADOS PROVISÓRIOS

Pessoalmente, devo confessar que os dois livros me trouxeram alguma insegurança em relação a resultados de pesquisas por mim publicados – ainda que eu tenha sido cauteloso ao redigir o texto. Em meu livro **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**, trato, muito rapidamente, sobre mortes violentas ocorridas no período: “a política de nacionalização não levou só à perda de bens culturais e materiais. Há a lamentar, no mínimo, cinco mortes catalogadas. É possível que pesquisas futuras aumentem esse número” (GERTZ, 2005, p. 177). Dentre essas mortes, apenas uma se refere à Colônia Penal Daltro Filho – e ela teria ocorrido mais por falta de assistência médica que por tortura.

Aquilo que me trouxe dúvidas em relação a essa minha afirmação foi o fato de que *todos* aqueles que, no livro de Todt Junior, foram enviados para a “Colônia Coronel Demócrito” não voltaram vivos, e o mesmo aconteceu com *todos* aqueles que, no livro de Welzel, foram enviados para aquilo que ele chama de “ilha” – isso sem falar daqueles que teriam morrido nas

---

14 Após a redação deste texto, cheguei ao meu conhecimento a existência de outro romance, tendo como cenário – de forma expressa – Não-Me-Toque, no mesmo período. O enfoque deste romance é o inverso daquele de Welzel, pois nele os “maus” são “alemães” e “italianos”, havendo, inclusive, a possibilidade de que o professor local, personagem central desta história, tenha sido o pai de Welzel, ainda que, obviamente, não nominado (CROSSETTI, 1949). Pelo conhecimento tardio, este livro não pôde ser incluído na análise.

delegacias de polícia locais. Será que a mortandade foi maior que eu imaginei até agora, com base nas fontes tradicionais por mim pesquisadas?

Esta última dúvida, por si só, bastou para considerar-me satisfeito com o resultado desta pequena investida para juntar literatura e história. Ela, no mínimo, sugere algumas possibilidades de aprofundamento ou até de revisão em minhas pesquisas realizadas até aqui.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luciano Vieira de. *O preconceito racial na obra “Um rio imita o Reno”*: um paralelo com a atualidade. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.
- AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação da etnia alemã no romance sul-rio-grandense*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2007.
- BETHLEM, Hugo. *O vale do Itajaí: jornadas de civismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- BONOW, Imgart Grützmann. *Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha: a poesia em língua alemã publicada nos anuários (1874-1941) sul-rio-grandenses*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.
- CARVALHO, Enildo de Moura. No romance da imigração alemã, a expressão intelectual de Vianna Moog. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da et al. (Orgs.). *Explorando possibilidades: experiências e interdependências entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 120-148.
- CROSSETTI, Odilon. *Mais forte foi meu destino*. Porto Alegre: Globo, 1949.
- DREHER, Martin N. “Um rio imita o Reno” ou “‘Longe do Reno’ também se é feliz”: considerações sobre uma obra de Clodomir Vianna Moog e uma resposta de Bayard de Toledo Mércio. In: DREHER, Martin Norberto; KUNZ, Jaqueline Anchau; MÜGGE, Miquéias Henrique (Orgs.). *Imigração e relações interétnicas*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 1095-1101.
- EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul/Porto Alegre: EDUCS/EST, 1984.
- EIZIRIK, Moysés. *Imigrantes judeus: relatos, crônicas e perfis*. Porto Alegre/Caxias do Sul: ESTEF/EDUCS, 1986.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço*. Pelotas:

- Editora da UFPel, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.
- GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- GRÜTZMANN, Imgart. Estranhos no ninho: zona de contato e relações interétnicas em produções literárias de pe. Balduíno Rambo e Clodomir Vianna Moog. In: DREHER, Martin Norberto; KUNZ, Jaqueline Anchau; MÜGGE, Miquéias Henrique (Orgs.). *Imigração e relações interétnicas*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 112-153.
- HENRIQSON, Marlene Terezinha Corrêa. *Um rio imita o Reno: história e ficção*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.
- LENZI, Branca Regina. (Org.). *Os coloninhos: Semana da Pátria, 1940*. Porto Alegre: Editora Globo, 1940.
- LIA, Cristine Fortes. *Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MÁRSICO, Gladstone Osório. *Cogumelos de outono*. Porto Alegre: Movimento, 1972.
- MARSON, Ana Maria Rodrigues. *Vianna Moog, ensaísta e ficcionista – cotejo entre suas concepções e suas práticas narrativas*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MÉRCIO, Bayard de Toledo. *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*.

- Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul, 1940.
- MOMBACH, Clarissa Kristen. *A representação da cultura brasileira teuto-gaúcha na literatura sul-rio-grandense contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Letras Comparadas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: Editora Globo, 1939.
- NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.
- PAULA, José Fabiano de. *O que a escola começa, o exército continua: a campanha de nacionalização durante o Estado Novo nos núcleos coloniais teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade de Ijuí, 2006.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2009.
- PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1942.
- PY, Major Aurélio. *O nazismo no Rio Grande do Sul: 2º relatório*. (Sem indicações).
- RAUSCHNING, Hermann. *O que Hitler me disse*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1940.
- SANTOS, Rodrigo Luís dos. Um isolamento opcional: a construção da imagem do imigrante não integrado ao Brasil na obra *Um rio imita o Reno*. *Mnemosine* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, Campina Grande, v. 5, n. 2, p. 110-124, 2014.
- SASS, Vera Beatriz. *O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico*. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1994.
- SCHREINER, Renate. *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul*. Lajeado/Santa Cruz do Sul: FATES Editora/Editora da UNISC, 1996.
- SOARES, Tamires Xavier. *Lei para todos: tensões trabalhistas entre “súditos do Eixo” e empregadores, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SOUZA, J. Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto

- Alegre: Editora Thurmann, [1941].
- TODT Junior, Henrique. *Fräulein*: o drama de uma brasileira loura. São Paulo: Editora Soma Ltda., 1980.
- WEBER, João Hernesto. O imigrante alemão na ficção gaúcha. In: *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 256-270.
- WELZEL, Edgar. *O homem sem nome*. Brasília: Edição do autor, 1993.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- ZILBERMAN, Regina. *Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ZILBERMAN, Regina. *Literatura gaúcha*: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1985.

Recebido em 02/02/2017

Aprovado em 22/06/2017



# AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM VALE VENETO

## *THE COMMEMORATIONS OF THE CENTENARY OF THE ITALIAN IMMIGRATION IN VALE VENETO*

Juliana Maria Manfio<sup>1</sup>

### RESUMO

No ano de 1975, a comunidade de Vale Vêneto, que foi colonizada por italianos, organizou-se para comemorar os 100 anos da imigração italiana, promovendo uma festa com celebração católica, inauguração de museu, jantar típico entre outras atividades. O presente trabalho tem como interesse compreender o ato de festejar o centenário da Imigração Italiana na localidade de Vale Vêneto, localizada na região central do Rio Grande do Sul. Para explorar esse evento, foram utilizados os jornais *A Razão de Santa Maria-RS* e *O Radar de Faxinal do Soturno-RS*. Neles, foi analisada de forma externa e interna a fonte jornalística, inspirada nas contribuições de Luca (2008), buscando compreender a divulgação das festividades e as imagens das comemorações. A partir disso, entende-se que o ato de festejar seja um importante meio de compreensão dos ritos da vida coletiva e da construção da imagem e cultura italiana na comunidade de Vale Vêneto.

**Palavras-chave:** Cem anos. Imigração & colonização. Festividades.

### ABSTRACT

*In the year 1975, the Vale Vêneto community, which was colonized by italians, organized to commemorate 100 years of Italian immigration, promoting a celebration with Catholic celebration, museum inauguration, typical dinner among other activities. The present work has as an interest to understand the act of celebrating the centenary of Italian Immigration in the locality of Vale Vêneto, located in the central region of Rio Grande do Sul. To explore this event, the newspapers *A Razão de Santa Maria-RS* and *O Radar de Faxinal do Soturno-RS*. In them, the journalistic source, inspired by the contributions of Luca (2008), was analyzed externally and internally, seeking to understand the dissemination of the festivities and the images of the celebrations. From this, it is understood that the act of celebrating is an important means of understanding the rites of collective life and of the construction of the Italian image and culture in the community of Vale Vêneto.*

**Keywords:** One hundred years. Immigration and colonization. Festivities.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela UNISINOS. Mestre em História pela UFSM. Licenciada em História pela UNIFRA. Estuda processos migratórios italianos no Rio Grande do Sul, com ênfase na região da antiga Colônia Silveira Martins. Bolsista CAPES/ Prosup.

## INTRODUÇÃO

Em 22 de abril de 1973, foi instituído no Rio Grande do Sul, o Biênio da Colonização e imigração, com o intuito de “exaltar a obra daqueles que, após lutas longas e ásperas, ocuparam e povoaram a área que constitui o território deste Estado, incorporando- à Pátria comum”. Além disso, o decreto buscava reconhecer “as levas imigratórias que para cá vieram e aqui se fixaram, provindas de terras distantes em busca de uma pátria nova, e se juntaram aos primeiros povoadores no esforço das realizações solidárias [...]”<sup>2</sup> Dessa forma, o decreto tinha como finalidade a celebração, nos anos de 1974 e 1975, do sesquicentenário da imigração alemã, do centenário da imigração italiana e de demais grupos étnicos que se estabeleceram no Estado.

A região da Serra Gaúcha, onde se concentram as três primeiras colônias de imigrantes italianos (Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias)<sup>3</sup>, foi o palco das comemorações oficiais do centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. As festividades ocorreram nos dias 19 a 22 de maio de 1975, “em homenagem aos pioneiros peninsulares que ajudaram na colonização do Rio Grande do Sul”, nas cidades de Porto Alegre, Farroupilha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

O quarto núcleo de imigração, a ex-colônia Silveira Martins (conhecida atualmente por Quarta Colônia) não integrou as comemorações oficiais. No entanto, buscou também festejar os 100 anos da imigração italiana. Nesse espaço, as diferentes comunidades e cidades promoveram suas comemorações da forma que acreditaram serem mais oportunas. Porém, esse artigo vai se deter no estudo das festividades que ocorreram na comunidade de Vale Vêneto<sup>4</sup>, pela sua representatividade dentro desse espaço colonial. Abaixo, encontra-se um mapa da localização de Vale Vêneto.

---

2 *DECRETO Nº 22.410, DE 22 DE ABRIL DE 1973*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 22 de abril de 1973.

3 Os imigrantes italianos se instalaram em núcleos de colonização a partir de 1875, onde chegaram os primeiros colonos da colônia de Nova Milano.

4 Atualmente é distrito do Município de São João do Polêsine. No período das comemorações, pertencia ao município de Faxinal do Soturno.



Figura 1: Mapa da localização de Vale Veneto

Fonte: [www.valeveneto.net](http://www.valeveneto.net)

Nesse sentido, o presente artigo tem como interesse compreender o ato de festejar o centenário da Imigração Italiana na localidade de Vale Veneto, através da análise de notícias e fotografias dos jornais *A Razão*<sup>5</sup> e *O Radar*<sup>6</sup>. Entende-se que o ato de festejar o centenário da imigração italiana seja um importante meio de compreensão dos ritos da vida coletiva e da construção da imagem, da identidade e da cultura italiana na comunidade de Vale Veneto.

Para a realização deste estudo, optou-se por uma análise interna e externa da fonte jornalística, já que ela permeia grande parte deste artigo. Nesse sentido, ao optar pela análise de fontes jornalísticas, buscou-se nesta investigação, encontrar informações detalhadas sobre as comemorações do Centenário da Imigração italiana em Vale Veneto e sobre os promotores destes eventos festivos. No entanto, leva-se em conta que:

[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como

5 O jornal *A Razão* encontra-se disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

6 O jornal *O Radar* encontra-se disponível no arquivo morto da Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno-RS.

digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2008, 139)

Nesse sentido, o jornal noticiou os acontecimentos conforme seu interesse e do público que quis alcançar. E o trabalho do historiador é buscar problematizar o conteúdo, a forma como as notícias são apresentadas, sua frequência e o público que se quer alcançar. Por isso, no caso das comemorações dos 100 anos da imigração italiana, a análise do jornal possibilitou mostrar como a comunidade e promotores organizaram-se para estes eventos festivos e, como as festas foram anunciadas, preocupando-se com a repercussão anterior e posterior dos ritos festivos.

O aporte teórico está ancorado em dois temas que circundam este artigo: o primeiro, em relação à imigração italiana, com os trabalhos de Vendrame (2007, 2013), que observou o processo migratório da região da antiga Colônia Silveira Martins através de um olhar crítico diante de fontes criminais, notariais, de compra e venda de terra. Sua análise proporcionou ver a organização social dos imigrantes em relação à vida privada, às relações de honra e justiça, a política e administração e diante da Igreja e seus representantes. O segundo está aportado no tema de festas, com Albuquerque (2011) e Da Matta (1986), que abordam as manifestações festivas como uma forma de perceber a construção de uma cultura e de uma identidade através da organização social de um determinado grupo.

Nesse contexto, justifica-se a necessidade desta produção, pois pretende apresentar, por meio da análise da fonte jornalística, a organização de uma festividade que comemorou os cem anos da chegada dos primeiros imigrantes italianos na comunidade de Vale Vêneto, trazendo dados de uma pequena localidade que resolveu festejar a história dos pioneiros – história esta estritamente ligada à comunidade – trazendo para a discussão os costumes, hábitos e a organização social local.

## **1 O Centenário da Imigração Italiana em Vale Vêneto**

Este trabalho tem o objetivo de traçar um breve histórico do processo migratório de Vale Vêneto, a partir da bibliografia produzida recentemente sobre a temática, através de Vendrame (2007; 2013). Ainda existe uma lacuna de estudos relacionados à história da chegada dos imigrantes e a decisão da comunidade de festejar o seu centenário e a programação dos festejos. É possível afirmar que, segundo o jornal *A Razão*, a comunidade

passou a organizar-se a partir de 1975, através da formação de comissões executivas, que passariam a planejar as festividades. No entanto, é válido ressaltar que as comemorações ocorridas em Vale Vêneto iniciaram em 1975 e se estenderam até 1977.

Como uma forma de conhecer o contexto histórico daquela comunidade, será realizado um pequeno esboço histórico que iremos abordar a seguir.

## 2 Breve histórico de Vale Vêneto

Vale Vêneto foi um dos núcleos de colonização italiana pertencentes à Colônia Silveira Martins – a quarta colônia no Rio Grande do Sul. A comunidade foi fundada em 1878, a partir da chegada do imigrante Paulo Bortoluzzi e seu grupo familiar, que “era composto por um total de trinta pessoas, além de outros parentes, vizinhos e conhecidos das comunas próximas de Piavon [na Itália], formando um agregado de duzentos indivíduos” (VENDRAME, 2014, p. 172).

Além disso, o grupo familiar Bortoluzzi financiou a vinda de dois padres italianos para dar assistência religiosa ao núcleo colonial. De acordo com Vendrame (2007, p.44), quando os imigrantes se instalaram no núcleo colonial, buscaram formar um “ambiente onde pudessem viver em melhores condições das que estavam acostumados na Itália”. Nesse sentido, o núcleo de Vale Vêneto (1878), se mobilizou rapidamente, edificando uma capela e, “passou a planejar a vinda de um sacerdote que se instalasse no lugar”. A comunidade organizou-se de tal maneira que enviou como emissário responsável, o imigrante Antônio Vernier, à Itália com o intuito de encontrar um sacerdote. No final de 1881, chegaram à Colônia Silveira Martins, os padres Antônio Sório e Vitor Arnoffi.

Vendrame (2007) afirma que houve um impasse entre as comunidades de Silveira Martins e Vale Vêneto no que tange a permanência dos padres nos núcleos coloniais pois, quando desembarcaram em Porto Alegre, os sacerdotes não tinham dinheiro para seguir a viagem, resolvendo que “um deles permaneceria ‘refém’, enquanto o outro iria até a Colônia Silveira Martins avisar que haviam chegado” (VENDRAME, 2007, p.45) . Então, para buscar o padre que havia permanecido na capital, duas comissões foram criadas, “uma da sede Silveira Martins e outra de Vale Vêneto, o que deu início a um impasse entre as duas comunidades” (VENDRAME, 2007, p.45).

O problema foi “resolvido” com a decisão do bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira que “decretou que um sacerdote permaneceria em Silveira Martins - Vitor Arnoffi -, e outro iria para Vale Vêneto - Antônio Sório”

(VENDRAME, 2007, p.46). Esta ação do bispo não satisfaz a comunidade de Vale Vêneto, pois Vale Vêneto ainda se manteria sujeita à sede da ex-colônia. “Os descontentes não queriam se sujeitar a tais condições, por isso protestavam contra o que consideraram uma injustiça, já que eles haviam financiado a vinda dos sacerdotes da Europa (VENDRAME, 2007, p.46).

De acordo com Vendrame (2014), tais iniciativas do imigrante Paulo Bortoluzzi tinham como finalidade promover a autonomia e o progresso de Vale Vêneto. Em 1887, chegaram os *padres palotinos* em Vale Vêneto e, no ano de 1892, instalaram-se as irmãs do Sagrado Coração de Maria, motivo pelo qual o povoado tornava-se um importante centro religioso dentro da colônia. Dessa forma, a comunidade foi crescendo e,

[...] o imigrante Paulo Bortoluzzi adquiriu diversos lotes coloniais, abrindo ao mesmo tempo uma casa de negócio e um moinho no centro do recém-fundado povoado. Posteriormente, vendeu pequenas dimensões de terras aos padres para que, assim, pudessem se estabelecer no lugar. Também realizou empréstimos financeiros aos sacerdotes (VENDRAME, 2014, p.173).

Como procurei mostrar, a atuação da igreja foi muito presente na colonização do Vale Vêneto, sendo possível perceber a presença e a atuação da Igreja Católica e das ordens religiosas na organização social da comunidade. Dessa maneira, quase aos cem anos da fundação de Vale Vêneto, a comunidade organizou-se para comemorar o centenário da imigração italiana, através de uma festa, “como aquilo que ela é, uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 146). Cheias de significados, produziu-se uma festa com missa católica, inauguração de museu, bênção do bispo, presença de autoridades locais e um jantar com muita fartura, assunto que será tratado a seguir.

## 2.1 As comemorações dos 100 anos da Imigração Italiana

O jornal *A Razão* noticiava que, “Vale Vêneto prepara-se com grande entusiasmo para festejar a Imigração Italiana. A região de predominância italiana fará com que atraia pessoas da redondeza. Comissões especiais foram formadas para que não falte nada para estes festejos”<sup>7</sup>. Verifica-se, diante do conteúdo desse material jornalístico, que a região tem como

7 Vale Vêneto quer fazer a maior polenta: 4 metros. In *Jornal A Razão*, Santa Maria, julho de 1975.

maioria os descendentes de imigrantes italianos, sugerindo que eles predominam no local, mas, no entanto há outras etnias que também habitam aquele espaço.

No intuito de compreender o significado que a festa do centenário em Vale Vêneto tentou produzir, buscou-se o aporte teórico em Albuquerque (2011, p. 146), que “aborda o festejar como um momento de instauração de diferenças, de criação e simulação do novo, mesmo a pretexto de encenar o idêntico e o semelhante”. Nesse sentido, buscava-se ressaltar as características da cultura italiana em Vale Vêneto, a partir dos atos de festejar, como a alimentação, a missa, a inauguração de acervo com objetos da colonização e com o canto.

No entanto, as comemorações do centenário da imigração italiana em Vale Vêneto aconteceram em 1975 e, não em 1978, ano em que a comunidade festejaria 100 anos de fundação. O jornal *A Razão* também comunicou essa informação: “embora Vale Vêneto festeje seu centenário em 1978, neste ano [1975] ocorrerá uma festa”. É provável que a escolha da data seja em alusão às festividades que estavam ocorrendo no Rio Grande do Sul, em relação ao centenário da imigração italiana no Estado.

O título desse capítulo é referente a uma das doze notícias divulgadas pelo jornal *A Razão*, da cidade de Santa Maria – RS, que propagandeavam a festa que comemoraria os cem anos da imigração italiana ocorrida na localidade de Vale Vêneto. A festividade na comunidade ocorreu no dia 26 de julho de 1975,

[...] embora 25 de julho, ‘Dia do Colono’, parecesse a data mais indicada para a abertura oficial dos festejos da Imigração e Colonização em Vale Vêneto, o dia 26 acabara ganhando a preferência, uma vez que o sábado permite reunir um número ainda mais expressivo de pessoas nessa homenagem ao colono imigrante<sup>8</sup>.

Nesse trecho da notícia, fica claro que o evento ocorrido em Vale Vêneto tinha como finalidade trazer o número máximo de pessoas e, não apenas para mostrar a cultura italiana enraizada na localidade e homenagear o pioneiro italiano. Nessa perspectiva, percebe-se um caráter lucrativo, no sentido de atrair o público para ir à festa e consumir os produtos produzidos pelos descendentes de italianos. Por esse ponto de vista, Albuquerque (2011, p. 145) afirma que, as festas são investimentos realizados, [...] tanto

---

8 Muito vinho e polenta na Festa de Vale Vêneto. In: Jornal *A Razão*, Santa Maria, 25 de julho de 1975, p.3.

pelas elites destas comunidades, como pelos diversos grupos sociais que participam da festa, investimentos de sentidos, de significados, de desejo e expectativas tanto no passado, como no presente.

Além disso, as reportagens frisavam a curta distância entre Vale Vêneto e a cidade de Santa Maria, como vemos no seguinte trecho: “[...] segure o seu ingresso firme e vá lá que a distância é curta, apenas 40 quilômetros asfaltados de Santa Maria<sup>9</sup>.” Nesse sentido, constatamos que a festa não era apenas para a comunidade e sim, para o público em geral, destacando ainda o convites para a população santamariense a participarem da festividade em Vale Vêneto.

O próprio uso do termo gringo apareceu quatro vezes em notícias do *A Razão*. O termo *gringo*, que significa *estrangeiro*, passou a designar, diante das publicações do jornal, os moradores da comunidade, que são, em grande maioria, descendentes de imigrantes italianos. Outras três notícias foram intituladas de “gringolândia”, sendo que o sufixo *andia*, significa terra. Logo, diante das publicações do referido jornal, a gringolândia é a terra dos gringos, é a terra de imigrantes italianos e de seus descendentes.

No dia 26 de julho de 1975, aconteceu a seguinte programação em virtude dos 100 anos da imigração italiana: primeiramente aconteceu uma missa em ação de graças, que simboliza a imagem de religiosidade e fé do imigrante e descendente de italiano. Manfroi (1975) atribuiu um sentimento religioso em torno do imigrante italiano, desde o início da colonização. “A oração individual nos momentos difíceis, a prece familiar nas frentes de trabalho da floresta, a liturgia dominical da sociedade da linha colonial foram uma constante característica dos colonos italianos” (MANFROI, 1975, p.157). Por isso, celebrar o centenário a partir de uma missa é extremamente significativo, para mostrar a importância da religiosidade do imigrante, desde o período da colonização, contribuindo para fator de amparo espiritual e de organização social.

Após o momento religioso, ocorreu a inauguração das luminárias de mercúrio nas principais ruas da localidade. Esse elemento também se torna bastante significativo, pois valoriza o trabalho do imigrante e do seu descendente, em prol ao crescimento da comunidade e representa ainda o progresso e o desenvolvimento local.

As comemorações do Centenário provocaram um processo de recuperação de documentos e objetos dos imigrantes, que resultaram, na comunidade de Vale Vêneto, na inauguração do Museu do Imigrante Pe.

---

9 Muito vinho e polenta na Festa de Vale Vêneto. In: *Jornal A Razão*, Santa Maria, 25 de julho de 1975, p.3.

João Iop. É considerado o maior acervo sobre a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul, contendo mais de três mil peças doadas pela comunidade. Dessa forma, construiu-se um espaço de memória através de utensílios utilizados pelos italianos no período da colonização. Pierre Nora (1990) atribuiu aos espaços de memória:

*A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda uma memória suficiente para que, se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade se torna residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.*

Dessa maneira, a construção desses espaços de memória constitui em um sentimento de continuidade através da recuperação dos objetos deixados pelos imigrantes italianos. Nesse sentido, a criação de museus e monumentos aos imigrantes em momentos festivos são obras realizadas para homenagear, agradecer e guardar/construir uma memória sobre a história dos antepassados (RAMOS, 2013).

Logo após as inaugurações, a comunidade seguiu para o salão paroquial, onde havia uma polenta de 9 metros de diâmetro, como mostra a imagem abaixo:



**Fonte:** Jornal O Radar, de Faxinal do Soturno, de 16 de agosto de 1975, p.16. Arquivo da Prefeitura de Faxinal do Soturno.

A imagem foi retirada do jornal *O Radar*, de Faxinal do Soturno - RS, do dia 16 de agosto de 1975. A fotografia contextualiza umas das poucas imagens reproduzidas da festa do centenário da imigração italiana ocorrida na localidade de Vale Vêneto. A pequena comunidade providenciou a “maior polenta da história”, representada na parte inferior da imagem. A polenta, que possuía em torno de 9 metros de diâmetro, quer mostrar tanto para a comunidade, mas também para os indivíduos que vem de fora da comunidade, a fartura da mesa, os alimentos tipicamente italianos produzidos pelo imigrante e seus descendentes, conquistada através do seu trabalho, de sua fé e religiosidade<sup>10</sup>. Dessa forma, “as imagens são transmissoras de uma herança do passado” PESAVENTO (2008, p. 102), sendo deste passado relacionado com a imigração italiana, com a superação das dificuldades e com o êxito final, valorizando o trabalho do imigrante italiano na pequena propriedade agrícola, na produção de alimentos.

A polenta parece ter se tornado o grande símbolo da culinária italiana na região da antiga colônia Silveira Martins. No entanto, apesar do grão do milho ter sido trazido da América pelos espanhóis, a cultura da polenta parece ter vindo da Itália, como alimento base para “matar” a fome dos pobres. O milho foi introduzido para a Europa como um produto que auxiliaria a combater a fome endêmica que assolava aquele continente. Segundo Luzzatto (2005, p.112), “[...] o milho foi ganhando toda a península [italica], especialmente a enorme planície da bacia do pó. O cereal adaptou-se perfeitamente, produzia bem e era barato, acessível a todos, mesmo aos mais pobres”. Dessa forma, ao migrarem ao Brasil, a polenta continuou sendo um produto base para a alimentação dos imigrantes, tornando-se um prato representativo na culinária produzida na região da antiga Colônia Silveira Martins.

Diante da polenta, um aspecto foi reforçado: a benção da polenta pelo Bispo Dom Ivo Lorscheiter, antes de ser distribuída e consumida pelo público. O ato de benzer um alimento tão significativo da cultura italiana demonstra um sentimento de agradecimento à fartura na mesa do imigrante e do seu descendente. Além disso, representa a importância da religiosidade no cotidiano daquela sociedade.

Considerando que a fotografia é uma fonte histórica, de representação do passado, utilizou-se como metodologia, a análise histórica-semiótica, proposta por Ana Maria Mauad (1996). Segundo a autora, esse tipo de crítica quer [...] apresentar a fotografia como uma mensagem que se elabo-

---

10 O jornal *O Radar* mostrou em números a abundância de comida que sobrou na cozinha da comunidade: “100 quilos de salame, 30 dúzias de ovos, um panelão de risoto, 20 quilos de salame e 20 quilos de galinha assada” p.16.

ra através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado (MAUAD, 1996, p.1).

Outro fator relevante é o grupo de pessoas, entre homens e mulheres, que está no centro da imagem. Nessa fotografia foi possível identificar, na parte centro para a direita, uma pessoa com o prato na mão e outra, provavelmente cortando a polenta. Boa parte dos indivíduos está com garrafas nas mãos (algumas são garrações provavelmente de vinho e outras são garrafas menores), erguendo-as para cima, no sentido de celebrar a vitória – daqueles imigrantes italianos que chegaram até Vale Vêneto e ali construíram suas vidas. No entanto, é válido ressaltar que as pessoas posaram para a foto foi tem determinada intenção, bem como para o fotógrafo que registrou o momento. De acordo com Paiva (2004, p. 19-20):

[...] a imagem não é retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos, assim como teriam sido. Isso é irreal e muito pretensioso. A História e os diversos registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e dos demais agentes que influenciaram essa produção.

E ainda, outros membros do grupo que aparece na fotografia possuíam copos nas mãos, evidenciando que estariam bebendo, provavelmente o conteúdo das garrafas – exatamente no centro da imagem, uma mulher está enchendo o copo com o líquido que está em uma das garrafas – que podemos suspeitar que seja o vinho, devidos o letreiro que se encontra na parte superior da imagem.

Na parte superior da imagem, logo acima do grupo, é possível observar uma taquara ou galho de árvore com salames pendurados – outro alimento identificado pela comunidade como típico da culinária italiana, produzido ainda na antiga zonal colonial. Acima dos salames pendurados, encontra-se o seguinte letreiro em italiano: “*Aqua fa male e el vino fa cantare*”, traduzido para o português que significa: água faz mal e vinho faz cantar. Tal frase que foi sugerida como “a receita para o povo ficar alegre”<sup>11</sup>, pode ser identificada também como os elos entre o sagrado e o profano das festividades do centenário da imigração. No sentido que, o sagrado se refere aos elementos da Igreja Católica que estão presentes do festejo como a missa, a benção e o Bispo; e o profano, no sentido de que, através do excesso de bebidas alcoólicas, como o vinho, poderia causar manifestações imorais

11 Em Vale Vêneto a maior polenta da História. In: Jornal *O Radar*, de Faxinal do Soturno, de 16 de agosto de 1975, p.16. Arquivo da Prefeitura de Faxinal do Soturno.

diante das normas de conduta da Igreja, bem como da comunidade local<sup>12</sup>.

De acordo com o jornal *A Razão*, “o que estava chamando mais atenção em Vale Vêneto, sábado, é o jantar às 20 horas com o cardápio próprio dos italianos”<sup>13</sup>. Dessa forma, percebe-se que, os alimentos que constituíam o jantar na comunidade eram considerados típicos da Itália, trazidos pelos imigrantes. A alimentação se apresenta como um elemento que os diferenciava dos demais grupos étnicos. Segundo Da Matta (1986, p.39), “a comida vale tanto para indicar uma operação universal – o ato de alimentar-se quanto para definir e marcar identidades pessoais e grupais, estilos regionais e nacionais de ser, fazer e viver”. Essa festividade, a culinária é utilizada como diferenciador e como um marcador da identidade italiana.

O cardápio do jantar era: “sopa de agnoline, radicci temperado com toucinho, fortaia com salame, queijo colonial, risoto, carne de galinha ‘lessa’, vinho de colônia puro, polenta e, como sobremesa, grostoli”<sup>14</sup>. São alimentos que foram produzidos na comunidade colonial, sendo considerados típicos dos imigrantes, mostrando ao público de fora a simbologia de uma alimentação farta, provindo do trabalho e da dedicação do imigrante e do seu descendente. E é nesse sentido que Da Matta (1986, p. 39) atribuiu que “a comida define as pessoas”, definindo uma identidade, uma cultura e um modo de viver.

Para finalizar a noite de comemorações, foi realizado um baile da imigração, com a escolha da rainha da imigração. Esses tipos de comemorações promovem “a descoberta de talentos, da beleza, da classe social, do preconceito e da alegria” (DA MATTA, 1986, p.55). O jornal não deixa grandes detalhes sobre esse concurso, mas é provável que os critérios de escolha da candidata sejam parecidos com a escolha da rainha da imigração de Santa Maria: “as candidatas desfilarão em trajes típicos, deverão ter idade mínima de 15 anos completos e serem filhas de descendentes de pais italianos”<sup>15</sup>. Fica evidente que as candidatas à rainha da imigração deveriam ser descendentes de imigrantes italianos, criando a dúvida quanto à origem dos pais, pois o jornal fala que de “pais italianos”, sugerindo que estes seriam italianos de nascimento e não apenas descendentes de imigrantes.

Por fim, ficou evidente que as comemorações do centenário da Imi-

12 Nesse sentido, pensamos na festa como “uma ruptura com o cotidiano, um momento excepcional na vida social, um momento de quebra de rotina, um espaço lúdico [...]”. (ALBURQUERQUE, 2011, p. 136).

13 **Muito vinho e polenta na festa de Vale Vêneto.** In: jornal *A Razão*, Santa Maria, 25 de julho de 1975, p.7.

14 Muito vinho e polenta na festa de Vale Vêneto. *Op Cit.*

15 **Baile da Imigração.** Jornal *A Razão*, Santa Maria, 16 de julho de 1975, p.7.

gração Italiana que aconteceram em Vale Vêneto exaltaram a imagem do imigrante italiano religioso e trabalhador, recriando e recuperando “o tempo, o espaço e as relações sociais” (DA MATTA, 1986, p.54). Estabelecidos na comunidade, desenvolveram seus hábitos e costumes deixados de herança para os descendentes. E foi essa herança que a comunidade de Vale Vêneto representou através de uma festa, como um momento de ritualização, “de por em cena os valores e modos de ser e pensar [...]”<sup>16</sup>. E, assim, a comunidade utilizou-se da religiosidade e da alimentação, representados na polenta, no salame e no vinho, os elementos capazes de identificar como típicos italianos, os moradores de Vale Vêneto, criando um espaço chamado de gringolândia.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a análise das fontes – o jornal e as fotografias que foram divulgadas –, percebemos como aconteceram as comemorações do Centenário da Imigração Italiana em Vale Vêneto, pequena comunidade colonizada por imigrantes italianos no final do século XIX. Seus festejos tinham como intuito lembrar, homenagear e guardar na memória, a história dos imigrantes.

Estas festividades tiveram traços religiosos, com a celebração de missa e bênção de um dos principais símbolos que a comunidade atribuiu aos antepassados: a polenta, fazendo da alimentação, um dos aspectos que chamavam a atenção do público que vinha prestigiar a festividade. A religiosidade é evidenciada nessas manifestações festivas, como algo que auxiliou os italianos na sua organização social, depois da instalação dos lotes coloniais.

As formas de festejar, encontradas pela comunidade de Vale Vêneto, mostram os momentos de ritualização e de simbolismo preparados pela comunidade como a melhor forma de recordar os aspectos da cultura dos antepassados que ainda se encontraria presente no local.

### REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Revista Patrimônio e Memória*. V.7; n.1; p.134-170. Jun/2011.
- DA MATTA, *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- MAUAD, Ana Maria. “Através da fotografia. Fotografia e história: interfa-

---

16 ALBURQUERQUE, 2011, p. 138.

- ces”. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1.nº 2, p. 78-98, 1996.
- FRANÇA PAIVA, Eduardo. “A iconografia na história – indagações preliminares”. In: FRANÇA PAIVA. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 17-34, 2004,.
- LUZZATO, Darcy Loss. A culinária da Imigração. In: SULIANI, Antônio; COSTA, Rovílio. (org.). *Cultura Italiana: 130 anos*. Ed. Bilingue. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O Mundo da imagem: território da história cultural”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, SANTOS, Nádia Maria Weber, ROSSINI, Mirian de Souza (Orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, pp. 99 – 122, 2008.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. et al. Imigrantes em monumentos: da gratidão às homenagens. In: MARTINEZ, Elda Evangelina Gonzalez. Et al. *História da Imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Oikos, pp.266 – 282, 2013.
- VENDRAME, Maíra Inês. A trajetória de dois imigrantes italianos no Brasil Meridional (1878-1900). In: *Revista Latino-Americana de História*. UNISINOS. Vol. 3, nº. 11. Set/ 2014. São Leopoldo, pp.167-185, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. (Tese de Doutorado). PUCC-RS, 2013.
- \_\_\_\_\_. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM. 2007.

Recebido em 05/05/2017

Aprovado em 03/07/2017

**RODOLPHO VON IHERING E A COMISSÃO  
TÉCNICA DE PISCICULTURA DO NORDESTE:  
A DESCOBERTA DA TÉCNICA DA HIPOFISAÇÃO NO AÇUDE  
BODOCONGÓ EM CAMPINA GRANDE-PB (1934-1935)**

*RODOLPHO VON IHERING AND THE TECHNICAL  
COMMISSION OF PISCICULTURE OF THE NORTHEAST:  
THE DISCOVERY OF THE HYPOPHYSIS TECHNIQUE IN THE  
BODOCONGÓ RESERVOIR IN CAMPINA GRANDE-PB (1934-1935)*

Erika Derquiane Cavalcante<sup>1</sup>  
Maria Ida Steinmuller<sup>2</sup>

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é discorrer sobre o Zoólogo Rodolpho von Ihering e os estudos realizados pela Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, da qual foi chefe de 1932 a 1937 e, mais especificamente, sobre o período no qual a Comissão instalou sua sede em Campina Grande- PB, de 1934 a 1935. A Comissão surge como resposta às secas, tendo como principal objetivo amenizar a falta de recursos alimentícios para a população, através da produção de peixes nos açudes da região. Em Campina Grande, o principal açude estudado foi o Bodocongó, local onde o Zoólogo fez sua descoberta de reprodução de peixes pelo método da hipofisação. Primeiramente, discorreremos sobre as viagens da Comissão realizadas na Paraíba e em Pernambuco. Posteriormente, fizemos uma breve contextualização histórica de Campina Grande na década de 1930. Por último, falamos sobre a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste e os motivos de sua instalação em Campina Grande. Pudemos concluir que a vinda da Comissão teve incentivos de uma rede de paraibanos, além de a cidade se encontrar envolvida em um processo de crescimento e urbanização, contribuindo para que a Comissão pudesse desenvolver seus estudos e instalar a sede na cidade. Mas, tendo como principal ponto a proximidade com o açude Bodocongó, por suas condições, para obtenção dos resultados da pesquisa do Dr. Rodolpho e sua equipe. Nesse contexto, percebeu-se que a passagem da Comissão por Campina Grande foi muito produtiva deixando uma contribuição de valor nacional e internacional que é reconhecida e utilizada até hoje.

**Palavras-chave:** Rodolpho von Ihering. Piscicultura. Hipofisação. Limnologia. Campina Grande. Açude Bodocongó.

---

1 Mestra em Desenvolvimento Regional - UEPB/UFCG; Graduada em Licenciatura Plena em História - UEPB; Pesquisadora do Instituto Histórico de Campina Grande - IHCG. Professora.

2 Especialista em Agribusiness; Administradora; Primeira Presidente do Instituto Histórico de Campina Grande- IHCG “Casa Elpídio de Almeida” (2012-2016). Sócia Honorária do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e Instituto Histórico e Geográfico de Serra Branca.

**ABSTRACT**

*The objective of this article is to discuss the Zoologist Rodolpho von Ihering and the studies carried out by the Technical Commission of Pisciculture of the Northeast, from which he headed from 1932 to 1937, and more specifically about the period in which the Commission installed its headquarters in Campina Grande - PB, from 1934 to 1935. The Commission emerges as a response to droughts, with the main objective of assuage the lack of food resources for the population, through the production of fish in the region's lakes. In Campina Grande, the main reservoir studied was Bodocongó, where the zoologist made his discovery of fish breeding by the hypophysis method. First, we discuss the Commission's travels in Paraíba and Pernambuco. Later, we made a brief historical contextualization of Campina Grande in the 1930s. Finally, we talk about a Technical Committee on Pisciculture in the Northeast and the reasons for its installation in Campina Grande. We were able to conclude that the Commission arrival had incentives from a network of locals, besides the city was involved in a process of growth and urbanization, contributing for the Commission so it could develop its studies and install a headquarters in the city. But having as main point the proximity to the Bodocongó lake, by its conditions, for results aquisition for the reasearch of Dr. Rodolpho and his team. In this context, it was noticed that the Commission's presence in Campina Grande had much productivity leaving a contribution of national and international value that is recognized and used nowadays.*

**Keywords:** *Rodolpho von Ihering. Pisciculture. Hypophysis. Limnology. Campina Grande. Bodocongó lake.*

**INTRODUÇÃO**

Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar Wilhelm von Ihering nasceu em 17 de julho de 1883, na cidade de Taquara do Mundo Novo, na então Província do Rio Grande do Sul, e faleceu em 15 de setembro de 1939, na cidade de São Paulo. Rodolpho von Ihering carregou um sobrenome ilustre da ciência alemã representado pelo seu avô, o advogado alemão de fama internacional, Rudolf von Ihering, e pelo pai, médico e naturalista, Herman von Ihering, este foi um grande zoólogo alemão, reconhecido mundialmente, veio para o Brasil em 1880, casou-se e teve dois filhos Clara e Rodolpho. Rodolpho e sua família viveram em São Lourenço do Sul, na província do Rio Grande do Sul, até o ano de 1892, quando, por intermédio do presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, e a convite do imperador D. Pedro II, seu pai Herman, foi chamado para trabalhar no Rio de Janeiro, mas devido ao calor se mudou para São Paulo. (IHERING; BONANÇA, 1983)

Em 1901, Rodolpho von Ihering se formou como Bacharel em Ciências e Letras, no Ginásio do Estado de São Paulo. Mas por influencia de seu pai se interessou pela zoologia, começando sua carreira em 1902 como vice-diretor de custos no Museu Paulista, onde Herman von Ihering foi organizador e diretor. Nesse momento, Rodolpho von Ihering estudou Ciências Naturais na Universidade Heidelberg, na Alemanha, especializan-

do-se, na Europa, em Zoologia. Sua especialização incluía Biologia Geral, Paleontologia e Geologia. Em 1908, retornou à Europa onde visitou os principais museus e teve acesso a pesquisa sobre material brasileiro. Trabalhou na Estação Biológica de Nápoles nos anos de 1911 e 1912. Posteriormente, atuou na Universidade de Viena e no “Muséum national d’Histoire naturelle”. (OBEIDI, D’AGOSTINI, REBOUÇAS, 2015)

Um acontecimento fez com que a carreira de Rodolpho von Ihering se desestabilizasse, a demissão de Herman von Ihering, da diretoria do Museu Paulista em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914- 1918). De acordo com Dora von Ihering, esse fato o abalou profundamente, primeiro pelo distanciamento imposto, pois Hermam, após a demissão, aceitou convite para dirigir o Museu de La Plata, na Argentina, e depois o de Santiago, no Chile, e segundo, pela injustiça contra o pai, demitido após 25 anos de trabalho apenas por ter origem germânica. Nesse momento, Rodolpho, em protesto, se desligou do Museu e da Ciência, abriu uma pequena fábrica de metais para sua subsistência e da família. (IHERING; BONANÇA, 1983) “(...) Os únicos elos que mantinha com a sua vocação eram seus escritos de colaboração aos jornais e revistas, nunca abandonando a ideia de prosseguir com seu dicionário da fauna brasileira, já em formação.” (IHERING; BONANÇA, p. 19, 1983)

Retoma suas pesquisas entre 1926 e 1927, como colaborador no Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina de São Paulo, a convite do entomologista Lauro Pereira Travassos. Rodolpho von Ihering intensificou suas pesquisas no ramo da Ictiologia, classificando inúmeras novas espécies de peixes. Quando a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio foi reorganizada, em 1927, Rodolpho von Ihering foi indicado para a Diretoria da Indústria Animal e, no mesmo ano, entrou no Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal de São Paulo, na qualidade de Assistente da Seção de Entomologia e Parasitologia Animal. (OBEIDI, D’AGOSTINI, REBOUÇAS, 2015)

Em 1930 após desenvolver estudos e pesquisas sobre piscicultura, Rodolpho von Ihering, começou estudos preliminares em Campina Grande, na Paraíba, por convite do biólogo paraibano Manoel Florentino da Silva, este sugeriu uma visita ao nordeste para conhecer o ambiente e estudar a possibilidade de implantação da criação de peixes na região.

Em 1934 se torna Chefe da Seção de Zoologia do Instituto Biológico, onde estudou as piracemas da região do Estado de São Paulo, especialmente da represa Billings e dos rios Mogi-Guaçu (em Cachoeira das Emas), Tietê (em Salto de Itu) e Piracicaba (em Salto de Piracicaba), buscando solução para alguns dos problemas que ocorriam com a criação artificial, como a

obtenção de ovos para a reprodução em ambientes controlados. (OBEIDI, D'AGOSTINI, REBOUÇAS, 2015)

Nomeado para chefiar a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (1932-1937) criada pelo Ministro de Viação e Obras Públicas no governo de Getúlio Vargas, o paraibano José Américo de Almeida, percorreu Estados do Norte e Nordeste, realizando estudos a fim de melhorar a qualidade de vida da população, através da análise dos açudes e a implantação da criação de peixes.

Nesse contexto, Rodolpho von Ihering se tornou um nome amplamente conhecido no meio acadêmico por seu reconhecido trabalho na área de zoologia, também desenvolveu estudos que contribuíram para a piscicultura nacional e internacional. Sua maior contribuição fora no campo da ictiologia com a descoberta e o desenvolvimento da técnica de fecundação artificial dos peixes pelo método da hipofisação, essa técnica consiste em retirar a hipófise (glândula situada na cabeça do peixe) e se preparar um estrato macerando-se as glândulas e diluindo em soro formando uma substância que é injetada nos peixes, essa substância contém hormônios sexuais que estimulam a ovulação e a produção de esperma, processo que só ocorreria na época da reprodução.

Diante do sucesso das pesquisas e da descoberta do método da hipofisação, recebeu convite de José Américo de Almeida, em 1938, para chefiar o Serviço Nacional de Piscicultura, mas, em 1939, veio a falecer em pleno desenvolvimento do trabalho (PEREIRA, In: PAIVA, 1984, p. 30).



Fotografia 1- Rodolpho Theodor Gaspar Wilhelm von Ihering  
Fonte: IHERING, Rodolpho von. Dicionário dos animais. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1968.

Dr. Rodolpho von Ihering não é muito conhecido na Paraíba, principalmente em Campina Grande, cidade onde fez parte dos seus estudos e que resultou na descoberta do método da hipofisacção. Segundo relato de sua filha Dora von Ihering Bonança, também não era devidamente reconhecido pelo seu trabalho em contexto nacional. O exemplo é que após sua descoberta sobre a hipofisacção, foi publicado em poucas linhas o seguinte texto: “(...) foi descoberta pelo Dr. Adolfo Neri (?) ora no Nordeste, na Com. Técn. de Pisc. a fecundação artificial dos peixes pelo método da Hipofisacção” (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 17). Valorizado no exterior, apresentou relatórios em Congresso nos Estados Unidos, recebendo carta do Ministro de Estado dos EUA dizendo: “A Nação Americana, congratulando-se com o Brasil, seguirá doravante o exemplo e a técnica da descoberta do grande cientista brasileiro...” (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 24). A descoberta também foi apresentada oficialmente no XV Congresso Internacional de Fisiologia, em 1935, em Moscou e Leningrado, antiga União Soviética, atual Rússia. (GURGEL, 2013, p. 59). Houve outras formas de reconhecimento no meio acadêmico, tendo feito parte de Universidades no Brasil e fora do País, como vemos na seguinte citação:

Em 1935 estudou as organizações norte-americanas de piscicultura e liminologia. [sic] Era doutor “Honoris Causa” pela Universidade de Giessen, na Alemanha, e membro da Sociedade Brasileira de Ciências, do Rio de Janeiro, da Sociedade de Biologia, de São Paulo, do Clube Zoológico do Brasil, de São Paulo, da Liminological Society of America, de Ann Arbor, U.S.A., e da American Fisheries Society, de New York, U.S.A. (PEREIRA, In: PAIVA, 1984, p. 30-31).

Atualmente, o legado de suas pesquisas é reconhecido, permanece e é utilizado por outros pesquisadores, dando continuidade a novas pesquisas na área. Além disso, vários foram os estudiosos que escreveram sobre a vida, trabalho e obras do Dr. Rodolpho von Ihering, dentre estes destacamos o Médico e Zoólogo Cândido Firmino de Melo Leitão Júnior (1886-1949), nascido na Fazenda Cajazeiras, em Campina Grande-PB. Cândido Firmino de Melo Leitão Júnior, em 1910, escreveu: “A Piscicultura, no Brasil, é uma página em branco” (MENEZES, 1984, p. 87). Alguns anos mais tarde ressaltou a importância de se ter um brasileiro engajado na pesquisa. Quando José Américo de Almeida cria a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste e nomeia o Dr. Rodolpho von Ihering, ele ressalta: “Ainda bem que para resolver problemas nossos era chamado um brasileiro [...]” (LEITÃO, In: PAIVA, 1984, p. 22).

Desta forma, neste trabalho, evidenciaremos a passagem do Dr. Ro-

dolpho von Ihering pela Paraíba, mais especificamente em Campina Grande, cidade escolhida para ser a sede da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, instalada no início de 1934. No entanto, em maio 1935, a sede foi transferida para o Ceará, onde funcionou até 1945, quando foi transformada em Serviço de Piscicultura, Setor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). (PAIVA; MESQUITA, 2013).

Durante a permanência em Campina Grande, foram efetuadas várias análises em açudes de diversos municípios do Estado da Paraíba. Em Campina Grande se destacou o açude Bodocongó. Em decorrência desses estudos realizados pela Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, Campina Grande passou a ser considerada, pela comunidade científica especializada na área, o berço da Limnologia no Brasil, pelas pesquisas do limnólogo americano Dr. Stillman Wright convidado pelo Dr. Rodolpho, para fazer parte da Comissão. Nesse contexto, temos uma lacuna na história de Campina Grande em relação à passagem do Dr. Rodolpho von Ihering e seus colaboradores que modestamente tentaremos preencher neste artigo.

Sendo assim, nossos objetivos são: primeiro contextualizar o momento histórico da instalação da Comissão em Campina Grande; segundo dar visibilidade a uma parte da história de Campina Grande, através do trabalho da referida Comissão liderada pelo Dr. Rodolpho von Ihering, conjuntamente com a Inspetoria de Obras Contradas as Secas (IFOCS); e, por último, tentar compreender por que a sede se instalou em Campina Grande, na Paraíba. Para atingir nossos objetivos foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto. Vasta documentação foi cedida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e Instituto Histórico de Campina Grande. Pesquisas foram realizadas no arquivo Átila Almeida e no acervo pessoal do Engenheiro Agrônomo Joaquim Osterne Carneiro.

Dividiremos este artigo da seguinte forma: antes de discorrer sobre a contextualização histórica de Campina Grande na década de 1930, falaremos sobre as viagens feitas por Rodolpho von Ihering e parte de sua equipe ao Nordeste, mais especificamente, à Paraíba, antes da criação da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, até a instalação da Comissão em Campina Grande, enfatizando os primeiros contatos com o Interventor da Paraíba, Antenor Navarro. Posteriormente, discorreremos sobre o contexto histórico de Campina Grande na década de 1930, nosso primeiro objetivo. Ainda dentro dessa contextualização histórica, falaremos sobre a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste e a necessidade de se estudar as condições dos açudes, tentando implantar alternativas com a ictiologia, sendo parte das obras implementadas pela Inspetoria de Obras Contradas as Secas

(IFOCS), hoje (DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Em seguida, discutiremos sobre a passagem do Dr. Rodolpho von Ihering por Campina Grande tentando refletir sobre os motivos que levaram a instalação da sede nessa cidade, nosso terceiro objetivo. Ainda discutindo sobre a passagem da Comissão em Campina Grande, falaremos da técnica da hipofiseração descoberta por Rodolpho von Ihering e seus colaboradores no açude Bodocongó. Por fim, destacamos algumas críticas ao trabalho desenvolvido pela Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, feita por um jornal local.

## **1 Rodolpho von Ihering: visitas preliminares e primeiras aproximações**

Antes da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste surgir em 1932 e se instalar em Campina Grande em 1934, Dr. Rodolpho von Ihering havia feito viagens para a Paraíba e Pernambuco no início da década de 1930, quando fez as primeiras aproximações, na área a qual viria estudar, por mediação do Zoológico paraibano Manoel Florentino da Silva, como veremos na citação abaixo:

Essa correspondência sobre a piscicultura começou em 1930, com o Dr. Florentino da Silva, de João Pessoa, de ideias avançadas na biologia, querendo, como bom patriota e nordestino, ajudar a desenvolver a agricultura, a pesca, enfim elevar o nível de alimentação do povo do seu estado. (IHERING, BONANÇA, 1983, p. 98).

Assim, a convite do Dr. Manoel Florentino da Silva começaram as visitas à Paraíba onde realizou pesquisas principalmente sobre os viveiros de peixe. Em 1932, também por intermédio do Zoológico paraibano, ocorreu a aproximação do Dr. Rodolpho von Ihering com o Interventor da Paraíba, Antenor Navarro, o qual o convidou a fazer novas pesquisas na Paraíba. Antenor Navarro conseguiu com, o também paraibano, Ministro de Viação de Obras José Américo de Almeida, a criação da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, efetivada pela portaria de 12 de novembro de 1932. (DIAS, In: PAIVA, 1984). Dora von Ihering Bonança também relata, a aproximação do Dr. Rodolpho von Ihering com o Interventor da Paraíba Antenor Navarro:

Na troca de observações e idéias [sic] surgiu o convite do interventor da Paraíba, Dr. Antenor Navarro, para ‘in loco’ averiguar a situação das águas do Nordeste. Estando já en-

fronhado no assunto, pelas pesquisas e trabalhos que efetuara nos rios e represas de São Paulo, adotou o projeto da inseminação artificial nos peixes e pouco tempo depois, já de posse de preciosos dados, esse projeto tomou vulto e foi apresentado ao Ministro da Viação, Dr. José Américo de Almeida, que de imediato entusiasmou-se acreditou no ideal do cientista e no homem respeitado por seu valor e o convidou a fundar e dirigir as investigações e trabalhos da piscicultura nos Estados do Nordeste, criando uma repartição, no Ministério, com o nome: “Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste”, subordinada à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 21).

Ainda em relação às suas viagens, concede entrevista ao “Jornal Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, publicada em 17 de dezembro de 1932 no “Jornal A União”, da Paraíba, onde discorre sobre as perspectivas para o início do trabalho, métodos a serem utilizados e objetivos que incluem melhorar a qualidade dos peixes e eliminar as piranhas. Quando perguntado se já havia estado no “Norte” ele responde:

Vim de lá a pouco tempo. Estive na Parahyba [sic] e em Pernambuco, a chamado do saudoso Anthenor [sic] Navarro, quando interventor no primeiro desses Estados. [...] Em Santa Luzia, na Parahyba, [sic] num açude relativamente pequeno, foram apanhados para mais de 80.000 peixes, em menos de 1 anno [sic] de criação. É verdade que de qualidade inferior: agora, imaginem se fossem de variedades selecionadas! (JORNAL A UNIÃO, 21/12/1932).

A primeira equipe designada para os estudos biológicos preliminares, nos Estados de Pernambuco e Paraíba, era formada por alguns especialistas, eles também integrariam a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste. Sobre isso, discorre Dr. Rodolpho von Ihering, em entrevista ao “Jornal Estado de São Paulo”, publicada na íntegra, no “Jornal A União”:

[...] tive permissão para organizar o grupo de técnicos. Os Drs. Pedro de Azevedo e Clemente Pereira, habilitados em trabalhos de laboratórios biológicos, os Srs. Mario da Silva Vantel e José Sales de Oliveira, que há muito estão familiarizados com a técnica zoológica, e o aquarelista Alfredo Norfini, artista bem conhecido, todos estes já agora há 4 meses de trabalho intenso, se esforcem comigo para arquivar dados nordestinos direta ou indiretamente referentes à piscicultura. (JORNAL A UNIÃO, 21/10/1932).

Durante as viagens eram constantes as paradas para ver a vegetação ou algum espécime animal, além da paisagem (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 156). Segundo Dr. Rodolpho “Basta que nossos catálogos já registram mais de 1.550 números, aos quais correspondem cerca de 8 a 10 mil exemplares.[...] (JORNAL A UNIÃO, 21/10/1932). [...] Abaixo, temos duas fotos tiradas na Paraíba pelo renomado jornalista da Comissão, Amadeu Amaral Jr., provavelmente no ano de 1933:



Fotografia 2- Comissão Técnica de Pisciculturado Nordeste, em viagem pelo Sertão da Paraíba, em 1933.



Fotografia 3- Provavelmente do ano de 1933 onde aparecem Pedro Azevedo (à frente) e Ihering (atrás), no açude Simão, de propriedade do Coronel Josino Agra, situado nos arredores da cidade de Campina Grande- PB.

Adiante, desenhos, em aquarela, feitos pelo artista plástico Alfredo Norfini, registrando o açude Bodocongó, em Campina Grande, no ano de 1934, possivelmente quando a Comissão já estava instalada na cidade:



Figuras 1 e 2- Vista do açude Bodocongó em Campina Grande desenhado pelo artista plástico Prof. Alfredo Norfini.

Fonte: IHERING; BONANÇA. (1983, p. 230-235).

A equipe realizava o trabalho de coleta e análise dos açudes e espécies animais e vegetais. O próprio Dr. Rodolpho von Ihering responde como era realizado esse trabalho em uma de suas entrevistas publicadas no “Jornal A União”:

Como trabalhamos? É um tanto difícil de descrever. Viajamos sempre em automóvel, acompanhados do grande C.T.P, como era conhecido o nosso carro laboratório, [sic] uma espécie [sic] de ambulância [sic] em que está acondicionado todo nosso material de trabalho: ferramentas, drogas, aparelhos, um gerador de luz elétrica, nossas rês [sic] de caçar...e de dormir e nossas malas. (JORNAL A UNIÃO, 21/10/1932).

Podemos observar esse automóvel no desenho, feito pelo aquarelista Alfredo Norfini e em uma foto onde o Dr. Rodolpho von Ihering aparece em primeiro plano. Era um caminhão fechado que foi utilizado durante a Revolução de 1930 em São Paulo. Foi adaptado para uso da Comissão. Equipado com mesa, cadeira, geladeira a gás, material cirúrgico que servia, não apenas para as pesquisas, mas para ajudar centenas de flagelados. (IHERING, BONANÇA, 1983).



Figura 3 - Interior do carro laboratório



Fotografia 4 - Carro laboratório

Fonte: IHERING; BONANÇA, (1983, p. 157).

As pesquisas preliminares realizadas pelo Dr. Rodolpho von Ihering foram bastante proveitosas, o estimulando a levar o projeto adiante. A partir dessas primeiras considerações, discorreremos no próximo capítulo sobre a instalação da Comissão em Campina Grande e as condições sociais, políticas e econômicas da cidade na década de 1930.

## **2 Campina na década de 1930: uma breve contextualização histórica**

Nas décadas de 1930 e 1940, existia um discurso do progresso, do civilizado, do urbano, do industrial e do moderno. Campina Grande também estava se iniciando nesse contexto de modernização. Assim, fazia-se necessária uma reformulação da cidade, adequando-a aos ideais de higiene, circulação e embelezamento, distanciando-se do modelo colonial predominante até então.

Assim, como parte dessa modernização, em 2 de outubro de 1907, temos a inauguração da ferrovia em Campina Grande, ligando-a ao porto do Recife, pela Great Western, servindo para o escoamento da produção de algodão, e o transporte de pessoas. Esse momento da vinda do trem favoreceu a cidade principalmente em seu aspecto econômico-cultural, pois contribuiu para a urbanização e industrialização desenvolvendo uma grande quantidade de pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais, além de jornais, teatros, cassinos, cinemas, rádio. Chegamos à década de 1930 com um aparato comercial e cultural substancial. (MELO, 2007).

Foi nesse ambiente de modernização urbana e constantes modificações sociais e culturais, que a Comissão chegou a Campina Grande. Assim, de acordo com o relato de Dora von Ihering em seu livro, “Ciências e belezas nos sertões do Nordeste”, havia uma boa estrutura na cidade:

Campina Grande é a maior cidade do Estado. Fica no Planalto da Borborema com um clima bem agradável; conta com rede de água e esgoto, luz elétrica, várias indústrias, bom comércio. Os açudes Velho e Bodocongó nas cercanias são de grande valor para a população. A Matriz e a Praça, naturalmente, muito frequentadas e dois cinemas! Filiais de Bancos da Capital, boas escolas, hospital geral, bem aparelhado. Tínhamos, enfim, um meio mais culto na “society” campinense (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 38).

Dr. Rodolpho von Ihering também faz suas considerações sobre Campina Grande, evidenciando um problema frequente na cidade, a falta de água, como registrou em seu livro:

Chegamos, enfim, ao primeiro pouso. Campina Grande famosa por ser o grande centro de negócios do algodão. A Manchester brasileira, com apenas uma pequena fábrica de tecidos, mas com um sem número de fardos de algodão espalhados ou amontoados nas principais ruas e praças. [...] É de fato, avultado, o comércio de Campina Grande. Mas, não pense o viajante que poderá escolher o hotel que lhe convenha; são todos iguais. Se a água é pouca na torneira ou no banho de chuveiro, a culpa não é nem do hoteleiro nem da prefeitura. Campina Grande já está no domínio da zona da seca e só um quase milagre de engenharia e de finanças poderá resolver a questão. Quando chove, nos meses de março a junho ou julho, toda a água das calhas é canalizada para as grandes cisternas que cada casa deve ter. Essa é a água potável. Para a de gasto há vários recursos, mas a proveniência é sempre duvidosa, a cor varia como as tonalidades do chá: mate, verde ou preto [...] (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 160).

Desta forma, Campina Grande ainda sofria em função dos fatores climáticos, mas era uma cidade que começava a ter uma urbanização decorrente dos investimentos das pessoas de posse e dos Governos Municipal, Estadual e Federal, e possuía uma estrutura satisfatória para instalar a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste.

Além disso, destacamos o contexto político e econômico da década de 1930, período da “Revolução de 1930” e da política nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Essa política relacionava o interesse nacional ao desenvolvimento econômico incentivado pela intervenção do Estado, impulsionando novas atividades econômicas, em especial as industriais, na tentativa de superar a especialização das exportações primário-exportado-

ras, e, ao mesmo tempo, valorizar as riquezas naturais nacionais. (BASTOS, 2009) O que nos interessa destacar é que esse nacionalismo econômico varguista defendia a intervenção do Estado para que houvesse o desenvolvimento. Nesse período, são criados órgãos visando o desenvolvimento industrial e outros voltados para a pesquisa com o objetivo de dar início ao processo de inovação, nesse momento foi criado o Instituto Biológico Federal. Essas instituições eram formadas por técnicos capacitados para desenvolverem atividades que levassem a descobertas de novas formas de insumos, ao aperfeiçoamento das técnicas de produção, a racionalização do processo produtivo e a uma distribuição eficiente do produto no mercado interno brasileiro. (CARRARO; FONSECA, 2003)

Essa política econômica influenciou diretamente o desenvolvimento em Campina Grande. A Paraíba participou ativamente do processo que culmina com a deposição do então presidente da República do ‘café com leite’, Washington Luiz, tendo na Paraíba a figura de João Pessoa, governador da Paraíba (1928-1930) e candidato em 1930 à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, como o principal motivo do início da Revolução de 1930, quando este foi assassinado por um desafeto político. As causas do assassinato não estavam relacionadas ao movimento de 1930, mas foram utilizados para esse fim, transformando João Pessoa em mártir.<sup>3</sup> Nessa conjuntura, o grupo revolucionário de 1930 na Paraíba subiu ao poder, e com a adoção da política varguista, utilizavam o discurso do novo e do desenvolvimento, influenciando as ideias políticas do momento, nesse contexto temos:

O ano de 1930 também marcou o alvorecer de um novo momento político no Brasil e, conseqüentemente, na Paraíba, com a ascensão do Grupo revolucionário ao poder. Foi quando Campina Grande passou a gozar de mais prestígio político nas esferas estaduais e federais, condição que viabilizou muitas empreitadas modernizadoras (...) (QUEIROZ, 2008, p. 17).

Verificamos nesse contexto histórico da chamada Revolução de 1930, que com a ascensão do grupo “revolucionário” ao poder, onde destacamos José Américo de Almeida e Antenor Navarro, houve investimentos na Paraíba. Foi utilizado o discurso na política brasileira de uma nova ordem com progresso e desenvolvimento. A Revolução, portanto, representaria um novo tempo se distinguindo da República Velha. (AIRES, 2013).

---

3 Para compreender o processo da “Revolução” de 1930 na Paraíba e a construção do mito de João Pessoa ver o livro de José Luciano Queiroz Aires. A Fabricação do Mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930- 1945). Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

Dessa forma, Campina Grande passa a receber investimentos propiciando o desenvolvimento da cidade, mas apesar desse desenvolvimento pelo qual a cidade passava, na década de 1930, havia a crise hídrica ocasionada pela incapacidade dos açudes de abastecer a população. Essa situação era agravada pela estiagem que assolava o Nordeste. Sendo assim, os trabalhos realizados pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) é objeto de nossas discussões a seguir.

## **2.1 Atuação do governo federal, através do IFOCS: o combate à seca**

Voltando um pouco mais na história, constatamos que desde 1918, a Paraíba é favorecida com verba do Governo Federal com as obras contra as secas, principalmente, quando o Senador paraibano, Epitácio Pessoa, exerceu a presidência da República de 1918 até 1922. A prioridade de Inspetoria de Obras Contradas as Secas- IOCS<sup>4</sup> fora a “açudagem” com base na implantação de barragens. A Paraíba foi contemplada com um grande número delas. Da atuação das obras contra as secas e sua laboração na Paraíba temos que:

As obras contra as secas não se limitaram a açudes nem ao semi-árido [sic]. Na Paraíba, graças ao prestígio de Epitácio Pessoa, secundado pelo de José Américo de Almeida, [...], tais empreendimentos distribuíram-se por todo o Estado. Envolveram rodovias e ferrovias, pontes, quartéis, abastecimento d’água, eletrificação, comunicações postais e telegráficas, edifícios públicos, hospitais, escolas e patronatos, estações experimentais e de remonta, drenagem de rios, campos de aviação, etc. A Paraíba tornou-se uma das unidades de maior concentração de recursos para essas realizações, o que motivou protestos de Estados vizinhos. (MELLO, 2013, p. 164).

Nesse contexto, temos a busca por investimentos na década de 1920, do então presidente da Paraíba Epitácio Pessoa (1919-1922) e, posteriormente, na década de 1930, a participação do paraibano e Ministro de Viação e Obras do governo Vargas, José Américo de Almeida, se comple-

---

4 Antes de ser institucionalizado como nome de IOCS, pelo Decreto nº 7.619, de 21/10/1909, depois IFOCS pelo Decreto nº 13.687, de 1919 e mais recentemente por DNOCS, com o Decreto-Lei nº 8.846, de 1945, existia a Pia Sociedade Agrícola, fundado em 1790 pela Rainha de Portugal Dona Maria I, que Jarbas Gurgel fundou o atual DNOCS. Ver mais em Jarbas Gurgel, “Histórias do DNOCS”, Fortaleza: S/Ed., 2013.

mentando com a atuação do Interventor Antenor Navarro, ambos vencedores da Revolução de 1930. Além, claro, dos investimentos particulares decorrentes das fortunas acumuladas com o ciclo algodão. Desta forma, Campina Grande também vem a se beneficiar desses investimentos, tanto para a modernização da cidade quanto no combate as secas.

A Paraíba sofreu com uma prolongada falta de chuvas em 1932, atingindo ao auge em 1934. Campina Grande atendia aos flagelados que chegavam à cidade fugindo da severa estiagem, tendo as figuras de Antenor Navarro e José Américo de Almeida no combate à seca, como é destacada na reportagem do “Jornal Comercio de Campina” em 1932: [...] vimos mais de trezentos retirantes tomarem o trem amparados pelo Governo paraibano que não tem poupado esforço para prestar-lhes o auxilio devido. [...] Sr. Antenor Navarro, Interventor Federal, secundando a desvelada assistência do Ministro José Américo. (JORNAL COMÉRCIO DE CAMPINA, 21/04/1932).

Desta forma, esses personagens políticos preocupados com a seca que assolava a região, levou a Paraíba a ser contemplada com muitos açudes, construídos, através da Inspetoria de Obas Contras as Secas (IFOCS), para amenizar a escassez de água na região.

Nessa conjuntura, é aprovada a construção do açude Bodocongó, através da Inspetoria de Obas Contras as Secas (IOCS)<sup>5</sup>. O açude Bodocongó foi concluído em 1917, pois o açude Velho e o açude Novo não conseguiam mais suprir a necessidade da cidade em constante crescimento. Entretanto, a água do açude mostrou-se inviável para consumo humano, visto a salinidade da água, fazendo com que Campina Grande, continuasse com problemas em seu fornecimento de água. (ALMEIDA, 1993).

Assim, apesar da construção açudes em toda a Paraíba, estes não deram conta da seca prolongada houve a continuidade da seca e a falta de alimentos para a população. Para tentar remediar essa situação temos vários estudos e Órgãos Governamentais para tentar remediar e amenizar o infortúnio e, dentre esses, destacaremos a criação da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, sob a chefia do Dr. Rodolpho von Ihering, por meio de Portaria do Ministro José Américo, de 12 de novembro de 1932. Tendo as instruções para a Comissão sido publicadas na íntegra no “Jornal A União”, em 24 de dezembro de 1932, do qual destacamos o seguinte trecho:

---

5 Antes de ser institucionalizado como nome de IOCS, pelo Decreto nº 7.619, de 21/10/1909, depois IFOCS pelo Decreto nº 13.687, de 1919 e mais recentemente por DNOCS, com o Decreto-Lei nº 8.846, de 1945, existia a Pia Sociedade Agrícola, fundado em 1790 pela Rainha de Portugal Dona Maria I, que Jarbas Gurgel fundou o atual DNOCS. Ver mais em Jarbas Gurgel, “Histórias do DNOCS”, Fortaleza: S/Ed., 2013.

O Sr. Interventor Federal recebeu o seguinte officio [sic] do nosso eminente conterrâneo ministro José Américo: “Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas – Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1932.- [...] Tenho a honra de passar ás mãos de v. exc. [sic] Um folheto impresso das instruções [sic] approvadas [sic] pelas portarias de 12 de novembro ultimo, para os Serviços de Piscicultura e de Reflorestamento e Postos Agrícolas do Norte Nordeste Brasileiro, previsto no art. 1º, alíneas 3ª e 4ª do decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931. Reitero a v. exc. [sic] Os protestos de minha elevada estima e distincta [sic] consideração. – José Américo de Almeida. (JORNAL A UNIÃO, 24/12/1932).

Por conseguinte, a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste se instala em Campina Grande no início de 1934 até maio de 1935, quando é transferida para Fortaleza- CE. A passagem da Comissão Técnica de Piscicultura em Campina Grande é o que será trabalhado no próximo capítulo.

### **3 A Comissão de Piscicultura do Nordeste em Campina Grande: a sede**

Nossa jornada em Campina Grande começa na antiga Rua dos Paus Grandes, hoje Rua João Alves de Oliveira, localizada por trás do Terminal Rodoviário de Passageiros Cristiano Lauritzen, conhecida como “Rodoviária Velha”, no centro da cidade, endereço informado pela filha e secretária do Dr. Rodolpho von Ihering, Dora von Ihering Bonança, no livro<sup>6</sup> onde ela narra as viagens realizadas pela equipe. No livro, discorre sobre as casas que foram alugadas para a sede da Comissão em Campina Grande:

Nela, em Campina Grande-ex-Vila Nova da Rainha, na micro região da Borborema, permanecemos bom tempo - e ali foi instalado o primeiro posto da Piscicultura, à Rua dos Paus Grande, 62, próximo do açude de Bodocongó. O chefe alugou várias casas - uma simplesinha e pequena, residência dos três von Ihering; outra para os companheiros de ciência [...]. Outra menor para o casal e filho, Stillman Wrihth e a 4ª, muito espaçosa, a calhar para os laboratórios, com o luxo de uma - Sala de Biblioteca e Secretaria, além de um bom lugar para o Almoxarifado (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 38).

---

6 O livro intitulado “Ciências e Beleza nos sertões do Nordeste” foi editado de forma póstuma, utilizando-se as anotações de Rodolpho von Ihering. Dora atua como colaboradora do livro, relatando suas impressões e experiências das viagens realizadas com a Comissão. O livro se divide em duas partes: a primeira, como relato de Dora, e a segunda parte com os escritos de Dr. Rodolpho von Ihering.

Atualmente, a Rua João Alves de Oliveira tem grande parte das suas casas modificadas, não se encontrando mais o referido número. Outra informação que destacamos e mencionada por Dora von Ihering Bonança é de que as casas alugadas ficavam perto do açude Bodocongó; talvez uma falha de memória, ou, de fato, achava perto em relação aos outros açudes, quando os deslocamentos eram mais longínquos. Do endereço informado até o açude Bodocongó a distância é, de aproximadamente, seis quilômetros.

Outro equívoco está na fotografia abaixo. De acordo com o livro “A Permanência de Rodolpho von Ihering”, essa casa teria sido a sede da Comissão em Campina Grande. No entanto, nos chamou atenção o fato da opulência da casa, destoando das modestas casas construídas na época, no endereço fornecido.



Fotografia 5 - Grupo em Campina Grande- PB. De acordo com o livro a “Permanência de Rodolpho von Ihering” onde funcionava a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste. Dr. Rodolpho von Ihering era o quinto da esquerda para a direita.

Fonte: GOMES, Lourenço Alcides (et. al.); PAIVA, Melquíades Pinto (coord.). (1984, p. 199).

Em nossas pesquisas averiguamos que o sobrado era localizado na atual Avenida Marechal Floriano Peixoto, no centro da cidade, de então propriedade da família do comerciante Manoel Cavalcante Bello, o Neco Bello. Pela datação da foto, podemos inferir que seria a fotografia de despedida da equipe da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste em Campina Grande, antes da partida definitiva para a nova sede da Comissão no Ceará. Abaixo temos a fotografia do imóvel:



Fotografia 6- Casa do empresário Manoel Cavalcanti Bello, o Neco Bello.

Fonte: LACERDA JÚNIOR, Jônatas A. de; LIRA, Agostinho Nunes da Costa; Colaborador: CASTRO, Paulo de Tarso C. de., (2012, p. 30).

As quatro casas mencionadas pela filha do Dr. Rodolpho von Ihering foram alugadas na antiga rua dos Paus Grandes, que eram de arquitetura simples, diferentes da primeira foto, onde supostamente estavam instalados os membros da Comissão. Abaixo temos a foto da referida rua registrada em 1930:



Fotografia 7- Antiga Rua dos Paus Grandes em 1930.

Fonte: LACERDA JÚNIOR, Jônatas A. de; LIRA, Agostinho Nunes da Costa; Colaborador: CASTRO, Paulo de Tarso C. de.: (2012, p. 349).

Mesmo em casas mais simples, a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste tinha uma boa estrutura para dar continuidade aos seus trabalhos que se estendiam para várias cidades do Estado: Pocinhos, Patos, Pombal, Sousa, Pilões, Piancó, Cajazeiras, Princesa Isabel, Areia, Alagoa Grande, Itabaiana, Mogeiro de Cima, Umbuzeiro, Olho D'Água, Baía da Traição e Santa Luzia do Sabugi. Hospedavam-se em engenhos, em casas do Governo, nas margens de rios ou nas estradas: “Cada um tirava da bagagem a sua rede e a estendia no leito arenoso da “rodagem” não oficial, ou no solo pobre da “caatinga”, “seridó”, “sertão”, onde quer que fosse... sob a abóbada aveludada e infinita do céu” (IHERING; BONANÇA, 1983, p. 82).



Fotografia 8- Equipe da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, provavelmente em algum lugar da Paraíba. À direita: em pé e de óculos, Rodolpho von Ihering; sentada Dora von Ihering; à esquerda e sentada, Isabel von Ihering; no centro (de frente e sentados), o casal vestido de branco, Doris A. Wright (de boina) e Stillman Wright.

Fonte: PAIVA, Pinto Melquíades; MESQUITA, Pedro Eymard Campos. (2013, p. 13).

Dessas viagens e com as pesquisas preliminares realizadas, Dr. Rodolpho von Ihering conclui que os açudes serviam para a piscicultura pois a produção de peixes, naquele momento, era pequena devido ao baixo valor das espécies na região. A solução seria a introdução de peixes com potencial econômico, que apenas com a experimentação científica poderia se dizer quais espécies melhor lá se adaptariam. Desta forma, pretendia-se chegar aos seguintes objetivos: “a) valor alimentício superior, pela massa de carne com poucos espinhos e pelas dimensões que oferecem [sic]; b) regimen

[sic] alimentar adequado às condições biológicas das águas dos açudes; c) multiplicação independente do regimen [sic] pluvial; d) facilidade de despesca” (JORNAL A UNIÃO, 01/12/1932). Após essas primeiras conclusões, o Dr. Rodolpho, auxiliado por sua equipe, avança em suas análises, processo que culmina com resultados da reprodução artificial de peixes no açude Bodocongó, como veremos a seguir.

### **3.1 Açude Bodocongó: a descoberta da técnica da hipofisação**

Como discorremos anteriormente, o açude Bodocongó, situado em Campina Grande, foi construído para solucionar o problema de abastecimento de água da cidade, mas devido ao elevado teor de salinidade, a água se tornou imprópria para o consumo. (ALMEIDA, 1993). O açude não solucionou o problema da falta de água, mas se tornou importante para a história de Campina Grande na década de 1930, quando foi palco de um dos maiores avanços da ciência brasileira relacionada à Ictiologia, que foi a descoberta do método da hipofisação. Este método, descrito anteriormente, consiste na reprodução artificial de peixes, essa reprodução é feita através da extração de hormônios da hipófise que fica na cabeça dos peixes, depois se macera com soro formando uma pasta que será injetada nos peixes estimulando a produção de espermatozoides e óvulos fora da época de reprodução, fazendo assim, com que se possa reproduzir peixes em maiores quantidades e maior valor nutricional. Com a descoberta do método da hipofisação o Dr. Rodolpho von Ihering e a Comissão técnica de Piscicultura tinham por objetivo minimizar a falta de alimentos da população.

Em Campina Grande, foi instalado em 1933, o primeiro Posto de Piscicultura do Nordeste. Tendo como protagonista dos estudos o açude Bodocongó, onde foram desenvolvidas as primeiras pesquisas de cunho limnológico<sup>7</sup> no Brasil, sendo a cidade de Campina Grande, considerada pela comunidade científica como o “berço da Limnologia no Brasil”. Fato que se tornou possível por conta do Dr. Rodolpho von Ihering convidar para formar sua equipe o Limnólogo norte americano, Stilmann Wright, para estudar a qualidade da água dos açudes da região. Assim, durante sua permanência em Campina Grande, pesquisou um grande número de açudes no sertão paraibano e pernambucano, mas concentrou o maior número de análises no açude Bodocongó. Da mesma forma, o próprio Dr. Rodolpho aplicou parte de suas pesquisas no açude Bodocongó, visto que no Posto de Piscicultura havia melhores condições para realizar pesquisas mais detalhadas. Abaixo temos a fotografia do açude Bodocongó na década de 1930.

7 A Limnologia, como já destacamos anteriormente, faz a coleta e estudo das águas doces, como lagos e açudes, nessa análise são verificados seus aspectos físicos, biológicos químicos, entre outras variáveis.



Fotografia 9- Açude Bodocongó em 1930.

Fonte: LACERDA JÚNIOR, Jônatas A. de; LIRA, Agostinho Nunes da Costa;  
Colaborador: CASTRO, Paulo de Tarso C. de. (2012, p.).

Dr. Rodolpho von Ihering, com as pesquisas e trabalhos que realizou nos rios e represas de São Paulo, tinha uma grande quantidade de informações que contribuíram para a finalização dos seus experimentos no açude Bodocongó. Em 1933 conseguiu a reprodução induzida de peixes com a descoberta do método da hipofisacção. A descoberta foi publicada em março de 1934, como se registra na citação abaixo:

[...] Finalmente, ainda em 1933, no laboratório de Campina Grande, Rodolpho von Ihering, tendo como colaborador Pedro de Azevedo, conseguiu a reprodução, em aquário, de curimatãs adultas e com gônadas bem desenvolvidas, induzindo a maturação dos óvulos e espermatozóides [sic] de modo a tornar fácil e viável a fecundação artificial. Este trabalho, marco inicial de toda uma série de pesquisas nesta linha, foi publicado nos Archivos [sic] do Instituto Biológico, em 1934. Estava vencido o problema experimental - científico e aplicado. (DIAS, In: PAIVA, 1984, p. 79).

Pesquisa extremamente importante e que permitiu a reprodução de peixes sem que se precisasse esperar pelo período de reprodução, o que garantiria uma grande produção de peixes durante todo o ano. Assim, os benefícios dos estudos realizados pelo Dr. Rodolpho von Ihering foram muitos, no entanto, registraremos também outros olhares, como algumas notícias publicadas no jornal local sobre a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, discorridas a seguir.

#### 4 Outras publicações: contradições e embates históricos

A história é feita de contradições e embates; nela existem distintas versões e visões de um mesmo fato, dar voz a essas visões é trabalho do historiador. Sendo assim, ao investigar a pesquisa do Dr. Rodolpho von Ihering e sua equipe, encontramos o “Jornal A Batalha”, o primeiro jornal diário da cidade, de tendência comunista, dirigido por Arlindo Correa e Isidoro Aires, que funcionou de 1934 a 1935. Suas notícias tinham a premissa de estar do lado da classe trabalhadora (GAUDÊNCIO, 2014). Nesse contexto, o jornal passa a ser procurado para reclamações e denúncias.

Referenciando a reportagem veiculada pelo “Jornal A Batalha”, notamos que alguns proprietários de terras se sentiam invadidos pelos pesquisadores, que segundo os mesmos, praticavam abusos em suas terras, como observamos no texto abaixo:

Vários agricultores, têm pedido a nossa interferencia [sic], junto a chefia da Comissão de Piscicultura. Alegam que aquela Comissão, nada tem feito de sua missão, servindo somente para causar os maiores aborrecimentos aos proprietários. Pois passa dias e dias nas fazendas, caçando e fazendo pic-nic; [sic] leva turmas de pescadores, que sem ordem previa [sic] dos proprietários, invadem as propriedades, praticando o que bem entendem. Chamamos a atenção para o chefe da Piscicultura, para evitar tantos abusos; do contrário teremos que apelar para o Ministério. (JORNAL A BATALHA, 03/ 01/ 1935).

Para alguns proprietários, havia um abuso em relação à utilização indiscriminada da terra deles, como a pesca sem permissão e que, também sem permissão, aproveitavam a propriedade para seus momentos de lazer. A Inspetoria de Obas Contrás as Secas- IFOCS também não escapou de críticas; outra reportagem nos informa sobre reclamações em relação aos gastos públicos, que segundo o jornal, eram para interesses particulares da equipe da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste que vemos transcrito abaixo:

A I.F.O.C.S é o grande escoadoiro [sic] do dinheiro da Nação Repartição de afilhados e de burocratas não ciosos de seus deveres. Assim vemos automóveis oficiais com placas particulares, a serviços estranhos a repartição. Aqui se registra um caso deste. Um automóvel da Piscicultura, toma gasolina no almoxarifado das secas, servindo para passeios, cinemas etc., sem que seja vetado isto, pelos chefes, que se dizem criteriosos. Esta repartição deveria ter outro nome, (quem puder que se defenda) porque, assim ficaria mais ás

claras. Nessa repartição só quem não tem direito é o pobre operário, que para não perecer a fome, vende o seu misero salário descontando 20% e mais. Mas, um dia o Brasil, terá dono, não será sempre um paiz [sic] abandonado. (JORNAL A BATALHA, 27/ 12/ 1934).

Não encontramos resposta às acusações publicadas no referido jornal, mas em reportagem ao “Jornal A União”, Dr. Rodolpho von Ihering discorre um pouco sobre o cotidiano das pesquisas realizadas:

Como é natural, nas pequenas vilas esse nosso trabalho exquísito [sic] desperta atenção e, [...] junta-se [sic] um mundo de curiosos. Não faz mal, contanto que não ponham a mão em tudo, tiramos proveitos dessas visitas: “Vocês sabem que distancia tem daqui ao açude das Braúnas?” – “Qual de vocês é pescador?”- “Que nome vocês dão a este bicho?” Logo depois surgem moleques com insetos e outros animalejos que apanharam. –“Isto não vale nada”- “Por este eu dou meio cruzado”; “vejam se pegam mais”. Como é natural desenrolam-se cenas, ás vezes gaiatas. Um dos nossos companheiros tem predileção especial pelos banhos imprevidos- um passo em falso na canôa [sic] e ei-lo [sic] nadando...[...] Vivemos a mais pura camaradagem e o bom humor deve suprir as deficiências do passadio. (JORNAL A UNIÃO, 21/10/1932).

Nesse contexto, descrito pelo Dr. Rodolpho, podemos perceber uma interação com a população local das regiões visitadas e um clima de descontração, quando em meio ao trabalho há espaço para banhos de rio, mas também ele relata a responsabilidade com o trabalho, quando conclui a reportagem dizendo que: “Mas o principal é que o serviço vai rendendo e cada um de nós questão de honra de que sua atividade traga proveito máximo para o progresso, tanto de nossa tarefa principal, como de vários ramos correlatos da biologia” (JORNAL A UNIÃO, 21/10/1932).

Essa aproximação com a população mais carente era constante, durante as viagens de pesquisa. Segundo relato de Dora Ihering Bonança, muitas vezes, a Comissão ajudava da forma que podia as pessoas que passavam fome e sofriam com a seca. As roupas de todos da Comissão eram distribuídas, os pesquisadores se tornavam médicos atendendo-os e o suprimento de comida trazida no carro laboratório logo desaparecia:

Em Itabaiana- PB, [...] a multidão plagia seu sofrimento entre a algazarra das crianças, tropeços nos animais, e deses-

pero de todos. Ali perto organizamos uma cozinha e D. Iza-bel dirigia o preparo de macarronada nos nossos panelões. Ao ser distribuída, o espanto tomou a todos e alguém perguntou por eles, curioso e intrigado:- “Dona, que espécie de minhoca branca é essa que ôces [sic] comem?” [...] Dinheiro, ali, de nada adiantava! O chefe e sua “família C.T.P.N.” se condoendo da tragédia que presenciava, fizeram como se diz, uma “vaquinha” e lá se foi um dos caminhões em busca de viveres na cidade mais próxima: Campina Grande. O “Carro-Aquário”, fez diversas viagens com um “Carro-pipa”, transportando o liquido abençoado. (IHERING, BONANÇA, 1983, p. 70, 73).

Diante das denúncias feitas ao “Jornal A Batalha”, poderíamos lançar um olhar sobre o contexto da década de 1930, momento em que há uma maior disputa política oriunda da “Revolução de 1930”, período de oposição, ao mesmo tempo em que a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste tinha autorização para adentrar em qualquer propriedade sem restrições o que poderia causar algum tipo de desconforto aos proprietários de terras. No entanto, podemos apenas fazer suposições.

Mas pelas descrições feitas por Dora von Ihering Bonança, podemos afirmar que a Comissão realizou, pelas cidades por onde passou, mais do que suas atribuições de pesquisadores, eles, da Comissão, atuaram na ajuda humanitária de pessoas que passavam fome, sede e padeciam de doenças. Além disso, é incontestável a importância do trabalho realizado pela Comissão no Norte e Nordeste e, principalmente, a descoberta do Dr. Rodolpho von Ihering da reprodução de peixes pelo método da hipofisacção, resultado que nos mostra o comprometimento dos envolvidos nesse trabalho e que deixou bons resultados com a continuação do trabalho pelo Departamento do Nordeste de Obras Contra as Secas- DNOCS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho percorremos, com o Dr. Rodolpho von Ihering e a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, os caminhos áridos do sertão da Paraíba e Pernambuco. Viajamos através dos relatos de Dora von Ihering, dos desenhos do aquarelista Alfredo Norfini e as fotografias do Jornalista da Comissão, Amadeu Amaral Jr., retratando as paisagens do sertão e o trabalho realizado. Das dificuldades enfrentadas, as estadias nas fazendas, nos engenhos e nas rodagens do sertão. Ficou evidente que, além da pesquisa, foi prestada ajuda humanitária pela equipe da Comissão, solidária ao sofrimento das pessoas causado pela seca e pela fome.

Concentramos a pesquisa no contexto da instalação da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, em Campina Grande, de 1934 a 1935, e de tentar responder por que a sede foi instalada nesta cidade.

Para alcançar nosso objetivo, discorreremos brevemente sobre o ambiente histórico de Campina Grande na década de 1930 e como, de certa forma, a Comissão tinha uma boa estrutura de trabalho. Dentro dessa conjuntura, podemos afirmar que foi um fator importante, mas não preponderante, para que a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste se instalasse em Campina Grande, pois no açude Bodocongó houve melhores condições para pesquisa por ter sido instalado um laboratório de análises, sendo o primeiro Posto de Piscicultura do Nordeste.

Assim, além dessa “estrutura”, podemos elencar alguns fatores, como a rede de paraibanos que articularam para que a Comissão tivesse início, a começar pelo Zoólogo paraibano, Manoel Florentino da Silva, ponto inicial da correspondência entre o Dr. Rodolpho von Ihering com a Paraíba, depois, por intermédio também de Manoel Florentino da Silva, se estendeu ao então Interventor da Paraíba, Antenor Navarro, e esse por sua vez, articulou junto ao Ministro de Viação e Obras Públicas, o também paraibano, José Américo de Almeida, o Ministro vislumbrou a grandeza da viabilidade do projeto, e a possibilidade de amenizar a fome que assolava o Nordeste. Dentro dessas articulações, políticas e econômicas, é criada a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, no ano de 1932.

Do discutido até aqui, percebemos a importância do trabalho realizado pelo Dr. Rodolpho von Ihering à frente da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, cujo objetivo era o de melhorar a qualidade de vida da população com análise dos açudes e a implantação da produção de peixes de melhor qualidade e em maior quantidade, ajudando a população carente que sofria com a seca que assolou o Nordeste na década de 1930.

São inefáveis as contribuições do Biólogo e Zoólogo brasileiro, Rodolpho von Ihering, especificamente, neste artigo, nos campos da Ictiologia e Limnologia, na sua passagem pela cidade de Campina Grande (1934-1935), não só pelo cumprimento, com êxito absoluto, dos objetivos contidos nas atividades da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, como da descoberta do método da hipofisacção que o elevou ao reconhecimento nacional e internacional.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande: Epgraf, 1993.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base*. Revista *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v.7, n.4, p. 239–275, dezembro 2006.
- CARRARO, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945)*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, Caxambu, MG - v. CD Rom, 2003.
- DIAS, Mário Vianna. *O Naturalista Rodolpho von Ihering*. In: GOMES, Alcides Lourenço [et al]; PAIVA, Melquíades Pinto.(coordenador) *A Permanência de Rodolpho von Ihering: Livro jubilar pela passagem do primeiro centenário do seu nascimento (1883-1983)*. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, p. 76-88, 1984.
- GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. *A palavra impressa: uma história dos jornais, revistas e outros suportes impressos de campina grande (1913-1953)*. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História - ANPUH –PB, 2014.
- GOMES, Lourenço Alcides (et al.), PAIVA, Melquíades Pinto.(coord.) *A permanência de Rodolpho von Ihering: livro jubilar pela passagem do primeiro centenário do seu nascimento (1883-1983)*. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1984.
- GURGEL, Jarbas. *Histórias do DNOCS*. Fortaleza: [s. e.], 2013.
- IHERING, Rodolpho von; BONANÇA, Dora von Ihering. *Ciências e belezas nos sertões do Nordeste*. Fortaleza, DNOCS, 1983.
- JORNAL A BATALHA, Ano I, nº 1, 27 de dezembro de 1934.
- \_\_\_\_\_. Ano I, nº 3, 3 de janeiro de 1935.
- JORNAL COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE. Ano I, nº 6, 21 de abril de 1932.
- JORNAL A UNIÃO, 21 de outubro de 1932.
- \_\_\_\_\_. 01 de dezembro de 1932.
- LACERDA JÚNIOR, Jônatas A. de; LIRA, Agostinho Nunes da Costa; Colaborador: CASTRO, Paulo de Tarso C. de. *Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas*. Campina Grande: UFCG, 2012.
- LEITÃO, Cândido de Mello. *Rodolpho von Ihering*. In: GOMES, Alcides Lou-

- renço [et al]; PAIVA, Melquíades Pinto.(coordenador) A Permanência de Rodolpho von Ihering: Livro jubilar pela passagem do primeiro centenário do seu nascimento (1883-1983). Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, p. 19-26, 1984.
- MELO, Josemir Camilo. *O Trem e o Crescimento de Campina Grande*. In.: OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson.(orgs). Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça. Campina Grande: Editora Agenda, 2007.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. João Pessoa: A UNIÃO, 2013.
- MENEZES, Rui Simões. *Ciência pura, Ciência Aplicada e Rodolpho von Ihering*. Revista Instituto do Ceará, Fortaleza, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Aclimação de peixes nos açudes do Nordeste*. Fortaleza, Ceará: Serviço de Piscicultura, D.N.O.C.S., 1951.
- OBEIDI, B.M.; D'Agostini, S.; Rebouças, M.M. *A personalidade surpreendente e as descobertas científicas de Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering*. Páginas do Instituto Biológico, São Paulo, v.11, n.1, p. 10-15, jan./jun., 2015.
- PAIVA, Melquíades Pinto. *Trabalhos esparsos, agora reunidos*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Universidade das caatingas*. Série con Viver, 13ª Ed. Fortaleza: DNO-CS/BNB-ETENNE, 2014.
- PAIVA, Melquíades Pinto; MESQUITA, Pedro Eymard Campos. *Uma semente fecunda: comissão técnica de piscicultura do Nordeste (1932-1945)*. Revista do Instituto Histórico do Ceará, nº 127, 2013.
- PEREIRA, Clemente. *Rodolpho von Ihering*. In: GOMES, Alcides Lourenço [et al]; PAIVA, Melquíades Pinto.(coordenador) A Permanência de Rodolpho von Ihering: Livro jubilar pela passagem do primeiro centenário do seu nascimento (1883-1983). Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, p. 182, 1984.
- RIETVELD, João Jorge. *O significado da palavra Bodocongó e a presença africana no leste do cariri paraibano*. Revista Tarairiú. Campina Grande: Ano VI – v.1 – n. 11 – Fev. de 2016.

Recebido em 12/05/2017

Aprovado em 11/07/2017



# ESCRITA DE SI E MEMORIALISMO NA FICÇÃO DE ERICO VERISSIMO

## *SELF-WRITING AND MEMORIALISM IN ERICO VERISSIMO'S FICTION*

Bruno Brizotto<sup>1</sup>

### RESUMO

Considerando a produção literária desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul, o artigo examina diferentes aspectos relacionados ao gênero textual diário, tomando como objeto de análise *do diário de Sílvia*, seção integrante do terceiro volume de *O arquipélago*, da trilogia *O tempo e o vento*, escrita pelo ficcionista gaúcho Erico Verissimo (1905-1975). Nesse sentido, discutimos a seguinte ordem de questões: primeiramente, analisamos o sujeito feminino enquanto instância autoral de sua narrativa confessional; na sequência, discorremos sobre o estatuto do diário como forma de escrita de si; e, por fim, verificamos a presença do discurso memorialista presente nas páginas do diário de Sílvia.

**Palavras-chave:** Diário. Sujeito feminino. Escrita de si. Memorialismo. Erico Verissimo.

### ABSTRACT

*Considering the literary production carried in the State of Rio Grande do Sul, the paper examines different aspects related to the textual genre diary, taking as subject of analysis From Silvia's Diary, integral section of the third volume of The archipelago, from the trilogy Time and the Wind, written by the gaucho writer Erico Verissimo (1905-1975). In these terms, we discuss the following order of questions: first, we analyze the female subject as an authorial instance of his confessional narrative; in the sequence, we discuss the statute of the diary as a form of self-writing; and, finally, we verify the presence of the memorialist discourse present in the pages of Silvia's diary.*

**Keywords:** *Diary. Female subject. Self-writing. Memorialism. Erico Verissimo.*

### INTRODUÇÃO

No prefácio de uma interessante obra crítica de Wander Melo Miranda (2009), Nádya Battella Gotlib lembra que “o discurso memorialista tem tradição firmada na literatura brasileira, sob a forma de diários, autobiografias, auto-retratos [sic].” Logo, “tal esforço de representação merece que a crítica se dedique, com igual esmero, a examinar tais textos, reelaborando criticamente o substancial percurso dessa produção.” (GOTLIB, 2009, p. 13). É precisamente nessa seara autobiográfico-memorialista co-

---

<sup>1</sup> Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Letras pela Universidade de Caxias do Sul. Áreas de atuação: Estéticas da Recepção e do Efeito, Erico Verissimo, Memória, História da Literatura.

locada em cena pela estudiosa brasileira que o presente artigo se insere, tomando como objeto de análise o diário, expressão característica de subjetividade e de individualidade humana.

Ao situar-se no campo dos gêneros voltados para as “escritas do eu” (GUSDORF, 1991) – autobiografias, memórias, testemunhos, histórias de vida, cadernos de notas, notas de viagens, rascunhos, recordações de infância, autoficções, confissões próprias e alheias, cartas, autorretratos, blogs etc. –, torna-se possível ao diário alcançar determinado estatuto que autorize uma tentativa de conceituação no âmbito das Letras. Uma possibilidade de caracterizá-lo procede dos estudos seminais do crítico francês Philippe Lejeune. De acordo com o autor, antes mesmo de constituir-se como um texto, um diário é uma prática, tendo em vista que sua estrutura narrativa não é senão um vestígio de eventos passados. Desse modo, a manutenção de um jornal íntimo é, acima de tudo, um modo de viver (LEJEUNE, 1975). Assim compreendido, o diário age como uma espécie de gerenciador de episódios de vida dispostos por um indivíduo em uma sequência cronológica, apresentando-se, finalmente, como um resquício da realidade outrora vivenciada.

Enquanto modalidade de escrita do eu, o diário apresenta características próprias, tais como: caráter fragmentário; impotência do eu diante dos fatos narrados; descontinuidade; ausência de elaboração, situação que gera uma escrita do efêmero que rejeita qualquer tipo de organização; liberdade de composição textual, ou seja, o narrador decide quais acontecimentos vividos pretende relatar e na ordem em que bem entender, não tendo a obrigação de perseguir uma coerência do enredo; linguagem representativa de experiências passadas e, muitas vezes, como exercício metalinguístico. Acrescente-se a esses traços, um modo reflexivo de escrita, “uma confissão da intimidade psicológica do protagonista, pois ela é contada em 1ª pessoa. A posição do narrador coincide com a da personagem principal.” (SOUZA, 2006, p. 121). Em síntese, “o diário está ao alcance de todos: em algum momento da vida, o sujeito escreve sobre os acontecimentos de sua existência, sem com isso, ser necessariamente um grande escritor.” (HERVOT, 2013, p. 108).

Redigido por Erico Verissimo (1905-1975) em Virgínia, nos Estados Unidos, em 1961, *Do diário de Sílvia*<sup>2</sup> apresenta a narração diarística de uma jovem professora de 25 anos, a qual seleciona momentos importantes de sua vida, que se concretizam em anotações lançadas em seu diário, abar-

2 Assim como *Ana Terra* (1970) e *Um certo capitão Rodrigo* (1971) – episódios de *O Continente* (1949), *Do diário de Sílvia* também foi publicado em edição separada, em 1978. Em 2005, foi lançada uma segunda edição, da qual são retiradas as citações utilizadas neste trabalho.

cando o período que vai de 24 de setembro de 1941 a 4 de dezembro de 1943. Concluída a redação de seu jornal íntimo, Sílvia decide emprestá-lo a seu cunhado Floriano Terra Cambará para que ele o leia, como evidencia “Encruzilhada”, derradeira seção de *O arquipélago* (1961-1962) e, por extensão, da trilogia *O tempo e o vento*, formada, ainda, por *O Continente* (1949) e *O Retrato* (1951). Assim, o contexto histórico presente no diário é marcado, no Brasil, pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) e, em nível mundial, pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em meio a esses conturbados eventos, Sílvia decide iniciar suas confissões, apresentando acontecimentos e personagens que tanto permanecem em sua memória, quanto vivem em seu presente. Dos fatos que compõem a narrativa, destacam-se: a insatisfação de seu casamento com Jango, o amor impossível por Floriano, as dúvidas em relação à fé em Deus, os colóquios com seu amigo de infância Zeca (ou irmão Toríbio), com o “filósofo” Roque Bandeira (apelidado de Tio Bicho por Maria Valéria) e, ainda, com o comunista Arão Stein, a infância pobre, o difícil relacionamento com a mãe, a idealização da figura paterna, a influência do padrinho – Dr. Rodrigo Terra Cambará, assim como a repressão protagonizada pela tia, Maria Valéria.

A composição do diário se efetiva por meio de micronarrativas datadas, separadas “pela alternância temporal entre o passado lembrado, histórias de sua infância, e o presente vivido, história enquanto narradora.” (SOUZA, 2006, p. 122). Instauram-se, nesse sentido, dois distintos planos enunciativos determinados pela distância temporal: o plano do enunciado, “compreendendo o diário que vai sendo escrito e que recria os acontecimentos”, e o plano da enunciação, “evocando e organizando os fatos sob forma de discurso, a própria construção da trama.” (SOUZA, 2006, p. 122). Do ponto de vista do sujeito que narra, Sílvia constitui-se, ao mesmo tempo, enquanto agente e objeto de seu discurso, configurando uma escrita de si reflexiva e fragmentada. Consequentemente, dois sujeitos enunciativos são apresentados ao leitor: o da enunciação, expresso pelo narrador autodiegético, e o do enunciado, a personagem Sílvia.

No momento em que colocarmos a análise do diário pessoal em prática, levaremos em consideração uma importante questão, a saber: *Do diário de Sílvia* caracteriza-se, no âmbito da produção de Erico Verissimo, como um texto ficcional, composto, em primeiro lugar, por um autor, Erico, que cria um narrador, Floriano, que, por sua vez, redige *O tempo e o vento* e, por conseguinte, a própria Sílvia, a qual, em último caso, se escreve. Em *Solo de clarineta*, lemos: “Como pode um romancista do sexo masculino – perguntou-me alguém um dia – descrever com verdade e autenticidade os sentimentos duma mulher? Expliquei-lhe que, no meu caso, sempre que tinha de fazer isso, eu procurava *ser* essa mulher.” (VERISSIMO, 2005b, p. 272).

Essa circunstância adquire densidade teórica no momento em que consideramos o trabalho de Paul Ricoeur (2010b). Segundo o filósofo francês, “os acontecimentos contados numa narrativa de ficção são fatos passados para a voz narrativa<sup>3</sup>, que podemos considerar aqui idêntica ao autor implicado<sup>4</sup>, ou seja, a um disfarce fictício do autor real. Fala uma voz que narra o que, para ela, ocorreu.” (RICOEUR, 2010b, p. 325). Portanto, ao entrarmos na seara da interpretação literária, faz-se necessário incluímos no pacto entre leitor e autor “a crença de que os acontecimentos narrados pela voz narrativa pertencem ao passado dessa voz.” (RICOEUR, 2010b, p. 325). Ou, como diria o filósofo francês Michel Foucault (1992), “o escritor constitui a sua própria identidade mediante essa recoleção das coisas ditas.” (FOUCAULT, 1992, p. 143-144).

Importa mencionar que tal argumentação encontra-se assentada no fato de a literatura seguir “itinerários que margeiam e ultrapassam as barreiras das interdições, que levam a dizer aquilo que não se podia dizer, a uma invenção que é sempre uma reinvenção de palavras e histórias recalcadas na memória coletiva e individual.” (CALVINO, 2006, p. 208). Ao aceitarmos tal raciocínio ao lado da asserção foucaultiana de que escrever consiste em “‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio ao outro” (FOUCAULT, 1992, p. 150), torna-se crível adotar o constructo realista segundo o qual o discurso literário, após passar pelos processos de ficcionalidade inerentes a sua configuração (ISER, 2002), caracterizar-se-ia, no caso da escritura íntima memorialística, como recriação individual do mundo. Recriação que levaria em conta a tese de Antonio Candido (2011) segundo a qual o elemento externo (realidade empírica) se transformaria em interno (obra estética) por meio de um processo dialético, ou seja, o fator social se tornaria um dentre os vários elementos que compõem o texto ficcional.

## **1 O sujeito feminino enquanto instância autoral de sua narrativa confessional**

De acordo com a romancista e ensaísta britânica Virginia Woolf (1990), “a liberdade intelectual depende de coisas materiais.” (WOOLF, 1990, p. 131). Tal argumento serve de base para a análise conduzida pela autora inglesa em *Um teto todo seu*, ensaio resultante de dois artigos lidos perante a Sociedade das Artes, em Newnham, e a Odaa, em Girton, em ou-

3 Para maiores detalhes, cf. o segundo volume de *Tempo e narrativa* (RICOEUR, 2010a, p. 151-172).

4 A propósito, cf. Booth (1980).

tubro de 1928. Fundamentada em tal afirmação, a autora de *Mrs. Dalloway* declara que se a mulher almeja tornar-se escritora, faz-se imprescindível “ter dinheiro e um teto todo dela” (WOOLF, 1990, p. 8). De fato, possuir “um teto todo seu” apresenta-se como uma das mais célebres metáforas de que Woolf (1999) se vale para ilustrar suas teses acerca da relação entre mulheres e ficção.

Sumariamente, a metáfora do “quarto próprio” não significa apenas a afirmação de um espaço político e cultural para o sujeito feminino, seja ele público ou privado, mas também a inserção da mulher em espaços outrora considerados masculinos. No caso de Sílvia, podemos dizer que ela possui um “teto todo dela”, no qual empreende a redação de seu diário, como fica claro pela posição social que ocupa: esposa de Jango Cambará, um rico estancieiro, o qual, por seu turno, é filho de Rodrigo Terra Cambará, o senhor do Sobrado. Possui, assim, condições materiais favoráveis para compor o registro dos acontecimentos do seu dia a dia. Logo, escreve tanto no Sobrado, localizado na cidade de Santa Fé, quanto na estância da família, no Angico. A 24 de setembro de 1941, Sílvia escreve: “Comprei este diário a semana passada na Lanterna de Diógenes [em Santa Fé]. Era o único que existia na casa. Tipo álbum, fecho de metal, uma gavota dourada na capa de plástico azul imitando couro.” (VERISSIMO, 2005a, p. 8). E a 18 de fevereiro de 1942, lemos:

Por que escrevo todas essas coisas que ninguém, mas ninguém mesmo, deverá nem poderá ler a não ser as outras Sílvias? Aqui no Angico trago este diário escondido numa cômoda antiga, da qual só eu tenho a chave. No Sobrado este livro fica guardado no fundo de outra cômoda, dentro de uma caixa cuja chave por sua vez trago presa ao pescoço por uma corrente, como um escapulário. (VERISSIMO, 2005a, p. 37-38)

O fato de o diário acompanhar sua autora onde quer que ela vá revela o caráter de instantaneidade característico a essa forma de literatura confessional. Woolf (1990), ao final de seu ensaio, refinando a metáfora do quarto próprio, assevera ser vital “ter um quarto com fechadura na porta”, situação que, simbolicamente, significa “o poder de pensar por si mesma” (WOOLF, 1990, p. 130).

Aspecto igualmente importante é a imagem da ficção enquanto “teia de aranha”, que funciona como base material da produção literária.<sup>5</sup>

---

5 O crítico literário Geoffrey Hartman (1970) cunhou a expressão “teia de Virginia” (Virginia’s web) para se referir a essa imagética.

É apresentada no capítulo em que a narradora se questiona sobre as condições nas quais viviam as mulheres inglesas, durante o período elisabetano (1558-1603):

[...] pois a ficção, trabalho imaginativo que é, não cai como um seixo no chão, como talvez ocorra com a ciência; a ficção é como uma teia de aranha, presa apenas levemente, talvez, mas ainda assim presa à vida pelos quatro cantos. Muitas vezes a ligação mal é perceptível; as peças de Shakespeare, por exemplo, pareciam sustentar-se ali, completas, por si mesmas. Mas quando a teia é puxada para o lado, recurvada na borda, rasgada ao meio, lembramos que essas teias não foram tecidas em pleno ar por criaturas incorpóreas, mas são obra de seres humanos sofredores e estão ligadas a coisas flagrantemente materiais, como a saúde e o dinheiro e as casas em que moramos. (WOOLF, 1990, p. 53-54)

Levando em conta tal análise, podemos compreender o materialismo literário de várias maneiras. Para começar, a materialidade da própria escrita é reconhecida: ela é fisicamente produzida, e não divinamente dada. Nesse sentido, a autora de *Orlando* parece estar tentando desconstruir a figura solitária e romântica do poeta (masculino) ou do autor como misticamente escolhido, ou sobrenaturalmente eleito. Afirma Sílvia em seu diário: “Preciso escrever certas coisas que venho pensando e sentindo.” (VERISSIMO, 2005a, p. 7). Mas a ideia de uma obra de arte literária como objeto material também está associada a uma forma de estética modernista que sustenta uma abordagem da narrativa como objeto auto-reflexivo e um sentido mais geral da concretude das palavras, faladas ou impressas. A “teia de aranha” de Woolf (1990) sugere, além disso, que a prática diarística de Sílvia é um processo corporal, produzido fisicamente. A observação de que o ato de escrever é “obra de seres humanos sofredores” sugere que a literatura é elaborada como compensação, ou em protesto contra, a dor existencial e a possível falta material. E, ao propor a criação literária como ligada “a coisas flagrantemente materiais”, a ensaísta britânica delinea um modelo de literatura alicerçado no mundo real, isto é, nas searas das experiências históricas, políticas e sociais. É precisamente a importância de tais esferas que fundamenta as experiências da jovem professora, as quais são selecionadas e, conseqüentemente, dispostas em seu diário. Por exemplo, juntamente à narração de certos episódios decisivos da Segunda Guerra Mundial, Sílvia reflete sobre seu amor por Floriano, como nesta passagem datada de 7 de dezembro de 1941:

A notícia, ouvida através do rádio, tem quase a força duma bomba. Aviões japoneses atacaram Pearl Harbor de surpresa e destruíram vários navios de guerra americanos que estavam ancorados no porto. Penso imediatamente na viagem de Floriano [aos Estados Unidos]. [...] Em todo o caso, fico desgostosa comigo mesma por estar dando mais importância à viagem de F. do que ao ataque a Pearl Harbor e às consequências inevitáveis desse ato de traição. (VERISSIMO, 2005a, p. 33)

Ao lado da perspectiva de Virginia Woolf (1990) acerca da relação entre mulher e literatura, adicionamos a posição defendida pela crítica feminista norte-americana Elaine Showalter (1994). O fato de toda a crítica estar localizada numa espécie de “território selvagem”, conforme a declaração de Geoffrey Hartman (2007), possibilita à autora pensar o texto feminino como pertencente a essa “zona selvagem”. Entretanto, tal posicionamento constitui, nas palavras de Showalter (1994, p. 50), “um jogo de abstração”, pois, na realidade, nenhuma escrita, crítica ou publicação é “totalmente independente das pressões econômicas e políticas da sociedade dominada pelos homens.” (SHOWALTER, 1994, p. 50). Desse modo, a escrita das mulheres caracteriza-se como “um ‘discurso de duas vozes’ que personifica sempre as heranças social, literária e cultural tanto do silenciado quanto do dominante.” (SHOWALTER, 1994, p. 50).

Vista dessa forma, a narração confessional de Sílvia, “não está, então, dentro e fora da tradição masculina; ela está dentro de duas tradições simultaneamente, ‘subjacentes ao fluxo principal’, segundo a metáfora de Ellen Moer.” (SHOWALTER, 1994, p. 50). Logo, duas forças, duas tradições interdependentes atuam na tessitura textual do diário, urdindo as confissões essencialmente íntimas (voz do sujeito feminino silenciado) aos discursos oficiais (voz do sujeito dominante). Um excerto datado de 15 de outubro de 1941 permite-nos ilustrar esse ponto: “O respeito humano, a minha timidez, e principalmente esse sentimento de obediente inferioridade que sempre senti diante da ‘gente grande’ do Sobrado, de mistura com gratidão e afeto – tudo isso fez que eu ficasse muda e paralisada...” (VERISSIMO, 2005a, p. 14). Aqui, evidencia-se tanto um ser que confessa livremente sua timidez e seu respeito, quanto outro que se vê como inferior diante da imponente “gente grande” que habita o Sobrado, notadamente, seu padrinho, Dr. Rodrigo, seu marido, Jango, e sua dinda, Maria Valéria. Portanto, diante dessas constatações, podemos afirmar que Sílvia se constitui como produtora de seus próprios enunciados, valendo-se, ao lado da materialidade da escrita e da estrutura polifônica de seu diário, de uma importante ferramenta: a linguagem. Por meio dela, conquista posição enquanto sujeito de fala e de pensamento.

## 2 O diário de Sílvia enquanto configuração da escrita de si

Refletir sobre o estatuto do diário como forma de escrita do eu implica levar em consideração como elemento de base o fato de que falar ou escrever acerca de si, como registrou Michel Foucault (1988), é um dispositivo crucial da modernidade, uma necessidade cultural, já que a verdade é sempre e prioritariamente esperada do sujeito, estando subordinada à sinceridade deste. O escrito autobiográfico implica, assim, uma cultura na qual “o indivíduo (seja qual for sua relevância social) situe sua vida ou seu destino acima da comunidade a que ele pertence, na qual ele conceba sua vida não como uma confirmação das regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada”, defende Contardo Calligaris (1998, p. 46). Aventura para ser inventada que Sílvia pretende colocar em prática, na medida em que explicita a “utilidade deste jornal”, em 28 de setembro de 1941: “Ele me pode ajudar muito na exploração desses poços insondáveis que temos dentro de nós, e que tanto nos assustam por serem escuros e parecerem tão fundos.” (VERISSIMO, 2005a, p. 9-10).

Nesse sentido, a proficuidade do diário mantido por Sílvia pode ser atestada por meio de alguns benefícios inerentes a essa modalidade de escrita do eu, conforme sistematizados por Lejeune (2008). Vejamos a operacionalidade de dois deles: “desabafar” e “conhecer-se”. De acordo com o autor, “o papel é um amigo. Tomando-o como confidente, livramo-nos de emoções sem constranger os outros. Decepções, raiva, melancolia, dúvidas, mas também esperanças e alegrias [...]” (LEJEUNE, 2008, p. 262). A manifestação de tais sentimentos pode ser feita sem maiores problemas, tendo em vista que o papel permite expressá-las com toda a liberdade possível. Já na primeira entrada do diário a narradora escreve: “É por isso que vou desabafar neste livro. É mais decente lamber as próprias feridas na solidão, a portas fechadas. Mas o certo mesmo é curá-las.” (VERISSIMO, 2005a, p. 8). E, a 15 de outubro de 1941, Sílvia recorda a noite na qual contraiu matrimônio com Jango, situação que possibilita a jovem um desabafo. Veja-se: “[...] na hora em que os convidados começaram a chegar para a festa, senti de repente uma espécie de pânico. Fiquei de mãos trêmulas e geladas. Floriano havia chegado do Rio no dia anterior, mas eu ainda não o tinha visto.” (VERISSIMO, 2005a, p. 13). A confissão revela o conflito de emoções que caracteriza esse momento da vida de Sílvia: está se casando com Jango, mas ama, em segredo, Floriano, irmão de seu futuro esposo. Tal declaração não poderia ser confidenciada a outros interlocutores, fato que comprova a importância do diário como meio privilegiado para a expressão dos sentimentos mais recônditos da protagonista. O diário age, assim, como “um espaço onde o eu escapa momentaneamente à pressão social, se refugia protegido em uma bolha onde pode se abrir sem risco, antes de voltar, mais leve, ao

mundo real”, e contribui, ainda, de forma modesta, “para a paz social e o equilíbrio individual”, arremata Lejeune (2008, p. 262).

O diário possibilita, ainda, à Sílvia “conhecer-se” a si mesma, constituindo-se como um “espaço de análise, de questionamento, um laboratório de introspecção.” (LEJEUNE, 2008, p. 263). Desse modo, contradições, erros, circunstâncias que abalam as certezas, enfim, o próprio caráter em devir da personalidade são colocados sob a égide da auto-análise. Ainda na noite de seu casamento, à meia-noite, no centro do estrado, no quintal do Sobrado, Sílvia finalmente encontra Floriano, o qual a abraça e a beija, murmurando “Minha querida... minha querida...” (VERISSIMO, 2005a, p. 14), circunstância que confirma a expectativa da moça de que seu cunhado, indubitavelmente, a amava. Observe-se: “O que eu devia ter feito naquele instante era agarrar-lhe o braço e gritar: ‘Eu te amo também! Vamos embora daqui, já, já!... antes que seja tarde demais!’.” (VERISSIMO, 2005a, p. 14). Todavia, o sentimento de inferioridade que possui diante da “gente grande” do Sobrado impede que ela vá adiante com seu propósito de se declarar abertamente a Floriano: “Sou ainda a filha da pobre modista, a menina de olhos assustados que nunca ousou contrariar o senhor do Sobrado.” (VERISSIMO, 2005a, p. 14). Percebe-se, assim, que o almejado estado de felicidade sonhado por Sílvia não chega a se concretizar. O que permanece, no entanto, como positivo é o fato de Sílvia examinar seus desejos e suas próprias convicções, numa espécie de “viagem de exploração” (LEJEUNE, 2008, p. 263) em direção ao seu ser interior.

Ao lado do registro de suas vivências nas páginas do diário, Sílvia decide apresentar um motivo que justifique as confissões a serem feitas. Segundo Calligaris (1998, p. 43), “diários íntimos e autobiografias são escritos por motivos variados: respondem a necessidades de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam”. Em 28 de setembro de 1941, lemos: “Preciso ter uma conversa muito sincera comigo mesma. Botar as cartas na mesa. Olhar de frente umas certas situações que me inquietam.” (VERISSIMO, 2005a, p. 9). Assim, a razão principal que leva a jovem a iniciar um diário é a realização de uma “necropsia” de seu casamento com Jango, empreendimento movido por um questionamento e uma tentativa de resposta. Veja-se: “Qual foi a sua *causa mortis*? Atribuir toda a culpa do fracasso a mim mesma seria dar uma explicação fácil demais ao caso. Eximir-me de qualquer responsabilidade seria injusto, insincero.” (VERISSIMO, 2005a, p. 12). Areladas a essa motivação inicial estão duas outras causas: “[...] pergunto a mim mesma se Floriano não terá sido o *motivo* deste jornal. Sim, foi, mas não o único. Nem mesmo o principal, apesar da grande importância afetiva que ele tem na minha vida. Surgiu um novo ‘possível amor’ no meu horizonte

espiritual: Deus.” (VERISSIMO, 2005a, p. 9). Corolário da explicitação das razões que levaram Sílvia a redigir seu diário é a sinceridade evidenciada em seu discurso, o qual, por seu turno, expressa a função inerente a esse gênero autobiográfico. No sexto dia do mês de outubro de 1941, ela declara: “Um diário não é apenas um escrínio onde a gente guarda as raras jóias que a vida nos dá. É também uma lata de lixo onde despejamos a cinza de nosso tédio, o cisco de nossas tristezas, a aguada bile de nossos odiosinhos e birras de cada dia.” (VERISSIMO, 2005a, p. 11-12). A concretização de tal princípio se efetiva justamente pelo fato de tanto a autobiografia quanto o diário suporem, por definição, “que a sinceridade do autor conte mais do que a veracidade dos fatos.” (CALLIGARIS, 1998, p. 47).

Exigência igualmente importante para a escrita de um diário é “o pacto que ele assina” com o tempo cronológico, mais especificamente, com o “calendário”, conforme sustenta o romancista e crítico francês Maurice Blanchot (2005). Segundo o autor, “o calendário é seu demônio, o inspirador, o compositor, o provocador e o vigilante.” (BLANCHOT, 2005, p. 270). Ele constitui, assim, uma espécie de moldura que abarca os eventos relatados por Sílvia em cada entrada de seu texto. Ao colocar-se “momentaneamente sob a proteção dos dias comuns” e ao enraizar suas experiências “no cotidiano e na perspectiva que o cotidiano delimita” (BLANCHOT, 2005, p. 270), a narradora dá sentido às ações por ela protagonizadas em momentos precedentes à composição do diário. Disso decorre que “o interesse do diário é sua insignificância. Essa é sua inclinação, sua lei. Escrever cada dia, sob a garantia desse dia e para lembrá-lo a si mesmo, é uma maneira cômoda de escapar ao silêncio [...]” (BLANCHOT, 2005, p. 273). A narrativa diarística funciona, assim, como um verdadeiro mosaico de memórias, as quais procedem, muitas vezes, de eventos oriundos do acaso, de simples observações de ocorrências do cotidiano, como, por exemplo, a chuva ininterrupta que cai sobre Santa Fé. Observe-se o trecho que abre a narrativa de Sílvia, transcorrido a 24 de setembro de 1941: “Chove sem parar faz três dias. Devagarinho, miudinho, como para azucrinar os que gostam de sol, como eu. Um céu baixo cor de ratão oprime a cidade. E aqui estou, tristinha, arrepiada de frio, como um passarinho molhado empoleirado num fio de telefone.” (VERISSIMO, 2005a, p. 7). Situação aparentemente banal que a leva a uma “importante descoberta”: “No inferno o castigo não é o fogo eterno, mas a eterna umidade, o que é muito mais terrível. Neste quinto dia [29 de setembro de 1941] de chuva ininterrupta, sinto que cogumelos me brotam no cérebro. Um bolor esverdeado me forra a alma. Sou um vegetal.” (VERISSIMO, 2005a, p. 10).

Um diário pode, ainda, segundo o ponto de vista de Blanchot (2005), desempenhar a função de “uma empresa de salvação”, ou seja, “escreve-se

para salvar a escrita, para salvar sua vida pela escrita, para salvar seu pequeno eu [...] ou para salvar seu grande eu, [...] para não se perder na pobreza dos dias [...]” (BLANCHOT, 2005, p. 274). Ao final da empreitada, especificamente no penúltimo dia registrado – 26 de setembro de 1943 –, Sílvia manifesta essa sensação de liberdade referida pelo romancista francês, a qual é obtida pela escritura do jornal íntimo. Veja-se um fragmento:

Passei dois meses sem abrir este diário. Algo de muito importante se passou comigo durante estes últimos tempos. A “campanha interior” terminou com a minha capitulação. Fui conquistada pelos exércitos de Deus. É possível que na minha hinterlândia os soldados do diabo ainda continuem na sua atividade de guerrilhas. Mas o importante é que sou uma terra ocupada por Deus. [...] Acho que posso agora enfrentar com mais coragem as minhas dificuldades e resolver melhor meus problemas. Já não tenho mais receio das minhas noites nem acho longos nem vazios os meus dias... Por que não contei nada disso a Floriano nas minhas cartas? Não sei, um estranho pudor ainda me tolhe. Qualquer dia... (VERISSIMO, 2005a, p. 88)

Ainda que se sinta culpada pelo fato de não ter contado absolutamente nada acerca de sua salvação espiritual a Floriano, é possível argumentar que, para esta etapa da vida de Sílvia, basta como libertadora e apaziguadora a própria imagem de purificação divina. A 4 de dezembro de 1943, lemos: “Entardecer no Angico. [...] Tenho a impressão de estar suspensa no ar... E de que alguma coisa vai acontecer. Cerro os olhos e fico esperando o recado de Deus.” (VERISSIMO, 2005a, p. 88-89). O exercício conduzido pela narradora manifesta-se, portanto, como uma espécie de autoengendramento, isto é, o ser individual e social Sílvia transforma-se em palavras e frases, constituindo, segundo Lejeune (2008, p. 264), um “corpo simbólico que, ao contrário do corpo real, sobreviverá”, na esperança de deixar um vestígio daquilo que realizou durante sua existência.

### 3 Recordações do passado nas páginas do diário de Sílvia

Tão importante quanto a caracterização do diário de Sílvia como uma narrativa pertencente às escritas do eu é o fato desse gênero textual permitir ao indivíduo a revisão de eventos passados de sua trajetória de vida, pois, como assevera Arfuch (2010, p. 144), “o diário [pode] substituir, com vantagem, a autobiografia, [consignando] os fatos memoráveis e [avançando] mais um passo em direção ao íntimo talvez menos ‘biográfico’ – a angústia, o medo, o erotismo.” A viabilidade de tal operação se dá

no momento em que o texto diarístico possibilita uma “mínima separação nele existente entre o vivido e o seu registro pela escrita.” (MIRANDA, 2009, p. 34). Ainda segundo o crítico brasileiro, “há uma possibilidade maior de exatidão, de precisão e fidelidade à experiência real do diário, [...] o que é mais difícil de ser atingido pela autobiografia, em razão do caráter seletivo da memória, que modifica, filtra e hierarquiza a lembrança.” (MIRANDA, 2009, p. 34). Portanto, não é em termos de medida de ficcionalidade que o diário e a autobiografia se distinguem, mas precisamente pelo tratamento que dão à perspectiva de retrospectção.

Cabe, assim, à própria instância que narra selecionar, dispor e analisar criticamente os episódios considerados dignos de serem trazidos ao olhar do presente. A 1º de junho de 1942, consta a seguinte passagem: “Aqui estou de novo a remexer no passado, a pensar num assunto [sua infância pobre e a relação com Elisa, sua mãe] que me tem preocupado muito nestes últimos cinco anos.” (VERISSIMO, 2005a, p. 45). Ao estabelecer conexões entre tempo pretérito e tempo presente, Sílvia cumpre uma das funções do discurso memorialístico: atualiza o passado no presente, retomando-o, recriando-o, reatualizando-o, enfim, dando novos sentidos a ele. Tal processo, na filosofia de Henri Bergson (2006), constituiria o que o autor chama de “duração”, isto é, uma espécie de cumplicidade que se estabelece entre as duas temporalidades aqui consideradas. Na verdade, o passado “nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância esta aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo de fora.” (BERGSON, 2006, p. 47).

Não basta, em última instância, apenas incorporar o passado em tal exercício, mas, ao mesmo tempo, agir sobre o presente. E sobre o futuro também, já que o balanço efetuado hoje auxilia na preparação para agir amanhã. A observação, em 30 de março de 1943, do trabalho realizado pelo chofer Bento e o fato de ele apresentar-se como “um tipo de herói cuja presença e valor ninguém nota, porque ele atomizou, fragmentou em pequenos gestos e atos cotidianos através de toda a sua vida” (VERISSIMO, 2005a, p. 67) e de ter sido sempre para Sílvia “parte dos móveis e utensílios do Sobrado e do Angico” (VERISSIMO, 2005a, p. 67), conduz a narradora a uma séria revisão de valores e a uma tomada de posição diante dos problemas sociais que vem assolando Santa Fé e, conseqüentemente, o Brasil. Dois dias depois, anota:

Releio o que escrevi anteontem sobre o Bento. Aceitamos as pessoas e as situações porque elas *estão aí*. Por puro hábito. [...] Às vezes me ponho a pensar nessa situação e chego à

conclusão de que sou uma pessoa inútil e covarde. Tenho tentado fazer alguma coisa, no meu âmbito familiar. Mantenho no Angico uma escolinha para filhas e filhos de peões, agregados, posteiros não só de nossos campos como também das estâncias vizinhas. [...] Nas horas de aula, sinto-me feliz, tenho a sensação de estar fazendo alguma coisa decente, humana no melhor sentido. Mas isso é tão pouco! Penso em iniciar na cidade algum movimento com o fim de melhorar a vida de nossos marginais, mas as esposas dos nossos comerciantes e estancieiros acabam transformando tudo em “festas de caridade”, oportunidades para exibirem seus vestidos e terem seus nomes nos jornais. [...] Não é com *caridade* que se vai conseguir melhorar a vida dessa pobre gente, mas com uma reforma social de base. (VERISSIMO, 2005a, p. 67-69)

Desse modo, um episódio do passado evocado por meio de uma cena corriqueira – o motorista de ventarola na mão avivando as brasas do aparelho de gasogênio do Chevrolet – tem efeito tanto imediato quanto posterior sobre o horizonte ideológico da jovem Sílvia. Trata-se de um constante diálogo que passado, presente e futuro estabelecem entre si ou, como diria Beatriz Sarlo (2007, p. 12), “fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro.” Cada momento vivido é conclusivo e, ao mesmo tempo, inicial de uma nova vida.

Consideraremos, neste momento, a proposta de Miranda (2009, p. 120), que compreende a atividade memorialista como “operadora da diferença”, o que significa dizer que o ato de rememorar constitui-se como descoberta, desconstrução e até mesmo desterritorialização, culminando em uma empreitada produtiva que liga as imagens do presente à experiência do passado. Trata-se, portanto, de uma repetição em demanda da diferença, na qual lembranças de outrora são trazidos ao presente não como realmente aconteceram, mas filtrados pela lente seletiva e fragmentada da memória, a qual se subordina aos objetivos atuais. Na quarta entrada do ano de 1942, dia 08 de março, Sílvia realiza “uma sondagem no tempo” (VERISSIMO, 2005a, p. 39), debruçando-se nas bordas de seu poço de sentimentos e desejos mais secretos. A morte de uma das filhas de Rodrigo Cambará, Alicinha, desperta sentimentos contraditórios na narradora, o que a leva a um exame de consciência. Observemos um trecho:

Quando Alicinha morreu, chorei a perda da amiga. Mas no momento mesmo em que derramava as minhas lágrimas sinceramente sentidas, dentro de mim uma voz diabólica me segredava: “Agora vais ser a filha predileta do teu

padrinho. E ficarás com todos os brinquedos e roupas da Alicinha”. Esses pensamentos, que aparentemente aceitei sem remorso no momento em que me vieram à mente, me fazem mal *hoje*. Lembro-me de algo ainda mais terrível. Se eu invejava Alicinha, não era apenas por ela ser filha de Rodrigo Cambará, morar no Sobrado e ter todos aqueles vestidos bonitos e a boneca grande que falava. A menina Sílvia invejava também a beleza de sua amiga, que toda a gente elogiava. E quando a viu no seu esquite, lívida, esquelética, horrenda, não pôde evitar este pensamento: “Agora sou mais bonita que ela”. (VERISSIMO, 2005a, p. 39)

Na época em que tal acontecimento ocorreu, a “menina Sílvia” os compreendeu puramente sob um ponto de vista pessoal e de curto prazo, sem levar em conta as consequências que a morte de uma pessoa tão próxima a ela poderia desempenhar em sua própria vida. É uma atitude egocêntrica, motivada pela condição miserável que caracteriza sua vida de então, ao lado de sua mãe, uma simples modista. Soma-se a isso a convivência direta com os habitantes do Sobrado, fato que aumentava o abismo social entre a jovem professora e seus ricos parentes. Instaura-se, aqui, o sentimento de ressentimento provocado por tal circunstância. De acordo com Ansart (2004), dois motivos podem originá-lo: a experiência da humilhação e a experiência do medo. No caso de Sílvia e do evento por ela lembrado, pode-se tratar do primeiro caso, conforme explicação dada pelo sociólogo francês: “A humilhação não provém apenas de uma inferioridade. Ela é experiência do amor-próprio ferido, experiência da negação de si e da auto-estima suscitando o desejo de vingança.” (ANSART, 2004, p. 22). Entretanto, no momento em que revisita esse triste episódio, Sílvia sente-se “mal” por ter pensado e agido da forma como o fez. Desse modo, o ato de recordar um momento doloroso de sua existência possibilita o descobrimento e a consequente desconstrução de um sentimento que ela não possui mais condições de aceitar, dado que agora, no tempo presente, possui distanciamento para se julgar e se conhecer melhor. Opera-se, nesse sentido, uma verdadeira reconstrução identitária, que reconfigura os sentimentos mais recônditos de nossa protagonista. “Todas essas lembranças me deixam perturbada. Se as menciono aqui não é por masoquismo, mas com a intenção de fazer exercícios de sinceridade... e de coragem” (VERISSIMO, 2005a, p. 40), conclui Sílvia.

Ao visitar o passado, o indivíduo narra a si mesmo, objetivando construir sua identidade, a fim de se instituir como sujeito diante do outro e almejar uma posição dentro de seu respectivo grupo social. Joël Candau (2014, p. 18) sintetiza tal processo dialético no momento em que assevera

ser a memória “a identidade em ação.” Se o conceito de memória é entendido como uma faculdade humana, a definição de identidade pode ser compreendida como um estado produzido socialmente, em uma constante relação dialógica com o outro. Desse modo, podemos falar em identidades, tendo em vista que os seres humanos, dependendo do campo social em que estiverem inseridos, possuirão não uma, mas distintas identidades. Assim como a memória, as identidades se inscrevem na ordem do discurso, da linguagem e, por isso, precisamos compreendê-las “como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”, argumenta Stuart Hall (2011, p. 109). Em seu diário, a 24 de setembro de 1941, a narradora reflete sobre sua(s) identidade(s), motivada pelo ato retrospectivo: “Agora sou a que escreve e depois serei a que lê. Qual! Tenho muitas Sílvias dentro de mim. Cada vez que eu reler essas páginas, serei outra. E cada uma dessas outras será diferente da que escreveu.” (VERISSIMO, 2005a, p. 7-8). E, mais adiante, a 1º de junho de 1942, recorda: “É preciso desmascarar a Sílvia angélica. A imagem que pintei de mim mesma quando adolescente não corresponde à verdade. Devemos ter a coragem de examinar de quando em quando a coleção de faces que não usamos em público.” (VERISSIMO, 2005a, p. 44). Logo, suas identidades devem ser compreendidas como “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para [ela].” (HALL, 2011, p. 112). E, ao mesmo tempo em que nos forma, a memória é também por nós modelada. Isso “resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apóiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa”, sintetiza Candau (2014, p. 16).

## CONCLUSÃO

Diários são íntimos, pessoais e episódicos. Logo, o relato diarístico empreendido por Sílvia permite que consideremos a posição de Sarlo (2007), para quem a pessoa narra a sua vida “para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada.” (SARLO, 2007, p. 19). A narração das memórias contribui, assim, para a constituição da protagonista enquanto sujeito e permite que assuma, para si mesma, suas identidades. Portanto, a decisão de realizar o balanço de parte de uma vida por meio de um diário ressalta a importância da escrita enquanto metáfora fundadora de nossa concepção de memória e de lembrança (ASSMANN, 2011).

Além de consolidar Sílvia como agente de sua narrativa confessional, de constituir-se enquanto espaço de escrita de si e de apresentar em

sua estrutura traços do discurso memorialista, *Do diário de Sílvia* evidencia a passagem de uma forma de memória autobiográfico-comunicativa para uma modalidade mais abrangente, a memória cultural (ASSMANN, 2008), na medida em que, ao integrar futuramente *O tempo e o vento*, possibilitará o enriquecimento da polifonia de vozes presente nas páginas de um dos maiores romances que o escritor cruz-altense Erico Verissimo já produziu em sua prestigiosa carreira literária.

## REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNIG, Ansgar (Eds.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008. p. 109-118.
- BERGSON, Henri. *Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BLANCHOT, Maurice. O diário íntimo e a narrativa. In: \_\_\_\_\_. *O livro por vir*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 270-278.
- BOOTH, Wayne. *A retórica da ficção*. Tradução de Maria Teresa H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 43-58, 1998.
- CALVINO, Italo. *Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. Tradução de Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CANAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução

- de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *O que é um autor?* Tradução de Antonio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992. p. 129-160.
- GOTLIB, Nádya Batella. Prefácio. In: MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 13-15.
- GUSDORF, Georges. *Lignes de vie 1: Les écritures du moi*. Paris: Odile Jacob, 1991.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 103-133.
- HARTMAN, Geoffrey. Virginia's web. In: \_\_\_\_\_. *Beyond formalism: literary essays (1958-1970)*. New Haven and London: Yale University Press; Montreal: McGill-Queen's University Press, 1970. p. 71-84.
- \_\_\_\_\_. *Criticism in the wilderness: the study of literature today*. New Haven and London: Yale University Press, 2007.
- HERVOT, Brigitte Monique. Georges Gusdorf e a autobiografia. *Lettres Françaises*, v. 1, n. 14, p. 95-110, 2013.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2. p. 955-985.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: volume II*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa: volume III*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In:

- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 23-57.
- SOUZA, Luana Soares de. Do diário da(s) Sílvia(s): entre o ser e o desejar. In: ALVES, José Edil de Lima (Org.). *Erico Verissimo: provinciano e universal*. Canoas: Ed. ULBRA, 2006. p. 119-135.
- VERISSIMO, Erico. *Do diário de Sílvia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Solo de clarineta: memórias*. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b. v. 1.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

Recebido em 15/05/2017

Aprovado em 06/07/2017

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PELotas:  
O ARQUIVO PESSOAL DE MÁRIO OSORIO MAGALHÃES

*WORK EXPERIENCES AT THE PELotas HISTORICAL  
AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE:  
MARIO OSORIO MAGALHÃES' PERSONAL COLLECTION*

Chéli Nunes Meira<sup>1</sup>  
Liana Fagundes Echart<sup>2</sup>  
Ana Paula Barcelos<sup>3</sup>  
Maria Roselaine da Cunha Santos<sup>4</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem o objetivo de divulgar o acervo do professor, historiador e poeta Mario Osorio Magalhães, bem como a instituição de salvaguarda documental em que se encontra. Este material foi doado, após a sua morte, ao Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, sendo composto por diversos documentos acumulados ao longo da vida pessoal e profissional de Magalhães, que é referência nos estudos acerca de Pelotas. No geral, os fundos arquivísticos disponíveis na instituição são de caráter privado, ou seja, podem ser definidos como “arquivos pessoais” e é nessa perspectiva que o arquivo de Magalhães será abordado aqui. Além disso, o texto apresenta a metodologia aplicada na organização do fundo arquivístico, que

---

1 Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPEL), na linha de pesquisa de História da Educação, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior - CAPES. Graduada em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPEL). Possui como principais áreas de interesses, investigações sobre as relações entre História e Memória, História da Educação, Ensino de História, História da Loucura e o conceito de Identidade.

2 Mestranda em Culturas Políticas e Sociabilidades pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora colaboradora no projeto de pesquisa “A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX”. Foi estagiária do IHGPEL no projeto “Atas da Câmara Municipal” e auxiliou na organização do fundo arquivístico professor Mario Osorio Magalhães.

3 Graduanda Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas, estagiária do IHGPEL, transcritora e revisora no projeto “Atas da Câmara Municipal volume IV”, auxiliar na organização do fundo arquivístico professor Mario Osorio Magalhães.

4 Especialista em Geografia do Brasil pela Universidade Federal de Pelotas, graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas. Exerceu a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas no período de 2010 a 2014. Atualmente é a 1ª secretária do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e coordena o projeto Atas da Câmara Municipal de Pelotas. Possui como principais interesses as investigações sobre imigração e ocupação territorial do Sul do Brasil e neste espaço o culto ao Divino Espírito Santo.

respeita as normas da gestão documental, e demonstrando nossas experiências no trato deste material.

**Palavras-chave:** História de Pelotas. IHGPEL. Mario Osorio Magalhães.

### ABSTRACT

*This paper aims to publicize the personal collection of professor, historian and poet Mario Osorio Magalhães, as well as that of the Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas - IHGPEL (Pelotas Historical and Geographical Institute), an institution holding documentary protection status. The collection was donated to IHGPEL after his passing, and consists of several documents gathered along Professor Magalhães' personal and professional life, being a reference source for studies on the city of Pelotas. Overall, the archival collections available at the institution have come from private sources, that is, they can be defined as "personal collections" and it is in this light that professor Magalhães' archive will be focused by this study. In addition, the text discusses the methodology applied in documental fund organization, which meets document management standards, as a consequence of the experiences of this institution in handling this kind of material.*

**Keywords:** History of Pelotas. IHGPEL. Mario Osorio Magalhães.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é divulgar tanto a documentação de Mario Osorio Magalhães quanto o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas – IHGPEL, instituição de caráter privado que busca atender aos pesquisadores e comunidade em geral na preservação da história da cidade de Pelotas e região.

Professor, historiador e poeta, Mario Osorio Magalhães dedicou sua vida ao estudo da história de Pelotas. Com grande produção bibliográfica – livros, colunas, ensaios, dentre outros –, Magalhães é referência obrigatória para o estudo da “Princesa do Sul”; sua morte deixou uma lacuna irreparável.

Neste artigo apresentaremos seu acervo documental – especialmente suas publicações em jornais – doado ao IHGPEL. Para tanto, nossa abordagem apresenta três partes, iniciando com um breve histórico da cidade de Pelotas, para em seguida destacarmos o lugar de salvaguarda onde se encontra o arquivo pessoal de Magalhães e, finalmente, o seu fundo arquivístico.

#### 1 Pelotas, memórias e histórias

Antes de começarmos a falar sobre a significativa e diversificada produção do multifacetado Mario Osorio Magalhães, de seu legado bibliográfico e do seu acervo, faz-se necessário apresentarmos, mesmo que bre-

vemente, um histórico da formação e constituição do município de Pelotas, cidade que, em seus 204 anos, acumula inúmeras histórias.

Maior município do extremo sul do Rio Grande do Sul, Pelotas, a cidade natal de Magalhães, tem origem com os primeiros desbravadores oriundos da Vila do Rio Grande. Essa região, a mais meridional do sul do Brasil, foi motivo de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola.

Silva Paes é um nome recorrente dessa história, pois coube a ele a construção do presídio/fortificação Jesus Maria José, que tinha por principal finalidade encravar a presença portuguesa no então nascente Rio Grande de São Pedro. Cunha (apud. MOREIRA, 1988, p.1) enfatiza que “Das gentes trazidas por Silva Paes e as que lhe seguiram, os que se atiram para o oeste, em busca de terras férteis, deram origem ao primeiro núcleo do nosso município”.

Com o reestabelecimento da paz, um número cada vez maior de aventureiros se achegava em busca desses novos territórios. Thomaz Luíz Osório, tenente coronel de Dragões recebe do governador do Rio de Janeiro e das Províncias do Sul, Gomes Freire de Andrade, em carta de sesmaria, extensa gleba de terra próxima ao presídio Jesus Maria José assinalado em mapa como Rincão das Pilotas.

Entre os anos de 1758-1760, Thomaz Luíz Osório, recuperando-se de ferimento de guerra, estabeleceu-se à margem da Lagoa dos Patos, entre a vila de Rio do Grande e a futura cidade de Pelotas, e iniciou a construção de uma casa. Essa edificação encontra-se até hoje em pé, testemunha viva dos fatos históricos que marcaram a região (NASCIMENTO, 1989).

O Major Ângelo Pires Moreira, militar de carreira, apaixonado pela história de Pelotas e do Rio Grande do Sul, e também um dos fundadores e primeiro Presidente do IHGPEL, nos contempla com uma possível visão desses precursores de nossa história em seu livro *Pelotas na Tarca do Tempo* (1988), quando esses resolveram se aventurar nessa busca:

Fizeram o reconhecimento das suas sinuosidades, obras e recantos; deparam com costas e ilhas desertas em que, a favor de ocasião, posseiros se foram fixando; teriam assim alcançado a foz do sangradouro da Mirim e, com pequeno esforço mais, aportado à enseada do Laranjal (MOREIRA, 1988, p. 3).

Dentre os principais estudiosos da história do município de Pelotas, podemos citar Alberto Coelho da Cunha, um dos primeiros cronistas locais, além de João Simões Lopes Neto, Fernando Osório, Heloísa Assumpção do Nascimento, Ângelo Pires Moreira, Mario Osorio Magalhães e Edu-

ardo Arriada.

As lendas são partes fundamentais da constituição de um povo e de sua identidade, e em Pelotas isso não poderia ser diferente. A religiosidade portuguesa, sempre presente desde os primórdios da cidade, oferece algumas dessas lendas ligadas ao Santo Padroeiro da cidade, São Francisco de Paula. Antônio Gomes de Carvalho, o então alcunhado *colônia*, após a invasão e arrasamento da Colônia de Sacramento pelos espanhóis, pôs-se em fuga, carregando consigo a imagem do santo de sua adoração.

Depois de um exaustivo trajeto, chega a então vila de São Pedro do Sul, posteriormente mudando-se para Mostardas, “consigo conduzindo a sagrada relíquia, objeto de seu culto e devoção”. (MOREIRA, 1988. p.10). A imagem de São Francisco de Paula foi abrigada no oratório particular de Antônio Gomes de Carvalho até 1813, quando foi então requisitada pelo padre Felício para ser colocada na capela, futura Igreja Matriz da cidade.

Já na primeira metade do século XIX, Pelotas experimentou grande ascensão econômica proporcionada pela indústria saladeril, produto exportado para diversas regiões do país e do mundo. Pelotas cresceu lado a lado com o trabalho servil, chegando a números significativos de população cativa, superando a de homens livres em alguns momentos. O recenseamento de 1814 aponta uma população de 2.419 habitantes, 1.225 dos quais eram escravos. É Alberto Coelho da Cunha que nos fala: “Sobre os ombros [sic] da raça negra, paciente<sup>5</sup> e sofredora, começaram a se erguer as fortunas de vulto da localidade. E sobre ellas [sic] vieram a descançar [sic] as bases fundamentais da freguezia [sic] em fundação” (CUNHA, apud. ARRIADA, 1994, p. 73).

Com a riqueza oriunda das charqueadas, os grandes senhores de terras puderam investir e diversificar seus negócios. O grande desenvolvimento econômico, cultural e urbano proporcionado pelo charque não escapou ao olhar dos visitantes estrangeiros, muitos dos quais foram patrocinados por Dom João VI em missões artísticas e científicas pelo Brasil, como John Luccock em sua passagem por Pelotas na primeira década do século XIX, mais precisamente no ano de 1809, que narra:

Planície do São Gonçalo, que pouco após atravessamos, é um trecho plano de terras de pastagem, medindo cerca de vinte milhas de comprimento por sete de largura, geralmente prejudicada por uma atmosfera quente, nevoenta e opressiva. O rio que dá seu nome e essas planícies forma a comu-

5 Visão tradicional da historiografia rio-grandense que começa a ser desmistificada a partir da década de 1960.

nicação entre as lagoas Mirim e dos Patos, desaguando no Porto de Rio Grande. É quase tão largo como o Tâmisia em Londres e, no Passo dos Negros<sup>6</sup>, apresenta aparência que secunda a opinião pública de que sua fundura atinge vinte e quatro braças (LUCCOCK apud MAGALHÃES, 2000, p. 9).

Em posição de destaque, muitos viajantes se perguntavam por que Pelotas não era a capital da província: “Por todas as vantagens que esta cidade possui sobre Porto Alegre, se me figura ser para lamentar que não seja ela a capital da Província” (CONDE D’EU apud MAGALHÃES, 1993, p.15). Seu maior entrave certamente foi não ter um porto adequado para o escoamento de suas mercadorias e produção; assim, a cidade necessitava do Porto de Rio Grande para suas transações, questão que incomodava os grandes senhores do charque.

Um lugar com tantas histórias e personagens merece que suas memórias sejam guardadas, cuidadas e propagadas, pois disso depende a conscientização, valorização e defesa do patrimônio material e imaterial das futuras gerações, uma das maiores preocupações de Mario Osorio Magalhães.

## **2 Um lugar de memória: o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas**

Pelotas, caracterizada pela mistura étnica, é reconhecida por sua história e seu patrimônio edificado, o qual é considerado patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. O fato de não haver um arquivo público na cidade é deveras curioso.

A ausência de um arquivo público municipal indica um certo descaso da prefeitura em preservar a documentação em nível municipal e em permitir o acesso a informações relevantes, que contribuiriam não somente para a pesquisa histórica, mas também para o processo de transparência nos gastos públicos (MEIRA, 2015, p.53-54).

O pretendido arquivo é uma reivindicação presente, pois neste sentido a implementação do mesmo viria a reorganizar elementos e institucionalizar dados para benefício da coletividade. A Bibliotheca Publica Pelotense e o IHGPEL são duas entidades que disponibilizam e salvaguardam documentos que preservam a história e memória de Pelotas.

O IHGPEL no ano 1987 elaborou e encaminhou à Câmara Municipal

---

6 Local de grande circulação de mercadorias e escravos.

de Pelotas o projeto de criação e estruturação do Arquivo Histórico e Municipal de Pelotas com a sigla de AHIMPEL, sendo aprovado por unanimidade em plenário. Sob o número 691/87 apresentado na Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Pelotas como anexo ao ofício 521 de 1987 que estabelece: “SMG – Informa que a criação de um Arquivo Municipal seria de grande importância a nossa comunidade, e foi solicitado para que sejam realizados estudos quanto a viabilidade de sua implantação no futuro” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 1987).

O projeto em 1994 ainda tramitava no poder executivo, quando a presidente em exercício do IHGPEL, Ivone Leda do Amaral encaminhou ao prefeito Municipal, Irajá Andara Rodrigues ofício solicitando uma definição com relação à criação do arquivo, visto que havia cumprido todas as solicitações inclusive, a elaboração do estatuto. Percebe-se através da documentação que a implantação do arquivo estagnou na forma como seria administrado e a que órgão estaria subordinado.

No ano de 2006 a então presidente Ivone Leda do Amaral afirma ser: “detentora do acervo objeto do projeto em pauta, venho por meio deste, declarar a concordância na realização do Projeto Criação e Estruturação do Arquivo Histórico Municipal de Pelotas” (AMARAL, 2006).

O IHGPEL é uma instituição de caráter particular e associativo, que desde seus primórdios busca prioritariamente a preservação da história de Pelotas e Zona Sul, mantendo intercâmbio com entidades culturais congêneres do Estado, do País e de países estrangeiros amparado em seu estatuto. Assim, existe uma permanente preocupação em recolher, divulgar e arquivar documentos e publicações, bem como apoiar pesquisas, trabalhos e publicações de seus associados.

O Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, conhecido pela sigla IHGPEL, fundado em 7 de julho de 1982, com sede na rua três de maio 1060, sala 402 e foro na cidade de Pelotas/RS, reconhecido como de utilidade pública Lei Municipal nº 3.144 de 26 de setembro de 1988, é uma entidade civil de fundo histórico, geográfico e genealógico, sem fins econômicos, com duração ilimitada, tem por finalidade a preservação da memória do município de Pelotas e dos municípios da Zona Sul. (ESTATUTO DO IHGPEL, 2007, p. 1) <sup>7</sup>.

O instituto projetou e realizou seminários, jornadas, palestras e encontros desde a sua fundação, além de ter participado de vários eventos

---

<sup>7</sup> A data de fundação do IHGPEL coincide com a data do aniversário da cidade de Pelotas, que ocorreu “após a realização do Seminário de Debates sobre Pontos Controvertidos da História da Cidade, em comemoração aos 170 anos de Pelotas” (MEIRA, 2015, p. 51).

nacionais e internacionais, assim como contribuído, sempre que solicitado, com atividades relacionadas à educação e à cultura. Os projetos desenvolvidos pela instituição atingem distintos segmentos culturais, como a parceria com a Caixa Econômica Federal que resultou no ano de 2010 na modernização do IHGPEL.

Da mesma forma, na Semana de Pelotas e na Semana do Patrimônio, a partir de escolha temática prévia, a instituição oferece na rede pública e privada de ensino aulas sobre história, geografia e folclore regional, extrapolando seu espaço físico. Assim, através das atividades promovidas pela instituição é possível perceber seu vínculo e diálogo com a comunidade pelotense.

A instituição desenvolve um papel relevante na preservação do patrimônio documental da cidade de Pelotas e da região sul do Rio Grande do Sul. De forma a divulgar a instituição e seu acervo, diversos eventos foram promovidos. Além disso, as fontes de pesquisa do IHGPEL serviram para a realização de pesquisas de não-sócios, demonstrando que a instituição está aberta à comunidade e tem a intenção de alcançar o maior número possível de pesquisadores (MEIRA, 2015, p. 99).

A história do IHGPEL constantemente se cruza com a história de Mario Osorio Magalhães, não só pela temática, isto é, os estudos sobre a cidade de Pelotas, mas também pelo projeto desenvolvido a partir de 2011.

Neste ano, na Câmara Municipal de Pelotas, a presidente em exercício Maria Roselaine da Cunha Santos propôs o projeto de publicação das Correspondências da Câmara Municipal de Pelotas; concomitantemente, o historiador Mario Osorio Magalhães tinha proposto projeto de publicação das Atas da Câmara Municipal. Os dois projetos seriam posteriormente unificados sob a coordenação de Magalhães e apoio institucional do IHGPEL<sup>8</sup>.

Atualmente, a instituição conta com quatro departamentos, a saber: biblioteca Dr. Paulo Duval; hemeroteca Ângelo Pires Moreira; genealogia Alda Maria de Moraes Jaccottet e arquivo histórico João José Planella.

A biblioteca Dr. Paulo Duval possui vasto acervo bibliográfico: i) História do Rio Grande do Sul, ii) História Militar, iii) Açores, iv) Imigração

---

8 O projeto encontra-se em andamento, com a coordenação da professora Maria Roselaine da Cunha Santos desde o ano de 2012, devido ao falecimento do professor Mario Osorio Magalhães. Os volumes são financiados pela Câmara Municipal de Pelotas, tendo a quarta edição sido lançada na Semana de Pelotas de 2016.

Alemã e Italiana, v) Escravidão, Abolição e Negros, vi) Indígenas e Missões, vii) Literatura Sul-rio-grandense, viii) Revoluções, ix) Viagens e Viajantes, x) Cidades do Rio Grande do Sul, xi) História de Pelotas, xii) Geografia, xiii) Educação, xiv) Costumes e Folclore, xv) Teorias da História, xvi) Religião, xvii) Ciências Sociais, xviii) Pensamento Sociológico, xix) Ciências Política, xx) Biografias, xxi) História Universal e xxii) História do Brasil.

Além disso, a instituição possui cerca de mil e quinhentos exemplares de revistas, dentre as quais citamos: i) Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ii) Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, iii) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, iv) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, v) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, vi) Revista del Instituto Histórico y Geografico del Uruguay, vii) Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, viii) Anais do Museu Imperial, ix) Anais do Museu Histórico Nacional, x) Anais dos Simpósios Nacionais de Estudos Missionários, xi) Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, xii) Cadernos Etcheverry, xiii) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, xiv) Pelotas Memória, xv) Revista Geográfica e Universal.

Diferentemente de outras instituições que preservam jornais completos, o IHGPEL, desde seus primórdios, teve o propósito de salvaguardar apenas recortes sobre temas mais pertinentes, levando em consideração as diretrizes do seu estatuto. Desta maneira, a hemeroteca Ângelo Pires Moreira é composta por subdivisões de assuntos pré-determinados, e os artigos selecionados são incluídos em pastas organizadas, as quais atualmente totalizam 350.

Consolidado ao longo de três décadas, o acervo histórico do IHGPEL “constituiu um importante acervo referente à história de Pelotas e do Rio Grande do Sul” (MEIRA, 2015, p. 100). Por outro lado, o arquivo histórico João José Planella do Instituto é composto por documentos doados, em vida, como é o caso do acervo Ângelo Pires Moreira, primeiro presidente da instituição, e do acervo Alda Maria de Moraes Jaccottet, contém um grande volume de materiais com dados genealógicos dos primeiros povoadores locais.

Esse arquivo é também composto por documentações doadas por familiares após a morte dos pesquisadores ou colecionadores, como é o caso do acervo documental do professor Mario Osorio Magalhães e dos livros sobre a história do Rio Grande do Sul e Pelotas, de Flavio Kremer. O arquivo histórico do IHGPEL possui ao todo, 10 fundos arquivísticos, a saber:

- I. Alexandre Cassiano do Nascimento, doado pela sua filha, Maria

- de Lourdes do Nascimento, no ano de 1990, composto de 7000 documentos;
- II. Manoel Lourenço do Nascimento, desmembrado do fundo I, de Alexandre Cassiano Nascimento, composto de 800 documentos;
  - III. Museu do Charque, doado por José Antonio Mazza Leite, no ano de 2011, composto de 500 documentos;
  - IV. Câmara Municipal de Pelotas, anteriormente parte do fundo do Major Ângelo Pires Moreira, composto por 2379 documentos;
  - V. José Anélio Saraiva, doado no ano de 2011, ainda em vida do autor, composto de 880 documentos;
  - VI. Liga Pelotense de Futebol, doado no ano de 1990, composto por 3.700 documentos;
  - VII. Professor Mario Osorio Magalhães, recebido em 2012, doado pela sra. Lia Mara Gazalle Magalhães após a morte de Mario Magalhães, composto de 10.000 documentos;
  - VIII. Alda Maria de Moraes Jaccottet, constituído exclusivamente de material genealógico, doado pela própria pesquisadora no ano de 2012, com 9.270 documentos.
  - IX. Major Ângelo Pires Moreira, doado por ele próprio para formar o arquivo histórico do IHGPEL, logo após sua fundação, assim como pequeno acervo documental, doado à instituição alguns anos após sua morte.
  - X. Ivone Tavares Assumpção Alves, doado pela própria. É composto, em sua maioria, por arquivos digitais, em fase de organização.

A documentação recebida pelo instituto é tratada de acordo com as normativas estabelecidas pela gestão documental que, na perspectiva arquivológica, é definida por “um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 41) e, por fim, a disponibilização para os usuários. No geral, os fundos arquivísticos disponíveis na instituição são de caráter privado, ou seja, podem ser definidos como “arquivos pessoais”<sup>9</sup>.

O IHGPEL, com o intuito de cumprir suas premissas básicas, tem realizado diversos eventos, convênios e parcerias as quais colaboram para o aperfeiçoamento, funcionamento e divulgação do seu material para um número cada vez maior de pesquisadores. Para tanto, também promove publicações em cadernos e revistas desenvolvidos pela instituição.

---

9 Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35).

Assim, o IHGPEL cumpre com todos os critérios preestabelecidos, especialmente no que se refere à disponibilização, uma vez que:

[...] a finalidade do arquivo é positiva, palpável e ética: possibilitar informação e testemunho de prova as instituições, a sociedade ou as pessoas que o solicitem. É permitir o acesso, com o instrumento documental, a memória/registo de direitos e obrigações, coletivas e pessoais. É permitir o acesso também a história: o arquivo e um espetáculo da vida dos homens, um dos registros de memória permanente e coletiva dos mais completos para sustentar, com eficácia, a trama jurídica (direitos e obrigações) do tecido social, por um lado, e para guardar a memória histórica, por outro. Sem estas finalidades sociais não teria sentido a acumulação e conservação de documentos em forma arquivística (TALLAFIGO apud BELLOTTO, 2002, p. 21-22).

Atualmente, o instituto se mantém com o apoio do Poder Público, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e de empresas do setor privado. O espaço físico é cedido pela Prefeitura; por sua vez, a UFPel e a Câmara Municipal de Pelotas auxiliam através da concessão de bolsas para a contratação de estagiários.

Utilizando conceitos como memória e história, Meira afirma que “o IHGPEL é um lugar de memória<sup>10</sup>, pois guarda e constrói uma memória específica da cidade de Pelotas, uma memória em certa medida oficial e escolhida pelos seus associados para ser guardada” (MEIRA, 2015, p. 24).

A história do IHGPEL está diretamente ligada à história de Magalhães, uma vez que preservar e divulgar a história de Pelotas estão entre os principais objetivos do instituto. Mario Osorio Magalhães foi um dos sócios fundadores do IHGPEL e um apaixonado pela história de Pelotas, tendo narrado sua cidade em poemas, livros, crônicas e artigos para jornais.

### 3 Mario Osorio Magalhães e seu acervo pessoal

Mario Osorio Magalhães nasceu em 24 de novembro de 1949, e desde cedo teve contato com as letras. Seu fascínio pela história de Pelotas provavelmente surgiu ainda na infância, por influência de seu avô materno, Fernando Luís Osorio, autor de *A Cidade de Pelotas* (1922), obra clássica que apresenta a gênese e construção do município desde os seus primórdios, até hoje obra referencial para pesquisadores. Podemos supor que os laços

---

10 Conceito discutido por Pierre Nora no artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, publicado em 1993.

de família, assim como o gosto pela história, tenham inspirado o jovem Mario a se dedicar à investigação histórica, trazendo a lume informações inéditas sobre a cidade.

Magalhães iniciou sua carreira literária escrevendo poemas; seu primeiro livro – *Pampeiro* – publicado em 1968, foi escrito em 1963 quando o autor tinha apenas 13 anos. Essa obra, apresentava 9 poemas, nos quais já era possível observar sua predileção pelos fatos pitorescos da “Princesa do Sul”. A seguir a reprodução de parte do poema intitulado “Pelotas”:

Formosa ribeirinha dêste [sic] São Gonçalo!  
Permite, Pelotas, que êste [sic] índio malo  
te cante um verso [...]  
Princesa do Sul! Fulgura em teu seio  
a mais pura nobreza, que foi o esteio  
da gleba gaúcha, plasmada na dor [...]  
Fôste [sic] berço de heróis! Formoso legado  
das gaúchas peleias, o braço encantado  
do puro atavismo, da alegria, da dor.  
Por isso eu te amo, altivo e honrado,  
quando ouço gemendo, beijando o passado,  
o bom São Gonçalo, sereno de amor...  
(MAGALHÃES, 1968, p.9).

Mário Osorio Magalhães<sup>11</sup> graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (1974), tendo assumido o cargo de professor na UFPel, no ano de 1975, onde se destacou como docente nas disciplinas de História do Rio Grande do Sul e História de Pelotas. Especializou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Belgrano (1978) em Buenos Aires, Argentina. Na Universidade Federal de Santa Catarina (1993), concluiu mestrado em História.

Esteve à frente do Instituto de Ciências Humanas da UFPel como diretor nos períodos de 1985 a 1989 e 1997 a 2001, e coordenou o Curso de Pós-Graduação em História do Brasil no ano de 2003. Retirou-se do serviço público no ano de 2010.

Sua dissertação de mestrado, intitulada *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*, abordou a história de Pelotas em seu apogeu econômico, tendo sido publicada no mesmo ano. Em sua vasta produção literária, a história é revivida através da imponência dos casarões e do resgate dos nomes das ruas com traçados retos e paralelepípedos, facilitando, assim, o entendi-

---

11 Ver: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4775112E4>

mento do cotidiano da cidade de então.

*História e tradições da cidade de Pelotas* (1979), atualmente em sua 6ª edição, apresenta diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e folclóricos locais que se estendem dos primórdios da povoação ao início do século XX.

*Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1883-1983)* (1983), como sugere o título, aborda a história da Faculdade de Agronomia, a mais antiga das instituições de ensino criadas em Pelotas, detendo o título de curso de Agronomia mais antigo do Rio Grande do Sul, e segundo Magalhães (1983), do Brasil. O prédio sede do referido curso, de estilo clássico, foi construído pela família Eliseu Maciel para homenagear Leopoldo Antunes Maciel, inicialmente projetado para abrigar uma escola primária, mas foi posteriormente destinado para a Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática (1883), que mais tarde passou a ser Fundação do Lyceu de Agronomia, Artes e ofícios (1887); a esses, foram se somando outros cursos e denominações, até a transferência da Faculdade de Agronomia para a Universidade Federal de Pelotas.

*Pelotas Século XIX* (1994) constitui-se em uma coletânea de artigos que circularam no jornal Diário Popular, onde Magalhães publicou suas crônicas por várias décadas. No ano de 2011, ele ministrou curso para a equipe de redação sobre a história de Pelotas na sede do referido jornal.

*Os Passeios da cidade Antiga: (Guia Histórico das Ruas de Pelotas)* (1994) apresenta dois formatos distintos, o do livro publicado em 1994 e outro do livro de bolso revisado e reeditado no ano 2000; nele, são encontrados os nomes antigos e atuais das principais ruas da cidade, com sua localização e significado, a partir do primeiro mapa da cidade elaborado pelo engenheiro Ernesto Eduardo Kretschmar. Para tal, sua principal fonte de pesquisa foram artigos publicados pelo pesquisador Alberto Coelho da Cunha no jornal *Diário Popular* entre os anos de 1938 e 1939.

Em *Pelotas agrícola e Pastoril* (1998), Magalhães conta a história da Associação Rural de Pelotas, a qual teve origem na Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul<sup>12</sup> e está diretamente ligada a Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática. Nessa obra, o autor retoma a história da Faculdade de Agronomia e a origem do desenvolvimento econômico da cidade de Pelotas.

*Pelotas: toda a prosa* apresenta-se em dois volumes, o primeiro compreendendo o período entre 1809 a 1871, publicado no ano 2000, e o segun-

---

12 Para saber mais: OTERO, Darcy Trilho; HADLER, Elmar Carlos (Org.). **Actas: a classe rural resgatando as raízes de sua história**. Pelotas: Editora Textos, 2008.

do o período entre 1874 a 1925 e publicado no ano de 2002, constituindo-se em magistral narrativa de fatos que marcaram o período de povoamento, urbanização e transição do modelo econômico da cidade. Para tal, Magalhães selecionou em jornais, revistas e outros impressos da época notícias de acontecimentos importantes, como a visita de D. Pedro II, Princesa Isabel e Conde D'Eu, além de incluir o preciosíssimo relato dos viajantes que passaram e retrataram a cidade que se formava.

Em homenagem aos 200 anos da cidade de Pelotas, o Professor Magalhães dedicou-se ao preparo da obra *Pelotas Princesa – livro comemorativo ao bicentenário da cidade* (2012). Entende-se que a história é feita a cada momento e Magalhães a retoma na busca por preencher lacunas e, concomitantemente, abordar novos temas sobre os quais durante muitos anos foi cobrado, como a riqueza da cidade, resultado da força de trabalho escravo.

Ainda no mesmo ano, publicou *Sob as bênçãos de São Francisco: história da casa da criança São Francisco de Paula* (2012), no qual trata da fundação e trajetória da casa que abriga crianças desde o ano de 1936, fundada pela Liga Feminina de Ação Católica de Pelotas. Atualmente a instituição atende durante o dia crianças de ambos os sexos, diferentemente da sua destinação inicial, quando funcionou como internato.

*História do Rio Grande do Sul (1626-1930)* (2002), livro de bolso, de fácil leitura, apresenta a visão do autor sobre os conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola e suas consequências para a história do Estado do Rio Grande do Sul.

Além de livros de sua autoria, Magalhães organizou outros trabalhos, dentre os quais *UFPEL: 30 anos - Edição comemorativa* (1999) e, em parceria com o IHGPEL, o livro *Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)* (2011), um projeto há muito idealizado com o intuito de divulgar o expediente do poder legislativo desde a sua constituição, coincidente com a elevação da freguesia de São Francisco de Paula à cidade de Pelotas.

No ano de 2012, diante das comemorações dos 200 anos da cidade de Pelotas, iniciando a produção do segundo volume do livro *Atas*, Mario Osorio Magalhães adoeceu gravemente, tendo falecido em 19 de setembro do mesmo ano. Após seu falecimento, sua esposa, Lia Mara Gazalle Magalhães, contactou a direção do IHGPEL com a intenção de oferecer ao instituto o acervo bibliográfico e documental do professor, o qual inclui livros, monografias, documentos pessoais, anotações e jornais, além de farto material utilizado em suas aulas e pesquisas.

Por falta de uma infraestrutura adequada, a biblioteca particular de Magalhães, com aproximadamente 2.400 livros, não pode ser aceita, pois a condição de doação era que os livros fossem agrupados em um espaço

único que tivesse a denominação Mario Osorio Magalhães. A diretoria da instituição entendeu que deveria se responsabilizar apenas pelo acervo documental. Recolhido pela presidente do IHGPEL em exercício, Maria Roselaine da Cunha Santos, a numerosa documentação foi selecionada, higienizada e identificada, somando aproximadamente 10.000 documentos. Concluída esta primeira etapa, iniciou-se uma seleção que definiu 21 séries, as quais foram catalogadas e digitalizadas, ficando disponível para pesquisas da comunidade acadêmica e em geral:

O fundo do Professor Mario Osorio Magalhães foi higienizado, catalogado e digitalizado. [...] Esse fundo foi apoiado na sua fase inicial de higienização e catalogação pelo jornal Diário Popular, que auxiliou na contratação de uma estagiária, assim como por um projeto da UFPEL, em parceria com o IHGPEL, no qual a Prof. Dr<sup>a</sup> Ana Klein disponibilizou duas estagiárias do Curso de História para trabalhar na organização de acervos (MEIRA, 2015, p. 104).

Após a organização, as séries ficaram assim divididas:

- I. Família Ribas (1 pasta), incluindo material de pesquisa e cópias de notícias referentes à família;
- II. Imagens (2 pastas), incluindo documentos diversos, como fotografias de carruagens fúnebres e de Iolanda Pereira, Miss Brasil e Miss Universo no ano de 1930, além de fotografias antigas de Pelotas, entre outras;
- III. Notas e recibos (1 pasta), com documentos pessoais de Magalhães tais como recibos de gráficas, dos correios e telégrafos e pagamento de livros, dentre outros;
- IV. Sociedade Agrícola e Pastoril (2 pastas), com entrevistas e documentos da pesquisa para o livro homônimo (atual Associação Rural de Pelotas);
- V. Convites (1 pasta) incluindo documentos diversos, como convites para lançamento de livros, eventos de família, entidades literárias, dentre outros;
- VI. Documentos pessoais (1 pasta), com certificados, certidões, carteira de trabalho, contratos de trabalho, diplomas, dentre os quais o diploma de campeão do concurso literário João Simões Lopes Neto de 1965;
- VII. Literatura (3 pastas), incluindo poemas, uma peça teatral, manuscritos e crônicas;
- VIII. Cartas (4 pastas) com correspondências recebidas e enviadas, ofícios de agradecimentos, bilhetes, felicitações por palestras e eventos, exemplo: carta de Mozart Victor Russomano, dentre outros;

- IX. Revistas (2 pastas), incluindo revistas completas, recortes e páginas avulsas, como a *Revista do Primeiro Centenário de Pelotas* (1912), *Revista A Ilustração Pelotense* (1922), dentre outros;
- X. Diversos (6 pastas); contendo inventário, documento de salvo conduto, carta precatória, folders e mapas, dentre outros;
- XI. Anotações (10 pastas), incluindo cadernos e folhas soltas, alguns manuscritos e digitações de suas pesquisas para suas aulas, orientações de monografias, projetos literários ou crônicas de jornais;
- XII. Família Osorio (6 pastas), com documentos referentes a família, material de pesquisa genealógica, incluindo documentos referentes a Fernando Osório e General Osório. Essa série contém documentos pessoais e de pesquisa;
- XIII. História de Pelotas em quadrinhos (1 pasta), com recortes de cada episódio publicado no jornal *Diário Popular* e posteriormente transformados em livro. Seu único trabalho desenvolvido para o público infantil;
- XIV. Doces de Pelotas – tradições e história (1 pasta), constituindo-se de um esboço impresso do livro homônimo;
- XV. Os Passeios da cidade antiga (1 pasta); contendo o livro manuscrito;
- XVI. Pampeiro (1 pasta); contendo impresso do livro *Pampeiro* diferente do publicado, pois este inclui, além de poesias, crônicas que foram publicadas em jornal local nos anos de 1960;
- XVII. Pelotas toda a prosa (1 pasta); contendo o livro homônimo e imagens selecionadas para publicação;
- XVIII. História e tradições da cidade de Pelotas (2 pastas) com o livro de mesmo nome em distintos formatos, além de versão inédita da capa;
- XIX. Artigos (1 pasta); com ensaios e textos diversos enviados para jornais e revistas, na sua maioria datilografados;
- XX. Opulência e cultura na Província de São Pedro (2 pastas), contendo croqui manuscrito em vários formatos e imagens separadas para publicação;
- XXI. Jornais (23 pastas) divididas em 3 subséries: Notícias sobre o professor, Escritos pelo professor e Diversos.

Estas séries foram estabelecidas levando em conta o material existente no fundo arquivístico, composto de documentos selecionados e guardados por Magalhães ao longo da sua vida. Além disso, segundo relatos, muita documentação foi doada a Magalhães para que pudesse ser preservada e auxiliar em seus escritos.

[...] um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo da vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e de sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico (MELLO E SILVA; SANTOS, 2012, p. 7-8).

Desta maneira, Miranda alerta para a forma de trabalho com esses arquivos:

Ao trabalhar com esses documentos, o historiador deve romper com as ideias preconcebidas de que esses arquivos sejam portadores de uma unidade e totalidade, já que o processo de acumulação envolve diversos sentidos, obedecendo a diferentes critérios atribuídos pelo titular ao longo da sua vida ou por terceiros. Assim o arquivo pessoal ou familiar também pode ser objeto de vários reordenamentos e exclusões promovidas não apenas pelo titular, mas por seus familiares ou terceiros. Essas características permitem questionar a naturalidade da acumulação de alguns desses “arquivos” privados, o que torna essencial a análise da sua história custodial, caminho necessário para desvendar as intenções ocultas em sua conformação final (MIRANDA, 2012, p. 905).

As séries família Ribas e família Osorio constituem-se documentos que contam as histórias dessas famílias, em especial da família Osorio, que possui um número significativo de materiais, dados genealógicos, e documentos escritos do punho de Fernando Luiz Osorio. Outras séries, como imagens, notas e recibos, convites, cartas e artigos, possuem a denominação do material encontrado no seu interior. Documentos pessoais foram definidos como aqueles que se referem a diplomas, certificados, certidões e atestados. A série literatura foi a união dos poemas escritos e guardados por ele. Finalmente, a série diversos é constituída por documentos que não se inserem nas outras séries.

A série jornal foi a única que foi dividida em subséries: “notícias sobre o professor” inclui recortes de jornais que se referem ao próprio professor, lançamentos de livros, premiações e homenagens, isto é, a vida pública de Mario Osorio Magalhães.

Na subsérie “escritos pelo professor” foram alocados todos os artigos e colunas escritas por ele. Já a subsérie “diversos” é composta por notícias, na sua grande maioria, sobre história geral, datadas desde o final do século XIX até 2012, ano de sua morte.



palavras de Rodrigues<sup>13</sup> (2012):

[...] como quem estende, ao sol, para arejar, roupas guardadas ao fundo de uma arca, Mario, memorioso, recontou episódios documentados e também muitos causos. Traçou caminho – nem sempre reto, como a vida – desde os fatos que antecederam o surgimento das charqueadas até o desenrolar da economia, da política e da cultura na primeira metade do século XX em Pelotas. Encantou pela simplicidade na linguagem e pelo aprofundamento do conteúdo. Arrancou risos. Levantou questionamentos. Ganhou novos alunos – e, estranhamente, ao mesmo tempo, velhos amigos.

Depois das aulas – mais do que aulas, encontros – com Mario Osorio Magalhães, o jornalismo na Redação do Diário Popular passa a ter mais sentido olharemos com perspectiva histórica para ruas e situações. E poderemos agora ajudar a construir comunidade – com pedreiros e poetas – entendendo melhor como chegamos até aqui. Onde possivelmente erramos. Onde não poderemos errar. Gracias, Mario.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação de Mario Osorio Magalhães, doada ao Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, compreende o que denominamos de “arquivo pessoal”. O material acumulado durante sua vida representa um acervo singular para a história da cidade de Pelotas e do Rio Grande do Sul.

A partir do estudo dos documentos disponíveis em seu fundo, é possível visualizar a contribuição inestimável da produção bibliográfica desenvolvida por Magalhães, especialmente no tocante a Pelotas, sua cidade natal. O fundo professor Mario Osorio Magalhães encontra-se disponível para pesquisas, respeitando todas as etapas normativas que compreendem a gestão documental.

A preservação da memória e história da cidade de Pelotas, bem como a sua divulgação, é um dos objetivos do IHGPEL, o qual também foi compartilhado por Magalhães. O IHGPEL é uma instituição de fundo histórico, geográfico e genealógico sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública em uma cidade onde se faz ausente um Arquivo Público Municipal.

---

13 Pablo Rodrigues coordenador de redação do Jornal *Diário Popular*.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ivone Leda Tapado do. *DECLARAÇÃO*. Pelotas, 15/02/2006.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Arquivologia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- BACH, Alcir; BETEMPS, Leandro Ramos; SANTOS, Maria Roselaine da Cunha; FICKEL, Pedro; FISS, Regina Lúcia Sá Britto; ABUCHAIM, Vera Rheingantz. *Catálogo Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas – FENADO-CE*. Pelotas, maio/julho, 2013.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.
- ESTATUTOS HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PELOTAS. Pelotas, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo. Editora Nova Fronteira, 1975.
- MAGALHÃES, Mario Osorio. *Pampeiro: versos regionais*. Pelotas, 1968.
- \_\_\_\_\_. *História e Tradições da Cidade de PELOTAS*. 2ª edição. Pelotas: Editora Gráfica da Universidade de Caxias do Sul, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1883-1983)*. Pelotas: Ed. UFPEL, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EdUFPEL: Co-edição Livraria Mundial, 1993, p.312.
- \_\_\_\_\_. *Pelotas Século XIX*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Pelotas agrícola e pastoril (História da Associação Rural)*. Pelotas. Editora Armazém Literário, 1998.
- \_\_\_\_\_. (org.). *UFPEL: 30 anos: edição comemorativa*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os Passeios da Cidade Antiga (Guia Histórico das Ruas de Pelotas)*. 2ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pelotas: toda a prosa - 1º volume (1809-1871)*. Pelotas: Armazém Literário, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pelotas: toda a prosa - 2º volume (1874-1925)*. Pelotas: Armazém Literário, 2002.

- \_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul (1626-1930)*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)*. Santa Maria: Gráfica Editora Pallotti, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Pelotas Princesa (livro comemorativo ao bicentenário da cidade)*. Pelotas: Diário Popular, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Sob as bênçãos de São Francisco: História da Casa da Criança São Francisco de Paula*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2012.
- MEIRA, Chéli Nunes. *O Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas – IHGPEL: um estudo sobre origem, constituição e administração de um lugar de memória*. 2015. 196f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2015.
- MELLO E SILVA, Maria Celina Soares, SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (Orgs). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.
- MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. In: *XI Encontro Estadual de História*, Rio Grande, 2012, p. 900-901.
- MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na Tarca do Tempo*. Volume 1º. Pelotas, 1988.
- NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. *Nossa Cidade Era Assim*. Pelotas: Livraria Mundial, 1989.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.
- OSORIO, Fernando Luis. *A Cidade de Pelotas*. Porto Alegre: Editora Globo, 1922.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, Secretaria de Governo. Ofício número 521, solicitação 691, 1987.
- RODRIGUES, Pablo. Apresentação – contracapa. In: Magalhães, Mario Osorio. *Pelotas Princesa (livro comemorativo ao bicentenário da cidade)*. Pelotas: Diário Popular, 2012, p.151.

Recebido em 05/08/2016

Aprovado em 29/10/2016

# RESENHAS



## RESENHA DE “THE DEFINITION OF ANTI-SEMITISM” DE KENNETH L. MARCUS

Pedro Lima Marcheri<sup>1</sup>

Kenneth L. Marcus ex-diretor de recursos pessoais da Comissão de Direitos Civis dos Estados Unidos; assessor da presidência no setor de Igualdade e Justiça na *Baruch College School of Public Affairs*. Atualmente é advogado, presidente e conselheiro geral do Centro Louis D. Brandeis de Legislação Sobre Direitos Humanos e autor do consagrado livro *Identidade Judaica e Direitos Civis na América*.

O vocábulo antissemitismo possui uma variedade de definições autenticamente distintas entre si, mas que conseguem capturar um mesmo fenômeno histórico persistente há mais de quatro mil anos com notável solidez. Há curiosa relutância, por parte da literatura, em utilizá-lo para rotular eventos os quais parecem inequivocamente apropriado - como no atentado que matou crianças judias e seu professor em uma escola de ensinamentos judaicos, na cidade de Toulouse, no ano de 2012. A própria palavra parece, às vezes, prenunciar um atributo incomum e reflexivo.

A historiografia moderna critica a etimologia edificadora da palavra antissemitismo sob o seguinte argumento: ela teria sido cunhada justamente por intolerantes contra judeus que consideravam os semitas como uma categoria racial, bem como pelo fato de que árabes e judeus podem ser considerados como semitas.

Então, o autor enfrenta a questão central de sua obra, explicitada no título do texto: O que é o antissemitismo? Os esforços anteriores em definir este fenômeno histórico foram estiolados em razão de fatores como a impropriedade da análise etimológica, pelas diversas manifestações de conceito e pela política contestada de suas aplicações, principalmente no cenário jurídico. No entanto, a tarefa é de importância sumária, não só porque a clareza de sua definição é imprescindível para a compreensão da historiografia de outros eventos como o conflito israelo-palestino e a ascensão do nazismo, mas também pois a atual confusão conceitual impede a resolução de muitos incidentes nos quais o antissemitismo se manifesta.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - ITE. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília – Professor no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UNISALESIANO. Membro Permanente do Corpo Editorial da Revista de Direito da Faculdade de Franca (UNESP). Revisor da Revista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Revista de Direito Internacional do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e da Revista da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Autor de obras e publicações nacionais e internacionais.

Macus explora as várias formas pelas quais o antissemitismo foi historicamente definido, demonstrando a precariedade dos esforços anteriores e oferecendo ao leitor uma nova perspectiva sobre o tema, especialmente no contexto do “novo antissemitismo”.

O ponto crítico é que tais definições previamente existentes enfocam em vieses específicos do ódio contra judeus, a exemplo do econômico, religioso, político ou racial. A alternativa oferecida por Marcus é uma definição conglobante que consiga aportar todas essas discriminações contra o povo judeu.

Nas palavras de Jonathan Sacks (2016), em seu discurso sobre antissemitismo perante o Parlamento Europeu, o antissemitismo é uma espécie de ódio concebido contra a coletividade judaica, frequentemente acusando os judeus de conspirarem em prejuízo da humanidade, expiando-lhes a culpa por determinados fatos não terem logrado êxito ou ocorrido da forma esperada. Por meio de manifestações retóricas e físicas, o antissemitismo traz uma percepção própria sobre os judeus, empregando-lhes estereótipos sinistros e atributos sórdidos, que prejudicam a convivência pacífica entre povos e a integração do judeu na comunidade secular.

Desde o Holocausto, o antissemitismo presente nos países ocidentais tende a ser tácito, encoberto e codificado. Muito do preconceito atual contra judeus é negado enquanto as atitudes discriminatórias persistem e a retórica antissemita é propalada. Da mesma forma, o antissemitismo inclina-se ao exagero, como qualquer outra forma de estereótipo negativo, prescrevendo um perigo que nem sempre é visto. Uma piada judaica pode sempre ocultar um sentido tácito de que problemas mais obscuros se escondem por trás de explicações simples.

São exemplos de formas de antissemitismo mencionados na obra:

a) atentados terroristas contra judeus em nome de uma ideologia radical ou visão extremista de certa religião;

b) alegações preconceituosas que desumanizam ou vilanizam os judeus de forma individual ou reforçam o poder ou conspiração dos judeus como coletividade - especialmente o mito sobre o pacto judaico de controlar a mídia, economia e o sistema bancário;

c) generalização da responsabilidade de um ato ilícito cometido por um indivíduo judeu para todo o povo;

d) negação do fato, escopo ou mecanismos responsáveis pelo genocídio perpetrado pelos nazistas e seus apoiadores durante a Segunda Guerra Mundial. O negacionismo é também visto como uma distorção do revisionismo histórico que justifica, nega ou apoia o Holocausto ou outras

graves violações à direitos humanos contra determinadas etnias;

e) aquiescência com as afirmações que os judeus e Israel exacerbam a reprovação contra o nazismo; lembrem demasiadamente de seu fatídico destino durante o Holocausto ou, ainda, utilizem-se de tais argumentos para conseguir benefícios sociais ou financeiros perante Estados estrangeiros;

f) acusações de que o povo judeu seria mais leal à Israel ou aos “planos judaicos de dominação” do que aos interesses das próprias nações que são domiciliados.

Em 2011, foi encaminhado um Relatório ao Parlamento Alemão (*Deutscher Bundestag*) com conclusões convergentes à teoria exposta na obra. Mais de um terço dos cidadãos alemães concordam com afirmações antissemitas, a exemplo de que os judeus teriam causado sua fatídica perseguição por seu próprio comportamento ou que eles aproveitam-se no histórico do Terceiro Reich para obter privilégios atualmente (WETZEL; LONGERICH, 2011).

Segundo Marcus, o ponto nodal do antissemitismo é sua subestimação. Foi sistematizada uma cultura política que situa o antissemitismo necessariamente no passado, enfatizando o anacronismo dos eventos de hostilização contra judeus que são vistos ou experimentados nos dias de hoje. Lança-se mão de uma barreira intransponível na compreensão histórica completa e adequada do fenômeno. A retórica do novo antissemitismo é a recusa no reconhecimento do ódio contra judeus, mesmo estando diante de tais atos.

Neste ponto, é oportuno ler o livro que é, simultaneamente, reflexivo e comprometido com o pragmatismo nos conceitos históricos aplicados. Ken Marcus faz intensas referências à seara jurídica, mencionando em diversos trechos julgados perturbadores em que a vítima de atos antissemitas recebe tratamento mais hostil do que o suposto perpetrador da conduta.

É colocada importância ímpar na construção de uma definição adequada e, ao mesmo tempo, legalmente aplicável do que vem a ser o antissemitismo. Eliminando posições opostas, mas igualmente implausíveis, o autor descarta conceituações demasiadamente estritas que consideraria qualquer descontentamento em face de um judeu ou do povo judaico como antissemitismo.

Mais importante ainda, frisa-se que os problemas decorrentes deste tipo de ódio podem surgir tanto da ausência de definição, quanto da erro-  
nia em fazê-lo.

A ideia central do livro apresenta a tese da importância na significa-

ção das manifestações de preconceito e do estudo individualizado de cada uma delas. Não é possível relegar tal fenômeno à sombra do maniqueísmo e render-se às generalizações que projetam o antissemitismo na vala comum do racismo tradicional.

### REFERÊNCIAS

- MARCUS, Kenneth L. *Jewish Identity and Civil Rights in America*. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2010.
- MARCUS, Kenneth L. *The Definition of Anti-Semitism*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SACKS, Jonathan. *The Mutating Virus: Understanding Antisemitism*. Conference at The European Parliament - The Future of the Jewish Communities in Europe. Brussels. 27. set. 2016b.
- WETZEL, Juliane; LONGERICH, Peter. *Drucksache 17/7700 Antisemitismus in Deutschland – Erscheinungsformen, Bedingungen, Präventionsansätze*. Bundesregierung. Deutscher Bundestag. 10. nov. 2011. Disponível em: <<http://dip21.bundestag.de/dip21/btd/17/077/1707700.pdf>>. Acesso em: 10. jan. 2017.

# DOCUMENTAÇÃO



## EDUARDO DUARTE (1874-1962)

A trajetória de Eduardo Duarte é fundamental para compreender a articulação das instituições de guarda e preservação histórica no Rio Grande do Sul. Natural de Porto Alegre, ingressou no funcionalismo estadual como professor em Alfredo Chaves (hoje Veranópolis-RS), onde lecionou até 1914. Após cursar Odontologia, formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica (1919), porém sempre se dedicou ao serviço público, em especial às instituições de memória que, no início do século XX se formavam no território sul-rio-grandense.

Para o IHGRGS, Eduardo Duarte é uma figura bastante significativa, uma vez que se empenhou na criação do Instituto – do qual vai ser membro fundador, secretário (a partir de 1934, secretário perpétuo) e também presidente interino –, além de participar das Comissões Permanentes de Admissão de Sócios e Estatutos e Comissão da Revista.

O Arquivo Pessoal de Eduardo Duarte, custodiado pelo IHGRGS, é composto por oito pastas, contendo, essencialmente, cerca de 350 cartas recebidas por ele no período entre 1924 a 1939. Os remetentes são diversos, envolvendo personalidades das mais variadas esferas, que revelam e simbolizam a abrangência do trabalho de Eduardo Duarte, assim como suas relações profissionais e de amizade.

Dentre o conjunto epistolar, há 9 itens que lhe foram remetidos por *Dante de Laytano*. A proximidade da relação entre Eduardo Duarte e Dante de Laytano (1908-2000), assim como as atribuições e atividades que ambos desempenharam podem ser exemplificadas nas duas cartas selecionadas e que seguem transcritas paleograficamente.

Admitido como sócio do IHGRGS em 1936, por indicação de Eduardo Duarte, a atuação de Dante de Laytano é muito expressiva na constituição do pensamento historiográfico acadêmico sul-rio-grandense. Sua carreira profissional iniciou-se no Direito, onde diversas funções jurídicas entre as décadas de 1930 e 1940, quando se voltou, quase que exclusivamente, às atividades de docência da História, além de ocupar cargos relevantes nas instituições de memória do Estado.

Juiz Districtal



- Jacuhy -

Jacuhy, 1 de Setembro de 1930

Sr. Eduardo Duarte,  
meu senhor,  
me!

"O passado é a única realidade humana. Tudo que existe é passado" disse o professor de ironia naquella "bata rouge", que é um missal da religião da arte.

Este aforismo foi a minha primeira paixão literaria e esta minha primeira paixão me deu "Bento Gonçalves". É um inquirido. Fecho de verdade de encantamento das biografias romancizadas.

Bento pertence a: Breve. Procura da urubana - Primeiro amor - Cavalhada romantica - Baptismo de fogo - Ituzingui - Uma viagem à fonte - Jornal e poeta - Os amigos de Bento - Republica do Rio Grande - Secretario do Parlamento - Jêlia de Paiva - Evênio do Porto do Alvor - Combate de gigantes - Dueto de amigos - Exploração e decadência - Fim. Éis o sumario.

Então com o meu livro prompto para remete-lo quando recebi a explendida notícia de "O Poeta" que se trata exclusivamente a V. Exa. Subsidiario. São eloquentes reflexões no corpo da obra. Então a resposta.

Pago a V. Exa. se tanto me cabe, que as desculpas que che deo sejam contrabalançadas pelas felicitações que surte a V. Exa. pelo sumario de "O Poeta".

Jacuhy, 1º/9/1930

Atual município de Sobradinho

**Jacuhy, 1 de Setembro de 1930**

Dr. Eduardo Duarte,  
meu mestre,  
ave!

“O passado é uma única realidade humana. Tudo que existe é passado” disse o professor de ironia naquelle “Lys rouge”, que é um missal da religião da arte.

Este aforismo foi a minha primeira paixão literaria e esta minha primeira paixão me deu “Bento Gonçalves”. Livro inquieto. Feito de verdade. Encantamento das biografias romanceadas.<sup>1</sup>

Bento pertence-lhe. Presente da escrava – Primeiro amor – Cavalhada romantica – Baptismo de fogo – Ituzaingó – Uma viagem á côrte – General e porta – amigos de Bento – Republica do Rio Grande – Secretario do Presidente – Ilha do Fanfa – Evasão do Forte do Mar – Combate de gigantes – Duelo de amigos – Explendor e decadencia – Fim. Eis o sumario.

Estava com o meu livro prompto para remete-lo quando recebi a esplendida reedição d’ “O Povo” que se deve exclusivamente a V. Exa. Subsídios tão eloquentes influiram no corpo da obra. Estou a reformar-la.

Peço a V. Exa., se tanto me cabe, que as desculpas que lhe devo sejam contrabalançadas pelas felicitações que ousar dar-lhe pelo sucesso do “O Povo”

---

<sup>1</sup> Ao final, a proposta de romance histórico não se consumou. O autor acabou convertendo a obra em uma pesquisa histórica, lançando-a em 1936 (Porto Alegre: Globo), sob o título “República Rio-grandense”. Em 1983 a editora Sulina publicou a segunda edição.

Juiz Districtal



Jacuhy

Jacuhy, de \_\_\_\_\_ de 1938

Senyana fuisan toda a minha grande  
 ansia creadora mas evieno de meus dia que me sinto  
 victima deste acaso que talvez fiz o elogio.

A libertação que tive em escrever-la  
 me foi compelida pelo desejo dum pobre discipulo para  
 com o insinuante mestre que é V. Exa neste instante que  
 o seu talento esplandea.

Perdendo o meu paz, não me sinto em forças  
 para escrever, como se dizia, esta tremula missiva...

Sincera e respeitosaente

seu discipulo

Sante de Laitano

Desejava frisar toda a minha grande  
ansia creadora mas escrevo-lhe num dia que me sinto  
victima deste acaso que Balsac fez o elogio.

A liberdade que tive em escreve-lo  
me foi compelida pelo dever dum pobre discipulo, para  
com o insinuante mestre que é V. Exa. neste instante que  
o seu talento resplandece.

Perdendo o meu pae, não me sinto com forças  
para escrever, como eu deseja, esta tremula missiva...

Sincera e respeitosamente

seu discipulo

Dante de Laitano



Caro

mestre e amigo.

Dr. Eduardo,

ave!

A velhice das cidades é o poema da historia – Paul Fort, esse subtil e vigoroso gaulez, declarou em Paris que a historia está deixando a sua feição de ciencia para tornar-se uma arte. É a lição de Emil Ludwig. As novas gerações começam a compreender o verdadeiro sentido da historia. Alguem ousará negar a V. S. a feição maxima de sua personalidade: o condutor. Porque em V. S. existe a mesma careteristica do mestre que Paul Bourget immortalizou num romance maravilhoso: “Le disciple”. A modestia, a puresa e o silencio. Nada vinha de sua pessoa tudo vinha de sua obra... E a sua obra era a sua pessoa. Porque ele era um homem do recolhimento... Aqui justamente é que eu nunca me perdoaria se não fizesse publico a obra credora que se lhe deve. O arquito viomo guindado á categoria de ciencia quando, entre nós, não passava de uma somnolenta repartição burrocratica. Peço a V. S. que não veja nas minhas palavras qualquer intenção bajuladora ou social porque tudo lhe devo quanto a minha nova orientação. Acostumado á indiferença dos pendantes e á mediocridade dos funcionarios elevados, por acaso, a chefias de departamentos scientificos, ia esmorecendo o meu amor ás nossas cousas quando surgiu na minha vida intelectual a figura de V. S. Revigorou-se a minha ilusão de homem de 24 anos... Sinto-me assim amparado. É o estímulo. Dedicar-me-ei somente aos estudos historicos. Farei a minha despedida da literatura com uma novela de imigrante que estou a terminar. O que me preocupará em arte é a critica. A critica é uma especie de historia da arte...

O municipio de Riopardo me convidou para presidir a comissão que estudará o papel de Riopardo no decenio farroupilha. Dando andamento aos trabalhos já tenho copiado todo um livro inedito de poesias do grande revolucionario Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena.<sup>2</sup> Consegui, com dois filhos do poeta, preciosos documentos, que servirão de subsidios para o estudo, que precederá a obra. Agora para completar o meu trabalho necessitava que V. S. me remetesse os dois ultimos volumes de 1931 da Rev. do Instituto onde se publicou uma notavel conferencia de V. S. a respeito dos poetas da revolução. Espero pela volta do correio

2 O livro, intitulado “Sebastião Xavier do Amaral Mena – Obras Completas”, foi publicado em 1933 pela Papelaria Velho do Rio de Janeiro.

para <concluir><sup>3</sup> as minhas notas possivelmente indeditas.

Tenho muito interesse que a revista publique o livro  
postumo de Sebastião Xavier e espere logo ter pronto para  
Porto Alegre nos princípios de abril. Pretendo escrever os índices  
muito de quasi e quasi mesmo o proprio livro que o porta  
copiar de seu punho...

O Ministério da Justiça, por intermédio do governo do  
Estado, está solicitando dos municípios, uma série de dados sobre  
os monumentos históricos regionais e o pedido me pôs  
para que sobre o assumpto de escrever um trabalho  
sobre o assunto. Fotografar as igrejas e os túmulos, procurar a  
descrição de monumentos históricos, em Rio Grande, tudo se me  
pôs à vista penitencia e religiosa. Depois de mostrar  
o trabalho e pedir a consulta de alguma obra que  
fale da nobre lancha para estudar os trabalhos da nobreza  
que morou nesta cidade, ou que aqui se acha sepultada.

Quanto à "Memória da Terra" estou a concluir um dos últimos  
capítulos da parte especial sobre o vocabulário da região.  
Também tenho a comunicar o meu trabalho histórico  
escrever uma monografia: "O papel da imprensa na revolução  
farroupilha".

Em cinco linhas e metade a resenha duma obra, a saber  
duma vontade nobre e sem mais, subverso. me com todo  
o cuidado e estuda.

D. Augusto e agradeço  
Dante de Lages

R. Porto  
17. III. 1952

3 Há uma rasura. O autor escreve a palavra "concluir" entrelinhas.

Teria maior interesse que a revista publicasse o livro postumo de Sebastião Xavier e espero leva-lo prompto para Porto Alegre nos principios de abril. Pretendo oferecer os documentos ao Museu e quiçá mesmo o proprio livro que o poeta copiou de seu punho...

O Ministerio da Justiça, por intermedio do governo do Estado, está solicitando dos municipios uma memoria sobre os monumentos historicos regionaes e o prefeito me pediu para que sobre o assumpto eu escrevesse um trabalho. Mandei, então, fotografar as igrejas e os tumulos porque a respeito de monumentos historicos, em Riopardo, tudo se reduz á arte funeraria e religiosa.<sup>4</sup> Depois lhe mostrarei o trabalho e preciso mesmo consultar alguma obra que fale da nobiliarchia para estuar os brasões da nobresa que morreu nesta cidade ou que aqui se acha sepultada.

Quanto á “Memoria de Torres” estou a concluir um dos ultimos capitulos da parte especial sobre o vocabulario da região.<sup>5</sup>

Pretendo tambem terminar o meu romance historico e escrever uma monografia: “ O papel da imprensa na revolução farroupilha”.

Eis caro amigo e mestre a resenha d’uma ansia, a sintese duma vontade moça e sem mais, o subscrevo-me com toda a admiração e estima

discipulo e agradecido

Dante de Laytano

Riopardo

19.III.1932

---

4 O artigo “Monumentos históricos e artísticos de Rio Pardo” foi publicado pela Revista do IHGRGS em 1932 (II trimestre, ano XII) e em separata de 35 páginas, pela Editora do Globo, de Porto Alegre.

5 Foram publicados dois trabalhos nos Anais dos primeiros Congressos de História e Geografia Sul-Rio Grande: “Presídio de Torres – introdução ao estudo da evolução histórica”, no I Congresso (1936); “Vocabulário dos pescadores do RS”, II Congresso (1937). Em 1978, a prefeitura de Torres publicou o trabalho sob o título “Torres, resumo de sua história de terra e mar”.



Promotoria Publica  
de  
RIO PARDO  
R. G. do Sul

## Suplemento

- O Sr. Juarez me autorizou em portaria, eu pedi ao Prefeito autorização e ele me concedeu para que remetesse ao "Museu e Arquivo Histórico" todo o material proveniente dos fontes e subsidiários documentares que eu visasse em suas mãos como presidente da comissão regional das comemorações paronômicas. Em vista disto remeto a V. Exa. o manuscrito do grande poeta de 35. - Pesquisa também: uma carta do poeta, outra carta do Conde de Porto Alegre a Sebastião Xavier e um título da magistralidade ao poeta.

- Memória de Torres - Tomo a liberdade de levar ao conhecimento de V. Exa. que se o Instituto ainda não consegue fechar as negociações com a Prefeitura daquele lugar, ali existe uma pessoa que facilmente vendesse, no mínimo, 500 exemplares. Esta pessoa é o sr. Antonio Luz, que possui um movimento escritório de reprodução no município de Torres. O meu trabalho faz, para terminar, o comentário a parte especial e eu pretendo levar a V. Exa. ainda um agosto. Porque eu tenho o maior interesse que a "Memória" seja publicada quanto antes porque se a Repartição de Estatística publicar o último anuário que ela já tem pronta fará caducar grande parte de meu trabalho. Peço a V. Exa. as minhas melhores saudações  
Luz

## Suplemento

- O Dr Juarez me autorizou ou por outra, eu pedi ao Prefeito autorização e ele m'a concedeu para que remetesse ao "Museu e Arquivo Historico" todo o material proveniente das fontes e subsidios documentaes que me viessem às mãos como presidente da comissão regional das comemorações farroupilhas. Em vista disto remeto V. Exa. o manuscrito do grande poeta de 35. – Seguirão também: uma carta do poeta, outra carta do Conde de Porto-Alegre a Sebastião Xavier e um titulo da maçonaria ao poeta.

– Memoria de Torres – Tomo a liberdade de levar ao conhecimento de V. Exa. que se o Instituto ainda não conseguiu fechar as negociações com a prefeitura daquele lugar, ali existe uma pessoa que facilmente venderá, no minimo, 200 exemplares. Esta pessoa é o sr. Antonio Luz, que possui um movimentado escritorio de representações no municipio de Torres. O meu trabalho fala, para termina-lo, somente a parte especial e eu pretendo levar a V. Exa. ainda em agosto. Porque eu tenho o maior interesse que a "Memoria" seja publicada quanto antes porque se a Repartição de Estatistica publicar o ultimo anuario que ela ja tem promta fará caducar grande parte de meu trabalho.

Perdoará V. Exa. as minhas insistentes cartas

Laytano<sup>6</sup>

---

6 A alteração gráfica do sobrenome foi realizada por ele mesmo, passando de "Laitano" a "Laytano".